



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO
DO TERRITÓRIO**



**TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A LUTA PELA PERMANÊNCIA
DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CERRADO E A
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS AÇÕES SOCIAIS E NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BURITIZEIRO-MG**



JAQUELINE BORGES INÁCIO

**UBERLÂNDIA-MG
2021**

JAQUELINE BORGES INÁCIO

**TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A LUTA PELA PERMANÊNCIA DAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CERRADO E A PARTICIPAÇÃO
DAS MULHERES NAS AÇÕES SOCIAIS E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA
EM BURITIZEIRO-MG**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de doutora em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

UBERLÂNDIA – MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

I35 2021	<p>Inácio, Jaqueline Borges, 1986- Territórios em disputa: [recurso eletrônico] : a luta pela permanência das comunidades tradicionais no Cerrado e a participação das mulheres nas ações sociais e na economia solidária em Buritizeiro-MG / Jaqueline Borges Inácio. - 2021.</p> <p>Orientador: Rosselvelt José Santos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.617 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. Santos, Rosselvelt José, 1963-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
-------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 217, PPGGEO				
Data:	03 de novembro de 2021	Hora de início:	14h:00m	Hora de encerramento:	18h:00m
Matrícula do Discente:	11713GEO004				
Nome do Discente:	JAQUELINE BORGES INÁCIO				
Título do Trabalho:	TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A LUTA PELA PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CERRADO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS AÇÕES SOCIAIS E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BURITIZEIRO-MG				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL/ENSINO DE GEOGRAFIA				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [\[On line\]](#), Campus [\[Google Meet\]](#), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: [Eguimar Felício Chaveiro - IESA-UFG](#); [Adão Francisco de Oliveira - UFT/TO](#); [Adriany de Ávila Melo Sampaio - IG/UFU](#); [Paulo Irineu Barreto Fernandes - IFTM/MG](#) e [Rosselvelt José Santos - IG/UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a). Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). [Rosselvelt José Santos - IG - UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovada com Louvor.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutora](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Rosselvelt José Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/11/2021, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Irineu Barreto Fernandes, Usuário Externo**, em 04/11/2021, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO, Usuário Externo**, em 04/11/2021, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriany de Avila Melo Sampaio, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/11/2021, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adão Francisco de Oliveira, Usuário Externo**, em 12/11/2021, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3145232** e o código CRC **E6EA58B0**.

**Só o Começo
(Vocal Livre)**

*Eu aprendi qual é o valor de um sonho alcançar
Eu entendi que o caminho pedras terá
Eu vi em campo aberto se erguer construção
E foi com muitas pedras, e foi com muitas mãos*

*Eu vi o meu limite vir diante de mim
Eu enfrentei batalhas que eu não venci
Mas o troféu não é de quem não fracassou
Eu tive muitas quedas, mas não fiquei no chão*

*E ao olhar pra trás, tudo que passou
Venho agradecer quem comigo estava
Ergo minhas mãos pra reconhecer*

*E hoje eu sou quem eu sou
Pois Sua mão me acompanhava
Mas eu sei, não é o fim, é só o começo da jornada
Eu abro o meu coração pra minha nova história*

*Vejo vitórias e hoje eu olho pra trás
E a minha frente eu sei (na minha frente eu sei)
Existem muito mais (existem muito mais)
Eu sei que minha jornada aqui só começou
Ao longo dessa estrada sozinho não estou*

*E ao olhar pra trás, tudo que passou
Venho agradecer quem comigo estava
Ergo minhas mãos pra reconhecer*

*E hoje eu sou quem eu sou
Pois Sua mão me acompanhava
Mas eu sei, não é o fim, é só o começo da jornada
Eu abro o meu coração pra minha nova história*

“Todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus” (Romanos 8:28).

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, por me amparar, me guiar, me proteger e me dar forças para prosseguirmos momentos em que pensei em desistir. Obrigada Senhor, por ser o meu amigo sempre presente. A ti toda a honra e toda glória.

Ao professor Dr. Rosselvelt José Santos, meu orientador e amigo, pelas oportunidades concedidas desde a graduação, pela confiança e paciência, por compartilhar as suas experiências, seu conhecimento como pesquisador, professor e pessoa. Seus ensinamentos e conselhos foram fundamentais para o meu crescimento intelectual e pessoal. Obrigada por ter me concedido a oportunidade em participar do projeto: Sociobiodiversidade do Cerrado: perspectivas para o mundo do Cerrado, o qual deu origem a esta tese.

Aos professores Dr. Eguimar Felício Chaveiro e Dr. Adão Francisco de Oliveira pela oportunidade ter participado do projeto: Sociobiodiversidade do Cerrado: perspectivas para o mundo do Cerrado e por compartilharem seus conhecimentos, experiências de pesquisa e pelas contribuições teóricas e metodológicas durante a realização dos Circuitos da sociobiodiversidade do Cerrado que foram fundamentais para a elaboração desta tese.

Aos professores e estudantes participantes do projeto: Sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado pelos momentos compartilhados durante a realização do projeto como: os eventos científicos, os trabalhos de campo, as visitas técnicas, apresentações de trabalhos, debates e discussões relacionadas ao Cerrado de Goiás, Tocantins e Minas Gerais.

À professora Dr^a. Adriany de Ávila Melo Sampaio e ao professor Dr. Paulo Irineu Barreto Fernandes pela participação nas bancas de defesa de projeto, pelas contribuições no exame de qualificação e por terem aceito o convite para a banca de defesa final da tese.

Aos professores Dr. Eguimar Felício Chaveiro e Dr. Adão Francisco de Oliveira por terem aceito o convite para a banca de defesa final da tese.

Aos geraizeiros, aos extrativistas representantes das Comunidades Gerais do Calixto e Lança 1, as mulheres do Movimento Graal no Brasil e demais pessoas pesquisadas, por colaborem com esta pesquisa, por nos receberem e por compartilharem suas histórias de vida, modos de vida e experiências que me aprimoraram enquanto pessoa e pesquisadora.

Às professoras Júlia e a Renata pelo auxílio nos contatos com os pesquisados no Norte de Minas Gerais.

Aos meus pais, Hélcio e Iolanda, pelo amor, carinho e dedicação por terem me aconselhado me dando motivação para continuar. A eles, o meu amor e imensa gratidão.

A minha irmã Aline, companheira, melhor amiga, exemplo de determinação e perseverança. Cheguei até aqui, com seu apoio e motivação, sempre compartilhando das alegrias e tristezas dessa vida, e superando cada obstáculo juntas. Agradeço por não ter soltado a minha mão nos momentos difíceis. A ela meu imenso amor e gratidão.

À minha irmã, Hélen, pelo apoio dado em diversos momentos durante estes quatro anos.

Agradeço aos meus sobrinhos, Gustavo, Gabrielly e Miguel por alegrarem minha vida, são crianças abençoadas por Deus.

Aos meus avós paternos Maria e Mário (*in memoriam*), que partiram no ano de 2019, que sempre me motivaram e se orgulharam das minhas conquistas.

Aos meus avós maternos Divina e Pedro, por sempre torceram por mim em todas as minhas conquistas.

Ao meu esposo Alex, obrigada por seu amor, carinho, respeito, dedicação e por me ouvir e suportar em meio às angústias, sempre me trazendo uma palavra de conforto.

A minha prima Dayane, pelo grande apoio oferecido em todos os momentos e pelas palavras de motivação.

A minha prima Débora, pelo apoio e pelas palavras de motivação.

A minha tia Abadia pelo apoio e por sempre ter uma palavra de motivação.

Ao meu primo Daniel por sempre me apoiar.

A minha prima Júlia pelo apoio e palavras de incentivo.

Ao meu tio Carlos Antônio (*in memoriam*), que partiu em 2021, mas, sempre me incentivou a estudar e me apoiou quando ainda estava fazendo cursinho pré-vestibular.

Ao meu cunhado Alex que também me ajudou com a tradução e revisão do resumo em espanhol. Gratidão pela presteza.

Aos meus amigos pela Geografia: Kênia, Maraísa, Anália, Vanessa e Gustavo Henrique, gratidão pela amizade e apoio.

A Maraísa por sua amizade, por me acompanhar e auxiliar durante um dos trabalhos de campo realizados em Buritizeiro, e por sempre me incentivar e apoiar nesses quatro anos.

A Kênia por sua amizade e companheirismo desde os tempos da graduação em Geografia, pelo apoio e por sempre me ouvir em todos os momentos que precisei, em quem sei que posso confiar.

Aos amigos que fizeram e fazem parte da equipe do Laboratório de Geografia Cultural (LAGECULT) e do Grupo de Estudos Diálogos com a Geografia: Arlete, Ricardo, Mônica, Paulo, Marília, Pedro, Steffani, Káren, César, Patrícia, Maria dos Anjos, Herivelton e Cristiano.

Ao Ricardo Costa por sua amizade, pelo companheirismo desde os tempos da graduação, pelas experiências de pesquisa compartilhadas e pelo auxílio na elaboração dos mapas. A sua esposa Nayara uma pessoa que admiro muito, com quem pude dividir alguns momentos durante nossas viagens para eventos acadêmicos por esse imenso Brasil.

A Mônica Zuffi por sua amizade, e pelo companheirismo desde a graduação e pelas experiências de pesquisa compartilhadas.

A amiga Sâmara por sempre ter me acolhido com carinho e com palavras de motivação.

Ao Pr. Gilberto e a Pr^a. Ivani pelas orações e pelas palavras de motivação nos momentos difíceis.

Aos irmãos da igreja: Pr. Joenildo, Simone, Ilda, Cida, Daniela, Mônica, Celestino, Augusto, Belkiss e Darlene, pelas orações e pelo apoio que me deram, quando precisei.

A Flaviane psicóloga, pessoa incrível que me ouviu em várias situações difíceis, ao longo desses quatro anos, me fazendo acreditar que era possível chegar até aqui.

A Dr^a. Paula Cristina uma profissional que me auxiliou em momentos de crise de ansiedade e me acolheu com muito carinho.

Aos professores Adriany, William, Beatriz, Samuel, Vitor e Paulo Cezar obrigada pelas contribuições teóricas e metodológicas durante as disciplinas ministradas, que tanto me auxiliaram na elaboração da tese.

Aos colegas que conheci durante a realização das disciplinas da Pós-Graduação: Giovana, Ivone, Maria Luíza, Guilherme, Felipe e Lisbeth, com quem tive a oportunidade de elaborar trabalhos.

Ao João Fernandes secretário do Programa de Pós-Graduação, agradeço pela presteza em todos os momentos em que precisei.

A todos os meus familiares e amigos a minha eterna gratidão pelo apoio concedido durante estes quatro anos.

E por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro através da concessão da bolsa, que proporcionou a realização dessa pesquisa.

Epígrafe

*Às vezes eu penso: seria o caso de pessoas de fé e posição se reunirem,
em algum apropriado lugar, no meio dos gerais, para se viver só em altas rezas, fortíssimas,*

louvando a Deus e pedindo glória do perdão do mundo.

*Todos vinham comparecendo, lá se levantava enorme igreja,
não havia mais crimes, nem ambição, e todo sofrimento se espraiava em Deus,*

dado logo, até à hora de cada uma morte cantar.

Raciocinei isso com compadre meu Quelemém, e ele duvidou com a cabeça:

— “Riobaldo, a colheita é comum, mas o capinar é sozinho...”

— ciente me respondeu.

Grande Sertão Veredas

João Guimarães Rosa

RESUMO

O objetivo desta pesquisa de doutorado é compreender a sociobiodiversidade do Cerrado e os modos de vida das comunidades tradicionais tencionadas pelos interesses econômicos e as estratégias para permanecerem no território demarcado para implementação da Reserva Extrativista no município de Buritizeiro, no Norte de Minas Gerais e a participação das mulheres na construção social e na economia solidária. O recorte temporal deste trabalho contempla os anos de 1960 a 2020. Trata-se de estudar o contexto de disputa territorial entre as comunidades tradicionais e o agronegócio. É importante analisar como se dá os usos e a extração dos recursos naturais, fundamentais para a vida das pessoas que dependem desse território para garantir a sua existência, os quais se (re) inventam a partir de seus saberes e fazeres socioambientais. O Cerrado abriga povos originários e tradicionais que se constituíram histórica e culturalmente, estabelecendo seus modos de vida decorrentes de suas práticas socioculturais no/com o bioma. Esses grupos foram criando seus saberes e fazeres, estabelecendo suas territorialidades e relações com os ciclos da natureza e integram o patrimônio histórico e cultural do Brasil. As mulheres possuem um papel fundamental na construção social, na conquista pelos Direitos Humanos, no desenvolvimento da economia solidária e nas ações sociais desempenhadas durante a pandemia de COVID-19, em parceria com a ONG Movimento Graal Mulher no Brasil. Na elaboração da tese, foi realizado um levantamento bibliográfico, seguido por leituras e fichamento de textos que discutem sobre a sociobiodiversidade do Cerrado, a preservação do bioma, a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável: as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Em um segundo momento, pesquisamos os sites relacionados a órgãos públicos como: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a fim de obter informações sobre possíveis Unidades de Conservação de Uso Sustentável, criadas ou em processo de criação no estado de Minas Gerais. Em seguida, foram realizadas leituras em trabalhos acadêmicos e livros de autores que estudaram as transformações do Norte de Minas. Além disso, realizamos registros fotográficos, os quais irão compor o acervo de imagens deste trabalho, por meio da observação das paisagens que compõem o cenário histórico e cultural do lugar. Os trabalhos de campo foram realizados nas comunidades rurais Gerais do Calixto e Lança 1, na sede do Movimento Graal e na Prefeitura Municipal localizados na área urbana. Nos aproximamos dos pesquisados por meio de conversa informal e nestes lugares dialogamos com eles, abordando temas que identificamos como principais, direcionado por um roteiro de entrevista semiestruturada. A motivação para falarmos sobre os temas foram os eventos socioambientais e suas consequências para a vida comunitária e suas atividades. Nos pautamos na metodologia de pesquisa qualitativa para elaborarmos este trabalho, sob a perspectiva da observação participante e da história de vida, onde os pesquisados nos contaram sobre as suas memórias e experiências de vida enquanto populações tradicionais que vivem no/do Cerrado.

Palavras-chave: Território. Lugar. Sociobiodiversidade. Cerrado. Comunidades Tradicionais. Mulheres. Economia Solidária.

ABSTRACT

The purpose of this doctoral research is to understand the sociobiodiversity of the Cerrado and the ways of life of traditional communities intended by economic interests and strategies to remain in the demarcated territory for the implementation of the Extractive Reserve in the municipality of Buritizeiro, in the North of Minas Gerais, and the participation of women in social construction and solidarity economy. The time frame of this work covers the years from 1960 to 2020. The aim is to study the context of territorial dispute between traditional communities and agribusiness. It is important to analyze how the uses and extraction of natural resources occur, fundamental to the lives of people who depend on this territory to ensure their existence, which are (re) invented from their social-environmental knowledge and practices. The Cerrado is home to native and traditional peoples who have historically and culturally established their way of life as a result of their socio-cultural practices in/with the biome. These groups have been creating their knowledge and practices, establishing their territoriality and relations with nature's cycles, and are part of the historical and cultural heritage of Brazil. Women play a fundamental role in social construction, in the conquest for Human Rights, in the development of the solidarity economy, and in the social actions performed during the COVID-19 pandemic, in partnership with the NGO "*Movimento Graal Mulher no Brasil*". In the preparation of the thesis, a bibliographic survey was carried out, followed by readings and summaries of texts that discuss the sociobiodiversity of the Cerrado, the preservation of the biome, the creation of Sustainable Use Conservation Units: Extractive Reserves (RESEX) and Sustainable Development Reserves (RDS). In a second moment, we researched the websites related to public agencies such as Ministry of the Environment (MMA), Chico Mendes Institute of Biodiversity (ICMBio) and the National System of Conservation Units (SNUC), in order to obtain information about possible Sustainable Use Conservation Units, created or in the process of being created in the state of Minas Gerais. Then, readings were made in academic papers, and books of authors who studied the transformations of the North of Minas Gerais. In addition, we made photographic records, which will compose the collection of images of this work, through the observation of the landscapes that make up the historical and cultural scenario of the place. Fieldwork was carried out in the rural communities of *Gerais do Calixto* and *Lança 1*, at the headquarters of the *Movimento Graal* and at the City Hall, located in the urban area. We approached the researched people through informal conversation and in these places, we dialogued with them, addressing topics that we identified as the main ones, guided by a semi-structured interview script. The motivation to talk about the themes were the socio-environmental events and their consequences for community life and its activities. We used the qualitative research methodology to elaborate this work, from the perspective of participant observation and life history, where the interviewees told us about their memories and life experiences as traditional populations living in/of the Cerrado.

Keywords: Territory. Place. Sociobiodiversity. Cerrado. Traditional Communities. Women. Solidarity economy.

RESUMEN

El propósito de este programa de posgrado es entender la sociobiodiversidad del Cerrado y las formas de vida de comunidades tradicionales movidas por intereses económicos y las estrategias para permanecer en el territorio demarcado para la implementación de la Reserva Extractiva en el municipio de Buritizeiro, al norte de Minas Gerais, y la participación de la mujer en la construcción social y la economía solidaria. El marco temporal de este trabajo cubre los años desde 1960 hasta 2020. El objetivo es estudiar el contexto de la disputa territorial entre comunidades tradicionales y la industria agraria. Es importante analizar como los usos y la extracción de recursos naturales se producen, fundamentalmente para las vidas de las personas que depende de este territorio para asegurar su existencia, (re)inventada desde sus conocimientos y prácticas socio ambientales. El Cerrado es el hogar de nativos y gentes tradicionales que han histórica y culturalmente establecido su forma de vida como resultado de sus prácticas socio culturales en/con el bioma. Estos grupos han estado creando sus conocimientos y prácticas, estableciendo su territorialidad y relaciones con los ciclos de la naturaleza, y son parte de la herencia histórica y cultural de Brasil. Las mujeres juegan un papel fundamental en la construcción social, en la conquista por los derechos humanos, en el desarrollo de la economía solidaria, y en las acciones sociales realizadas durante la pandemia del COVID-19, en colaboración con la ONG “Movimento Graal Mulher no Brasil”. En la preparación de la tesis, una encuesta bibliográfica fue llevada a cabo, seguido de lecturas y resúmenes de textos que discuten la socio biodiversidad del Cerrado, la preservación del bioma, la creación de Unidades de Conversación de Uso Sostenible como Reservas Extractivas (RESEX) y Reservas de Desarrollo Sostenible (RDS). En un segundo momento, investigamos los sitios web relacionados con las agencias públicas como el Ministerio de Medio Ambiente (MMA), el instituto Chico Mendes de Biodiversidad (ICMBio) y el Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SNUC), para obtener información sobre posibles Unidades de Conservación de Uso Sostenible, creado o en el proceso de ser creado en el estado de Minas Gerais. Entonces, lecturas fueron realizadas en artículos académicos, y en libros de autores que han estudiado la transformación del norte de Minas Gerais. Además, hemos realizado registros fotográficos, que compondrán la colección de imágenes de este trabajo, a través de la observación de los paisajes que crean el escenario histórico y cultural del lugar. Fue realizado un trabajo de campo en las comunidades rurales de Gerais do Calixto y Lanza 1, en el cuartel general del Movimento Graal y en el ayuntamiento, localizado en el área urbana. Nos acercamos a la gente investigada a través de conversaciones informales y en estos lugares, dialogamos con ellos, abordando temas que identificamos como los principales, guiados por un semi estructurado guión. La motivación para hablar sobre los temas fueron eventos socio ambientales y sus consecuencias para la vida comunitaria y sus actividades. Hemos usado la metodología de investigación cualitativa para elaborar este trabajo, desde las perspectiva de la observación participante y la historia de la vida, donde los entrevistados nos hablaron sobre sus memorias y experiencias de la vida como poblaciones tradicionales viviendo en/del Cerrado.

Palabras clave: Territorio. Lugar. Sociobiodiversidad. Cerrado. Comunidades Tradicionales. Mujeres. Economía Solidaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Remanso do Fogo-Área de Concessão da Associação	54
Figura 2: Fitofisionomia do Bioma Cerrado.....	62
Figura 3: Rede de enfrentamento à violência contra a mulher.	211
Figura 4: Organização das Redes de Economia Solidária no Brasil, 2007.	235

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Ponte Marechal Hermes-Buritizeiro-MG.....	47
Foto 2: Prédio da Fundação Caio Martins (FUCAM)-Buritizeiro-MG.....	48
Foto 3: Vegetação de estrato arbustivo com troncos retorcidos no período de inverno-território da RESEX de Buritizeiro-MG	49
Foto 4: Corredeiras do Rio São Francisco, onde ocorre a pesca artesanam-Buritizeiro-MG.....	53
Foto 5: Árvores com troncos retorcidos e galhos secos no período do inverno, marcam a vegetação de estrato arbustivo do Cerrado-Buritizeiro-MG	65
Foto 6: Serra do Alemão-Comunidade Gerais do Calixto.....	124
Foto 7: Área de vereda-buritizal-Comunidade Lança 1	125
Foto 8: Baixa vazão no Médio São Francisco, provocada pela seca nos municípios de Buritizeiro e Pirapora-MG	130
Foto 9: Placa indicando a localização da Comunidade Gerais do Calixto	136
Foto 10: Casa onde viveram os ancestrais da família Calixto, com vista para a Serra do Alemão-Comunidade Gerais do Calixto.....	136
Foto 11: Placa indicando a localização da Comunidade Lança 1 (Assentamento Rural São Francisco) ...	137
Foto 12: Propriedade de uma representante da Comunidade Lança 1, cercada por espécies arbóreas e arbustivas do Cerrado.....	137
Foto 13: Propriedade de um representante da Comunidade Lança 1	138
Foto 14: Pequena criação de gado leiteiro-Comunidade Lança 1	138
Foto 15: Doces dos frutos do Cerrado (Buriti e Coco Catolé)	150
Foto 16: Floresta de eucalipto plantada no município de Buritizeiro-MG.....	164
Foto 17: Área cultivada com eucalipto em fase de crescimento no município de Buritizeiro-MG	165
Foto 18: Igreja evangélica localizada na Comunidade Lança 1	177
Foto 19: Logomarca da Associação Chico Fulô-MG.....	190
Foto 20: Tipos de doces produzidos a partir dos frutos do Cerrado.....	191
Foto 21: História do Chico Fulô.....	192
Foto 22: Os tipos de atividades de artesanatos que eram elaborados na Sede do Movimento Graal	196
Foto 23: Cartaz do Projeto pelo fim da violência contra a mulher, desenvolvido na Sede do Movimento Graal em Buritizeiro-MG.....	198
Foto 24: Cartilha do Controle Social e a Participação das Mulheres na Capacitação de Conselheiras de Direitos Humanos em Minas Gerais.....	202
Foto 25: Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.....	218
Foto 26: Campanha Agosto Lilás de prevenção e pelo fim da violência contra a mulher em Minas Gerais	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção de carvão vegetal no Brasil e Minas Gerais (2000-2010)	82
Gráfico 2: Produção de eucalipto em folha no Brasil e Minas Gerais (2000-2010).....	83
Gráfico 3: Produção de madeira para papel e celulose no Brasil e Minas Gerais (2000-2010)	84
Gráfico 4: Produção de madeira para outras finalidades no Brasil e Minas Gerais (2000-2010)	84
Gráfico 5: Produção de lenha no Brasil e Minas Gerais (2000-2010).....	85
Gráfico 6: Ranking do valor de produção do extrativismo vegetal e silvicultura-2018.....	89
Gráfico 7: Efetivo de rebanho bovino por cabeças em Buritizeiro-MG (1974-1999).....	158
Gráfico 8: Efetivo de rebanho bovino por cabeça em Buritizeiro-MG (2000-2020)	159
Gráfico 9: Plantação de milho em grãos (hectares) em Buritizeiro-MG (1988-1999)	160
Gráfico 10: Plantação de milho em grãos (hectares) em Buritizeiro-MG (2000-2020)	161
Gráfico 11: Plantação de Soja em grãos em Buritizeiro-MG (1988-1999)	162
Gráfico 12: Plantação de Soja em grãos (hectares) em Buritizeiro-MG (2000-2020)	162
Gráfico 13: Plantação de eucalipto (hectares) em Buritizeiro (2013-2020)	163
Gráfico 14: Número de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Minas Gerais.....	215
Gráfico 15: Número de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Buritizeiro-MG	216

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mesorregião Norte de Minas Gerais	38
Mapa 2: Microrregião de Pirapora-MG.....	43
Mapa 3: Localização do município de Buritizeiro-MG.....	50
Mapa 4: Uso e ocupação do solo com eucalipto-década de 1970-Buritizeiro-MG	75
Mapa 5: Uso e ocupação do solo com eucalipto-década de 1980-Buritizeiro-MG	79
Mapa 6: Uso e ocupação do solo com eucalipto-década de 1990-Buritizeiro-MG	80
Mapa 7: Uso e ocupação do solo com eucalipto-década de 2000-Buritizeiro-MG	81
Mapa 8: Uso e ocupação do solo com eucalipto-2010-Buritizeiro-MG.....	86
Mapa 9: Área delimitada para RESEX Serra do Alemão.....	122
Mapa 10: Localização das Comunidades Gerais do Calixto e Lança 1.....	132

LISTA DE MOSAICO DE FOTOS

Mosaico 1: a) Córrego Cavaleriano, assoreado-Comunidade Gerais do Calixto. b) Solo arenoso na área de gerais (área de transição do Cerrado para a Caatinga no território da RESEX).....	140
Mosaico 2: a) Veredas devastadas pelo fogo que implicam na diminuição ou extinção do fruto de buriti utilizado na produção de alimentos. b) Área degradada pela ação antrópica no território da RESEX	141
Mosaico 3: a) Gamela utilizada na secagem de farinha de mandioca. b) Biju de farinha de mandioca armazenado em balde de alumínio. c) Secagem do polvilho na Comunidade Lança 1	151
Mosaico 4: a) Mandioca in natura cultivada no local e destinada a comercialização e produção de farinha, polvilho e biju-Comunidade Lança 1. b) Galinheiro construído com os recursos disponíveis no lugar-Comunidade Gerais do Calixto	152
Mosaico 5: Frutos típicos do Cerrado. A) baru. B) jatobá. C) pequi. D) mangaba. E) araticum. F) umbu	168
Mosaico 6: Os resíduos da paisagem da Comunidade Gerais do Calixto	174
Mosaico 7: a) Escola rural desativada. b) Quiosque onde ocorriam as atividades de recreação da escola-Comunidade Lança 1	175
Mosaico 8: a) Sede do Movimento Graal em Buritizeiro-MG. b) Interior da casa do Movimento Graal...	187
Mosaico 9: a) Casa onde funciona a Sede do Movimento Graal em Buritizeiro-MG. b) Bairro Vila Maria onde se localiza a Sede do Movimento Graal.....	189
Mosaico 10: a) Fachada da cozinha utilizada pela Associação Chico Fulô. b) Área externa da cozinha-Comunidade Lança 1	193
Mosaico 11: Estrutura da cozinha utilizada pela Associação Chico Fulô-Comunidade Lança 1	193
Mosaico 12: a) Caixa de embalagem utilizada para armazenar os produtos da Associação Chico Fulô. b) Embalagem desmontada com descrição do fruto do Cerrado utilizado na elaboração dos produtos	195
Mosaico 13: a) Área externa do galinheiro em fase final de construção. b) Área interior do galinheiro em fase final de construção-Comunidade Gerais do Calixto	252

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Unidades de Conservação do Brasil-2020.....	99
Quadro 2: Área das Unidades de Conservação por bioma	100
Quadro 3: Unidades de Conservação Implementadas no Cerrado	102
Quadro 4: Decretos Municipais declarando estado de emergência no município de Buritizeiro-MG	147
Quadro 5: Indicadores de desemprego e subutilização para população de 14 anos ou mais idade (2020-2021)	248

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ranking de áreas plantadas com eucalipto e pinus no Brasil em 2019	87
Tabela 2: Área plantada com eucalipto e pinus nos municípios brasileiros-2018.....	90
Tabela 3: Número de Mulheres Vítimas de Femicídio em Minas Gerais	217
Tabela 4: Recursos Investidos nos Projetos de ES (2003-2010)	231
Tabela 5: Distribuição dos Recursos nos Projetos de ES, por Abrangência Nacional Regional (2003-2010)	232
Tabela 6: Quantidade e Percentual de Empreendimentos de Economia Solidária por Unidades da Federação/Região (2005-2007)	243
Tabela 7: Participantes dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil	246

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADENE- Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ALMG- Assembleia Legislativa de Minas Gerais
APA- Área de Proteção Ambiental
ARIE- Área de Relevante Interesse Ecológico
BDMG- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CAA/NM- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CADECS- Centro de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Sustentável
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEM - Conselho Estadual da Mulher
CIDAC- Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
CBHSF- Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco
CNUC- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CEPCT-MG- Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais
CRAD - Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos
EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPS- Economia Popular Solidária
ESEC- Estação Ecológica
FLONA- Floresta Nacional
FRANAVE- Companhia de Navegação do São Francisco
IAB-Instituto de Arqueologia Brasileira
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBDF- Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
ICMBio- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
IDENE- Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAGECULT- Laboratório de Geografia Cultural
MAB- Movimento de Atingidos por Barragens
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PARNA-Parque Nacional
POLOCENTRO- Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PRODECER- Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
OIT- Organização Internacional do Trabalho
ONU- Organização das Nações Unidas
REBIO- Reserva Biológica
RDS- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN- Reserva Particular do Patrimônio Natural
RESEX- Reserva Extrativista
REVIS- Refúgio de Vida Silvestre
Rural Minas - Fundação Rural Mineira
SAAE- Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto
SEAPA- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
SEDESE- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDPAC- Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais
SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática
SISNAMA- Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPM/ PR- Política para Mulheres da Presidência da República
SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TSE- Tribunal Superior Eleitoral
UC- Unidade de Conservação
UFG- Universidade Federal de Goiás
UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais
UFT- Universidade Federal do Tocantins
UFU- Universidade Federal de Uberlândia
UNB- Universidade de Brasília
UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	37
Microrregião de Pirapora	42
Histórico de formação territorial e emancipação do município de Buritizeiro	45
Localização do município de Buritizeiro	49
1 A SOCIOBIODIVERSIDADE DO CERRADO, A CRIAÇÃO E A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	58
1.1 A Sociobiodiversidade do Cerrado	58
1.1.2 Os gerais	64
1.2 As transformações do Cerrado e o cultivo de eucalipto	67
1.3 A criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação	90
1.4 A legitimação dos Povos Tradicionais	109
1.4.1 Os geraizeiros	113
2 A LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DA RESEX E PERMANÊNCIA NO LUGAR	116
2.1 A importância da implementação da RESEX na preservação da sociobiodiversidade	116
2.2 A luta pela vida dos geraizeiros no lugar	131
2.3 Os saberes e fazeres associados as práticas socioambientais	144
3 AÇÕES E REAÇÕES DOS GERAIZEIROS EM TERRITÓRIOS TENSOS	155
3.1 Os usos e apropriações em um contexto de disputa territorial	155
3.2 Os vínculos territoriais e as territorialidades dos geraizeiros	172
3.3 As estratégias de r-existência dos geraizeiros	180
4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO SOCIAL E NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	186
4.1O Movimento Graal Mulher no Brasil	186
4.2 Os Direitos Humanos da Mulher	197
4.3 A Economia Popular Solidária no Brasil	221
4.3.1 As Redes de Economia Solidária e as Redes de Colaboração Solidária.....	234
4.3.2 Os Empreendimentos Econômicos Solidários	241
4.4 A participação das mulheres nas ações comunitárias em tempos de pandemia	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS:	260
ANEXOS:	273

INTRODUÇÃO

Ao longo de minha trajetória acadêmica, tive a oportunidade de estudar sobre as humanidades do Cerrado com a “leitura do espaço” pela perspectiva da Geografia Cultural e Humanista, a partir da minha inserção no Laboratório de Geografia Cultural (LAGECULT), do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Foram várias experiências que marcaram minha trajetória como pesquisadora, desde o desenvolvimento dos projetos de Iniciação Científica, que me possibilitaram conhecer os sujeitos culturais que são e estão no Cerrado da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Em seguida, ingressei no mestrado, onde continuei a jornada de estudos nas estradas triangulenses, desvendando as transformações na paisagem provocadas pela monocultura da cana-de-açúcar. Mas, descobri que por detrás dessas paisagens supostamente homogêneas, existem modos de vida camponeses que possuem suas especificidades socioculturais e que não foram capturados pela lógica de produção capitalista.

Esses aprendizados de pesquisas geográficas, me fizeram apreender e conhecer mais sobre essas populações, que devem ser valorizadas, mas, que geralmente são esquecidas pelas instituições governamentais e até pela sociedade moderna. E na maiorias das vezes são excluídas pelos atores hegemônicos capitalistas em detrimento da produção de suas monoculturas que estão voltadas para o abastecimento do mercado externo. Esses grupos de camponeses continuam no lugar, disputando os territórios com o agronegócio, seguem resistindo e lutando por sua permanência e sobrevivência.

As participações nos grupos de estudos promovidos pelo orientador e a equipe de pesquisadores do Laboratório de Geografia Cultural (LAGECULT), foram fundamentais no processo de crescimento científico. Os encontros do grupo contribuíram na elaboração do projeto de pesquisa e na estruturação dos capítulos da tese. Discutimos textos com abordagens metodológicas voltadas para as categorias de análise da Geografia, e fomos orientados na construção da estrutura metodológica e teórico-empírica da pesquisa.

A pesquisa de doutorado se mostrou como um desafio, pois, se tratava de um novo projeto, cujo tema: Sociobiodiversidade do Cerrado: perspectivas para o mundo do Cerrado, desenvolvido por professores dos cursos de Graduação e Pós-Graduação de três instituições de ensino: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Tocantins- Campus Porto Nacional (UFT) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O projeto foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Pessoal (CAPES), e contou com a participação de professores e alunos de Pós-Graduação nível doutorado e pós-doutorado das instituições mencionadas, bem como, de professores de outras instituições de ensino superior em âmbito nacional. Desse modo, a partir do projeto mencionado é que cheguei à área de estudo, onde tive contato com um contexto histórico cultural, social, econômico, político e ambiental que conhecia somente através de leituras de bibliografias de pesquisadores que se dedicaram a estudar a Mesorregião Norte de Minas Gerais.

O objetivo desta pesquisa de doutorado é compreender a sociobiodiversidade do Cerrado e os modos de vida das populações tradicionais tensionadas pelos interesses econômicos e como elas reagem para continuarem vivendo na área demarcada para implementação da Reserva Extrativista no município de Buritizeiro, na Mesorregião do Norte de Minas Gerais e a participação das mulheres na construção social e na Economia Popular Solidária.

Trata-se de estudar o contexto de disputa territorial entre as comunidades tradicionais, a silvicultura e o agronegócio desde a década de 1960 a 2020. Além disso, é necessário analisar como se dão os usos e a extração dos recursos naturais, fundamentais para a vida das pessoas que dependem desse território para garantir a sua existência, os quais se (re) inventam a partir de seus saberes e fazeres socioambientais.

O Cerrado é bastante conhecido por sua biodiversidade biológica, e também é reconhecido como a savana mais rica em nível mundial. Também possui uma grande importância com relação aos aspectos social e cultural, pois, muitas populações tradicionais vivem em seu território e vivem dos recursos naturais extraídos, de forma sustentável. Trata-se de modos de vida que existem sem devastar o meio ambiente, garantindo a preservação das espécies nas unidades de conservação, tais como: os quilombolas, os geraizeiros, os vazanteiros, os ribeirinhos, as quebradeiras de coco babaçu e os povos originários: indígenas (juntos integram o patrimônio histórico e cultural do Brasil e possuem o conhecimento tradicional de sua biodiversidade). Sua área abrange cerca de 2 milhões de km² representando um quarto do território do Brasil (BRASIL, 2017).

Esse bioma tem sofrido os impactos da exploração e (re) ocupação de suas áreas com monoculturas a exemplo do Triângulo Mineiro e Sudoeste goiano onde são produzidas *commodities*, principalmente cana-de-açúcar e soja. São áreas extensas ocupadas por essas lavouras que em sua maioria exportam a matéria prima e seus produtos para outros países, e deixam apenas o excedente da produção no Brasil.

Além dessas regiões supracitadas, os impactos do agronegócio também são sentidos na mesorregião do Norte de Minas Gerais, sobretudo o município de Buritizeiro, local onde a pesquisa foi desenvolvida. O município passou por transformações em sua paisagem natural, que antes da década de 1960 era marcada pela vegetação de Cerrado, mas, que a partir de então tem seu território ocupado pela monocultura de eucalipto e pinus, com a finalidade de promover o desenvolvimento da atividade de silvicultura, voltada para o abastecimento de indústrias siderúrgicas, fábricas de cimento, de carvoarias e na prática do carvoejamento.

Analisando o contexto social, econômico e cultural do Norte de Minas Gerais é que se percebe a necessidade da implementação de Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que são categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como uma forma de preservar a sociobiodiversidade do Cerrado.

A RESEX é um espaço que garante com que as populações tradicionais extraíam os frutos do Cerrado, utilizando de forma equilibrada os recursos naturais, respeitando os ciclos da natureza, no sentido de conservar as espécies nativas, considerando que elas são habitat dos animais e são necessárias para o equilíbrio ecológico. Conforme a Lei 9.985 de 2000, instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas Extrativistas (RESEX) classificam-se como uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UC), e são exploradas por povos tradicionais extrativistas, que retiram o sustento dos recursos disponíveis na natureza (BRASIL, 2020).

A sociobiodiversidade do Cerrado de Buritizeiro é analisada a partir dos usos e apropriações do território, onde os povos tradicionais, que vivem nas comunidades que estamos pesquisando da área onde foi realizado o processo de delimitação para a implementação da Reserva Extrativista Serra do Alemão, apontam conflitos e tensões sociais. Os povos que são denominados de geraizeiros estão vinculados ao lugar por meio de suas práticas sociais que estão associadas ao manejo do Cerrado. A presença deles no território é fundamental no sentido de valorizar a sociobiodiversidade da região norte mineira.

Cabe destacar que esses povos estão presentes no Cerrado de Buritizeiro desde os anos de 1960, na época das políticas desenvolvimentistas incentivadas pela Revolução Verde. Neste sentido, eles foram se apropriando do território e criando as suas territorialidades e vínculos territoriais. Além disso, estabeleceram relações sociais e foram

se enraizando no lugar, fazendo comparecer suas especificidades que não estão associadas a lógica de dominação capitalista.

Nos anos 1970, as comunidades tradicionais usavam a terra de maneira sustentável, apenas para o sustento de sua família, ou seja, eles viviam da coleta de frutos do Cerrado, e também cultivavam alimentos como: arroz, mandioca, feijão e criavam galinhas, porcos e vacas leiteiras para garantir a produção de queijo e requeijão artesanal. Sendo assim, o território antes utilizado na pequena produção de alimentos, começou a sofrer conflitos e disputas por parte do setor de silvicultura representado pela monocultura de eucalipto e o agronegócio, a soja, o milho, a pecuária, ambos desenvolvidos na região e no município de Buritizeiro.

Segundo Fernandes (2007):

Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. (FERNANDES, 2007, p.11).

Desse modo, parte das terras do Cerrado de Buritizeiro, passaram a ser devastadas, ou seja, as espécies nativas foram sendo derrubadas para dar lugar à monocultura de eucalipto, que tinha por finalidade abastecer as carvoarias e as fábricas de cimento e as siderúrgicas dos municípios vizinhos: Pirapora e Várzea da Palma.

Nessa perspectiva, Heidrich (2008, p.273), afirma que “as territorialidades conflitantes, porém, podem referir-se ao mesmo objeto, ao uso ou à expectativa de uso, não exatamente por áreas delimitadas, mas, por espaços representados, vividos e seus usos”.

No contexto de Buritizeiro, destaca-se um conjunto complexo de práticas e atitudes de resistência dos geraizeiros que usam o território, mesmo que essas áreas não sejam deles como proprietários, mas, se enquadram na condição de posseiros e eles resistem a partir da experiência, ou seja, o conhecimento que esses sujeitos possuem foram adquiridos ao longo de sua vivência no lugar.

Ainda conforme Heidrich (2008, p.272):

Algumas territorialidades presentes nestas situações se referem a formas tradicionais de uso da terra e de reprodução social, mas também se encontram usos pertinentes a demandas da reprodução capitalista hegemônica, as quais destoam das compreensões socioculturais locais. (HEIDRICH, 2008, p.272).

O território demarcado para a implantação da RESEX possui diferentes usos e apropriações, onde ocorrem os conflitos e tensões. Existem alguns sujeitos que estão na disputa por esse território: os geraizeiros, o agronegócio (eucalipto e pecuária) e os “atravessadores” representados por aqueles que não são e não estão no lugar e que se apropriam dos recursos naturais da área de extrativismo.

Sem contar que esses sujeitos não compreendem ou não possuem conhecimento, em relação aos ciclos da natureza, para que possam usar o território e extrair apenas o necessário para atender as necessidades da família e coletam os frutos do Cerrado fora de sua época produtiva comercializando-os por preços diferentes daqueles praticados pelos geraizeiros que são do lugar.

Esses *outsiders*¹ que não se caracterizam como extrativistas e geraizeiros, interferem no uso do território por parte dos povos tradicionais, e isso, prejudica a existência e a permanência desses sujeitos no lugar, uma vez, que aqueles que não são e estão dominando o território daqueles que são do lugar (geraizeiros), pensam na lucratividade que esses frutos trarão a curto prazo. Não se preocupam se no próximo ano terão frutos para novamente colher.

Desse modo, o território pode ser analisado pelos processos de apropriação e dominação, onde o primeiro possui uma dimensão simbólica, enquanto o segundo uma dimensão funcional.

Conforme afirma Haesbaert (2005):

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

O autor Haesbaert fundamenta seus estudos na abordagem teórica de Lefebvre, que analisa o espaço ao invés do território, mas, considera o espaço construído socialmente, ou seja, o espaço como processo. Sendo assim, é possível assegurar que o espaço analisado por Lefebvre (1986), é considerado como território, a partir de processos designados por ele de apropriação que tem início na apropriação da natureza e dominação que caracteriza a sociedade moderna capitalista. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido

¹ **Estranhos; Forasteiros; Intrusos.** Fonte: Dicionário Michaelis Online, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/>.

mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005).

A ação dos grupos econômicos vinculados às carvoarias não se limita apenas a usar a vegetação mais robusta para obter carvão. Elas disputam o território com os geraizeiros. Porém, nos momentos de aperto financeiro, alguns membros das famílias acabam se rendendo ao agronegócio e tornam-se trabalhadores temporários que prestam serviços na construção de cercas das propriedades ocupadas com eucalipto e na produção de carvão.

Nada obstante, o poder decorrente da propriedade privada não anula a luta dos geraizeiros por território. Também não é o assalariamento de parte da família que vai torná-los apenas trabalhadores destituídos de territorialidades.

Segundo Heidrich (2008):

Desta forma, não é unicamente certa área em poder de alguém o fator da territorialidade. A relação que a cria nem sempre necessita do sinal da demarcação. É o que se observa nas implicações decorrentes da implantação das UCs. As relações que aproximam e vinculam pessoas, famílias ou instituições são também ocupações, usos, sentimentos, cotidianos, percepções, representações, etc. (HEIDRICH, 2008, p. 273).

Pertencer e “ser” do lugar significa dizer que há um vínculo de afetividade com o lugar, criado e também recriado por meio de sua experiência de vida. Este sentimento é transmitido pelo sujeito ao se referir e definir o que este lugar representa de fato para sua existência (INÁCIO, 2014). Estes fatores fazem com que os geraizeiros permaneçam e lutem diariamente para permanecerem na área de RESEX, mesmo que as situações se mostrem desfavoráveis à sua condição de sobrevivência no lugar.

De acordo com Tuan (1983, p.9), “a experiência tem uma conotação de passividade; a palavra sugere o que uma pessoa tem suportado ou sofrido. Um homem ou uma mulher experiente é a quem tem acontecido muitas coisas”.

A partir dessas relações que não passam simplesmente pela lógica dominante (agronegócio e Estado), esses sujeitos vão permanecendo no lugar, na luta pela existência, que se dá por meio da experiência adquirida ao longo dos anos, do conhecimento que possuem em relação aos ciclos da natureza e da consciência coletiva em relação a preservação dos recursos naturais, onde eles retiram parte dos frutos do Cerrado para o autossustento, considerando que é necessário haver um equilíbrio, ou seja, os animais silvestres dependem da vegetação nativa para continuarem a reprodução da vida.

Na elaboração da tese, no primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico, seguido por leituras de textos que discutem sobre a biodiversidade do

Cerrado, a preservação do bioma, a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável bem como: Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Em um segundo momento, realizamos uma pesquisa em sites relacionados a órgãos públicos responsáveis pela criação das Unidades de Conservação como: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a fim de obter informações sobre possíveis Unidades de Conservação de Uso Sustentável, criadas ou em processo de criação no estado de Minas Gerais.

A partir da pesquisa realizada nos órgãos ambientais, obtivemos informações sobre duas Reservas Extrativistas (RESEX), que estão em processo de implementação na região, desde o ano de 2009, nos municípios de Buritizeiro e Ibiaí. Desse modo, elegemos apenas a área localizada no município de Buritizeiro, pois, a mesma está em estágio mais avançado de implementação, uma vez que segundo informações coletadas nos trabalhos de campo, para que se efetive é necessário a realização de audiência pública.

Para chegar à área de estudo a partir de contatos com duas professoras, uma residente em Uberlândia e a outra em Buritizeiro. Desse modo, estabelecemos contato com a professora de Buritizeiro, apresentamos parte do projeto de pesquisa, e ela nos indicou algumas pessoas no município que desenvolviam um trabalho com essas comunidades. Conhecemos o Movimento Graal Mulher, uma Organização Não Governamental que oferece cursos de capacitação, oficinas e atividades culturais à população do município.

A ONG faz parte do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e possui representação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher que trabalha em parceria com algumas entidades de classe e organizações como: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Ministério da Cultura; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Fundação Caio Martins (FUCAM); Núcleo do Pequi; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA); Cáritas Brasileira: Regional Minas Gerais; Sindicato de Trabalhadores Rurais. Também conta com a participação de movimentos sociais de luta pela terra: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Centro de Intervenção Para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros.

Os dados levantados, analisados e tabulados estão disponíveis ao longo do trabalho em forma de mapas, tabelas, gráficos e quadros com interpretação e análise dos aspectos apresentados.

Estabelecemos contato com representantes de duas comunidades tradicionais que integram a área da RESEX a saber: Gerais do Calixto e Lança 1. Mas, existem outras comunidades que estão dentro do território da Reserva Extrativista: Lança 2, Santa Helena e Jatobá. Entretanto, não conseguimos estabelecer contato com pessoas das demais comunidades. Dialogamos também com mulheres que fazem parte do Movimento Graal, bem como, com pessoas que trabalham em instituições públicas como: a Prefeitura Municipal e Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto do município de Buritizeiro.

Foram realizados trabalhos de campo, seguidos por registros fotográficos integram o acervo de imagens, a partir da observação das principais paisagens que compõem o cenário histórico e cultural do lugar. Realizamos trabalhos de campo nas duas comunidades rurais supracitadas e na sede do Graal que se localiza na área urbana. No primeiro momento nos aproximamos dos pesquisados por meio de conversa informal e dialogamos com as pessoas do local, abordando temas que identificamos como principais. A motivação para falarmos sobre os temas foram os eventos socioambientais e suas consequências para a vida comunitária e suas atividades.

Tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo (NETO, 2002, p.51).

Ainda conforme a abordagem de Neto (2002):

O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e do confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. E o pesquisador, ao se empenhar em gerar conhecimentos, não pode reduzir a pesquisa à denúncia, nem substituir os grupos estudados em suas tarefas políticas sociais. (NETO, 2002, p.64).

O trabalho de campo é uma importante ferramenta para redefinição de abordagens metodológicas e de projetos, e ajuda a decifrar alguns enigmas que vão se criando no decorrer da pesquisa. A partir desse instrumento, o pesquisador tem condições de analisar e entender a realidade dos lugares em que os pesquisados se encontram.

Para Santos (1999):

A importância do trabalho de campo não se limita apenas a ouvir as pessoas; ao sentido que elas dão às coisas; ao terminado, nem tão pouco ao real como fato realizado e acabado. A importância do empírico, portanto, é promover contato, ou seja, é a análise voltada para as tendências de interpretações que os pesquisados promovem do mundo, num movimento dinâmico orientado pelas determinações sociais e do seu lugar. Tal procedimento implica na compreensão do vivido, o qual deriva dos atos práticos que as pessoas, a partir de suas organizações sociais, vão construindo no tempo e no espaço. (SANTOS, 1999, p.120).

Para atingir os objetivos da pesquisa que aqui nutriu as nossas reflexões, estabelecemos uma abordagem pautada nos usos do Cerrado presente no território e naquilo que os usos representam para afirmação das comunidades tradicionais. Nesse caminho exploramos e comparamos teoricamente as categorias vínculos territoriais e territorialidades. Nos lugares dialogamos com os sujeitos envolvidos no processo de reivindicação de um território geraizeiro, o qual se anuncia a partir das práticas sociais daqueles sujeitos, na medida em que lutam pelo reconhecimento do seu território. Identidade e pertencimento foram analisados a partir da (re) existência relativa e relacional à experiência dos sujeitos que participaram do movimento.

Segundo Martins (2011, p.31), “a pesquisa é um recorte subjetivo e particular! De um “eu”. Um eu que seleciona o que interessa. Por conseguinte, ela é uma leitura do mundo feita a partir das minhas concepções filosóficas, culturais e psicológicas”.

Nas falas sobre o histórico de lutas os pesquisados abordaram sobre as memórias e os seus modos de vida, mobilizações para se manterem como populações tradicionais e extrativistas. Os depoimentos foram filmados, com a devida autorização dos pesquisados e foram transcritos na íntegra. As gravações são necessárias para edição de documentários, com o objetivo de apresentar a Sociobiodiversidade do Cerrado do Norte de Minas Gerais.

No momento em que dialogamos com os pesquisados, utilizamos a metodologia de entrevista semiestruturada, mas, deixamos os sujeitos à vontade para expressar por meio de suas falas o que o Cerrado representa para eles e quais as motivações que fazem com que eles permaneçam no lugar, mesmo, em meio aos conflitos e tensões provocados pelos diferentes usos e apropriações do território em questão.

A entrevista semiestruturada está centrada em um conteúdo sobre o qual elaboramos um roteiro com as principais questões que irão conduzir a entrevista, com as demais perguntas que possam surgir durante o momento da pesquisa. Além disso, esse tipo de entrevista faz com que as informações sejam apresentadas de forma espontânea, onde as respostas não seguem um padrão de roteiros com questões objetivas. O roteiro de entrevista é utilizado como um instrumento de pesquisa utilizado pelo pesquisador para estabelecer interação com o pesquisado (MANZINI, 2004, p. 02).

Cabe destacar que as pesquisas bibliográficas e orais têm por objetivo o levantamento de informações sobre as práticas sociais, conhecimentos e representações culturais, bem como, os seus desdobramentos para a vida em comunidade. As falas foram transcritas na íntegra, com a devida autorização dos entrevistados, os quais depositaram inteira confiança nesta pesquisa.

Além disso, utilizamos a observação participante, que se concretiza a partir do contato direto do pesquisador com o fenômeno pesquisado, com a finalidade de captar dados e informações relacionados à realidade dos sujeitos sociais. Desse modo, o pesquisador (observador), que naquele determinado momento faz parte do cenário de observação, estabelece contato direto com os pesquisados (observados). A relevância desse procedimento encontra-se no fato de podermos capturar diversas situações ou fenômenos que não conseguimos por meio de roteiros de entrevistas e perguntas, considerando que eles são diretamente observados em sua própria realidade, ou seja, em sua vida real (NETO, 2002, p.59-60).

Como procedimento metodológico a história de vida também pode ser um instrumento importante na realização de pesquisas empíricas como trabalhos de campo, e contribuem na elaboração de pesquisas de algumas áreas das Ciências Humanas, como: Ciências Sociais, História, Antropologia e Geografia.

Ainda conforme afirma Neto (2002):

Em relação à história de vida, como estratégia de compreensão da realidade, sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações. Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido que muitas vezes nos chega em tom de confidência. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. (NETO, 2002, p.58-59).

Foram entrevistadas 26 pessoas, sendo 5 representantes de instituições públicas localizadas no município, 3 pessoas representando o Movimento Graal e as outras 18 pessoas são representantes das comunidades rurais (geraizeiros e extrativistas). No entanto, a identidade das pessoas não foi revelada, com a finalidade de protegê-los de possíveis retaliações garantindo a integridade ética e moral dos pesquisados.

Os relatos estão no corpo do texto identificados pelas iniciais dos nomes dos entrevistados e estão na fonte tamanho 10 e em itálico, para diferenciar das citações bibliográficas.

As fotografias que estão disponibilizadas no trabalho foram capturadas apenas da paisagem natural, das casas, dos objetos utilizados durante a produção de alimentos, de fachadas de instituições importantes para este estudo, embalagens de produtos, entre outros. Desse modo, as imagens das pessoas que participaram da pesquisanão serão divulgadas.

Com a participação dos pesquisados, muitos dos resultados obtidos durante os trabalhos de campo foram construídos em parceria entre pesquisador e as pessoas que vivem no lugar.

De acordo com Martins (2011):

É somente com os laços de envolvimento e comprometimento fortalecidos, do pesquisador e da pesquisa, que de fato, pode-se conhecer com profundidade as pessoas e as coisas que estamos pesquisando. E o comprometimento quer dizer também que antes de qualquer coisa o homem humano é quem prevalece sobre as demais questões. (MARTINS, 2011, p.51-52).

A partir dos trabalhos de campo, os modos de vida, costumes, hábitos e tradições foram sendo conhecidos, indicando que a maioria dos sujeitos que vivem na área reivindicada a se tornar RESEX estabelece relações com o Cerrado referenciada em saberes e fazeres constituídos histórica e culturalmente. Quanto a construção dos vínculos territoriais foi analisada a partir das estratégias de permanência dos pesquisados no lugar.

Além dos procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da tese, recorreremos às mensagens via celular como um recurso tecnológico para captarmos informações dos pesquisados durante o ano de 2020, considerando que devido a pandemia de COVID-19, fomos impossibilitados de realizar incursões ao campo na área de estudo.

Organizamos também, um evento: VI Circuito da Sociobiodiversidade: Mulheres, Território, Comunidades Tradicionais e Extrativismo, que ocorreria no mês de março de 2020, mas foi cancelado por conta da pandemia. O Circuito da Sociobiodiversidade do Cerrado, tratou-se de um evento itinerante, realizado nos lugares em que as pesquisas de doutorado e pós-doutorado estavam sendo desenvolvidas, tendo como base o projeto: Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado, com a equipe de professores coordenadores das universidades UFG, UFT e UFU.

Nesses eventos, cada pesquisador teve a oportunidade de apresentar seu trabalho, refletir os aspectos teóricos e metodológicos, expor a sua produção audiovisual, avaliar o andamento da pesquisa e exercitar a experiência de ver, sentir e dialogar com as populações do Cerrado. Os circuitos contribuíram com a elaboração desta tese, pois,

nutriram debates e questionamentos, que nos conduziram à construção teórica, metodológica e empírica da pesquisa.

Sendo assim, no período de pandemia, retomamos a pesquisa aos pesquisados através de contato via redes sociais e a partir de conversas informais alguns dos pesquisados nos relataram sobre as dificuldades enfrentadas por conta do isolamento social. Desse modo, as mulheres representantes do Movimento Graal, tiveram a iniciativa de se organizarem para atender às comunidades tradicionais e algumas pessoas da cidade de Buritizeiro². Eles também nos enviaram vídeos gravados nos seus celulares, das hortaliças, dos pomares e de criações de animais, atividades iniciadas e desenvolvidas no primeiro ano de pandemia, onde foram estabelecidas estratégias para sobrevivência.

Ao longo do trabalho apresentamos o conceito de “gerais” que representa a vegetação de Cerrado em áreas de transição para o bioma da Caatinga, bem como, os “geraizeiros” que representam uma categoria de populações tradicionais do Brasil. No trabalho, também apresentamos a definição de “extrativista”, pois tratam-se dos povos que coletam os frutos do Cerrado, representado pelos geraizeiros. No primeiro momento, os geraizeiros e os extrativistas, podem ser vistos como sujeitos distintos, mas, quando conhecemos a realidade dos lugares pesquisados, percebemos que eles se identificam tanto como geraizeiros devido ao fato de viverem nos gerais e também como extrativistas, pois, extraem os frutos e as ervas medicinais.

Considerando o avanço nos trâmites da implementação da RESEX Serra do Alemão e das comunidades tradicionais denominadas de geraizeiros é que fomos desenvolvendo esta tese. Analisamos e desvendamos alguns enigmas da pesquisa. No início do desenvolvimento do projeto, elencamos alguns objetivos que nortearam a construção dos capítulos da tese, mas, com a nossa aproximação com os pesquisados durante os diálogos estabelecidos nos trabalhos de campo, percebemos que era importante mudar alguns aspectos da pesquisa.

Neste sentido, esta tese está estruturada da seguinte forma: Introdução/Metodologia da pesquisa; Caracterização da área de estudo; Capítulo 1: A sociobiodiversidade do Cerrado, a criação e a gestão das Unidades de Conservação; Capítulo 2: A luta pela implementação da RESEX e a permanência no lugar; Capítulo 3: Ações e reações dos geraizeiros em territórios tensos; Capítulo 4: A participação das mulheres na construção social e no desenvolvimento da economia solidária e as Considerações Finais.

² Conteúdo que será abordado de forma mais detalhada no capítulo 4.

Os capítulos foram estruturados de acordo com os objetivos específicos do projeto de pesquisa tais como:

- Analisar as legislações, decretos de criação e gestão das Unidades de Conservação e a preservação da sociobiodiversidade do Cerrado, bem como, a criação de órgãos ambientais: SNUC, ICMBio e as políticas públicas que legitimam os direitos dos povos tradicionais.
- Compreender o processo de institucionalização da Reserva Extrativista de Buritizeiro e a luta pela permanência dos geraizeiros no lugar.
- Conhecer os modos de vida, os vínculos territoriais, as lutas e disputas dos povos tradicionais em territórios tensos e suas estratégias de r-existência.
- Analisar a participação das mulheres nas relações sociais, de trabalho, de produção, comercialização dos produtos do Cerrado a partir da economia solidária e a promoção das ações comunitárias em tempos de pandemia.

Desse modo, no primeiro capítulo foram analisadas as legislações, decretos federais, estaduais e municipais de criação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), bem como, das categorias de Unidades de Conservação (UCs) que foram criadas no Brasil: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Foi feito um levantamento bibliográfico junto aos órgãos e entidades governamentais, para obter informações sobre as legislações que regem a criação e a regulamentação das UCs. Além disso, foi realizado um levantamento das políticas públicas que legitimam os direitos dos povos tradicionais e povos originários (indígenas), do Brasil e do estado de Minas Gerais.

Realizamos uma incursão histórica do período de 1988 a 2020 em que a primeira Unidade de Conservação foi implementada no Brasil, antes da instituição do SNUC nos anos 2000. Traçamos uma linha do tempo com a finalidade de identificar em quais dos governos foram criadas o maior número de UCs no Brasil.

Neste sentido, também caracterizamos o Cerrado destacando a sociobiodiversidade que contempla os aspectos: físicos, culturais, sociais e econômicos. Além disso, realizamos uma incursão histórica a fim de abordar sobre o processo de reocupação do Cerrado, onde tratamos de aspectos ligados ao uso e ocupação do seu território desde a década de 1960, no auge da Revolução Verde até o ano de 2020.

Além disso, foi feito um levantamento de informações e dados referentes ao avanço do agronegócio e as transformações do Cerrado do Norte de Minas Gerais e do município de Buritizeiro, movido pelas políticas de incentivo ao desenvolvimento agrícola no Brasil.

Essas políticas fazem parte dos projetos de desenvolvimento do Cerrado, com a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que tinham por objetivo ocupar o bioma que até os anos 1960 era considerado improdutivo.

No segundo capítulo nos propomos a compreender o processo de implementação da Reserva Extrativista de Buritizeiro e a importância dessa Unidade de Conservação para a preservação da sociobiodiversidade e no desenvolvimento territorial local e da mesorregião do Norte de Minas Gerais. Foi realizado um levantamento de informações a partir de leituras em teses, dissertações, artigos científicos e capítulos de livro, que tratam sobre as comunidades rurais da região norte mineira e do município de Buritizeiro.

Em um segundo momento abordamos sobre a situação em que os povos tradicionais (geraizeiros) encontram-se frente a sua luta por permanência no lugar e os seus modos de vida que estão associados aos saberes socioambientais. Foram apresentadas informações a partir de observação e análise realizadas em trabalho de campo, onde representantes das comunidades tradicionais em seus depoimentos falam sobre as lutas e dificuldades enfrentadas para permanecerem no lugar, desenvolvendo estratégias para que suas práticas não sejam extintas e para conseguirem se manter com renda que é gerada a partir da comercialização dos frutos e de seus derivados.

No terceiro capítulo foi feito um levantamento bibliográfico de autores que pesquisaram os povos tradicionais da mesorregião do Norte de Minas Gerais, bem como, investigamos e conhecemos parte das lutas e dessas comunidades no território do Cerrado.

Foram realizados trabalhos de campo para conhecer e identificar quais são as categorias de povos tradicionais que se encontram na área demarcada para implementação da RESEX. A classificação dos povos tradicionais que encontramos em Buritizeiro foram geraizeiros, os quais envolvem os extrativistas, os assentados e as mulheres.

Além disso, fizemos o registro das memórias dos sujeitos, por meio de entrevista semiestruturada, registro fotográfico e fonográfico, onde nos relataram sobre seus modos de vida, seus saberes e fazeres ancestrais, bem como, suas estratégias de re-existência para se manterem no/do Cerrado.

Por fim, no quarto capítulo realizamos uma abordagem cuja ênfase: a participação das mulheres da Organização Não Governamental (ONG) Movimento Graal no Brasil nas atividades de extrativismo a partir da criação do Chico Fulô. Essa organização tem como objetivo promover o desenvolvimento da economia popular solidária no âmbito do município de Buritizeiro e do Norte de Minas.

Apresentamos alguns objetivos do Movimento Graal no sentido de oferecer cursos de capacitação nas comunidades tradicionais, a fim de gerar renda para as pessoas que vivem dos recursos naturais disponíveis no Cerrado. Também destacamos o desenvolvimento de palestras e eventos da ONG em parceria com outras instituições que atuam no combate à violência contra a mulher e apresentamos algumas legislações relacionadas aos Direitos Humanos das Mulheres que vem sido conquistados ao longo dos anos.

Realizamos entrevistas com algumas mulheres que atuam no Movimento Graal, onde as mesmas relataram sobre sua fundação, a atuação, o funcionamento no Brasil, no estado de Minas Gerais e no município de Buritizeiro. Elas também nos contaram como as atividades são desenvolvidas pela ONG, as quais foram fundamentais na vida das mulheres, no sentido de estabelecerem uma rede de contato entre si, na cura de doenças psicossomáticas e na valorização da autoestima.

É importante destacar que o cenário que se instalou a nível mundial, com a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, provocou uma crise estrutural no país, e consequentemente no município de Buritizeiro. A partir de contatos estabelecidos via redes sociais com algumas mulheres sócias do Graal e de representantes das comunidades tradicionais pesquisadas, os mesmos nos relataram que se organizaram de forma comunitária para arrecadar alimentos e produtos de higiene pessoal para as famílias que vivem na área rural.

Essas famílias que vivem na área rural produzem alimentos como: verduras, legumes, hortaliças e algumas frutas que não são nativas do Cerrado, como o abacaxi, além da farinha de mandioca, o biju, o queijo, o requeijão. Sendo assim, garantem parte de seu sustento, porém, os outros itens básicos que compõem a alimentação eles adquirem com a comercialização dos produtos derivados do Cerrado e do excedente de suas pequenas lavouras. Mas, com o período de pandemia vieram as dificuldades, pois, os mesmos, devido aos decretos municipal e estadual, não puderam ir às feiras oferecer seus produtos, por conta do fechamento das mesmas, a fim de evitar aglomerações, obedecer às medidas de isolamento social e aos protocolos sanitários.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Mesorregião do Norte de Minas Gerais está localizada no Médio São Francisco. Sua área territorial abrange um total de 120.000 quilômetros quadrados, e possui uma biodiversidade em seu ecossistema como: o Cerrado, a Caatinga e a Mata Seca, além das áreas de transição de vegetação.

Sua área de abrangência corresponde a aproximadamente 128.602 km² cerca de 22% do território de Minas Gerais, está situado mais ao sul da região do semiárido do Brasil, com ocorrência de chuvas mais intensas no verão e possui uma cobertura vegetal de Cerrado e Caatinga. (Mapa1). É banhada pelas bacias hidrográficas do Rio São Francisco, Rio Jequitinhonha e Rio Pardo. A Mesorregião é uma das doze que formam a divisão administrativa do estado de Minas Gerais e está dividida em sete Microrregiões, tais como: Bocaiúva, Janaúba, Montes Claros, Pirapora, Grão Mogol, Salinas e Januária, as quais abrangem 89 municípios (BRITO, 2013).

A Mesorregião em questão é considerada como uma área de transição entre o Sudeste e o Nordeste do país e conta com uma diversidade em relação aos aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais parecidos com os da região Nordeste.

Segundo Brito (2013, p.26), “a região norte de Minas tem como marca a diversidade em vários aspectos, tanto na paisagem quanto na cultura”. A mesorregião, no ano de 1534, integrava a jurisdição da capitania de Porto Seguro na Bahia. Em 1554, uma comitiva liderada por Francisco Espinosa com a companhia do jesuíta João Navarro, veio de Salvador, depois de vários meses andando pelos sertões observando ao longo do trajeto percorrido, a beleza contida na paisagem natural da região.

Os limites naturais do Norte de Minas são constituídos pelas áreas de contato dos biomas Cerrado e Caatinga. Também se encontra na região faixas de Mata Atlântica. Este encontro de ecossistemas e paisagens ecológicas, formou uma biodiversidade específica no meio ambiente, com composição de diversas espécies vegetais e animais, onde se organizaram diferentes grupos que tomaram conhecimento e começaram a realizar o manejo de ambientes diferenciados (BRITO, 2013).

A Mesorregião do Norte de Minas, tinha uma área de cerca de 60% de seu território coberto pelo bioma Cerrado, com uma grande faixa de transição para o bioma da Caatinga, uma zona de contato com a região do semiárido nordestino. Porém, o processo de incorporação ao processo de reprodução capitalista, dessa região, iniciado em meados dos anos 1960, que era considerada uma das menos desenvolvidas do estado de Minas Gerais, foi direcionado pelo poder público e não considerou os povos indígenas e as comunidades tradicionais que já habitavam na região ao longo de séculos. Os governantes privilegiaram as oligarquias tradicionais, os setores industriais e agroindustriais voltados a atender às demandas do capitalismo sob um discurso de promover o desenvolvimento regional (DAYRELL, 1998).

Segundo Brito (2013):

A expansão capitalista no Norte de Minas foi sustentada pelo Estado, que estabeleceu as condições necessárias e concedeu incentivos fiscais e financeiros fundamentais para o capital privado na região. Com esta finalidade, na década de 1960, foi criada a Fundação Rural Mineira – Ruralminas - responsável pela política de utilização das terras e das águas do Estado. A Ruralminas associada à gestão das terras do Norte de Minas para a expansão capitalista, ignorou grupos estabelecidos na região, como os de geraizeiros, veredeiros, pescadores, vazanteiros, ilheiros, barranqueiros, caatingueiros, quilombolas e índios, que construíram suas formas de vida tendo como parâmetro a memória de seus ancestrais e os ambientes em que habitavam. (BRITO, 2013, p.16).

Quanto às demais características físicas do bioma Cerrado, é necessário apresentar aspectos do relevo, onde predomina a Serra do Espinhaço que perpassa por toda a região central na direção sul-norte, além da presença de serras, chapadas, planaltos e planícies com altitudes de aproximadamente 750 a 1.200 metros.

Com relação a ocorrência de chuvas varia entre 1.100 milímetros nos municípios localizados a oeste e ao sul da região, chegando a alcançar aproximadamente 750 milímetros no centro e norte. As chuvas ocorrem de forma irregular, e são mal distribuídas ao longo do ano e durante vários anos (DAYRELL, 1998, p.65). Isso pode ser consequência da retirada da vegetação nativa do Cerrado, para dar lugar à monocultura de eucalipto, a áreas de pastagens e criação de gado, bem como, pelas mudanças que a paisagem natural vem sofrendo desde que houve uma abertura para o desenvolvimento econômico da região.³

³ Conforme os dados apresentados de forma mais detalhada no capítulo 2 deste trabalho.

A hidrografia da região conta com 1.180 rios e córregos que são drenados por três bacias hidrográficas: São Francisco em sua porção meridional, Rio Jequitinhonha na vertente oriental e o Rio Pardo ao norte do estado de Minas Gerais. Cabe destacar que a ocorrência de cursos d'água intermitentes estão nas áreas dominadas pela Caatinga, porém, nos tempos de secas rigorosas, outros córregos têm seus canais interrompidos, o que suscitou por parte do governo, a criação de programas emergenciais, com a finalidade de prestar assistência aos locais mais afetados da região (DAYRELL, 1997, p.65).

A (re) ocupação dos mineiros no Norte de Minas Gerais, ocorreu no período de ordenamento do império sertanejo, com a formação das vilas, quase um século e meio depois do estabelecimento de vínculos entre paulistas e baianos. Em seguida, em pouco tempo houve a chegada dos imigrantes europeu, sobretudo os italianos, que começaram a habitar no entorno das Serra do Espinhaço.

Neste sentido, a região é formada por outras microrregiões cujos territórios encontram-se em diferentes ecossistemas e aspectos socioculturais, mas, que possuem processos de ocupação parecidos, bem como, a presença de populações tradicionais.

Segundo Brito (2013), várias categorias de povos tradicionais viviam estabelecendo vínculos nos lugares que faziam uso, tais como:

Os índios Xacriabás, em São João das Missões. Os quilombolas, nos vales dos rios Verde Grande e Gurutuba, e em outros lugares da região. Os vazanteiros, que vivem integrados à dinâmica das vazantes e ilhas do rio São Francisco. Os barranqueiros, que vivem nos barrancos e margens de outros rios da região, estão integrados às suas dinâmicas. Os veredeiros, que utilizam as veredas como base de sua reprodução social e que, nesse frágil ecossistema, desenvolveram agricultura sustentável e extrativismo associado à utilização do Buriti. Os caatingueiros, que moram e produzem nas caatingas do sopé da Serra Geral e têm relação de trocas e comércio com os geraizeiros, habitantes dos gerais. (BRITO, 2013, p.31).

Com a instalação da estrada de ferro na região e a criação de rodovias, várias transformações foram processadas, porém, não contemplavam o reordenamento do território e tão pouco dos fatores socioculturais. Essas mudanças ocorreram no século XX, ocasionadas pelo encurtamento de distâncias entre uma localidade e outra, e teve como resultado o deslocamento da população e novas possibilidades de comércio (BRITO, 2013).

Ainda no contexto de desenvolvimento do Norte de Minas Gerais, é necessário abordar sobre a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no ano de 1959, com a finalidade de apresentar melhorias e desenvolver a região Nordeste do Brasil. Este órgão tinha como objetivo, organizar e gerenciar os investimentos financeiros que o governo federal disponibiliza para a região.

Sendo assim, o norte mineiro também foi inserido no projeto da SUDENE no início da década de 1960, que visava diminuir a pobreza e a seca na região Nordeste. A partir da integração do Norte de Minas à macrorregião do Nordeste brasileiro, a região passou a ser reconhecida como território mineiro do Nordeste ou área mineira do polígono da seca. Este órgão foi pensado e criado por Celso Furtado, com a finalidade de encarar os problemas estruturais da região nordestina, tirando a ênfase da seca como sendo o único problema e expondo outras perspectivas em relação às dificuldades apresentadas na região, bem como, no semiárido e sobre todo território nacional. No ano de 1964, no período da ditadura militar, o economista Celso Furtado vai embora do Brasil, e a demanda da SUDENE é alterada, manteve-se alguns projetos, mas, os aspectos relacionados às mudanças estruturais, foram abandonadas, como a lei de irrigação (BRITO, 2013).

Desse modo, a região do Alto e Médio São Francisco, começou a integrar a área de abrangência da SUDENE e da Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que estabeleceram projetos de incentivos fiscais e financeiros, com a finalidade de conduzir o desenvolvimento para o norte mineiro, dando prioridade para quatro setores: indústria, agropecuária modernizada, projetos de irrigação e o cultivo de eucalipto, comumente conhecido com área de reflorestamento. Os atos das empresas estatais eram orientados por um discurso desenvolvimentista como alternativa para o desenvolvimento econômico, a industrialização e a urbanização.

De acordo com Brito (2013):

A integração econômica justificada pela necessidade de superação da pobreza regional e pela falta de acesso aos serviços públicos de educação e saúde não foi sensível ao modo de vida que havia se estabelecido na região, consideradom estágio a ser superado e associado ao atraso. As formas das pessoas do local cultivarem a terra, as suas relações comunitárias e com o ambiente foramdesconsideradas frente à perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico, ideário inquestionável, bandeiras do Estado “desenvolvimentista”. A partir das décadas de 1960/70 o discurso do desenvolvimentismo sobre a região se baseava na aridez, na seca, na fome, na miséria e no vazio demográfico (BRITO, 2013, p.35).

No contexto de desenvolvimento do Norte de Minas, cabe ainda destacar, a Fundação Rural Mineira (Ruralminas), instituição implementada no ano de 1966, a fim de promover o planejamento, atuar na execução e coordenação de projetos de colonização em Minas Gerais. Além disso, a Ruralminas coordenou a política estadual para o uso dos recursos hídricos nos projetos de irrigação e nos cultivos de eucalipto, ao que tudo tinha indica a responsabilidade de promover o desenvolvimento e a gestão do mercado de terras no norte mineiro com iniciativas voltadas à colonização.

Neste sentido, cabe destacar que as transformações ocorreram no norte mineiro, de forma efetiva nos anos 1960, através da integração de três processos de mudanças no contexto da região Norte de Minas, que foram fundamentais na consolidação do modelo de desenvolvimento rural recomendado pelo Estado para atender a região tais como: modernização (investimento em técnicas de produção) nas propriedades ocupadas com pecuária, projetos de irrigação e silvicultura (cultivo de eucalipto e pinus), atividade denominada de reflorestamento (BRITO, 2013).

Microrregião de Pirapora

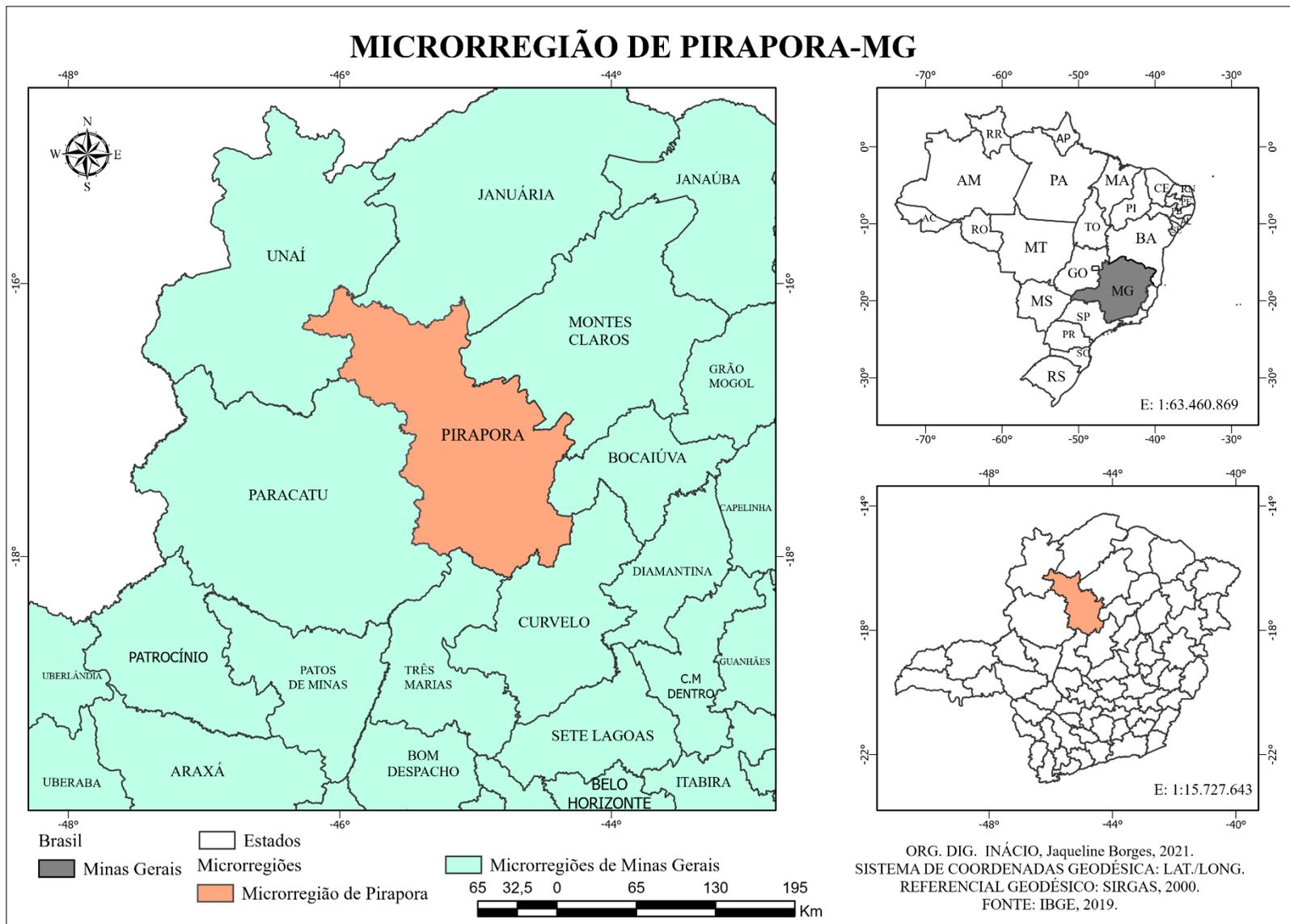
A Microrregião Administrativa de Pirapora é uma das sete que compõem a Mesorregião Norte de Minas Gerais. É formada pelos seguintes municípios: Buritizeiro, Pirapora, Ibiaí, Várzea da Palma, Jequitaí, Riachinho, Lagoa dos Patos, Lassance, Santa Fé de Minas e São Romão (Mapa 2).

Neste sentido, cabe destacar a importância do município de Pirapora para a Microrregião e sua influência no contexto regional. Cabe destacar o seu processo de ocupação e de Buritizeiro, município pesquisado neste trabalho. Os dois municípios são unidos pelo Rio São Francisco, através da Ponte Marechal Hermes, e fazem parte do mesmo processo de ocupação e povoamento, onde o rio figura como principal elo de ligação físico, econômico e social. Ambos estão localizados no bioma Cerrado (DUMONT, 2007).

O desenvolvimento de Pirapora se deu devido a navegação pelo Rio São Francisco a partir do porto fluvial e da Estrada de Ferro Central do Brasil, que entrou em funcionamento em 1918.

Pirapora teve seu distrito criado no ano de 1861, e em 1873 conforme a lei provincial, o município de Jequitaí, foi integrado a região de Pirapora e de São Gonçalo das Tabocas, bem como, Guaicuí, que até então era sede do município, porém, teve a condição de vila retirada e torna-se arraial novamente. Só era possível chegar ao arraial de São Gonçalo das Tabocas e Pirapora através de canoas e barcos. No entanto, a navegação a vapor só chegou ao Rio São Francisco em 1871. No ano de 1902, o vapor Saldanha Marinho deu início ao transporte de forma regular no arraial (DUMONT, 2007).

Mapa 2: Microrregião de Pirapora-MG



Antes do processo de ocupação de Pirapora, seu território era povoado pelos indígenas da tribo dos Cariris e em sua paisagem natural continha areias brilhantes, águas cristalinas das corredeiras do São Francisco e a vegetação de Cerrado.

Com a emancipação da nova sede do município de Pirapora, no ano de 1912, deu-se início a uma nova fase do distrito, que se tornara independente de Curvelo. Outro fato que também contribuiu com o desenvolvimento municipal foi a instalação da ferrovia no ano de 1918. Durante vários anos a ferrovia foi o único meio de transporte e comunicação com outras regiões.

Havia transporte de passageiros e de carga, o que foi um marco para o desenvolvimento socioeconômico em âmbitos local e regional. Outro fator que contribuiu de forma exponencial com o progresso do município e do Norte de Minas, foi o projeto de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), onde Pirapora é inserida no contexto de urbanização e industrialização.

No ano de 1963, foi instalada a Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE), e em 1964 Pirapora passou de cidade industrial para Distrito Industrial. Além disso, foi criada em 1975 a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), uma empresa pública, que foi constituída com a finalidade gerenciar os projetos agropecuários e de irrigação na Bacia do Rio São Francisco.

Desse modo, em 1978, o projeto de irrigação foi concretizado com a produção de frutas, tornando-se um dos maiores produtores de frutas de Minas Gerais. A SUDENE, foi instituída pela Lei no 3.962 de 15 de dezembro de 1959, ligada ao Ministério da Integração Nacional, e no ano de 2001 foi extinta, dando lugar a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), por meio de medida provisória do governo federal que tinha como objetivos: fomentar o desenvolvimento da região Nordeste, concretizar estudos, pesquisas e diagnósticos e trabalhar no planejamento e coordenação de investimentos federais na região (DUMONT, 2007).

A área de atuação da SUDENE, abrange a região Nordeste do Brasil, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas Gerais. No estado mineiro, os setores que receberam investimentos maiores foram a indústria e a agropecuária. Por meio desses investimentos Pirapora tornou-se um Polo Industrial influente, dispondo de recursos para o setor agropecuário e agroindustrial. Os recursos foram destinados principalmente aos municípios de Buritizeiro, Pirapora, Manga e Janaúba.

Histórico de formação territorial e emancipação do município de Buritizeiro

Buritizeiro antes de ser emancipado como município era distrito de São Francisco, nomeado de São Francisco de Pirapora, conforme a Lei Provincial nº 1.112, de 16 de outubro de 1861, e pela Lei Estadual nº 2 de 14 de setembro de 1891.

Em 30 de agosto de 1911, o distrito de São Francisco de Pirapora deixa de ser subordinado ao município de São Francisco e passa a ser inserido ao município de Pirapora, pela Lei Estadual nº 556, da divisão administrativa municipal. Sendo assim, permaneceu nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01 de outubro de 1920 (IBGE CIDADES, 2019).

Em 07 de setembro de 1923, instituído pela Lei Estadual nº 843, que o distrito de São Francisco de Pirapora, passou a ser denominado de Buritizeiro. Desse modo, foram inseridos ao distrito de Buritizeiro as terras dos distritos extintos de Abaeté do Diamantino do município de Abaeté e Capão Redondo do município de São Francisco.

Conforme estabelecido na divisão administrativa em 1933, o distrito de Buritizeiro é anexado ao município de Pirapora, e teve sua permanência na divisão territorial em 01 de dezembro de 1960.

Buritizeiro foi emancipado como município, pela Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, tornando-se independente de Pirapora. O então município era constituído por três distritos: Buritizeiro, Cachoeira do Manteiga e Paredão de Minas, os mesmos criados pela mesma Lei que emancipou o município, estabelecido em 01 de março de 1963. De acordo com a divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município de Buritizeiro é formado pelos três distritos supracitados.

Essa divisão territorial permaneceu até o ano de 1995, pois, em 11 de julho de 1997 conforme disposto na Lei Municipal nº 793, foi criado o distrito de Sambaíba de Minas e inserido ao município. Desse modo, a divisão territorial instituída no ano de 2001, consolida os quatro distritos de Buritizeiro: Buritizeiro, Cachoeira do Manteiga, Paredão de Minas e Sambaíba de Minas. Essa divisão territorial permanece desde 2007.

A denominação de São Francisco de Pirapora foi alterada por sugestão de Francisco Ribeiro da Cruz, pela expressiva quantidade de palmeira “buriti” (*mauritia vinífera*), também conhecida como “buritizeiro”, ou seja, um lugar onde predominavam as veredas, que inspirou o escritor da literatura brasileira João Guimarães Rosa, em sua obra: Grande Sertão Veredas (IBGE, 2019).

Segundo Dumont (2007):

Buritizeiro veio a emancipar-se muitos anos depois, em dezembro de 1962. A partir da criação da Sudene, o modelo de desenvolvimento que vigorou no Norte de Minas nas últimas décadas foi sustentado nos grandes projetos industriais, de reflorestamento e de irrigação. Buritizeiro desenvolveu-se com a implantação de projetos agropecuários, em que proprietários de grandes latifúndios, com monoculturas de soja, café, algodão e grandes plantações de eucalipto. Esse processo acarretou em destruição quase total da área de Cerrados da região, pois é o 5º maior município em extensão territorial de Minas Gerais, com um potencial hídrico enorme. (DUMONT, 2007, p.49).

Além das informações relacionadas à formação territorial e a emancipação do município de Buritizeiro, apresentamos alguns dados referentes à infraestrutura local e regional. No ano de 1920, começaram as obras de fundação e montagem da ponte Marechal Hermes, e teve o seu objetivo não concluído, que era de ampliar a estrada de ferro que ligaria a região Norte de Minas Gerais à Belém do Pará (Foto 1).

A construção da ponte não prosseguiu e foi retomada somente dois anos depois, interligando o distrito de Buritizeiro ao município de Pirapora e a algumas regiões do Brasil. Essa nova estrada daria o acesso de maneira mais facilitada ao município de Pirapora, e também a área urbana de Buritizeiro no entorno da ponte.

Além disso, podemos observar no relato de um funcionário público sobre a construção da ponte e sua importância no contexto local e regional.

Tem a ponte Marechal Hermes que é um patrimônio histórico, é o ícone turístico da região, eu chamo a ponte de a torre Eiffel deitada. “A ponte está para nós, assim como, a torre Eiffel está para Paris”. [...] E a sua ferragem veio toda da Bélgica em meados de 1890, essa ferragem chegou na beira do São Francisco. Veio de navio, chegou no litoral e teve que entrar no sertão pra trazer toda essa ferragem para as margens do São Francisco, imagina como isso aconteceu. [...] E tudo coincidia, tinha ferrovia, hidrovía e aeroporto. E em Buritizeiro, tinha escola de aprendiz de marinheiro e, essas coisas foram perdendo com o tempo. [...] A região já foi considerada uma das mais promissoras do Brasil, isso na década de 1930. No entanto, outras cidades já passaram na nossa frente a muito tempo. [...] Então com a queda da ferrovia e com algumas indústrias a exemplo a fábrica da Antártica instalada em Pirapora, que empregava muita gente em Buritizeiro também, e quando foi embora isso deu uma queda no poder aquisitivo da região. Mas, tudo vai e tudo vem, sai um e entra outro e as pessoas vão se adaptando, vão criando outras alternativas[...]. (R.M.)⁴

⁴ Entrevista realizada com um funcionário público e empreendedor do setor de turismo, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

Foto 1: Ponte Marechal Hermes-Buritizeiro-MG



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

No início do século XX, Buritizeiro foi estruturada como cidade portuária o que perdurou até os anos de 1960, onde a ligação ferroviária-fluvial, que interligava a região central de Minas Gerais a região Nordeste, foi substituída pelo transporte rodoviário.

Com relação à educação municipal, destaca-se a atuação da Escola Caio Martins, que foi criada e fundada no ano de 1951, a partir da viagem do Coronel Manoel José de Almeida, pela região, se deparou com um prédio coberto por mato e praticamente abandonado (Foto 2). Desse modo, o coronel optou por usar o prédio em favor da educação onde foi instalada a Escola Caio Martins, considerando que esta mesma instituição já estava presente na cidade de Esmeraldas.

Conforme podemos observar no relato de um funcionário da prefeitura de Buritizeiro e empreendedor do setor de turismo: *“Tem cultura, tem patrimônio histórico, temos aqui um prédio da Fundação Caio Martins (FUCAM), que é de 1905, é o marco da região, pois, foi a primeira construção suntuosa aqui”*. [R.M.]⁵

⁵ Entrevista realizada com um empreendedor do setor de turismo e também funcionário da Prefeitura Municipal de Buritizeiro-MG, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

Foto 2: Prédio da Fundação Caio Martins (FUCAM)-Buritizeiro-MG



Fonte: Circuito Guimarães Rosa, 2020.

Em seguida, foi realizado um trabalho de pesquisa e visitação de ex-alunos da escola que pertenceram a outros núcleos. A escola foi inaugurada em 2 de janeiro de 1952, e no seu início estava voltada para os filhos de pescadores, menores abandonados e filhos de pais sem condições de cuidar e criá-los. Essas famílias eram oriundas de Buritizeiro, Pirapora e região.

Quando a Escola Caio Martins iniciou as suas atividades estava era dependente da Secretaria do Interior, mais tarde foi transferida para a Polícia Militar, que por sua vez, passou a ser confiada a Secretaria de Educação, a qual permanece na atualidade. A escola possui um significado importante para Buritizeiro, e funciona como local de reuniões sociais, festas, apresentações de peças teatrais e reuniões políticas.

Além disso, a escola contava com um cinema para promover o entretenimento dos internos e dos particulares. No local, também funcionava um Clube do Menor, onde os jovens se reuniam aos domingos para se relacionarem com a comunidade e com o apoio dos moradores de Buritizeiro, realizavam-se festas juninas e as festas de época (CIRCUITO GUIMARÃES ROSA, 2020).

Também servia a sociedade onde havia um centro de apoio, auxiliando no transporte de enfermos e gestantes, além de do fornecimento de caixões de forma gratuita, de fabricação própria em uma serralheria, para os falecidos que não tinham condições para sua aquisição. A escola recebeu o nome de Caio Martins, para homenagear um escoteiro que faleceu na Serra da Canastra, nascente do Rio São Francisco. Sendo assim, a instituição oferecia cursos de escotismo para os menores internos, que moram na escola.

Por fim, a Escola Caio Martins, estimulava os jovens na prática de cursos profissionalizantes bem como: alfaiataria, padaria, marcenaria, serralheria, mecânica e sapataria.

Localização do município de Buritizeiro

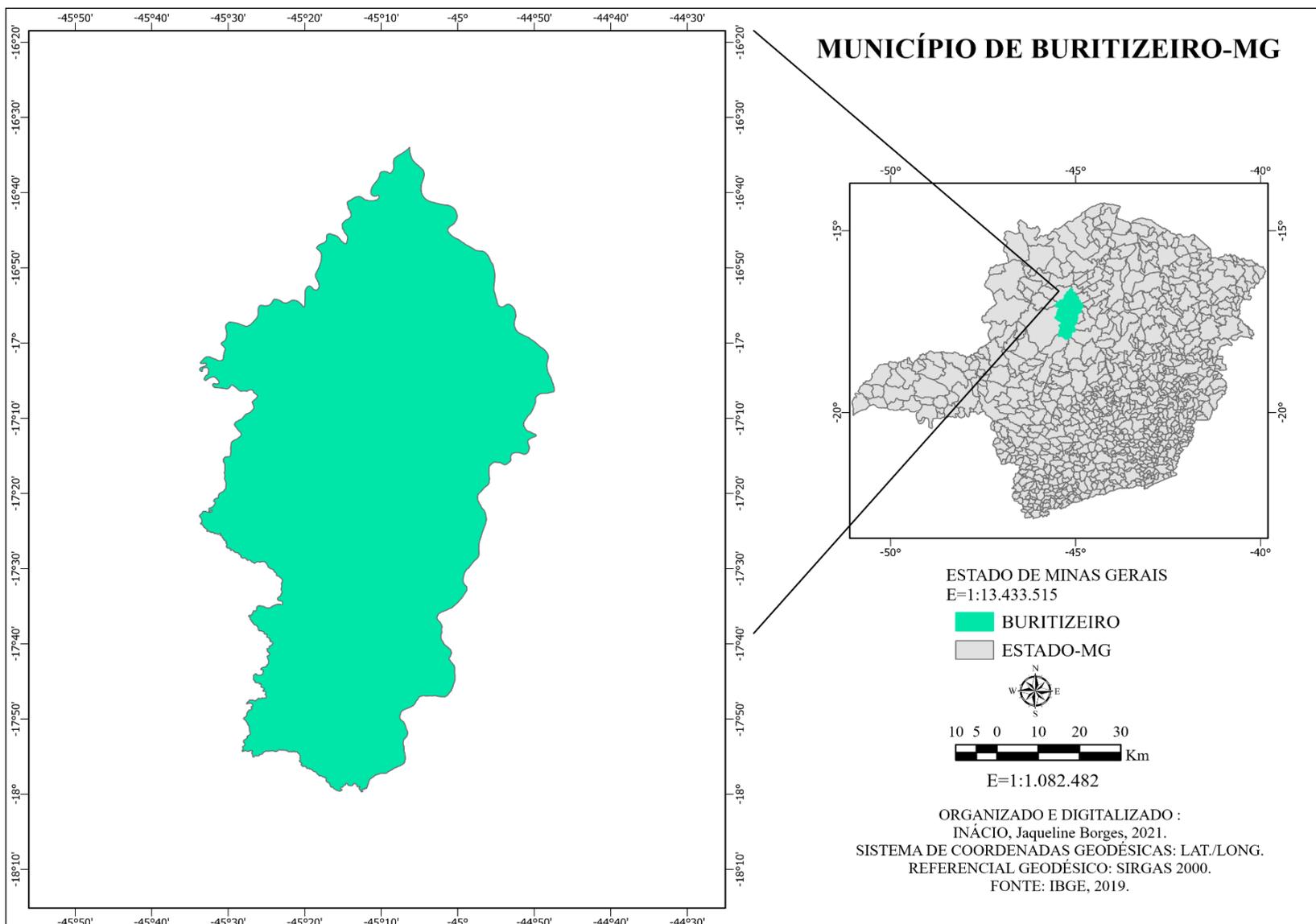
Buritizeiro, é um município situado na mesorregião do Norte de Minas Gerais, na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e na microrregião de Pirapora, faz limite com os municípios de Pirapora, Ibiaí e Várzea da Palma. Sua extensão territorial é de 7.218, 401 km², é considerado um dos maiores municípios em extensão da região. Possui a maior área territorial em relação aos demais localizados na Microrregião de Pirapora, e o quintomaior do estado de mineiro. Com população estimada em 28.184 habitantes em 2021, com densidade demográfica de 3,73 hab./km². Segundo os dados do último censo realizado em 2010 população era de 26.922 habitantes (Mapa 3).

É uma região onde predomina o bioma do Cerrado, com algumas manchas de Caatinga, alternando entre áreas de pastagens e matas nativas, compondo um cenário natural exuberante. (Foto 3). O clima é tropical semiúmido com transição para o semiárido, marcado por duas estações bem definidas, úmida e seca, de transição de climatropical semiúmido para semiárido.

Foto 3: Vegetação de estrato arbustivo com troncos retorcidos no período de inverno-território da RESEX de Buritizeiro-MG



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Mapa 3: Localização do município de Buritizeiro-MG

O Rio São Francisco na sua margem esquerda possui um relevo quase plano, sendo que no município apresenta variações geológicas com características típicas do Cerrado e de regiões serranas.

O município está situado na bacia hidrográfica dos rios Jequitáí e Pacuí, abrangendo uma área territorial de 25.045, 45 km², aproximadamente 11 % do território da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A localização das Bacia Hidrográfica dos rios Jequitáí e Pacuí, encontram-se no Norte e Nordeste de Minas Gerais. Os principais rios que integram a bacia são eles: Rio Jequitáí, Pacuí, Guavinipã, Riachão, Paracatu e Riacho do Barro e a quantidade de municípios que são banhados por esses rios são de 27, sendo que somente 19 deles possuem suas sedes na bacia (CBH São Francisco, 2020).

A área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco é de cerca de 639.219 km² de drenagem de aproximadamente (7,5% do país) e vazão média de 2.85 m³/s (2% do total do país).

A nascente do Rio São Francisco ocorre na Serra da Canastra no estado de Minas Gerais, e suas águas escoam no sentido sul-norte pelos estados da Bahia e Pernambuco, onde seu curso é alterado em direção ao Oceano Atlântico na divisa de Alagoas e Sergipe, onde encontra-se a sua foz.

Os estados que integram o rio são: Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8 %), Pernambuco (10,9 %), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%) e Distrito Federal (0,2%). Tratam-se de 505 municípios banhados pelo São Francisco, aproximadamente 9% do total de municípios do Brasil. É considerado o rio da integração nacional e sua nascente e foz estão totalmente localizados em território brasileiro (CBH São Francisco, 2020).

A Bacia do São Francisco é marcada por uma diversidade natural privilegiada, contemplando alguns biomas diferentes tais como: Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e vegetações costeiras e insulares.

Quanto aos aspectos socioeconômicos observados ao longo da bacia, existem grandes contradições entre as regiões, os estados, os meios urbano e rural e entre as faixas de população, onde existe uma grande desigualdade que ainda assola a sociedade brasileira, principalmente na região do Norte, Noroeste de Minas e Nordeste do país.

No campo social, o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, criado entre 2003 e 2013, reconheceu significativas alterações em indicadores

como o Índice de Mortalidade Infantil (variável de 25, 66% no estado de Minas Gerais até 64,38% no estado de Alagoas). Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi estimado entre 0,82 na região do Alto São Francisco (Serra da Canastra a Pirapora), onde está situada a região metropolitana de Belo Horizonte.

E nas demais sub-bacias o IDH calculado foi de aproximadamente 0,53 e o PIB per capita de cerca de R\$5.239,00 em Minas Gerais, apresentando queda até R\$2.275 no estado de Alagoas (CBH São Francisco, 2020).

A Bacia Hidrográfica do Velho Chico (como também é conhecido popularmente) foi um dos propulsores para o povoamento do interior brasileiro, principalmente pela ligação entre as regiões Nordeste e Sudeste, passando pelo semiárido nordestino.

Neste contexto, haja vista a grande importância desta Bacia Hidrográfica, ela ainda sustenta comunidades ribeirinhas que vivem de seus recursos, como a pesca, o turismo, assim como, as comunidades tradicionais (geraizeiros e extrativistas) do município de Buritizeiro.

Buritizeiro é marcada pela sua natureza exuberante, com a presença de várias cachoeiras que também, são um dos seus atrativos turísticos com destaque: Cachoeira Grande (Fazenda Santa Cruz); Cachoeira Córrego da Areia (Fazenda Cristais); Cachoeira Andorinhas; Cachoeira do Riacho Doce (Fazenda Cristais); Cachoeira do Córrego Gentile Cachoeira das Almas.

Segundo o relato de um entrevistado, no município de Buritizeiro possui alguns atrativos turísticos, mas, nem sempre são tão conhecidos, e a partir do Circuito Guimarães Rosa o turismo está sendo mais divulgado. Vejamos o conteúdo da seguinte fala:

[...]Do ponto de vista turístico e cultural, o município ainda é desconhecido. Tem muitas riquezas e expressões culturais e que talvez o próprio morador desconheça. Aqui a gente tem uma ligação com o distrito de Paredão de Minas que fica a 80 km daqui da cidade, ele está imortalizado na obra de Guimarães Rosa (Grande Sertão Veredas), pois, lá foi o local da batalha final do Grande Sertão Veredas. [...]Este motivo faz com que a gente atraia turistas para visitar e para conhecer, curtir essa paisagem descrita no romance né. Por que todo mundo vem atrás da história e da paisagem, e Paredão ainda respira um pouco de Grande Sertão Veredas. [...]Ao longo do caminho você pode ver extensas veredas, uma vegetação assim bem característica da savana é o Cerrado. E aqui perto tem uma quantidade de riachos que eles proporcionam não é um município de muitas altitudes, mas, a água foi cortando assim e fez boas cachoeiras perto, boas cachoeiras para visitaçã, para banhos e eu trabalho com isso aqui. [...] Na gastronomia muito mais, porque as pessoas usam o conhecimento natural do mateiro, usa o conhecimento daquela senhora que mora na zona rural, mas, que sabe fazer uma boa comida. Ela começa a fazer um requeijão, começa a fazer um doce de buriti e as pessoas

vão até essas propriedades para comer, para provar e até ajudar a fazer. [...]Éo que o turista está querendo, ele está querendo participar disso[...]. (R.M.)⁶

Está situado à margem do Rio São Francisco e conta com cerca de 300 quilômetros de extensão. O rio divide os municípios de Buritizeiro e Pirapora, são aproximadamente 600 metros de corredeiras que formam pequenas quedas d'água e cachoeiras. (Foto 4). Os dois municípios estão ligados pela Ponte Marechal Hermes, um dos atrativos turísticos locais. Destacam-se também que nas corredeiras do Rio São Francisco há ótimas condições para a realização da pesca, que é realizada desde a época dos indígenas (Tribo dos Cariris), e permanece na atualidade (CIRCUITO GUIMARÃES ROSA, 2020).

Foto 4: Corredeiras do Rio São Francisco, onde ocorre a pesca artesanal-Buritizeiro-MG



Fonte: INÁCIO, J. B. 2019.

Na microrregião de Pirapora, existem atrativos turísticos que são orientados pelo Circuito Turístico Guimarães Rosa, que proporciona desenvolvimento econômico, com a presença do gás natural, um dos fatores que definem o potencial turístico da região.

Esse gás foi descoberto na década de 1970 na Fazenda Pé de Morro localizada no distrito de Cachoeira do Manteiga no município de Buritizeiro. Essa fazenda ficou

⁶ Entrevista realizada com um funcionário público e empreendedor do setor de turismo, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

conhecida na região como ponto de exsudação⁷. O local atrai muitos turistas por conta do fogo que sai no meio das águas do Rio São Francisco.

A ocorrência do fenômeno do gás misturado à água se dá em mais de três locais da fazenda, sendo que em um deles, após riscar um fósforo podemos avistar a água saindo do cano com labaredas de fogo. Além disso, podemos sentir o cheiro de gás ao nos aproximarmos do local. Segundo as informações da Revista Globo Rural desde quando o poço artesiano foi perfurado em 1976, “o boi que bebe sua água fica o dia todo deitado, sonolento, com a barriga inchada”. Na região também se conta que um lavrador decidiu abrir uma cisterna no quintal de sua casa, num lugarejo chamado Remanso do Fogo que se localiza entre os rios Paracatu e São Francisco (Figura 1). “Ele foi cavando e só depois percebeu o cheiro de gás. Ele não deu conta de sair do fundo e acabou morrendo por lá mesmo. Os bombeiros não conseguiram tirar, e ali ele foi enterrado”. (Revista Globo Rural, 2011).



Figura 1: Localização do Remanso do Fogo—Área de Concessão da Associação Nacional do Petróleo (ANP), para pesquisas de gás natural no Norte de Minas Gerais. Fonte: Revista Globo Rural, 2011.

⁷ O nome técnico de quando o gás “vaza” da terra. (Minas Petro, 2011).

O gás brota nos rios ao longo da estrada vicinal MG-161, trata-se de uma estrada com infraestrutura precária, cheia de buracos, com pouco movimento. Os seus primeiros 120 quilômetros ligam a cidade de Buritizeiro ao distrito de Cachoeira do Manteiga, uma comunidade rural com uma população de aproximadamente 3 mil pessoas, situada às margens do Rio São Francisco. Essa estrada é comumente conhecida como Estrada do Fogo.

Nesse trecho da estrada predominam as plantações de eucalipto que ocupa boa parte da área agricultável do município e do Cerrado em seu entorno. Neste sentido, a MG-161 poderia ser considerada apenas uma estrada qualquer e sem infraestrutura não fosse o fato de ser o caminho para se chegar aos locais onde podemos encontrar as jazidas de gás que brotam da terra e as águas que pegam fogo no norte mineiro (Minas Petro, 2011).

Segundo informações disponibilizadas pela Minas Petro no ano de 2011, a Petrobras, deu início as pesquisas para encontrar as jazidas de gás nesta região na década de 1970. A partir dessas pesquisas foi possível identificar indícios de hidrocarbonetos na bacia do rio São Francisco e em consequência disso, foi aberta a licitação dos blocos de exploração na região.

Outro atrativo que é desenvolvido pelas comunidades tradicionais com a participação do Movimento Graal do Brasil, é o projeto que leva a marca Chico Fulô, onde são produzidas e comercializadas as iguarias oriundas dos frutos do Cerrado da região, como: polpas de frutas, doces, geleias, picolés, óleos vegetais, licores e artesanatos⁸.

No município existe uma grande diversidade de espécies vegetais nativas do Cerrado, de árvores frutíferas que se caracterizam pelo clima tropical da região. As espécies e frutos que se encontram na região são: umbu, pequi, cagaita, coco catolé, baru, buriti, jatobá, murici, araticum ou panã, mangaba e caju⁹.

Além disso, existe um sítio arqueológico denominado de Caixa d'água, localizado à margem esquerda do Rio São Francisco, que foi encontrado no ano de 1975 por um grupo do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Porém, na época não foi comunicado ao prefeito do município a existência do mesmo. No ano de 1987, em função dos serviços de terraplenagem executados no local, na construção de uma estação do Serviço Municipal de Abastecimento de Água (SAAE), é que se descobriu a riqueza do material arqueológico por parte de dois habitantes da região, Ilídio Rocha e José Carlos Rocha.

⁸ Esse conteúdo será abordado de forma mais detalhada no capítulo 4.

⁹ Esse conteúdo será abordado de forma mais detalhada no capítulo 3.

Neste sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) solicitou que a obra fosse embargada no local, suspendendo as atividades por ordem do prefeito do município na época Francisco Alves Moreira e do técnico responsável pela execução da obra Nilo Siqueira. Cabe destacar que além das atividades relatadas realizou-se uma operação pelo Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir do seu responsável André Prous, a fim, de salvar e resgatar o Sítio Arqueológico, e foram enviados dois arqueólogos para avaliar o sítio: Maria Elisa Castellanos Sola e Márcio Alonso, cooperando com o trabalho do geólogo Wilsred Brandt e de representantes da Prefeitura Municipal de Buritizeiro (MINAS GERAIS, 2020)¹⁰.

Em relação às rodovias que dão acesso ao Norte de Minas e ao município de Buritizeiro, são estruturadas conforme as demandas do mercado que representam o crescimento econômico do Brasil. Essas rodovias interligam algumas regiões do país onde predominam o agronegócio como: a soja, o eucalipto, a cana-de-açúcar, entre outros. Buritizeiro está situado a 365 quilômetros da capital Belo Horizonte, a 3 quilômetros de Pirapora, a 167 quilômetros de Montes Claros e 480 quilômetros de Uberlândia. As principais rodovias que dão acesso ao município são: BR-040 e BR-365.

Entretanto, a infraestrutura do município é precária, parte das ruas não são asfaltadas, as unidades de saúde são precárias e não atendem a todas as especialidades médicas, as instituições escolares também precisam ser melhoradas. Além disso, a maioria da população não possui emprego fixo, sobrevivem através do bolsa família, considerando que o principal empregador do município é a prefeitura.

A taxa de esgotamento sanitário de Buritizeiro é de cerca de 4,3 %, um índice considerado baixo. Contudo, o município possui uma taxa de arborização de quase 90%, porém somente 0,7% das residências urbanas estão situadas em locais com infraestrutura adequada como: presença de calçadas, bueiros, pavimentação e meio fio). (IBGE, 2021). Segundo os dados disponibilizados pelo IBGE, a média salarial dos trabalhadores formais no ano de 2019 de acordo com estimativas era de aproximadamente 1,7 salários mínimos, com cerca de 3.511 ocupadas representando uma porcentagem de 12,5%.

¹⁰ Indicadores Socioeconômicos.

No ano de 2010 o percentual de população com rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa era de 41%.

Os habitantes que possuem renda de seus trabalhos, precisam se deslocar para o município vizinho de Pirapora. A maioria da população utiliza bicicletas e motos como meios de transporte, devido ao fato de o transporte coletivo ser bem precário e o horário entre uma viagem e outra ser bem demorado, ou seja, os ônibus não circulam com frequência, a fim de atender as demandas dos usuários.

Outro aspecto que verificamos em Buritizeiro, foi a arrecadação municipal com PIB per capita de R\$15.521,68, que é bem contraditório, considerando a situação de vulnerabilidade social em que a população vive. O percentual de receitas advindas de fontes externas no ano de 2015 era de 73,4%. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,6 que pode ser considerado mediano, comparado a qualidade de vida da população.

1 A SOCIOBIODIVERSIDADE DO CERRADO, A CRIAÇÃO E A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

“O Cerrado é o jardim da vida”.
Carlos Rodrigues Brandão

1.1 A Sociobiodiversidade do Cerrado

O bioma Cerrado é o segundo maior do Brasil e da América do Sul, com uma área de aproximadamente 2.039.386 km² e ocupa 25% do território brasileiro. Está presente nos estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, São Paulo, Maranhão, Piauí, Paraná e Rondônia. Também possui algumas áreas denominadas enclaves nos estados de Roraima, Amapá, Amazonas e Pará, situados na Amazônia.

O Cerrado brasileiro possui características específicas em relação a sua sociobiodiversidade, comparado às regiões savânicas presentes na América do Sul, na África, na Ásia e na Oceania. As vegetações de savana são semelhantes nas demais regiões apresentadas.

Nas regiões que contemplam o bioma Cerrado, localizam-se as nascentes de quatro das maiores e mais importantes bacias hidrográficas do Brasil e da América do Sul como: Bacia Amazônica, Bacia Araguaia-Tocantins, Bacia do São Francisco e Bacia do Prata.

O autor Ivo das Chagas, faz uma descrição do bioma Cerrado de uma forma poética, demonstrando as suas características e sua importância no contexto social, político, econômico, cultural e ambiental. Ele descreve o Cerrado da seguinte forma:

Eu sou o Cerrado. Domino, abraço e protejo cerca de dois milhões de quilômetros quadrados de meu país, ou seja, aproximadamente 25% do território de minha pátria. Sou assim, a segunda maior formação vegetal da América do Sul, depois do conjunto florestal amazônico. Algumas unidades de nossa federação dependem de mim para seu desenvolvimento ou mesmo sobrevivência. Em Goiás, ocupo 97% do território; no estado do Tocantins, 91%; no Maranhão, 65%; em Mato Grosso do Sul, 61%; em Minas Gerais, 57%. É, porém, no Distrito Federal que não permito concorrência. Estou presente em 100% do seu território (CHAGAS, 2014, p.27).

Possui uma riqueza em relação a sua sociobiodiversidade, pois concentra a savana mais diversificada e rica comparado às regiões de Cerrado no planeta. Em seu território conta com mais de 10 mil espécies vegetais, onde cerca de 4.400 são endêmicas, que só existem em determinada região, tais como: o pequi, pau-terra, barbatimão, ipê, capim-dourado, arnica-do-cerrado, canela-de-ema. Quanto a sua fauna conta com cerca 200 espécies de mamíferos, 800 espécies de aves, 180 de répteis, 150 de anfíbios e 1.200 espécies de peixes, mas, existem cerca de 111 espécies ameaçadas de extinção (BRASIL,2020).

Segundo Ab' Saber (2003, p.36), “os cerrados, também chamados campos cerrados, são conjuntos de arboretas da mesma composição que os cerradões, porém não escondem a superfície dos solos pobres que lhes servem de suporte ecológico”. Os solos do Cerrado são muito explorados, desde a Revolução Verde, mesmo apresentando características improdutivas. Essa improdutividade foi corrigida a partir da correção, calagem dos solos e fertilização. Mas, desde o avanço do agronegócio no Cerrado tem provocado grandes problemas ambientais, como: a degradação dos solos, o assoreamento dos cursos d'água, o soterramento das nascentes em função das ações das grandes empresas capitalistas, entre outros.

Cabe destacar que além da flora e da fauna, o Cerrado, possui uma grande riqueza socioeconômica e cultural, pois, seu território abriga povos tradicionais e originários, que são responsáveis pela preservação do bioma a partir dos seus saberes e fazeres ancestrais, onde utilizam os recursos disponíveis de forma consciente, considerando os ciclos da natureza.

Para Arantes e Almeida (2012):

O Cerrado pode ser visto sob várias perspectivas, dentre elas as que adquiriram maior visibilidade são: a biológica que o define como bioma, a economicista que o concebe como fronteira agrícola, e a política que o entende como território em disputa. Em todas as análises possíveis de se fazer sobre o Cerrado estão presentes os símbolos culturais, mesmo quando negligenciados pela perspectiva de alguns estudos. (ARANTES; ALMEIDA, 2012, p.51).

O Cerrado é ocupado por aproximadamente 11 mil anos. Os povos tradicionais são formados por diversos grupos com modos de vida diferentes. Até o ano de 2020, o Cerrado abrigava 95 territórios indígenas, 44 territórios quilombolas e 13 comunidades não indígenas, os quais são referência de como manter a tradição e convivência com a natureza. Esses grupos formam os Povos do Cerrado (EMBRAPA, 2020).

Certas comunidades tradicionais são miscigenadas e possuem relação com o meio onde vivem. Eles são classificados da seguinte forma: geraizeiros (norte de Minas Gerais), geraizenses (Gerais de Balsas/Maranhão), as quebradeiras de coco babaçu (Zonas dos Cocais/Maranhão, Tocantins e Piauí), os veredeiros e ribeirinhos (ao longo dos rios São Francisco, Grande e Paraná).

Segundo Chaveiro (2017):

O respeito à diversidade como bem da vida, a lição da heterogeneidade ambiental do Cerrado. A necessidade de criar arcos de poder entre movimentos sociais, universidades, escolas e frentes que defendem a vida, dão sentido político ao termo sociobiodiversidade. A luta pelo direito à terra, ao território, à cultura é, sem dúvida, uma luta pelo vivente. O vivente é exemplo de *Biogeya*- terra-viva. (CHAVEIRO, 2017. p.22).

Segundo dados disponibilizados por estudos de monitoramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), é importante destacar que o bioma Cerrado ao longo dos anos, sobretudo em função da inserção do agronegócio em suas áreas, foi perdendo sua vegetação nativa.

Num período de 40 anos, desde que aspolíticas instauradas pelo governo militar de incentivo ao desenvolvimento econômico do Cerrado foram criadas tiveram desmatadas aproximadamente 50% de sua cobertura original (BRASIL, 2020). E com as queimadas que ocorreram no Cerrado no ano de 2020,as suas áreas foram bastante atingidas, desse modo, os números apresentados são passíveis de alteração.

Mesmo que o Cerrado se apresente como o segundo maior bioma do Brasil e da América do Sul, é o que tem uma das menores áreas de seu território protegida por Unidades de Conservação, cerca de 8% do total de sua área é protegida legalmente. Da totalidade dessa área, cerca de 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, bem como, as Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs) (0,07%). Isso pode ser um dos fatores que contribuíram com as transformações e alterações ocorridas devido a ação antrópica no bioma.

Para Neto (2010):

O desmatamento, a poluição atmosférica, o crime ambiental, junto com os efeitos deletérios das mudanças climáticas, representa os principais contribuidores para a perda da biodiversidade. A extinção de uma única espécie pode desequilibrar toda a cadeia alimentar de um bioma. Por isso é tão importante trabalhar na preservação da biodiversidade. (NETO, 2010, p.12).

Nos últimos anos, o Cerrado vem sofrendo uma exploração de forma predatória, e diversas espécies da flora e da fauna estão ameaçadas de extinção e calcula-se que aproximadamente 20% das espécies nativas do bioma não existem mais em áreas protegidas (ICMBio, 2020).

É importante destacar que existem diferenças entre as definições de bioma e domínios morfoclimáticos. Considerando que o bioma contempla um conjunto de seres vivos (fauna e flora) que vivem adaptados às condições uma região específica, e a interação com esse ambiente. Desse modo, um bioma é representado por uma comunidade biológica e um conjunto de ecossistemas.

Enquanto o domínio morfoclimático, segundo Aziz Ab' Saber, envolve a combinação de aspectos físicos e geográficos tais como: vegetação, clima, solo, hidrografia, relevo e a maneira de interação entre eles.

Para Ab' Saber (2003):

Na paisagem observada pelo homem, no domínio dos cerrados e cerradões, predominam interflúvios e vertentes suaves dos diferentes tipos de planaltos regionais. As verdadeiras florestas de galeria, algumas vezes, ocupam apenas os diques marginais de centro das planícies de inundação, em forma de corredor contínuo de matas; outras vezes, quando o fundo aluvial é mais homogêneo e alongado, ocupam toda a sua calha, sob a forma de serpenteantesflorestais (matas de pindaíba). (AB' SABER, 2003, p.37-38).

O autor Aziz Nacib Ab' Sáber, realizou várias pesquisas sobre as condições naturais do território brasileiro, entre elas, as interações que o clima, o relevo e a vegetação de um ecossistema mantêm entre si. Assim ele considerou a importância do clima e do relevo na definição das paisagens naturais do território brasileiro, considerando as formações da vegetação que representam um “retrato” das combinações e interações dos elementos naturais. Tendo como base suas pesquisas, ele regionalizou o território brasileiro em domínios que se refere à extensão de terras, que apresentam características semelhantes de relevo, clima e vegetação (ADAS, 2011).

Para Barbosa (2011):

O professor Aziz Ab'Saber classifica o Cerrado como um domínio morfoclimático e fitogeográfico. Entretanto, o mais correto é correlacionar os diversos fatores que compõem sua biocenose e defini-la como um sistema biogeográfico. Um sistema que abrange áreas planálticas é o Planalto Central brasileiro, com altitude média de 650 metros, clima tropical sub úmido de duas estações, uma seca outra chuvosa, solos variados e um quadro florístico e faunístico extremamente diversificado e interdependente (BARBOSA, 2011).

O autor Altair Sales Barbosa (2011), em seus estudos caracteriza a área do Sistema Biogeográfico do Cerrado que é classificado da seguinte maneira:

O Sistema Biogeográfico dos Cerrados é limitado por uma série de complexas formas vegetacionais intermediárias que adquirem contornos específicos em direção à caatinga e outras configurações, em direção à floresta amazônica úmida. Esse sistema não pode ser tomado como uma unidade homogênea, pois ostenta em seu domínio uma série de ambientes diversificados entre si, pelo caráter fisionômico e pela composição vegetal e animal. Esses ambientes constituem os seus subsistemas. Sua compreensão é de fundamental importância para se entender o sistema como um todo e o caráter da biodiversidade que ostenta. O sistema biogeográfico é composto por seis subsistemas interatuantes, caracterizados pela fisionomia e composição vegetal e animal, além de outros fatores, que apresentam a seguinte organização: Subsistema dos Campos, Subsistema do Cerrado, Subsistema do Cerradão, Subsistema das Matas, Subsistema das Matas Ciliares e Subsistemas das Veredas e Ambientes Alagadiços. (BARBOSA, 2011).

No bioma Cerrado, segundo estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), encontram-se três formações vegetais, as quais formam sua fitofisionomia tais como: a Florestal composta por: Mata Ciliar, Mata Galeria, Mata Seca e Cerradão; a Savânica composta por: Cerrado Denso, Cerrado Típico, Cerrado Ralo, Parque de Cerrado, Palmeiral, Vereda e Cerrado Rupestre; a terceira formação é a Campestre, onde se encontra o Campo Limpo, o Campo Sujo e o Campo Rupestre (Figura 1).

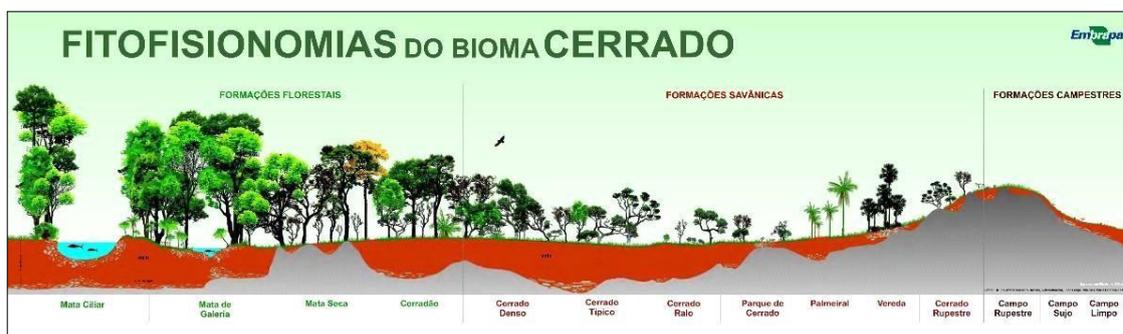


Figura 2: Fitofisionomia do Bioma Cerrado. Fonte: EMBRAPA CERRADOS, 2020.

Em relação ao clima, destaca-se o tropical com duas estações bem definidas, com verão quente e chuvoso e inverno frio e seco. Os meses chuvosos vão de outubro a abril e os secos de maio a setembro. As temperaturas médias anuais sofrem variações de 18° C a 27° C, onde a temperatura mínima pode atingir 8° C e a máxima de 34° C.

Quanto à geologia do Cerrado, é formada por rochas sedimentares, magmáticas e metamórficas e possui uma idade variada, devido a sua formação que data de milhões e até bilhões de anos. Essas rochas foram sofrendo intemperismos ao longo do tempo, devido a ações da chuva, do vento e do sol. Isso resultou na formação dos solos do bioma com suas variadas características.

Segundo Ab' Saber (2003):

A região central dos cerrados ocupa, predominantemente, maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira, além de um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados a níveis de altitude que variam de 300 a 1.700 m. As formas de terrenos são, em sua maioria, similares tanto nas áreas de solos cristalinos aplainados como nas áreas sedimentares mais elevadas, transformadas em planaltos típicos. Onde ocorrem bancadas de laterita, na cimeira dos platôs, aparecem os mais degradados fácies naturais de cerrados: campos pontilhados de arboretas anãs. (AB' SABER, 2003, p. 37).

Os solos apresentam diferentes tipos e cores, o que representa a quantidade de minerais e micro-organismos derivados do intemperismo das rochas. É possível encontrar uma paleta de cores como: vermelho, vermelho-amarelado, preto, cinza e mosqueado. Os solos do Cerrado em sua maioria são planos, com diversas texturas, porosidades, profundidades e diferentes fertilidades (EMBRAPA, 2020).

Ainda segundo Chagas (2014)

Aqui sou eu mesmo, com todas as minhas características- o cerrado típico ou, como querem alguns, *strictu sensu*. Árvores pequenas, que quase nunca ultrapassam oito metros de altura, folhas grandes, geralmente espessas e duras, por vezes pilosas, por vezes cerosas, ou numa nomenclatura mais técnica esclerófilas: troncos tortuosos, cascas grossas, cortiçosas e fendilhadas, recursos que me possibilitam melhor suportar os rigores do tempo, como a inclemência da radiação solar e, na fuga das chuvas, as labaredas do fogo, me permitindo, após as queimadas, qual Fênix renascer das cinzas.

Um tapete de gramíneas, de arbustos e subarbustos, com certa descontinuidade, cobre e protege o meu chão. Mesmo no tinar da sequeidão, em pleno déficit hídrico superficial, quando o Sol calcina meus viventes herbáceos, o cinza não me domina completamente porque busco no fundo da terra, no meu pântano subterrâneo, a água que dá o verde da vida a muitas de minhas árvores, pois sábia e zelosamente a conservo para o meu uso e para as necessidades dos que vivem em meu reino e em outros reinos vizinhos. Assim, não exibo um facie completamente desnudo em nenhum período do ano, oferecendo sombra para os meus animais nativos e os criados pelos homens, mesmo no rigor das secas. (CHAGAS, 2014, p.28-29).

As características do Cerrado, são apresentadas de forma bem diversificada na visão de diversos autores estudiosos do bioma. Em cada descrição é possível identificar elementos específicos em sua biodiversidade.

De acordo com Bicalho e Miranda (2015):

A biodiversidade do Cerrado se expressa nas paisagens naturais, assim, o termo correto é complexo vegetacional ou mosaico, pois sob seu domínio há formações vegetacionais classificadas como florestas, savanas e campos. O contato com outros biomas e a heterogeneidade de paisagens se reflete na biodiversidade de plantas. (BICALHO e MIRANDA, 2015 p. 54).

É importante apresentar o conceito de biodiversidade na visão de autores de outras áreas para além da Geografia. Como podemos observar na descrição a seguir.

Segundo ROOS (2012):

[...] a biodiversidade é um agregado de elementos, da qual a vida se faz presente e a estudamos para averiguar os mais variados tipos de animais e plantas que fazem parte desse meio natural, atualmente, de certa forma, modificado por um ser desse meio natural, o homem, sendo que alguns seres vivos são protegidos e selecionados pelo homem em detrimento dos outros. A biodiversidade refere-se tanto ao número de diferentes categorias biológicas quanto à abundância dessas categorias. Ela inclui a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos, e seus componentes. A espécie humana depende da biodiversidade para a sua sobrevivência. (ROOS, 2012, p.1495).

Quanto ao conceito de sociobiodiversidade, abrange de forma mais ampla questões relacionadas ao bioma Cerrado e suas características, bem como, os aspectos sociais, culturais e econômicos.

Para Rigonato e Santos (2016):

No que tange o conceito de sociobiodiversidade, o mesmo expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade dos modos de vida, correlacionando-os com os diferentes usos sociais e culturais da natureza e com a dinâmica ecológica dos ecossistemas e biomas: rios, riachos, córregos, veredas, mata fechada, etc. (RIGONATO; SANTOS, 2016, p.69).

Entende-se que a sociobiodiversidade está relacionada à preservação e valorização da biodiversidade das espécies vegetais e animais, bem como, na valorização dos aspectos culturais, dos saberes e fazeres tradicionais e o modo de relacionamento entre as pessoas e o meio ambiente.

Para Almeida (2008):

A percepção de que as populações tradicionais têm uma convivência estreita com a natureza nestas áreas e o fato de que elas dispõem de saberes e interesses de manutenção da biodiversidade, da qual depende a sua sobrevivência, têm fortalecido a compreensão de que são sujeitos sociais importantes nas discussões e políticas que envolvem os cerrados. (ALMEIDA, 2008, p.324).

O envolvimento dos povos tradicionais no uso sustentável dos recursos naturais, é fundamental para o processo de reconhecimento, valorização e legitimação do respeito à heterogeneidade da vida existente nos lugares.

Para Marques e Souza (2019);

O conceito de Sociobiodiversidade traduz-se em uma zona de convergência de noções, teorias e categorias vertidas, em diferentes situações, para uma finalidade comum: diminuir a distância entre a compreensão genérica do Cerrado e a diversidade de paisagens, modos de vida, sentidos, saberes e fazeres que multiplica e transfigura o Cerrado em inúmeras e inesgotáveis fontes de aprendizado e resistência. (MARQUES; SOUZA, 2019, p.173).

Sendo assim, a Sociobiodiversidade é uma proposta de estudar as relações humanas com a natureza e de superar a dicotomia da Geografia (sociedade x natureza).

1.1.2 Os gerais

Algumas das comunidades tradicionais que vivem na região Norte de Minas Gerais são conhecidas como geraizeiras, que segundo eles são áreas do Cerrado que estão mais próximas dos fundos de vale e das veredas. Nos lugares estudados as falas dos sujeitos definem tais áreas com as mais úmidas e assim as mais importantes para o cultivo de alimentos.

Quanto às espécies de vegetação que encontramos nos gerais, são de árvores de médio e pequeno porte, além de algumas espécies mais ressecadas com galhos mais finos, características do Cerrado típico com estrato arbustivo (Foto 5).

Foto 5: Árvores com troncos retorcidos e galhos secos no período do inverno, marcam a vegetação de estrato arbustivo do Cerrado-Buritizeiro-MG



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Na região norte mineira há presença de outro bioma, a Caatinga. São áreas dos gerais que estão numa faixa de transição entre Cerrado e a Caatinga. No entanto, as espécies vegetais e animais que predominam consistem em características do Cerrado.

Para Nogueira (2009):

Gerais é a denominação no Norte de Minas Gerais, dada pela gente local aos topos de serra, planaltos, encostas e vales dominados por Cerrado. É também o território reivindicado e um dos mais importantes vetores no processo de afirmação identitária dos Geraizeiros, oferecendo elementos discursivos e performativos de justificação para as demandas desse grupo, numa ampla arena de articulação política. Isso porque os Geraizeiros estão situados em contextos diversos e em relação a outros atores sociais. (NOGUEIRA, 2009, p.23).

De acordo com a definição apontada pela Secretaria do Estado de Direitos Humanos de Minas Gerais.

Os gerais são como um grande quintal explorado e ocupado coletivamente, onde todos podem coletar frutos nativos e onde o gado é criado solto. Esses povos são famosos por seu conhecimento de plantas medicinais locais, e além do comércio de produtos oriundos das atividades de coleta, possuem pequenas lavouras, congregando assim as atividades agropecuárias e extrativistas. (MINAS GERAIS, 2016, p. 26).

Assim como os gerais, existem os ecótonos que também são áreas de transição entre biomas, conforme definição da autora Priscila Soares do Nascimento (2021):

Os ecótonos são ambientes de transição entre dois ecossistemas vizinhos. Esses locais são formados pelas fronteiras de diferentes comunidades fechadas. Dessa forma, algumas das espécies de cada uma dessas comunidades atingem seus limites de distribuição na região de ecótono, pois geralmente não são adaptadas para sobreviver no ecossistema que se segue.

Outras espécies, porém, possuem maior tolerância ambiental e sua distribuição pode se estender através da região de ecótono e ainda incluir o ecossistema vizinho. Algumas espécies se distribuem apenas na região de ecótono, pois encontram seu ambiente ideal justamente nessa zona de transição, que contém um pouco das características de ambos os ecossistemas. Os ecótonos são muitas vezes formados por diferenças de fatores ambientais de duas áreas, como tipo de solo e índice de chuvas. A distribuição das espécies é determinada por esses fatores ambientais (fatores abióticos) e pelas próprias interações entre as espécies, como competição e predação (fatores bióticos). (NASCIMENTO, 2021).

Ainda segundo Gervaise (*apud* Mazzetto, 2006), os gerais formam o bioma do Cerrado, a partir de uma vastidão de horizontes elaborados entre 1.000 a 1.100 metros de altitude nos quartzitos e outras rochas datadas do pré-cambriano do Espinhaço. Além disso, podem ser encontradas nos chapadões de arenito que estão no entorno do Rio São Francisco pelas duas margens. Também apresentam algumas especificidades que são influenciadas pela topografia, tipo de solo, por estar próximo aos cursos d'água e, na região Norte de Minas possui contato com o bioma da Caatinga.

Segundo Brito (2013):

Os gerais, nas suas diferentes representações, traz associada a noção de devastação. O valor do compartilhamento está presente nas falas, assim como a ideia de um geral provedor. Não havia cercas, mas havia um entendimento sobre onde cada um poderia pegar frutas e frutos e criar o gado nas “terras de solta”. Não havia cercas e nem proprietário, mas sim uma organização complexa, conforme aparece nas práticas retratadas pelos geraizeiros quando falam do passado. “A identidade do geraizeiro é os gerais”. (BRITO, 2013, p.55-56).

Para Almeida (2008, p.321), a paisagem denominada de gerais está relacionada à formação dos planaltos, as encostas e os vales nas regiões de cerrados, com suas áreas vastas que dominam as paisagens do bioma Cerrado. O conceito de geraizeiro é utilizado com mais força em Minas Gerais, sobretudo na região norte e também se faz presente no oeste da Bahia. Tratam-se de populações tradicionais que se relacionam com as demais, no contexto regional.

Ainda conforme afirma Brito (2013):

Guimarães Rosa traduz esse sentimento dos gerais em que não há separação entre o homem e a natureza, entre os tempos de uma e os ritos do outro. O olhar diferenciado de Rosa apresenta um sertão diferenciado da ideia de aridez, sofrimento e miséria construída para ele: os gerais. (BRITO, 2013, p.54).

A paisagem que forma esta região está relacionada à formação a qual se define como os gerais. Conforme a topografia, os gerais podem ser denominados como planaltos, em oposição às encostas e os vales no território onde prevalece o bioma do Cerrado e seus ecossistemas que estão em contato com outros biomas do Brasil, com sua vastidão dominando as paisagens deste bioma (OLIVEIRA, 2017).

1.2 As transformações do Cerrado e o cultivo de eucalipto

No final dos anos 1960, o Cerrado foi reocupado pelas monoculturas de grãos e pela pecuária, resultado das políticas de desenvolvimento do Governo brasileiro representado por Ernesto Geisel. Os programas de desenvolvimento do Cerrado foram pensados com base na Revolução Verde, modelo de agricultura implantado no Brasil no início dos anos 1970, e incentivou a modernização da agricultura com investimentos em maquinários e tecnologias avançadas de produção. Essa política agrícola investiu em pacotes tecnológicos como os insumos, defensivos agrícolas, variedade de produtos geneticamente modificados e equipamentos de irrigação (INÁCIO, 2014, p.27).

O Cerrado até aquele momento era desvalorizado devido à baixa fertilidade dos seus solos, naquele período de desenvolvimento agrícola. Para Mazzetto e Porto- Gonçalves (2016, p.42), “se considerava o Cerrado como um conjunto de árvores baixas, tortas, feias e inúteis. Sua biodiversidade era irrelevante. Era preciso devastar o Cerrado para proteger a Amazônia”.

Os estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) apontaram que apesar da acidez provocada pela presença de alumínio, o solo do Cerrado se bem preparado e adubado, seria apropriado para ser cultivado. Houve grandes incentivos e investimentos, os quais proporcionaram resultados relevantes na expansão do agronegócio.

A EMBRAPA contou com a ajuda do projeto POLOCENTRO, que incentivou a pesquisa agrônômica através do desenvolvimento da dinâmica de produção que oferecesse rentabilidade com relação ao cultivo em solos ácidos e de baixa fertilidade do Cerrado. O programa disponibilizou recursos para que a EMBRAPA continuasse o desenvolvimento de pesquisas nessas áreas, e apresentou resultados positivos (INÁCIO, 2014, p.27).

Os riscos ambientais nem sempre foram considerados pelos setores capitalistas antes mesmo de investir no agronegócio, pois eles priorizam o crescimento econômico. Desse modo, investem pesadamente no setor agroindustrial, agindo de acordo com as estratégias estabelecidas pelo mercado.

Considerando as informações sobre o Cerrado, os solos se apresentam como aptos ao cultivo. Assim sendo, deram-se início aos projetos e programas que visavam o desenvolvimento da agricultura.

Os projetos começaram a ser desenvolvidos no final da década de 1960 e perduraram até 1980, com destaque para o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), *Japan International Cooperation Agency* (JICA), Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), e contribuíram significativamente para o avanço da agricultura nas áreas de Cerrado.

Em 1975 o POLOCENTRO começou a ser desenvolvido no Cerrado, nas principais áreas que apresentavam condições ambientais adequadas para atender as demandas de diversos setores da agricultura. O POLOCENTRO tinha por objetivo promover a reocupação do Cerrado de modo que pudesse organizar e promover a modernização das técnicas agrícolas, o que contribuiu para a elevação dos índices de produtividade e, concomitantemente, promoveu a preservação e fertilidade do solo. Os principais beneficiados por esse programa foram os grandes e médios proprietários de terra e produtores rurais, num período de vigência de 1975 a 1982. O POLOCENTRO transformou a agricultura de base familiar em uma agricultura de mercado, utilizando tecnologias modernas de produção, e contou com apoio financeiro e de infraestrutura (INÁCIO, 2014, p.28).

A principal estratégia deste programa era a implementação de polos de desenvolvimento, viabilizando e facilitando o avanço da tecnologia agrícola adequada, se estendendo para toda área de Cerrado. Esse processo foi desenvolvido com a interligação da pesquisa, assistência técnica, crédito rural e valorização da infraestrutura, contribuindo com a mecanização da produção agrícola.

O auxílio dado à infraestrutura do POLOCENTRO tinha a finalidade de alcançar condições básicas de armazenamento da produção, transporte e eletrificação nas áreas que apresentavam maior potencial de produção.

No final da execução do projeto, foi feita uma avaliação sobre o seu desempenho e houve indicações de que os resultados alcançados não superaram as expectativas apresentadas no início de seu desenvolvimento e as suas metas foram parcialmente atingidas.

Durante cinco anos, o programa incorporou aproximadamente 2,4 milhões de hectares de terras agricultáveis do Cerrado. Isso correspondia a 31% de toda a área, com acréscimos de algumas propriedades nas áreas de abrangência do programa, cerca de 60% das terras exploradas estavam destinadas à agricultura e 40% à pastagem.

Mas, essa ação ocorreu de forma reversa, pois a soja ocupou a maior parte, e o arroz foi cultivado no restante da área agricultável.

Na maioria das vezes, surgem problemas ambientais, tais como: erosão do solo; desmatamento da vegetação nativa, provocado pela derrubada de árvores; soterramento de nascentes; contaminação de mananciais hídricos com defensivos agrícolas, que muitas vezes são encobertos pelos empresários e administradores para evitar escândalos que comprometam a imagem da empresa (INÁCIO, 2014, p.29).

Os investimentos dos japoneses no PRODECER I foram pautados na adoção de novas técnicas pelo Brasil, com relação ao desenvolvimento de uma nova estrutura administrativa voltada para produção em larga escala, a preços baixos, de forma contínua.

Essa estratégia de mercado adotada pelos japoneses elevou a qualidade dos produtos, tornando-os competitivos no mercado internacional. Esse programa ordenou a modernização e a internacionalização das áreas de Cerrado do estado de Minas Gerais.

O capital japonês investiu maciçamente em transporte, de forma que pudesse facilitar a exportação em grande escala dos produtos agrícolas, principalmente a cultura de grãos para o mercado internacional com menores custos.

As primeiras medidas tomadas pelos assessores japoneses sugeriam que fossem criadas grandes propriedades a serem exploradas para atender as demandas do mercado capitalista. Além disso, houve incentivos para produção de pequeno porte, sendo operadas coletivamente, através de créditos oferecidos para instalação de cooperativas e de incentivos fiscais para compra de terras. Estas atividades foram desenvolvidas com o apoio de uma equipe técnica, para garantir o aumento da produção agrícola.

A partir do desenvolvimento do PRODECER, as portas foram abertas para migração de pessoas e de capitais; além das transformações socioespaciais e econômicas que ocorreram nos lugares onde os projetos agrícolas foram implantados (SANTOS, 2008, p.26).

O principal objetivo do PRODECER foi promover o desenvolvimento de uma agricultura avançada em relação à modernização das técnicas, à eficiência empresarial, incentivando a agricultura de médio porte nas terras de Cerrado, incorporando novas áreas ao processo produtivo.

Este programa percorreu sete estados brasileiros: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão. Foram investidos cerca de 570 trilhões de dólares na execução desse projeto, que foi dividido em três fases, e estima-se que foi incorporada uma área de 350.000 hectares de Cerrado ao processo de produção (INÁCIO, 2014, p. 31).

O Estado de Minas Gerais foi contemplado na primeira fase de execução do projeto. Foram beneficiados aproximadamente 758 colonos, onde foram gerados milhares de empregos e proporcionadas melhorias nas condições de vida. As áreas pequenas que antes eram desocupadas passam a ser ocupadas, convertendo-se em agrovilas, onde foram introduzidos esses projetos, com destaque para os principais polos regionais.

O PRODECER foi financiado por amplas linhas de crédito, que consistiam em investir em empréstimos fundiários, despesas operacionais e para assistência ao colono, além de atrair agricultores um pouco mais qualificados, oriundos da região Sul do Brasil. Eles compreendiam sobre o desenvolvimento das técnicas de produção avançadas, que ultrapassaram os limites da agricultura desempenhada pelos agricultores mineiros de forma simples, sem a utilização de tecnologias, onde todo o trabalho era desempenhado através da mão de obra manual (INÁCIO, 2014, p.32).

As pesquisas levaram as áreas de Cerrado a serem incorporadas ao cenário agrícola do Brasil, com diversas motivações com relação ao avanço da produção para as regiões que estão localizadas nesse bioma. A segunda etapa da pesquisa consistiu na preparação, adubação e adaptação do solo, diminuindo a acidez e aumentando a fertilização. Outras características foram consideradas no momento de realização dessas pesquisas no Cerrado, a saber: o desenvolvimento de diversidades de plantas adaptadas às condições do meio ambiente, o sistema de rotação de culturas onde são cultivados certos vegetais (cereais, leguminosas, forrageiras), o processo de fertilização e de adaptação à mecanização da produção.

Os programas de desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO e PRODECER) foram importantes para o avanço do espaço agrícola, com relação às técnicas de modernização da agricultura. Esse avanço contou com o fechamento de contratos e parcerias entre empresas de capital privado japonês, além de, investimentos financeiros do Governo Federal, como: incentivos fiscais, econômicos, políticos e o desenvolvimento de novas técnicas de produção, garantindo, para as décadas seguintes, a ampliação do agronegócio no Cerrado para o mercado internacional.

No entanto, esse investimento nos solos do Cerrado, além de promover desenvolvimentismo econômico, gerou tensões e contradições em relação às transformações socioeconômicas, políticas e culturais, que sucederam nesses lugares desde que esses programas de desenvolvimento foram implantados (INÁCIO, 2014, p.32).

Para Porto-Gonçalves (2006):

O cerrado brasileiro, com a sua enorme diversidade biológica e cultural, tem se transformado numa área de expansão desses grandes latifúndios produtivos, pelas enormes vantagens que oferece, seja pela riqueza hídrica que abriga, seja pela topografia plana de suas chapadas e de seus chapadões. Avalia-se que 70% da área das chapadas já esteja ocupada por esse tipo de empresa, seja com cultivo de grãos, algodão ou de outras culturas de plantação de madeira (eucaliptos e pimenta). (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.250).

Neste sentido, o Cerrado do Norte de Minas, vem passando por transformações desde a década de 1960, quando o estado e capitais internacionais fomentaram políticas de incentivo ao agronegócio como a inserção das novas tecnologias de produção no campo e dos insumos agrícolas incentivados pelo governo através da Revolução Verde.

O desmatamento do Cerrado, está sendo acelerado desde o final da década de 1990 e a falta de regras com a finalidade de proteger e recuperar as áreas nativas, põem em risco a segurança hídrica brasileira, bem como, a sobrevivência de diversas espécies de vegetação e animais que estão ameaçados de extinção.

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), depois da Mata Atlântica, o bioma Cerrado é que mais sofreu transformações devido a ocupação de pessoas, especialmente a partir do avanço da fronteira agrícola, a produção de grãos e carne destinados

à exportação, o que vem provocando uma diminuição significativa dos recursos naturais do bioma. Sem contar que o Cerrado tem sido violentado por conta da exploração predatória de sua vegetação lenhosa para a produção de carvão (BRASIL, 2012).

De acordo com Brito (2013):

Uma das atividades eleitas para carrear esse processo foi a implantação da monocultura de eucalipto para a produção de carvão. Este, associado ao carvoejamento, promoveu no Norte de Minas a desestruturação do cerrado e a expropriação de terras das comunidades rurais, com extrema rapidez. (BRITO, 2013, p.114).

Assim como, outras monoculturas, do eucalipto para ser cultivado precisa de uma vasta área, e quando as empresas arrendam as terras, o que existe nelas é alterado, as árvores nativas são retiradas utilizando-se correntes e as mesmas são destinadas para a produção de carvão ou são enterradas, para que não haja vestígio de crime ambiental.

Nos anos 1970, no estado de Minas Gerais, foram oferecidos alguns subsídios para que a silvicultura fosse inserida em seu território, sobretudo o eucalipto, e áreas foram arrendadas pelo Estado, a preços muito abaixo do valor devido. Eram terras devolutas cujos detentores eram o capital representado pelas empresas de “reflorestamento”, homogeneizando, as áreas de chapadas onde anteriormente sua cobertura vegetal era de Cerrado. Apenas na Mesorregião Norte de Minas, foram cerca de 1 milhão de hectares ocupados com eucalipto (MAZZETTO SILVA; PORTO-GONÇALVES, 2016, p.41).

O que contribuiu com a expansão da silvicultura no Norte de Minas Gerais, foram o preço da terra, mão de obra barata e os subsídios do governo para o “desenvolvimento econômico do Cerrado”. A maioria das terras são públicas, ou seja, pertencem ao Estado, e por seus ocupantes não terem o título de propriedade, houve a inserção de eucalipto e pinus nessas terras, e as empresas arrendaram por preços irrisórios (BRITO, 2013, 114).

De acordo com Mazzetto e Porto-Gonçalves (2016):

Em primeiro lugar, é preciso dizer que essas terras devolutas, provisoriamente arrendadas pelo Estado, se constituíam em *terras de uso comum* das comunidades sertanejas que faziam uso dessas Chapadas, por eles chamadas *gerais* porquê de todos, onde praticavam o extrativismo dos frutos do Cerrado para uso alimentar (pequi, araticum, mangaba, murici, jatobá, baru etc.), recolhiam seus remédios (fava d’anta, barba timão, unha d’anta etc.) e faziam produção de óleo e sabão (de pequi, rufão, tingui e palmeiras diversas). As comunidades também soltavam o gado para pastar nesses Cerrados nas épocas de maior restrição de forragem dos pastos plantados. Foi, portanto, um processo de privatização, ainda que temporário, de terras públicas de uso comum dessas comunidades. (MAZZETTO SILVA; PORTO-GONÇALVES, 2016, p.41).

Desde então as populações tradicionais do campo, vem sofrendo por conta da perda da posse da terra, considerando que eram posseiros, e já viviam na região, e faziam uso dos recursos naturais de forma consciente, retirando apenas o necessário para a sobrevivência.

Segundo Dayrell (1998):

Legalizaram cartorialmente os documentos de propriedade e cercaram os limites imprecisos de suas terras onde, muitas vezes, já habitavam anteriormente, gerações de pequenos agricultores que foram daí expulsos. A dinâmica da produção agroindustrial, implementada na região não necessita mais dessa mão de obra servil. Rompeu-se de vez o pacto anteriormente estabelecido entre grandes fazendeiros e camponeses. Estes passaram a ser considerados, a partir de então, como posseiros pelo fato de não possuírem documentos legais de registro das terras habitadas, em alguns casos secularmente, pelos seus antepassados. Uma boa parte da vegetação nativa - cerrados, matas e caatingas - foi transformada em carvão e substituída por pastagens exóticas. (DAYRELL, 1998, p.77).

Essa monocultura provocou grandes transformações na paisagem natural da região, como: impactos ambientais (desmatamento da vegetação, assoreamento dos rios, escassez de chuvas, desaparecimento dos cursos d'água e aumento de temperaturas). Além disso, provocou uma série de problemas em comunidades tradicionais, assentamentos e nas pequenas propriedades rurais. Esses sujeitos foram afetados pois ervas medicinais e as veredas que são responsáveis pela água onde vivem.

De acordo com Mazzetto e Porto-Gonçalves (2016):

Não é à toa, portanto, que as populações do Cerrado vêm denunciando os estragos da monocultura, em especial sobre as fontes de água que abasteciam as comunidades pelos *Gerais* afora. As empresas procuram negar esse fenômeno, visando, é claro, a preservação dos seus lucrativos negócios, o que seria legítimo se não fossem os seus desproporcionais custos socioambientais. (MAZZETTO; PORTO-GONÇALVES, 2016, p.43).

Cabe destacar que na atividade de silvicultura são utilizadas tecnologias mais avançadas, baseadas em estudos científicos, que são aplicados em técnicas de clonagem a fim de homogeneizar os cultivos, investimentos em maquinários modernos, diminuindo o número de trabalhadores no processo de produção. Essas tecnologias avançadas somadas ao uso de agrotóxicos têm impactado na sociobiodiversidade, a diminuição dos recursos hídricos e tem contaminado a água (BRITO, 2013, p 116).

Segundo Mazzetto e Porto-Gonçalves, (2016):

E, pior, ignorou-se o papel hidrológico que as Chapadas desta região cumprem quando cobertas por Cerrado: áreas de recarga hídrica, responsáveis pelo provimento do lençol freático que alimenta as nascentes e os córregos, os quais, por sua vez, abastecem as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. Essas Chapadas fazem do Cerrado a grande caixa d'água do território brasileiro, fato percebido pela sensibilidade do nosso grande Guimarães Rosanesta passagem belíssima de Grande Sertão Veredas. (MAZZETTO; PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 42).

Neste mesmo contexto pautado no discurso do desenvolvimento econômico da região, foi criada a SUDENE, cujos objetivos eram realizar o planejamento e efetuar as políticas públicas do governo de incentivos financeiros e fiscais, enquanto o governo estadual executa investimentos públicos em infraestrutura básica como: estradas, energia, tecnologias e comunicação.

Desse modo, a prioridade para a aplicação dos investimentos públicos foram as atividades de pecuária de gado de corte, produção florestal, produção agrícola intensiva e via de irrigação (DAYRELL, 1998).

O eucalipto foi descoberto pelos ingleses na Austrália no ano de 1788. Há registros que fazem referência dessa espécie à Nova Zelândia, à Tasmânia e às ilhas vizinhas.

A difusão das sementes de eucalipto se espalhou pelo mundo no início do século XIX. Enquanto na América do Sul, o primeiro país a inserir o eucalipto foi o Chile no ano de 1823 e, logo após, a Argentina e o Uruguai. Em meados dos anos 1850, países como Espanha, Portugal e Índia deram início ao cultivo de eucalipto. Sendo assim, as primeiras mudas foram introduzidas no Brasil em 1868, no Rio Grande do Sul. No mesmo ano, também houve o plantio de alguns exemplares na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Mas, a inserção do gênero foi impulsionada no início do século XX.

O cultivo de eucalipto voltado para a comercialização teve início em 1904. No primeiro momento foi inserido como monocultura destinada a atender a demanda de lenha para serem utilizadas como combustível de locomotivas e dormentes para trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Também era usado na produção de mourões decercas e postes margeando a ferrovia, além do fornecimento de madeira para construção das estações e vilas. Desse modo, o plantio de eucalipto saiu do estado de São Paulo e se espalhou para o Centro Sul do Brasil (MINAS GERAIS, 2004).

No período de 1967 a 1986, a área plantada com eucalipto e pinus no Brasil era de cerca de 6,5 milhões de hectares. Desse montante, aproximadamente 35% foram cultivados no estado de Minas Gerais, que se transformou no polo florestal brasileiro. O estado atingiu essa posição devido às principais empresas consumidoras de carvão vegetal estarem instaladas em seu território, além da terceira maior empresa de produção de celulose do país.

Desse modo, é possível destacar a importância da atuação da EMATER-MG, a partir do seu programa Fazendeiro Florestal até a primeira metade dos anos 1970 do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF).

Para Brito (2013):

Um dos projetos capitaneados pela Ruralminas a partir da década de 1970 foi o da introdução da monocultura do eucalipto nas áreas de chapadas do cerrado do Norte de Minas, e a produção de carvão vegetal. De 1983 a 1990, foram liberados pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF – para desmate e carvoejamento cerca de 300 mil hectares. As áreas, consideradas terras públicas, foram cedidas pelo Estado para empresas que implantaram a monocultura, denominadas de reflorestadoras. A utilização dos termos reflorestamento e reflorestadoras para denominação da atividade da monocultura de eucalipto já foi criticada diversas vezes, pois esta não pode ser considerada floresta.

No caso, o eucalipto foi implantado com a destruição das matas, que foram transformadas em carvão. Nos anos 2000 ocorreu um novo movimento desenvolvimentista com apropriação privada dos recursos naturais. As comunidades tradicionais, por seu turno, passaram a se organizar para garantir territórios e preservar os recursos naturais, essenciais para o seu modo de vida. (BRITO, 2013, p.16-17).

Na segunda metade da década de 1980, houve uma redução significativa dos incentivos fiscais, as siderúrgicas e as empresas de celulose certificaram que o pequeno e o médio produtor rural poderiam ser possíveis parceiros na produção do eucalipto. Desse modo, ao mesmo tempo em que se pretendia atender as demandas legais, havia a possibilidade de criar uma economia florestal mais saudável, incluindo os produtores rurais, independentemente do tamanho de suas áreas ou nível tecnológico.

No ano de 1988 foi constituído o Pró-Floresta, programa de financiamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) a fim de incentivar investimentos no setor. A partir daí o programa beneficiou 25 empresas, disponibilizou cerca de R\$ 119 milhões e proporcionou a implantação de aproximadamente, 154 mil hectares de florestas para fins industriais (siderúrgicas e celulose), totalizando investimentos de quase R\$ 217 milhões de reais.

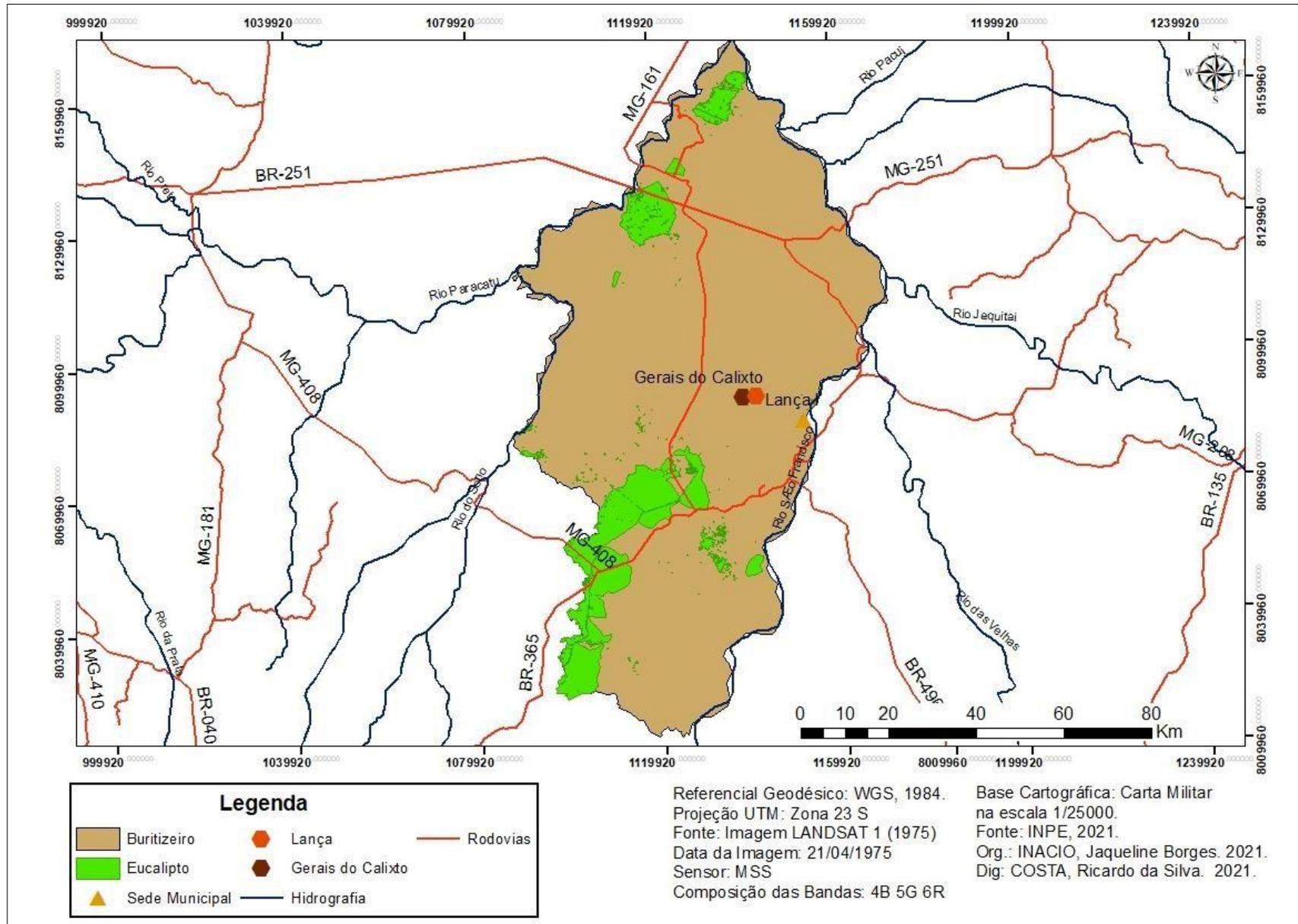
Segundo Dayrell (1998):

Como as áreas pretendidas por essas empresas de reflorestamento ultrapassavam em muito o permitido, não só pela legislação de terras do Estado, como também pela Constituição Mineira, à época (3.000 hectares), tornou-se obrigatoriamente necessário, como determinava a antiga Constituição Federal (art.171), a prévia aprovação do Senado Federal. Tal foi feito. O Senado Federal, através de resoluções, autorizava o governo do Estado de Minas Gerais a aliená-las. Com a autorização do Senado, a Assembleia Legislativa anuiu o arrendamento com direito à alienação, para 18 empresas de reflorestamento, atingindo um total de 1.436.050 (um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil e cinquenta hectares). Sacramentou-se, assim, a expulsão de milhares de camponeses que viviam nos “gerais” de Minas. (DAYRELL, 1998,p.79).

Em 2003, o estado de Minas Gerais tem 1,5 milhão de hectares plantados com eucalipto e pinus. São consumidos anualmente cerca de 120 mil hectares, quase o dobro do cultivo de florestas nos anos de 2002/2003, em que esse número foi de 68 mil hectares (MINAS GERAIS, 2004).

Na década de 1970, o agronegócio avançou sobre a região, sobretudo no município de Buritizeiro, onde teve parte de sua área agricultável ocupada com eucalipto e pinus, visando o abastecimento de carvoarias e de indústrias siderúrgicas situadas em Pirapora e Várzea da Palma (GAMA, 2006). (Mapa 4).

Mapa 4: Uso e ocupação do solo com eucalipto-década de 1970-Buritizeiro-MG



Considerando o tamanho do território do município que é considerado um dos maiores do Norte Minas, existe um vazio demográfico, a monocultura de eucalipto foi inserida na área rural, as margens das rodovias e próximo aos cursos d'água. Isso pode estar associado às facilidades de transporte do eucalipto e de irrigação.

Segundo Dayrell (1998):

Enquanto em 1970 85% da região ainda estava coberto pela vegetação nativa, em 1990 apenas 32% do território mantém a sua cobertura original. Uma grande parcela da população rural migrou para as cidades, seja pela perda de suas terras, seja em busca de melhores condições de vida. (DAYRELL, 1998, p.79).

Existem alguns estudos que atestam que o cultivo de eucalipto pode ajudar na preservação da vegetação nativa, uma vez que a madeira utilizada para produzir carvão vegetal seria oriunda apenas do eucalipto. Sendo assim, uma vez que as áreas estejam ocupadas pela silvicultura impede o avanço do desmatamento das espécies endêmicas do Cerrado (MINAS GERAIS, 2004).

É importante destacar que o eucalipto e o pinus, não devem ser classificados como florestas, pois, eles não são nativos, tratam-se de espécies que possuem viveiros onde são cultivadas as mudas para serem plantadas.

Mas, existem os problemas que essa monocultura pode causar no meio ambiente e na vida das comunidades locais. Com o plantio de eucalipto próximo aos cursos d'água nota-se que o solo se tornou mais arenoso e há uma escassez de água. Sem contar que a pulverização dos aviões com agrotóxicos nas plantações de eucalipto faz as árvores do Cerrado secarem e conseqüentemente os frutos começam a diminuir.

De acordo com Dayrell (1998):

Nas áreas de gerais, a baixa fertilidade de suas terras era compensada pela existência de áreas embrejadas e úmidas e pela atividade extrativa que desempenhava um papel importante na economia familiar. A extração da lenha, madeira, aproveitamento dos frutos nativos, plantas medicinais, látex damangaba e, principalmente, a forragem nativa na criação do gado bovino, equino e caprino, eram atividades comuns nos diferentes sistemas produtivos. (DAYRELL, 1998, p.86).

No final do século XX e início do século XXI, as comunidades geraizeiras começaram a se movimentar no sentido de estabelecer redes internas e externas de organização de proteção dos seus territórios e da recuperação das terras expropriadas, diante do vencimento dos contratos entre as empresas e o Estado (BRITO, 2013).

Segundo informações da ALMG (2004), o Brasil e, especificamente, Minas Gerais possui tecnologia de ponta, chegando mesmo a exportar conhecimentos técnicos e científicos para a Austrália, país de onde originou o eucalipto.

Conforme podemos observar, na década de 1980 as plantações de eucalipto deixam de ocupar somente as margens das rodovias e os cursos d'água e se expandem para outras áreas do município (Mapa 5).

Porém, algumas informações obtidas através de relatos das populações locais e de pesquisas acadêmicas desenvolvidas no município, na década de 1980 houve uma crise na silvicultura na região, onde a empresa Lança, deixou a atividade e saiu da região. Essa empresa deixou várias irregularidades trabalhistas, e a partir de acordos informais, a mesma manteve os antigos trabalhadores em suas propriedades, onde os mesmos deram início a pequenas plantações de alimentos, às atividades de extrativismo e passaram a residir nas áreas mais próximas das veredas. Com a degradação do solo, provocada por seu uso intensivo, no cultivo de eucalipto, a área de veredas era onde os camponeses do lugar cultivavam os alimentos para garantir a sobrevivência (ROCHA, 2017).

Outro aspecto que podemos citar é com relação a geração de emprego por parte da silvicultura, que absorve uma mão de obra local e de cidades vizinhas, e geralmente os serviços são precários para determinadas classes em detrimento de outras que atuam nos setores administrativos.

De acordo com Brito (2013):

A promessa da geração de empregos não se realizou porque a ocupação da mão-de-obra se deu apenas em fases muito específicas do processo produtivo, em especial na etapa do desmatamento e plantio e, depois, no corte e carvoejamento, sendo que, no Cerrado mineiro, entre um e outro há um espaço de oito anos. Ainda assim, as condições de trabalho nessas etapas têm sido as piores e, até mesmo, com inúmeros casos de trabalho escravo identificados. A maior parte da riqueza, na verdade, não fica na etapa de plantio e carvoejamento e sim na indústria que processa e exporta ferro-gusa para os países “desenvolvidos”. Além disso, em geral, as firmas “reflorestadoras” não têm nenhum vínculo nem compromisso com o local e o município onde se dá o plantio e sua ação desestabilizou fortemente a agricultura familiar de diversos municípios mineiros, gerando, ao contrário, desemprego e expulsão do campo. (BRITO, 2013, p.42).

Cabe destacar que a silvicultura atrai grandes investimentos em sua produção, gerando uma arrecadação municipal atrativa, mas, esses números não refletem na qualidade de vida dos trabalhadores quando analisamos a situação de vulnerabilidade social e econômica em que a população de Buritizeiro se encontra.

De acordo com Porto-Gonçalves (2006):

A monocultura chegou, assim, aos grandes sertões e, com ela, a homogeneização de uma região que se caracteriza por sistemas de uso múltiplos recursos naturais, de manejo de uma enorme riqueza de diversidade biológica que essas populações camponesas, indígenas, de afrodescendentes, de geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, retireiros tornaram possível que chegasse aos nossos dias como um verdadeiro patrimônio cultural. (PORTO- GONÇALVES, 2006, p.260).

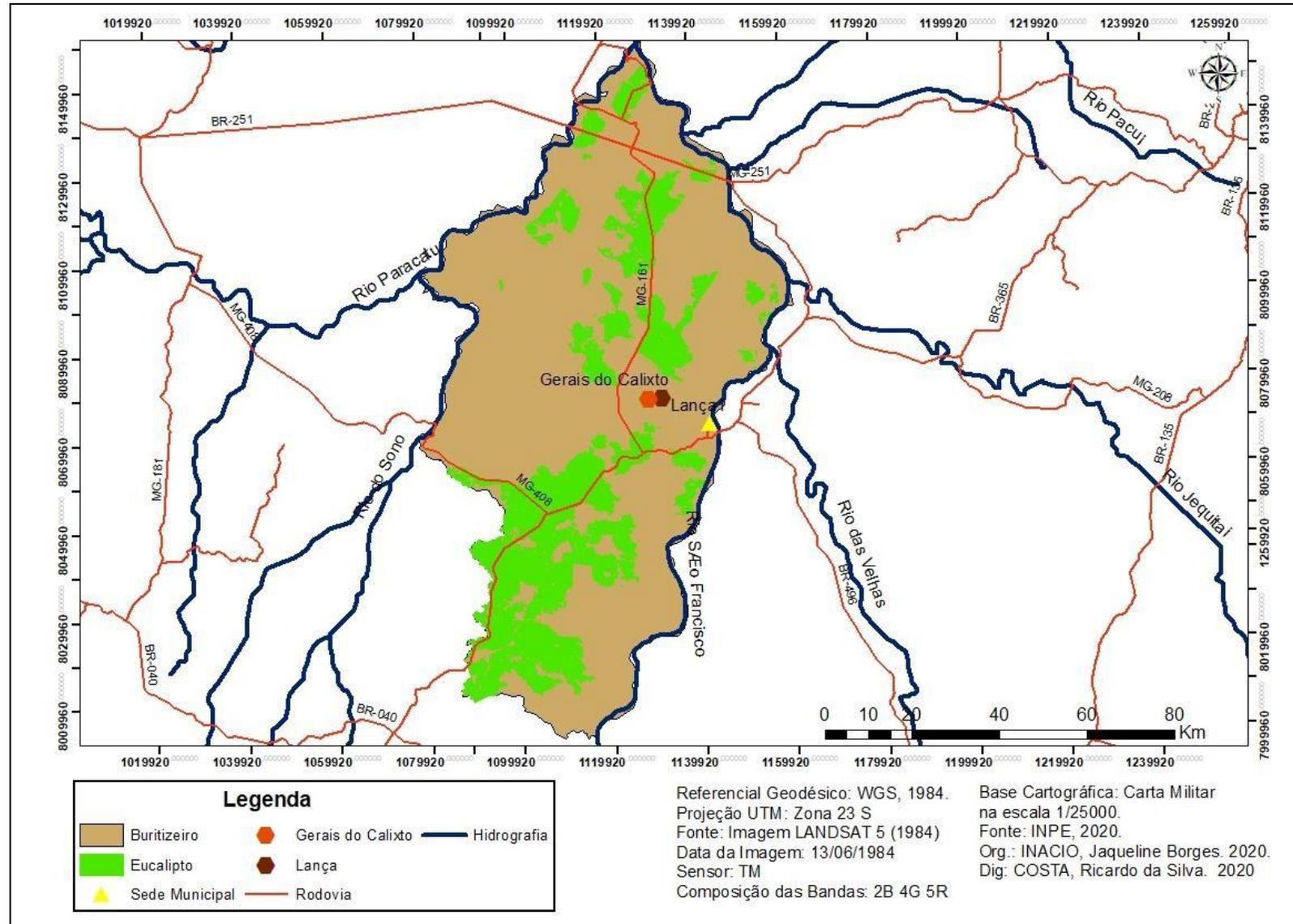
Na década de 1980, com o fim dos incentivos fiscais, as empresas de eucalipto e pinus investiram na própria produção, de acordo com o estabelecido na lei e se uniram às universidades públicas para garantir o desenvolvimento tecnológico. Desse modo, a partir das práticas adotadas nas empresas em parceria com as instituições de ensino superior, houve uma significativa evolução das técnicas de gerenciamento ambiental e de inserção social dos produtores de eucalipto e pinus (MINAS GERAIS, 2004).

No entanto, na década de 1990, essa área ocupada com eucalipto apresentou uma queda, isso pode ser explicado devido ao fato da diminuição de incentivos para que esta monocultura avançasse sobre a área agricultável de Buritizeiro (Mapa 6).

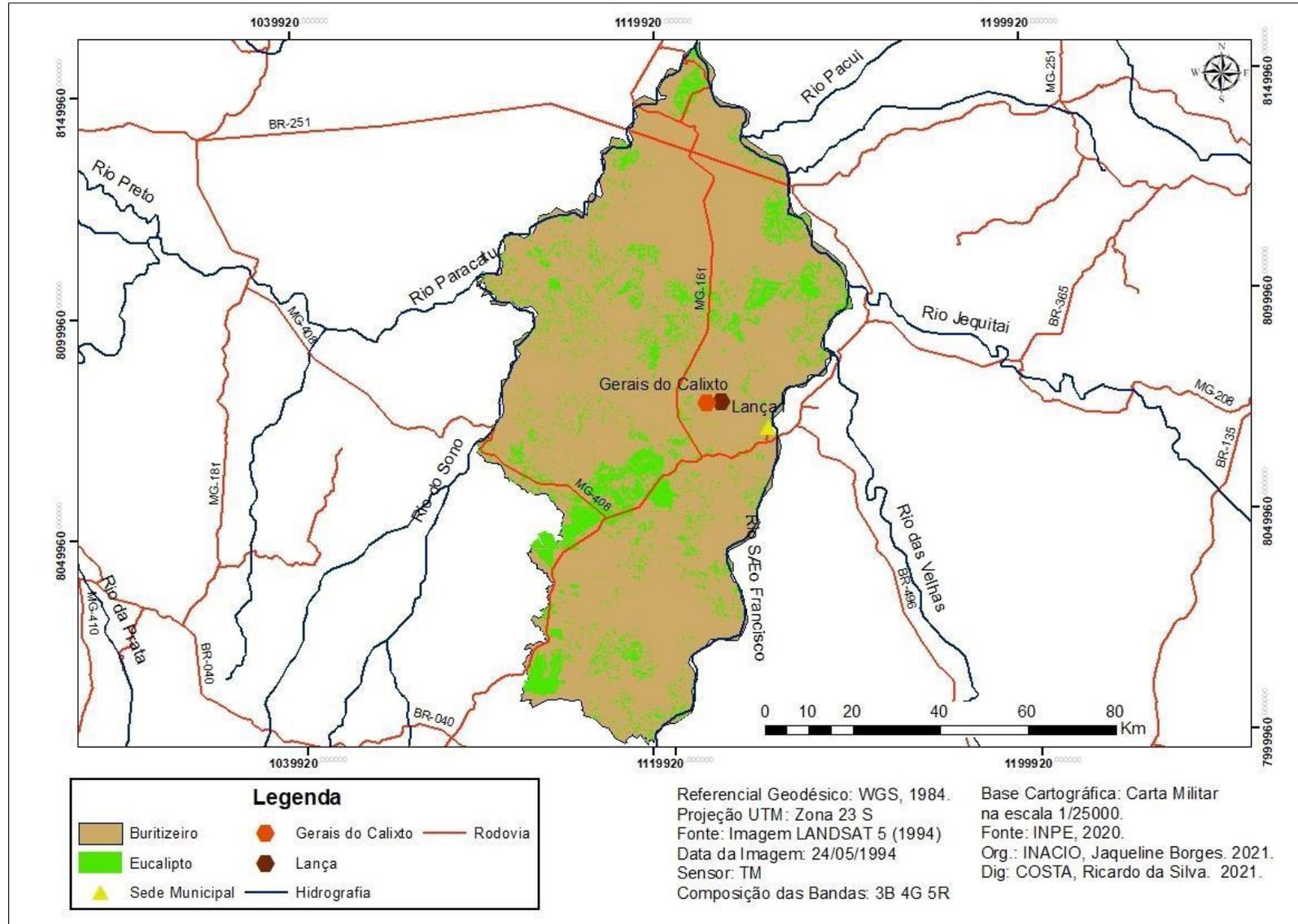
Além disso, a sociedade civil brasileira e mineira, fez reivindicações para que houvesse mudanças e pressionou os órgãos governamentais e as empresas florestais para tomar providências quanto aos impactos negativos provocados pela monocultura de eucalipto, nos aspectos ambiental e social.

Já na década de 2000, o eucalipto aumenta sua área de produção e avança sobre as áreas onde viviam e vivem as comunidades tradicionais de extrativistas no município (Mapa 7).

Mapa 5: Uso e ocupação do solo com eucalipto-década de 1980-Buritizeiro-MG



Mapa 6: Uso e ocupação do solo com eucalipto-década de 1990-Buritizeiro-MG



Mapa 7: Uso e ocupação do solo com eucalipto-década de 2000-Buritizeiro-MG

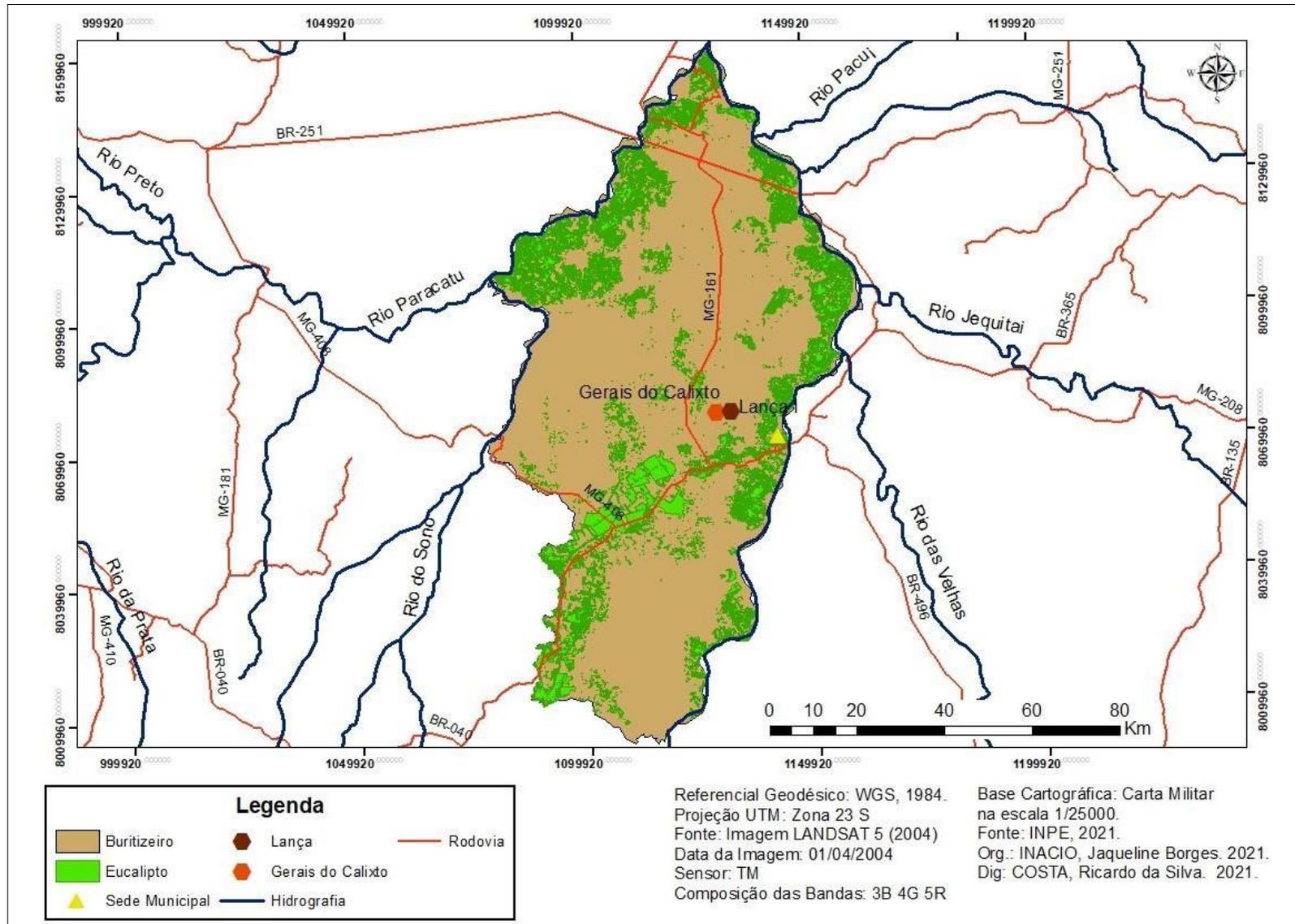
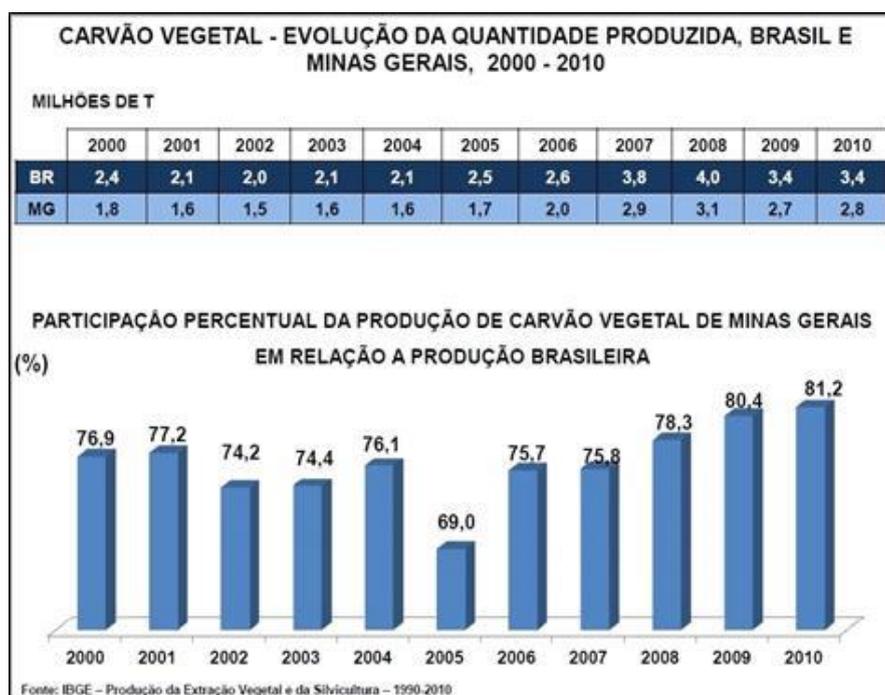


Gráfico 1: Produção de carvão vegetal no Brasil e Minas Gerais (2000-2010)

Fonte: IBGE-Produção de Extração Vegetal e Silvicultura-1990-2010.

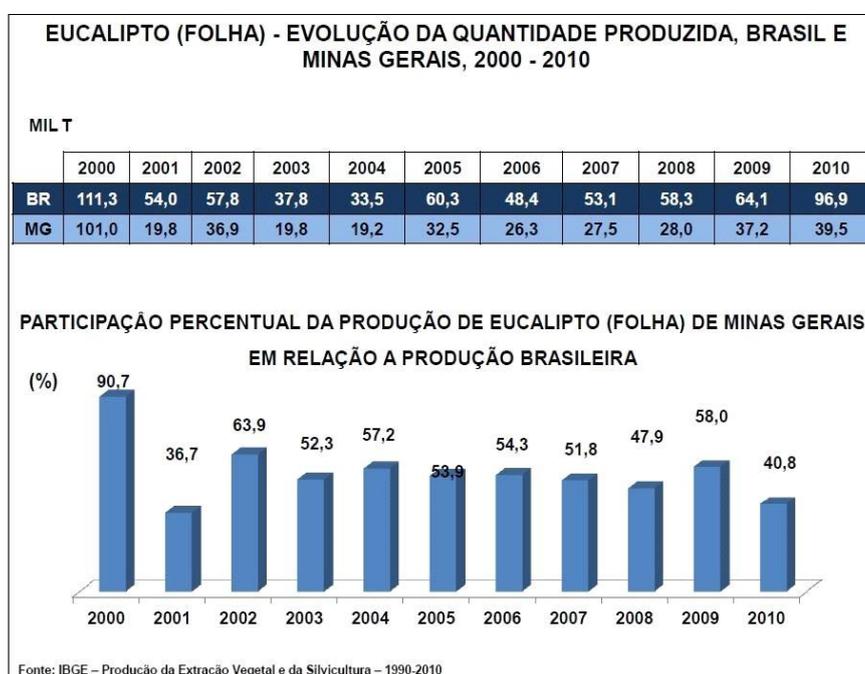
Segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), o aumento da área plantada com eucalipto na década de 2000, pode ser explicado devido à retomada dos incentivos fiscais para que a silvicultura avançasse sobre o Brasil e consequentemente sobre o estado de Minas Gerais, com investimentos no beneficiamento do eucalipto para a produção de carvão vegetal, tora de madeira, lenha e eucalipto em folha. Esses produtos são utilizados em indústrias siderúrgicas, de papel, de celulose, em construções de cercas de propriedades rurais, na fabricação de móveis, fabricação de lápis, como exemplo a empresa Faber Castell, que possui uma empresa no município do Prata no Triângulo Mineiro. Conforme podemos observar nos dados de produção de carvão, madeira em tora, lenha e eucalipto em folha nos Gráficos 1, 2, 3, 4 e 5:

No gráfico 1, observamos que a evolução da produção de carvão vegetal no início da década de 2000 até 2004 apresenta estabilidade no estado de Minas Gerais, marcado por queda em 2005, sendo que no ano de 2006 é marcado pela recuperação dessa queda

de produção e pelo conseqüente aumento até 2010. Enquanto isso, no Brasil, a produção de carvão apresenta crescimento no período de 10 anos.

Em relação a evolução da quantidade de eucalipto em folha produzida, no gráfico 2 podemos observar que no estado de Minas no início dos anos 2000 apresentou alta, porém, no ano seguinte sofreu com significativa diminuição. Em 2002 apresentou crescimento e de 2003 a 2010 a produção foi marcada por instabilidade, ora aumentou e em seguida diminuiu. Em nível nacional apresentou uma produção elevada em 2000, seguida por variação até 2009, recuperando sua produtividade no ano de 2010.

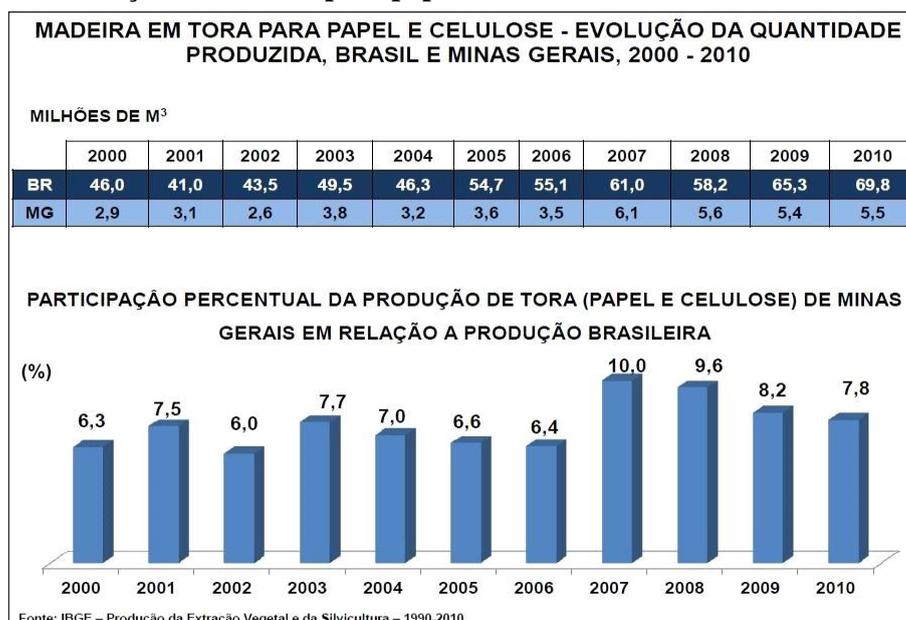
Gráfico 2: Produção de eucalipto em folha no Brasil e Minas Gerais (2000-2010)



Fonte: IBGE-Produção de Extração Vegetal e Silvicultura-1990-2010.

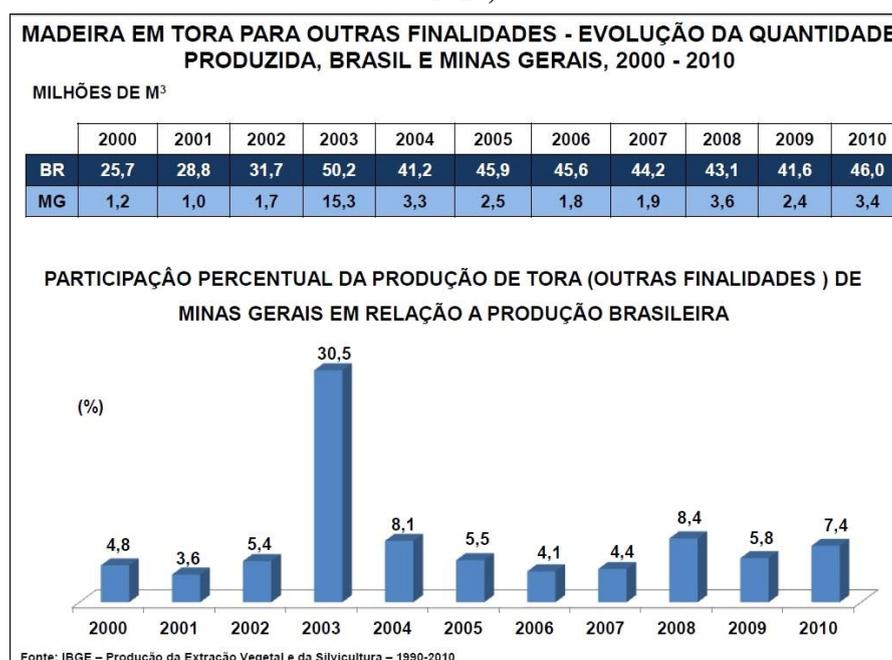
O gráfico 3 apresenta os dados relacionados ao percentual da produção de madeira em tora destinadas a fabricação de papel e celulose. No estado mineiro a produção de 2000 à 2006 apresentou certa estabilidade, operando em alta nos anos de 2007 e 2008. Sendo que nos anos de 2009 e 2010 apresentou uma leve diminuição da produção.

Com relação a quantidade produzida em metros cúbicos de tora de madeira de eucalipto, tanto Minas Gerais quanto o Brasil apresentaram estabilidade num período de 10 anos.

Gráfico 3: Produção de madeira para papel e celulose no Brasil e Minas Gerais (2000-2010)

Fonte: IBGE-Produção de Extração Vegetal e Silvicultura-1990-2010.

Com relação a evolução na quantidade de madeira produzida destinada a outras finalidades como exemplo: a fabricação de móveis, nos dados do gráfico 4, observamos que a produção em milhões de metros cúbicos no estado de Minas Gerais de 2000 a 2010, apresentou alta significativa no ano de 2003, e nos demais anos manteve-se estabilizado.

Gráfico 4: Produção de madeira para outras finalidades no Brasil e Minas Gerais (2000-2010)

Fonte: IBGE-Produção de Extração Vegetal e Silvicultura-1990-2010.

Enquanto isso, no Brasil, apresentou estabilidade durante os 10 anos. Destacamos que a porcentagem produzida em relação a produção brasileira também, apresentou aumento no ano de 2003 em relação aos outros anos de estabilidade.

Nos dados do gráfico 5, observamos que a quantidade de lenha produzida em milhões de metros cúbicos em Minas Gerais, inicia os anos 2000 em alta, seguida por significativa diminuição de 2001 a 2007. Em 2008 apresentou um leve aumento na produção, seguida por queda em 2009 e no ano de 2010 aumentou novamente. Essa situação se repete com relação ao percentual da produção de lenha no estado. Já no Brasil a produção apresentou variações nos anos de 2001, 2003 e 2009 e manteve-se a estabilidade produtiva.

Gráfico 5: Produção de lenha no Brasil e Minas Gerais (2000-2010)

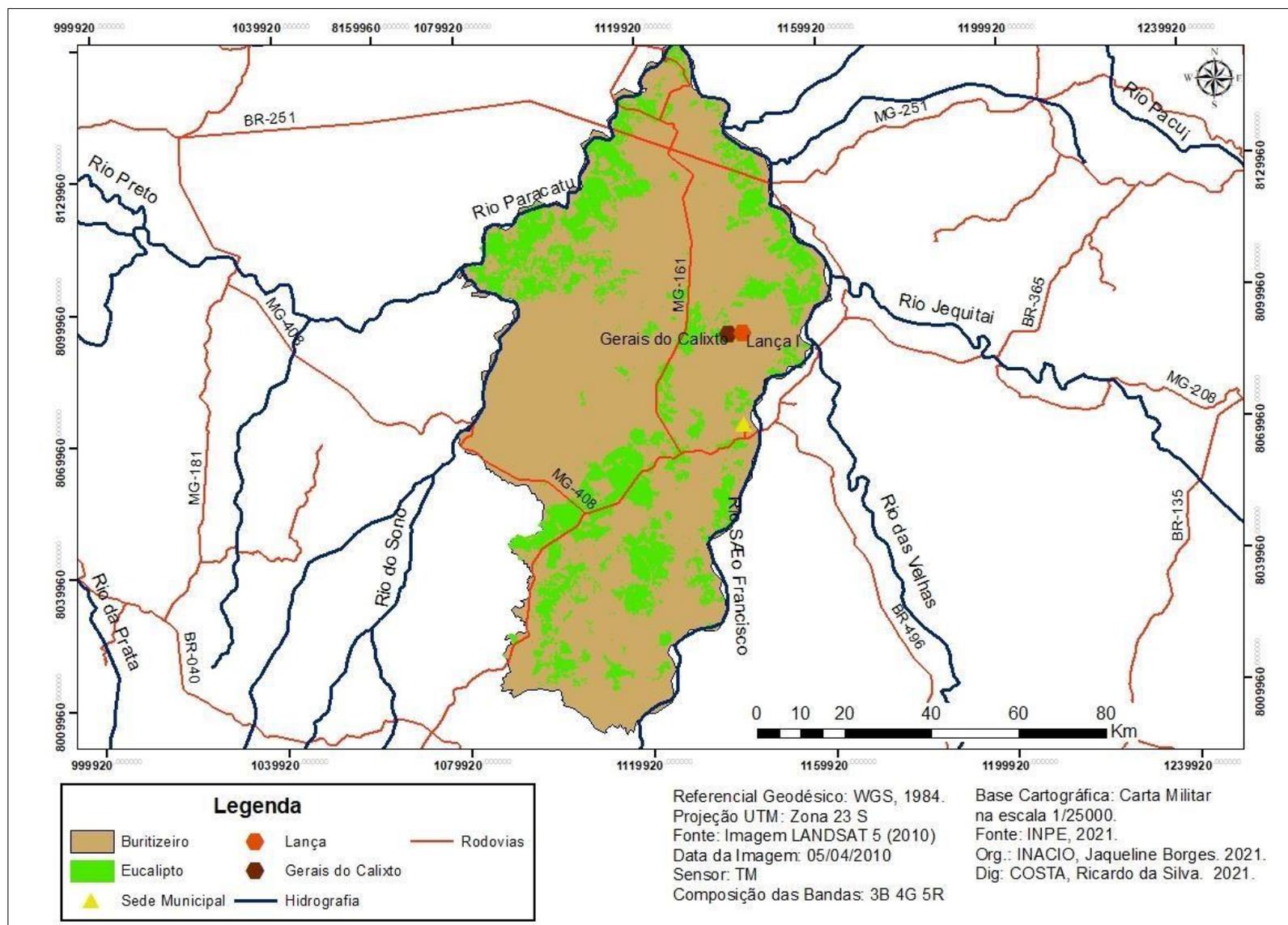


Fonte: IBGE-Produção de Extração Vegetal e Silvicultura-1990-2010.

Segundo Dayrell (1998, p.79), “o processo desenvolvimentista aconteceu de forma acelerada, alterando drasticamente a paisagem regional”. Essa monocultura modificou de forma significativa a paisagem natural de Buritizeiro, e avançou sobre todo o município, mas, não modificou e extinguiu totalmente a área que foi delimitada para a implementação da RESEX, onde encontram-se as comunidades Gerais do Calixto e Lança¹¹, bem como, os assentamentos rurais, pois, no local ainda existe uma parte do Cerrado preservado (Mapa 8).

¹¹ As comunidades citadas serão apresentadas de forma mais detalhada no capítulo 2 e 3 da tese.

Mapa 8: Uso e ocupação do solo com eucalipto-2010-Buritizeiro-MG



As empresas do setor da silvicultura (eucalipto e pinus) defendem em seus discursos que essas produções são sustentáveis, pois, as áreas que estão ocupadas por essas monoculturas são as que foram exploradas e ocupadas desde o início de sua inserção nos solos do Cerrado, e que devido ao fato de terem devastado boa parte da vegetação nativa, não é preciso expandir a quantidade de hectares ocupados.

Segundo Brito (2013):

Em função disso tudo, cresce atualmente um novo tipo de sujeito excluído – os atingidos pela monocultura do eucalipto, cunhada, sintomaticamente, por algumas populações locais de “deserto verde”. O complexo reflorestador- siderúrgico-celulósico é, rigorosamente, do ponto de vista científico, agente de um modelo produtivo que impacta os Cerrados, água e gente e que de sustentável não tem nada. Não há mercado de carbono que dê conta de fazer chamar esse processo brutal de “desenvolvimento limpo”. Isso é uma clara jogada de *marketing* para pintar de verde um processo ecológico e socialmentepredatório. (BRITO, 2013, p.43).

Além disso, as áreas cultivadas com eucalipto e pinus são consideradas como áreas de reflorestamento, o que se torna um equívoco, uma vez que essas espécies vegetais não são nativas das regiões em que são inseridas.

Neste sentido, no ano de 2019, o estado de Minas Gerais, passa a ocupar o primeiro lugar no *ranking* com a maior área plantada de monoculturas de eucalipto e pinus do Brasil, ultrapassando 2 milhões de hectares, o que corresponde a um crescimento de 0,8% comparado ao ano anterior, sendo que o eucalipto ocupa boa parte da região do Norte de Minas (Tabela 1).

Tabela 1: Ranking de áreas plantadas com eucalipto e pinus no Brasil em 2019

RANKING DA ÁREA DE FLORESTAS PLANTADAS COM EUCALIPTO E PINUS BRASIL - Ano base 2019				
POSIÇÃO	UF	TOTAL (ha)	EUCALIPTO (ha)	PINUS (ha)
1º	MG	1.956.254	1.920.329	35.925
2º	SP	1.370.949	1.215.901	155.048
3º	MS	1.131.876	1.124.637	7.239
4º	PR	988.811	266.473	722.338
5º	RS	737.549	456.001	281.548
6º	SC	642.310	211.962	430.348
7º	BA	588.035	588.035	-
8º	ES	225.055	225.055	-
9º	MA	199.911	199.911	-
10º	MT	188.605	188.605	-
11º	PA	154.402	154.402	-
12º	OUTROS	323.965	313.442	10.523
TOTAL		8.609.275	6.966.306	1.642.969

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores-IBA-2020

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores-IBA-2020.

No ano de 2019, foram produzidas cerca de 5,2 milhões de toneladas de carvão, 6,1 milhões de metros cúbicos de lenha, 6,2 milhões m³ de madeira em tora para papel e celulose e 5,5 m³ de madeira em tora para outras finalidades. A área plantada com a monocultura de eucalipto está concentrada na Mesorregião do Norte de Minas, responsável por 26% da área total do estado. Quanto à área plantada de pinus, no mesmo ano, foi de aproximadamente 46,9 mil hectares e apresentou queda de cerca de -2,5% comparado ao ano de 2018. Houve uma queda também na área colhida, quase 21,4%, finalizando o ano de 2019 com 1,7 mil hectares colhidos (SEAPA, 2020).

O estado atingiu R\$ 4,4 bilhões no valor de produção na atividade de silvicultura em 2019, e obteve o maior valor em nível nacional, cerca de 23,8%. Além disso, é o maior produtor de carvão vegetal do Brasil, o que corresponde a 86,8% de toda a produção nacional. Mesmo com a queda apresentada em relação à quantidade de carvão produzida no país, o estado mineiro registrou um aumento de 2,2 %.

Buritizeiro, Curvelo, Itamarandiba e Três Marias estão entre os 10 municípios com os maiores valores de produção da silvicultura no ano de 2019. Quanto ao município de João Pinheiro, destacou-se em primeiro lugar no *ranking* do país com o maior valor da produção florestal primária, com R\$ 263, 7 milhões no mesmo ano. Também se sobressaiu em relação a produção de carvão de eucalipto, com um aumento de 7,4% do volume produzido em relação ao ano de 2018 (SEAPA, 2020).

Ainda segundo os dados disponibilizados pelo SEAPA, em 2020, as exportações de produtos florestais, gerou receita de US\$ 534, 2 milhões, com queda de -18,9% comparado ao ano anterior. Os produtos derivados do eucalipto e pinus são compostos por celulose (91%), madeira (7,8%), papel (1,0%) e borracha natural (0,00004%). O setor da silvicultura representa 6,1% do total das exportações do agronegócio do estado de Minas Gerais, que são destinados principalmente aos países: China (32%), Holanda (15%), Japão (14%), Estados Unidos (13%) e Itália (11%).

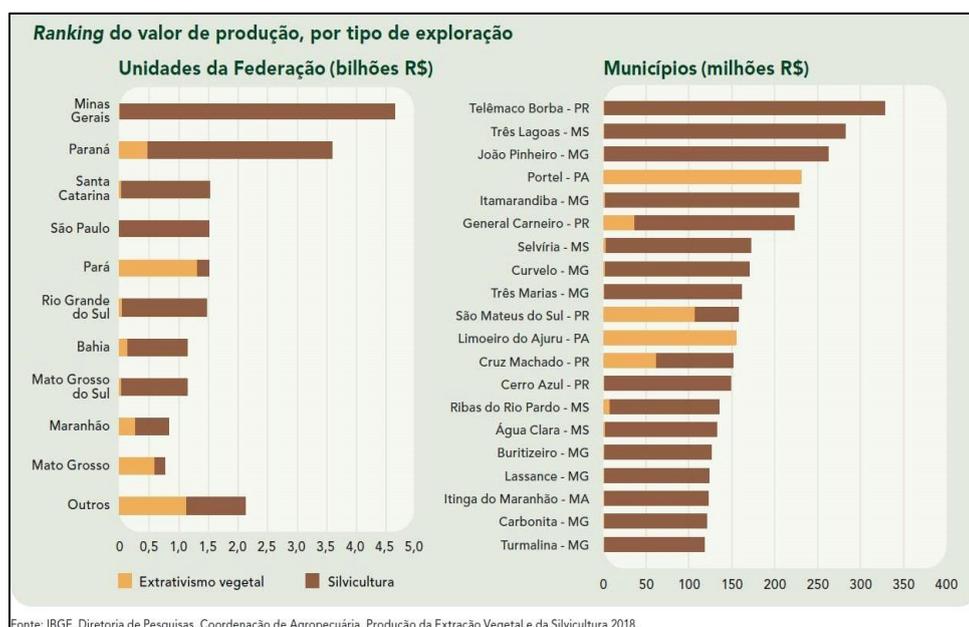
Quanto aos dados estatísticos relacionados à produção de eucalipto e pinus, no município de Buritizeiro foram disponibilizados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), de 2014 a 2019. O IBGE não disponibiliza os dados referentes ao cultivo de eucalipto no município e na região no período anterior a 2014.

Desse modo, a área ocupada com a silvicultura (eucalipto e pinus) em Buritizeiro, está destinada à produção de carvão vegetal e lenha que abastecem as carvoarias, siderúrgicas e fábricas de cimento dos municípios da região.

No ano de 2014 eram cultivados 28.500 hectares com eucalipto; e em 2015 esse número elevou-se para 39.000 hectares; no ano de 2016 diminuiu para 31.328 hectares, porém, não encontramos informações sobre o motivo da diminuição da área plantada. Em 2017 a área plantada passa a 69.600 hectares, apresentando um aumento significativo e nos anos de 2018 e 2019 a área ocupada aumenta para 75.500 hectares, sendo que 3 hectares passaram a ser ocupados com pinus (IBGE, 2019).

Além dos dados disponibilizados pelo IBGE, encontramos informações relacionadas ao plantio de eucalipto no Brasil, no estado de Minas Gerais e em Buritizeiro. Tratam-se de dados referentes ao *ranking* no valor da produção de eucalipto para a produção de carvão vegetal, papel e celulose, com a finalidade de abastecer empresas e atender as demandas do mercado interno e externo (Gráfico 6).

Gráfico 6: Ranking do valor de produção do extrativismo vegetal e silvicultura-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2018.

A partir dos dados reunidos no gráfico, podemos observar que o município de Buritizeiro aparece como 16º no *ranking* do valor de produção de silvicultura no Brasil, com uma representação de quase 150 milhões de reais.

Na Tabela 2, também temos alguns dados do desenvolvimento da silvicultura no país e, Buritizeiro aparece como o 10º município entre os com maior área plantada com eucalipto no ano de 2018, com 75.500 hectares ocupados pela monocultura.

Tabela 2: Área plantada com eucalipto e pinus nos municípios brasileiros-2018

Posição	Municípios	Área, por grupos de espécies florestais (ha)			
		Total	Eucalipto	Pinus	Outras
1ª	Três Lagoas - MS	263 000	263 000	-	-
2ª	Ribas do Rio Pardo - MS	219 964	216 000	3 964	-
3ª	Telêmaco Borba - PR	165 305	93 380	71 775	150
4ª	Água Clara - MS	128 340	128 000	340	-
5ª	Brasilândia - MS	125 000	125 000	-	-
6ª	João Pinheiro - MG	109 480	109 480	-	-
7ª	Ortigueira - PR	93 855	60 205	33 650	-
8ª	Selvíria - MS	88 000	88 000	-	-
9ª	Reserva - PR	82 105	47 965	34 140	-
10ª	Buritizeiro - MG	75 500	75 500	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2018.

O município de Buritizeiro tem uma área significativa ocupada com eucalipto, essa atividade já foi responsável por empregar boa parte dos trabalhadores da cidade, da área rural e da região Norte de Minas. Ainda emprega mão de obra em trabalhos temporários tais como: corte do eucalipto e a construção de cercas.

Portanto, existem projetos que estão sendo criados para incentivar o empreendedorismo e a economia popular solidária, que tem uma pequena representatividade no local¹².

1.3 A criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCs) são áreas ambientais criadas com o objetivo de preservar os recursos naturais, e garantir a sua exploração de forma sustentável. Além disso, as UCs oferecem garantias aos povos tradicionais em relação ao uso sustentável dos recursos naturais de forma racional, bem como, proporcionar às populações que vivem no entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis (BRASIL, 2017).

Essas UCs são criadas pelos governos federal, estadual e municipal, e são institucionalizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conforme disposto na Lei 9.985/2000 de 18 de julho. O SNUC representa um conjunto de Unidades de Conservação, composto por doze categorias, e possuem objetivos

¹² Conteúdo que discutiremos no capítulo 4 deste trabalho.

específicos, pois, existem unidades que necessitam de maiores cuidados, devido a sua fragilidade e particularidades. São Unidades de Conservação que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo. As RESEX classificam-se como uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UC), e são exploradas por povos tradicionais extrativistas, que retiram seus meios de vida a partir do uso dos recursos disponíveis na natureza (BRASIL, 2017).

Segundo Freitas (2014):

O SNUC se baseia na ideia de proteção ambiental e nos seus desdobramentos na conservação e preservação ambiental a partir de certa tipologia de áreas protegidas, as unidades de conservação. A noção de proteção ambiental refere-se justamente a um conjunto de práticas para resguardar o patrimônio ambiental, a partir de um regime especial de uso de determinados recortes territoriais, as áreas protegidas. Essa noção se desdobra em duas outras, a conservação ambiental que prevê maior flexibilidade de usos, e a proteção ambiental, que prevê maiores restrições de uso. (FREITAS, 2014, p.41-42).

O SNUC foi criado para reforçar a importância das Unidades de Conservação, com o intuito de garantir que parcelas significativas e ecologicamente viáveis da diversidade de populações, habitats e ecossistemas tenham representação de maneira correta no território brasileiro. Neste sentido, o SNUC também apresenta uma visão estratégica em relação àqueles que decidem sobre a situação da conservação ambiental e da preservação da biodiversidade, a partir da geração de emprego e renda, que proporcione às populações tradicionais do Brasil uma melhor qualidade de vida.

Além das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, foram criadas as Unidades de Proteção Integral, que são utilizadas para fins de pesquisas científicas e preservação das espécies de flora e fauna.

Conforme o disposto no Art.2º da Lei 9.985/2000 do SNUC, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral; III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. (BRASIL, 2000).

No Art. 6º é estabelecido que o SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e III - Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. (BRASIL, 2000).

Ainda de acordo com Art. 7º, do capítulo III da Lei supracitada, as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. § 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. (BRASIL, 2000).

Segundo definido no Art. 8º, o grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.

No Art. 9º destaca-se a Estação Ecológica tem como incentivo à preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas:

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico. § 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. (BRASIL, 2000).

Quanto à Reserva Biológica, conforme disposto no Art. 10, tem como finalidade a preservação integral da biota e demais recursos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, com exceção para as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º a Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo

educacional, de acordo com regulamento específico. § 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. (BRASIL, 2000).

Conforme disposto no Art. 11, o Parque Nacional tem a função de preservar os ecossistemas naturais de grande importância ecológica e beleza cênica, a partir do desenvolvimento de pesquisas científicas e da realização de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. § 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. (BRASIL, 2000).

Outra categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral é o Monumento Natural, que conforme o Art. 12 tem como função garantir a preservação de sítios naturais raros, peculiares ou de grande beleza cênica.

§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. § 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei. § 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento. (BRASIL, 2000).

Há também o Refúgio de Vida Silvestre, considerado como Unidade de Proteção Integral, conforme o Art. 13, e tem por objetivo a proteção do meio ambiente, onde são garantidas condições para existência ou reprodução de espécies da flora local e da fauna residente ou migratória.

§ 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. § 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei. § 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. § 4º A pesquisa científica depende de autorização

prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. (BRASIL, 2000).

Em relação às Unidades de Conservação de Uso Sustentável destacam-se conforme o disposto pelo Art. 14, as seguintes categorias: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

No Art. 15, a Área de Proteção Ambiental é uma área vasta, com uma pequena proporção de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais essenciais na garantia da qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como função a proteção da diversidade biológica, disciplinar método de ocupação e garantir o uso sustentável dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental. § 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. § 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais. § 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei. (BRASIL, 2000).

Conforme o Art. 16, a Área de Relevante Interesse Ecológico é um território de uma pequena extensão, com número pequeno ou nenhuma ocupação humana, com características naturais exuberantes ou que abriga espécies raras da biota regional, e tem como finalidade manter os ecossistemas naturais de influência local ou regional e controlar o uso dessas áreas, de maneira a tornar-se compatível com as funções de conservação do meio ambiente.

§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico. (BRASIL, 2000).

De acordo com o Art. 17 do SNUC, a Floresta Nacional é um território com cobertura florestal onde predominam as espécies endêmicas e tem como finalidade a multiplicidade dos seus usos de forma sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com enfoque nas metodologias para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei. § 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. § 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração. § 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento. § 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes. § 6º A unidade destacada, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal. (BRASIL, 2000).

Quanto ao Art. 18, apresenta informações relacionadas a Reserva Extrativista (RESEX)¹³, que trata-se de um território utilizado por comunidades tradicionais extrativistas, cujo autossustento é proveniente do extrativismo e como complemento, esses grupos utilizam a agricultura para suprir as necessidades básicas da família, a partir da criação de animais de pequeno porte, tem como finalidade garantir a proteção dos meios de vida e os valores culturais desses povos, e garantir o uso de forma consciente e sustentável dos recursos naturais da Unidade de Conservação.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. § 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área. § 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento. § 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo. § 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. § 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. (BRASIL, 2000).

Também é considerada como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Reserva de Fauna, que conforme estabelecido no Art. 19, trata-se de uma área com uma paisagem natural com ocupação de animais de espécies endêmicas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, destinada aos estudos técnicos-científicos em relação às populações animais.

¹³ A Categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Reserva Extrativista (RESEX), será apresentada de forma mais detalhada no capítulo 2, sendo que esta UC é objeto de estudo desta pesquisa.

§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei. § 2º A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração. § 3º É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional. § 4º A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos. (BRASIL, 2000).

Já a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), conforme disposto no Art.20, possui aspectos semelhantes com a RESEX, pois, trata-se de uma área que abriga os povos tradicionais, que existem a partir dos sistemas sustentáveis de uso dos recursos naturais, desempenhados e reproduzidos ao longo de gerações e organizada de acordo com as condições ecológicas locais e que exercem papel importante na proteção do meio ambiente e na manutenção da diversidade biológica.

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. § 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no Art. 23 desta Lei e em regulamentação específica. § 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (BRASIL, 2000).

Portanto, conforme o § 5º as atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável deverão seguir às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área; II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas às normas previstas em regulamento; III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área. (BRASIL, 2000).

Segundo disposto no § 6º, o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável determinará as áreas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade. (BRASIL, 2000).

Além das UCs apresentadas, conforme o Art. 21, foi criada também a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), trata-se de uma área privada, registrada de forma contínua, com a finalidade de conservar a diversidade biológica.

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis. § 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento: I - A pesquisa científica; II - A visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Segundo as informações do § 3o, os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível, deverão oferecer orientação técnica e científica ao proprietário de RPPN para a organização de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Conforme disposto no Art. 27, da Lei 9.985/2000 do SNUC, as unidades de conservação devem ser geridas por um Plano de Manejo, que deve seguir as seguintes orientações:

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. § 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente. § 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. (BRASIL, 2000).

Ainda segundo o disposto no Art.28, da Lei supracitada, nas unidades de conservação, são proibidas quaisquer modificações, atividades ou tipos de uso que não estejam de acordo com as suas finalidades, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais. (BRASIL, 2000).

Neste sentido, em 28 de agosto de 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e sancionado pela Lei 11.516/2007, uma autarquia que fez toda diferença para a ampliação da criação de Unidades de Conservação no Brasil.

O ICMBio está ligado ao Ministério do Meio Ambiente e faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). E a sua função é realizar as ações do SISNAMA, podendo oferecer, criar, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação implementadas pelo governo federal. Além disso, essa autarquia tem por objetivo promover executar programas voltados à pesquisa, a proteção, a preservação e a conservação da biodiversidade e desempenhar a função de polícia ambiental para proteger as Unidades de Conservação Federais (BRASIL, 2007).

Cabe destacar que o ICMBio administra 324 UCs, totalizando uma área de 79 milhões de hectares, cerca de 9% do território brasileiro. No ano de 2007, quando o órgão foi criado, existiam 440 de RPPNs, e em 2017 esse valor subiu para 667, e 147 Unidades de Proteção Integral e 177 de Uso Sustentável. Conforme as informações do presidente do Instituto Chico Mendes, do período de 2007 até 2017, a quantidade de Planos de Manejo passou de 78 para 178, apresentando um aumento de mais de 100%.

Além disso, o órgão se responsabilizou pela maior avaliação de fauna do planeta, aproximadamente 12.254 mil espécies. Esse número no ano de 2007 era de 1.000 espécies. O ICMBio também investe em pesquisas científicas através dos seus 14 centros especializados, os quais já elaboraram cerca de 450 artigos científicos. Cabe destacar que este órgão não tem a incumbência de proteger apenas flora e fauna, pois, as pessoas também são fundamentais na implementação e gestão das UCs.

Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto, este tem aumentado a gestão participativa a partir de Conselhos Gestores, os quais incluem pessoas da comunidade e parceiros que auxiliam na administração das Unidades de Conservação. No total são 280 conselhos, onde reúnem aproximadamente 8 mil conselheiros no Brasil. Em relação à quantidade de famílias cadastradas nas RESEX passou de 3 mil, em 2010, para 41 mil, em 2017.

Esses sujeitos possuem um papel fundamental no desenvolvimento das economias locais, na produção sustentável de produtos agroflorestais tais como: castanhas, óleos vegetais, entre outros, peixes como: o pirarucu e crocodilianos. Além disso, as atividades de visitação nas unidades de conservação, aumentam a cada ano, desde a criação do órgão (BRASIL, 2017).

Conforme podemos observar nas informações presentes no Quadro 1, existem 149 unidades de Proteção Integral implementadas no Brasil, com uma área de aproximadamente 50.179.923,37 hectares.

As Unidades de Uso Sustentável representam 185 no total, com área de 121.244.268,62 hectares. No total são 334 Unidades de Conservação em um território de 171.424.191,99 hectares. Em relação às unidades de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, são classificadas como propriedade privada, e representam um número expressivo no Brasil com 688 unidades existentes.

Quadro 1: Unidades de Conservação do Brasil-2020

Unidades de Conservação Federais			
Unidades de Conservação Federais	Categoria	Quantidade	Total em hectares*
Proteção Integral: PI	ESEC - Estação Ecológica	30	7.209.341,42
	MONA - Monumento Natural	5	11.540.275,86
	PARNA - Parque Nacional	74	26.864.003,74
	REBIO - Reserva Biológica	31	4.267.866,28
	REVIS- Refúgio de Vida Silvestre	9	298.436,07
Total: 149			50.179.923,37
Uso Sustentável: US	APA - Área de Proteção Ambiental	37	89.766.818,07
	ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico	13	34.088,40
	FLONA - Floresta Nacional	67	17.827.439,08
	RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	102.619,45
	RESEX - Reserva Extrativista	66	13.513.303,61
Total: 185			121.244.268,62
Total Geral de Unidades: 334			171.424.191,99
* Área aproximada obtida por meio de software de SIG			
Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN			
			Total de RPPN: 688

Fonte: ICMBio, 2020. Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

Do total de Unidades de Conservação que foram criadas pelo SNUC, 56 dessas unidades foram implementadas no Cerrado, sendo que deste total 5 são da categoria de Reservas Extrativistas e 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Sendo que apenas uma RDS foi implementada no ano de 2014 no Norte de Minas Gerais, sendo que ao todo foram elaborados projetos para criação de 7 Unidades de Conservação de Uso Sustentável para a região.

No Quadro 2, apresentamos os dados da área de Unidades de Conservação distribuídos por biomas. Observamos que a Amazônia é o bioma com maior área protegida no Brasil, aproximadamente 48%. Isso pode ser explicado por sua extensão territorial e a abrangência da Floresta Amazônica e pelas organizações que incentivam sua proteção. Em segundo lugar está o bioma Marinho Costeiro com aproximadamente 38% de suas áreas preservadas. O Cerrado aparece em terceiro lugar com cerca de 7% de Unidades de Conservação implementadas.

Quadro 2: Área das Unidades de Conservação por bioma

Biomias	Área de Proteção Integral (hectares)	Área de Uso Sustentável (hectares)	Área Total	%
Amazônia	42.883.300	77.559.700	120.443.000	47,2
Caatinga	2.036.500	5.717.300	7.753.800	3,0
Cerrado	5.845.900	11.508.900	17.354.800	6,8
Pantanal	440.100	258.400	698.500	0,3
Mata Atlântica	2.909.100	9.103.100	12.012.200	4,7
Pradaria	121.800	465.900	587.600	0,2
Marinho Costeiro	12.110.800	84.259.100	96.369.900	37,8
Total	66.347.500	188.872.400	255.219.800	100

Fonte: CNUC, 2020. Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

Considerando as áreas de abrangência dos biomas do Brasil e da extensão territorial brasileira, as áreas protegidas a partir das Unidades de Conservação ainda apresentam um percentual muito baixo. É preciso ampliar as políticas públicas ambientais com a finalidade de preservar a sociobiodiversidade dos biomas no país, para que as espécies de fauna e flora não sejam extintas e esses ecossistemas venham a desaparecer, provocando um desequilíbrio ambiental.

O Cerrado é um bioma que está presente principalmente na região central do Brasil, com algumas áreas de enclaves em outros biomas como: Amazônia, Pantanal e Caatinga. Trata-se de uma grande área biogeográfica de extraordinária riqueza sociocultural e ecológica. Contudo, essa riqueza na sua sociobiodiversidade, vem sendo deixada de lado em detrimento do desenvolvimento da fronteira agrícola no país que está subordinada ao agronegócio mundial de *commodities*. A gravidade desse processo é ampliada pela invisibilidade da riqueza que existe no Cerrado (MAZZETTO, 2009).

Devido a importância do bioma Cerrado para a ecologia brasileira, no ano de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na época, estabeleceu, a partir do Decreto nº 5.577, de 8 de novembro, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável, com o objetivo de fomentar a conservação, a restauração, a recuperação, o uso e o manejo sustentável de ecossistemas do Cerrado. Além disso, tem por finalidade incentivar a valorização e o reconhecimento de seus povos tradicionais. Foram apresentadas propostas fundamentais relacionadas ao programa, dentre elas: a revisão de políticas e instrumentos legais que criassem limitações e restrições para a conservação da biodiversidade e gestão de recursos hídricos, e, ainda, “apoiar proposta de emenda constitucional declarando o Cerrado como Patrimônio Nacional” (BRASIL, 2012).

Neste sentido, destacamos que há uma história de convivência de diversos povos tradicionais que vivem em comunidades com os ecossistemas do Cerrado e que lutam pela permanência e prosseguimento de seus modos de vida. Existem manifestações e várias demandas pela criação e implementação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável como exemplo: as Reservas Extrativistas (RESEX) nas regiões de Cerrado.

A criação das UCs é um mecanismo fundamental no reordenamento territorial do Cerrado, que coloca em evidência e revaloriza as esquecidas populações tradicionais que compõem os Povos do Cerrado (MAZZETTO, 2009).

No Quadro 3, apresentamos todas as categorias de Unidades de Conservação que foram implementadas no bioma Cerrado, nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Tocantins. Também podemos observar em quais anos foram implementadas a maior quantidade de Unidades de Conservação no Cerrado.

Segundo os dados apresentados 4 unidades foram implementadas no final da década de 1960 e na metade dos anos 70, enquanto 10 unidades foram implementadas na década de 1980, 13 nos anos 1990, e do início dos anos 2000 a 2015, foram criadas 28 Unidades de Conservação no Cerrado, tanto de Proteção Integral quanto de Uso Sustentável.

Quadro 3: Unidades de Conservação Implementadas no Cerrado

Nome da Unidade	Categoria	Bioma	Área	Diploma Legal de Criação
Área de Proteção Ambiental da Serra de Tabatinga	APA	Cerrado	41.779,61 hectares	Decreto nº 99.278 de 06 de junho de 1990 / Decreto s/n de 16 de julho de 2002
Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa	APA	Cerrado	37.735,58 hectares	Decreto nº 98.881 de 25 de janeiro de 1990 / Decreto 1.876 de 25 de abril de 1996
Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu	APA	Cerrado	143.355,59 hectares	Decreto nº 98.182 de 26 de setembro de 1989
Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto	APA	Cerrado	41.783,61 hectares	Decreto nº 88.940 de 7 de novembro de 1983
Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu	APA	Cerrado	82.680,80 hectares	Decreto nº 88.940 de 7 de novembro de 1983
Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho	APA	Cerrado	176.324,33 hectares	Decreto s/n de 27 de setembro de 2001
Área de Proteção Ambiental do Planalto Central	APA	Cerrado	503.423,36 hectares	Decreto s/n.º de 10 de janeiro de 2002
Área de Proteção Ambiental dos Meandros do Rio Araguaia	APA	Cerrado	359.194,09 hectares	Decreto 02 de Outubro de 1998
Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira	APA	Cerrado	131.770,84 hectares	Decreto nº 98.891, de 26 de janeiro de 1990
Área de Relevante Interesse Ecológico Capetinga/Taquara	ARIE	Cerrado	2.057,20 hectares	Decreto nº 91.303 de 03 de junho de 1985
Estação Ecológica de Pirapitinga	ESEC	Cerrado	1.384,50 hectares	Decreto nº 94.656 de 20 de julho de 1987
Estação Ecológica de Uruçuí-Una	ESEC	Cerrado	135.122,29 hectares	Decreto s/nº de 02 de junho de 1981
Estação Ecológica Serra das Araras	ESEC	Cerrado	27.159,71 hectares	Decreto nº 87.222 de 31 de maio de 1982
Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins	ESEC	Cerrado	707.078,75 hectares	Decreto s/nº de 27 de setembro de 2001
Floresta Nacional da Mata Grande	FLONA	Cerrado	2.010,05 hectares	Decreto s/nº de 13 de outubro de 2003

Floresta Nacional de Brasília	FLONA	Cerrado	9.336,14 hectares	Decreto s/nº de 10 de junho de 1999
Floresta Nacional de Capão Bonito	FLONA	Cerrado/Mata Atlântica	4.236,76 hectares	Portaria nº 558 de 25 de outubro de 1968
Floresta Nacional de Cristópolis	FLONA	Cerrado	12.840,69 hectares	Decreto s/nº de 18 de maio de 2001
Floresta Nacional de Paraopeba	FLONA	Cerrado	203,29 hectares	Portaria nº 248 de 18 de julho de 2001
Floresta Nacional de Silvânia	FLONA	Cerrado	486,37 hectares	Portaria nº 247 de 18 de julho de 2001
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	PARNA	Cerrado	56.448,32 hectares	Decreto s/nº de 21 de setembro de 1999
Parque Nacional da Chapada das Mesas	PARNA	Cerrado	159.953,78 hectares	Decreto s/nº de 12 de dezembro de 2005
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	PARNA	Cerrado	32.769,55 hectares	Decreto nº 97.656 de 12 de abril de 1989
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	PARNA	Cerrado	240.586,56 hectares	Dec. nº 49.875, de 11 de jan. de 1961 / Dec. nº 70.492, de 11 de maio de 1972 / Dec. nº 86.173, de 2 de jul. de 1981 / Dec. nº 86.596, de 17 de nov. de 1981 / Dec. s/ nº de 27 de set. de 2001/ Dec. s/ nº de 05 de jun. de 2017
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	PARNA	Cerrado	77.021,58 hectares	Decreto s/nº de 21 de setembro de 2000
Parque Nacional da Serra da Canastra	PARNA	Cerrado	197.971,96 hectares	Decreto nº 70.355 de 03 de abril de 1972
Parque Nacional da Serra do Cipó	PARNA	Cerrado	31.639,53 hectares	Dec. nº 90.223 de 25 de setembro de 1984/ Dec. nº 94.984 de 30 de setembro de 1987
Parque Nacional das Emas	PARNA	Cerrado	132.787,86 hectares	132.787,86 hectares
Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	PARNA	Cerrado	729.774,18 hectares	Decreto s/nº de 16 de julho de 2002 / Lei 13.090, de 12 de janeiro de 2015
Parque Nacional das Sempre-Vivas	PARNA	Cerrado	124.154,47 hectares	Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002

Parque Nacional de Brasília	PARNA	Cerrado	42.355,54 hectares	Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961 / Lei nº 11.285, de 8 de março de 2006
Parque Nacional do Araguaia	PARNA	Cerrado	555.524,44 hectares	Decreto nº 47.570, de 31 de dezembro de 1959 / Decreto nº 84.844, de 5 de abril de 2018
Parque Nacional Grande Sertão Veredas	PARNA	Cerrado	230.853,4200 hectares	Dec. nº 97.658 de 12 de abril de 1989/Dec. s/nº de 21 de maio de 2004
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras	RDS	Cerrado	38.177,27 hectares	Decreto s/n de 13/10/2014
Reserva Biológica da Contagem	REBIO	Cerrado	3.426,15 hectares	Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002
Reserva Extrativista Mata Grande	RESEX	Cerrado	11.431,50 hectares	Decreto nº 532 de 20 de maio de 1992
Reserva Extrativista Chapada Limpa	RESEX	Cerrado	11.973,05 hectares	Decreto s/nº de 26 de setembro de 2007
Reserva Extrativista de Recanto das Araras de Terra Ronca	RESEX	Cerrado	12.349,33 hectares	Decreto s/nº de 11 de setembro de 2006
Reserva Extrativista Extremo Norte do Estado do Tocantins	RESEX	Cerrado	9.070,48 hectares	Decreto nº 535 de 20 de maio de 1992
Reserva Extrativista Lago do Cedro	RESEX	Cerrado	17.403,97 hectares	Decreto de 11 de setembro de 2006
Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano	REVIS	Cerrado	128.048,99 hectares	Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002
Reserva Particular do Patrimônio Natural Adília Paraguassu Batista	RPPN	Cerrado	70 hectares	Portaria nº 88, de 06 de agosto de 2002
Reserva Particular do Patrimônio Natural Bico do Javaés	RPPN	Cerrado	2.760,72 hectares	Portaria nº 99, de 2 de dezembro de 2011
Reserva Particular do Patrimônio Natural Buraco das Araras	RPPN	Cerrado	29,03 hectares	Portaria nº 31, de 11 de abril de 2007
Reserva Particular do Patrimônio Natural Estância Ecológica SESC – Pantanal	RPPN	Cerrado	38385,72 hectares	Portaria nº 151, de 9 de novembro de 1998

Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Bom Jardim (LAFARGE)	RPPN	Cerrado/Mata Atlântica	172,8 hectares	Portaria no 125, de 27 de outubro de 1997
Reserva Particular do Patrimônio Natural Lagoa do Formoso	RPPN	Cerrado	502,00 hectares	Portaria nº 115, de 03 de setembro de 2001
Reserva Particular do Patrimônio Natural Parque Botânico dos Kaiapós	RPPN	Cerrado	279,11 hectares	Portaria nº 206, de 11 de julho de 2013
Reserva Particular do Patrimônio Natural Parque Ecológico João Basso	RPPN	Cerrado	3.624,57 hectares	Portaria nº 170-N de 30 de dezembro de 1997
Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva da Cachoeira	RPPN	Cerrado	58,3 hectares	Portaria nº 39, de 30 de abril de 1997
Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva do Jacob	RPPN	Cerrado	358,33 hectares	Portaria nº 123-n, de 24 de outubro de 1997
Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário Ecológico Olhos D'Água	RPPN	Cerrado	11,98 hectares	Portaria nº 56 de 16 de dezembro de 2015
Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Tombador	RPPN	Cerrado	8.730,45 hectares	Portaria nº 26, de 8 de maio de 2009
Reserva Particular do Patrimônio Natural Soluar	RPPN	Cerrado	42,48 hectares	Portaria no 17, de 11 de abril de 2005
Reserva Particular do Patrimônio Natural Unidade de Conservação de Galheiros	RPPN	Cerrado	2.694,73 hectares	Portaria nº 73 de 06 de setembro de 1995
Reserva Particular do Patrimônio Natural Vale das Araras	RPPN	Cerrado	31,75 hectares	Portaria nº 42, de 1 de julho de 2005

Fonte: ICMBio, 2021. Organizado por: INÁCIO, J.B.2021.

A criação dos Parques Nacionais e as diferentes categorias de Unidades de Conservação, teve início no ano de 1937 no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, com uma área de 28 mil hectares. Desde então, o Brasil conta com quase 172 milhões de hectares de áreas protegidas.

No início da década de 1960, o Brasil contava com 16 Unidades de Conservação implementadas, ao longo da ditadura militar este número aumentou para 82. No governo Sarney foram criadas mais 59 unidades, caindo para 10 no governo Collor e terminando em apenas 1 no governo de Itamar Franco, que foi a Área de Proteção Ambiental (APA) Barra do Rio Mamanguape no estado da Paraíba.

Conforme os dados apresentados pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), podemos afirmar que nos mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, é que foram criadas e implementadas o maior número de Unidades de Conservação. No governo de Fernando Henrique foram criadas 81 unidades, com uma área de 20,8 milhões de hectares, sendo que no governo Lula, foram implementadas 77 UCs, com uma área de 26,8 milhões de hectares.

Desse modo, é fundamental destacar que do total de 77 UCs implementadas pelo governo Lula, 62 foram no período de gestão da então ministra do Meio Ambiente Marina da Silva na época (2003 a 2008). Sendo assim, na Amazônia 31 das 35 unidades também surgiram durante o tempo em que a ministra foi responsável pela gestão desse território. O maior destaque para a implementação de Unidades de Conservação na Amazônia, se deu a partir da criação daquelas que estão no entorno da BR 163, que é parte de uma estratégia para conter o desmatamento que poderia decorrer desta rodovia e sua possibilidade de desenvolver estradas secundárias, mais conhecida como “espinha de peixe”. (BRAGANÇA, 2014).

No governo de Dilma Rousseff, foram implementadas 15 Unidades de Conservação Federais: sendo 6 na Mata Atlântica, 5 de proteção integral e 1 de uso sustentável. Foram criadas nove UCs na Amazônia Legal, onde três são de proteção integral e seis de uso sustentável. Desse modo, as unidades implementadas na Amazônia, totalizam 3,5 milhões de hectares, cerca de 95 % do território das áreas legalizadas pela presidenta. Além disso, foi implementada e legalizada no governo Dilma a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras, localizada na região Norte de Minas Gerais.

Esta RDS foi criada após reivindicações das comunidades geraizeiras, que lutaram para que as áreas que ainda se mantinham preservadas no bioma Cerrado, fossem legalizadas para se tornarem uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. A RDS Nascentes Geraizeiras, foi criada após pressões das comunidades locais, que fizeram um greve de fome e sede, em Brasília, no ano de 2014, e de uma recomendação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual de Minas Gerais para implementá-la. Desse modo, no período de 21 anos, desde que o SNUC foi criado, no mandato de Dilma Rousseff, foram implementadas o menor número de Unidades de Conservação no Brasil (Instituto Humanitas Unisinos-IHU, 2016).

No entanto, no bioma da Caatinga, com menor representatividade no SNUC, no mandato de Dilma, não teve um hectare sequer demarcado ou legalizado para se tornar uma Unidade de Conservação. Neste sentido, conforme as informações disponibilizadas pelo ICMBio, no mês de julho de 2015 havia 188 processos em tramitação para implementação de UCs, sendo 8 na etapa de conclusão e já legalizadas, 13 na fase de proposição, de instrução final do processo e 75 na fase de análise.

Em 11 de maio de 2016, foram criadas 5 UCs em áreas que contemplam o estado do Amazonas através de decreto da então presidenta Dilma Rousseff, a saber: a Reserva Biológica (REBIO) Manicoré, o Parque Nacional (PARNA) do Acari, a Floresta Nacional (FLONA) do Aripuanã e a Área de Proteção Ambiental (APA) dos Campos de Manicoré, que integram o território dos municípios do sul do estado tais como: Apuí, Borba, Manicoré e Novo Aripuanã, bem como, a FLONA de Urupadi, que situa-se em Maués, no leste do estado do Amazonas, na divisa com o estado do Pará.

Porém, na semana seguinte em que as UCs foram criadas, o então presidente Michel Temer, recorreu da decisão dos processos de implementação dessas áreas, o que foi considerado como o maior retrocesso no contexto ambiental da Amazônia, e estabeleceu a alteração no território de 4 Unidades de Conservação: A REBIO Manicoré, o PARNA Acari, a FLONA Aripuanã, a FLONA Urupadi, além do processo de extinção da APA Manicoré. Essas demandas tinham por objetivo considerar o pedido da bancada de parlamentares do Amazonas na Câmara de Deputados e no Congresso Nacional, sendo esta liderada pelo deputado federal Átila Lins do PSD. Esses fatos ocorreram logo após o golpe de Estado, que terminou no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016.

Após o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assumiu o mandato como presidente da república. Neste sentido, no ano de 2018, assina decretos para a criação de 5 Unidades de Conservação, as quais são geridas pelo ICMBio. Foram implementadas 3 RESEX no estado do Maranhão tais como: Arapiranga, Tromaí, Baía do Tubarão, Itapetininga e 2 no bioma da Caatinga sendo um PARNA e uma APA. No mês de setembro do mesmo ano, foram criadas 4 unidades em áreas marinhas (BRASIL, 2018).

Com a criação das 3 RESEX, mais de 13 mil famílias que ocupavam essas áreas e viviam da pesca artesanal foram contempladas, além da preservação da sociobiodiversidade desses territórios. A área territorial destas RESEX totaliza aproximadamente 400 mil hectares, e contribui na proteção da biodiversidade de peixes, tartarugas, espécies marinhas, aves ameaçadas, aves migratórias, área de ninhais, área de lagos e manguezais.

Segundo o depoimento do ministro do Meio Ambiente Sarney Filho ao ICMBio em 2018, as novas UCs, unem-se a outras implantadas e ampliadas em sua gestão, como: o Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes, localizado no litoral do estado de São Paulo, o PARNA da Chapada dos Veadeiros no estado de Goiás, que teve a sua área ampliada em quatro vezes, bem como, os mosaicos dos arquipélagos de São Pedro no estado de Pernambuco, e o de Trindade em São Paulo e Martim Vaz no Espírito Santo (BRASIL, 2018).

A criação e ampliação das UCs em diferentes biomas, a área de proteção ambiental no Brasil, continental e marinha, apresentou um aumento de 92 milhões de hectares. Com a implementação das unidades marinhas, o país avança de 1,5 % para 26,3% de áreas marinhas protegidas. Neste sentido, o Brasil superou a meta de Aichi¹⁴, instituída pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, com áreas marinhas e costeiras de proteção de aproximadamente 17% até o ano de 2020.

Com a publicação de decreto no dia 6 de agosto de 2018 no Diário Oficial da União, a Caatinga passa a ser contemplado, pois, trata-se de um bioma com umas das menores áreas de ecossistemas protegidos no Brasil, somente 3% de seu território, seguido pelo Pantanal 0,3% e Pradaria com 0,2%. A partir de então, a Caatinga obteve um mosaico (Boqueirão da Onça) de 2 UCs federais: um PARNA e uma APA. No total, foram quase 850 mil hectares inseridos às áreas protegidas no último remanescente da Caatinga brasileira, com a finalidade de proteger uma grande biodiversidade, como as espécies de onça-pintada presentes na sua fauna. Esta área é fundamental para esse felino que é uma das espécies ameaçadas de extinção (BRASIL, 2018).

Em relação ao governo do então presidente da república Jair Bolsonaro sobre a criação de Unidades de Conservação no Brasil, que segundo o presidente do ICMBio Homero Cerqueira em entrevista à TV Brasil, ele afirmou que neste governo não pretende implementar nenhuma UC.

¹⁴ As 20 Metas de Aichi fazem referência à conservação da biodiversidade e são a base do planejamento destinado à implantação das decisões das partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As Metas de Aichi para a Biodiversidade estão organizadas em cinco grandes objetivos estratégicos: tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade, fazendo com que as preocupações com a biodiversidade permeiem governo e sociedade; reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável; melhorar a situação da biodiversidade, protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética; aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos e aumentar a implantação, por meio de planejamento participativo, da gestão de conhecimento e capacitação (BRASIL, 2014).

Ainda segundo apresentado na fala de Cerqueira; “não há necessidade de criarmos novas unidades nesse momento. Nós não temos um estudo para a criação, mas sim para alguns ajustes das unidades que já foram criadas”, relatou em entrevista. Uma das adequações citadas pelo presidente do ICMBio, foi a liberação da pesca esportiva em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (ICMBio, 2020).

É importante destacar, que é possível assegurar que a criação de Unidades de Conservação contribui com a preservação e conservação dos recursos naturais e da sociobiodiversidade do Cerrado e de outros biomas brasileiros. Além de garantir a valorização dos aspectos socioculturais e dos modos de vida dos povos tradicionais que vivem nesses lugares.

1.4 A legitimação dos Povos Tradicionais

Os povos tradicionais que vivem na/da natureza já desenvolvem atividades de coleta, pesca e produção artesanal há milhares de anos. São conhecedores dos ciclos da natureza, e contribuem para que os recursos naturais sejam utilizados de forma consciente, pois, o que produzem é para a sua existência. Eles comercializam o excedente para obter renda e não lucro como na produção capitalista (DIEGUES, 2000).

Os povos tradicionais que vivem nas áreas de Unidade de Conservação conforme classificação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), podem ser identificados em diversas categorias como: quilombolas, geraizeiros, seringueiros, babaqueiros, vazanteiros, caiçaras, sertanejos e indígenas como povos originários.

Segundo o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a PNPCT, os povos tradicionais são classificados como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, §1º). (MINAS GERAIS, 2016).

De acordo com o Art.3º instituído por este mesmo Decreto, é função geral da política fomentar o desenvolvimento integral dos povos e comunidades tradicionais, enfatizando o seu reconhecimento, o seu fortalecimento e garantir os seus direitos territoriais, sociais, ambientais e econômicos, promovendo o respeito e valorizando a sua identidade cultural, além de suas formas de organização, relações de trabalho e instituições (MINAS GERAIS, 2016).

Essas legislações e regulamentos foram pensados e criados no âmbito das reuniões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entidade criada no ano de 1919, e fez parte do Tratado de Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial, com a finalidade de refletir questões relacionadas a crença de que a paz mundial e duradoura só pode ser conquistada se tiver como fundamento a justiça social. Neste sentido, os povos indígenas representam o centro da atenção da organização desde sua implementação, considerando que esses sujeitos são responsáveis por boa parte da força de trabalho durante o período colonial.

Com a realização de estudos sobre as condições de trabalho dos povos nativos e tradicionais que se tomou conhecimento sobre a convenção 107 de 1957 que foi substituída pela 169 no ano de 1989, durante a realização da 76ª Conferência da OIT. A partir da aplicação da Convenção 169, os povos tradicionais de diversos lugares do mundo possuem seu direito e auto identificação reconhecidos, além de ter conquistado o seu direito de influenciar de forma efetiva nas decisões administrativas e legislativas que lhes atingem diretamente.

No Brasil a Convenção foi validada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 146 de 20 de junho de 2002¹⁵, e entrou em vigor em julho de 2003 e foi confirmado pelo Executivo no ano de 2004.

Além dos povos indígenas, a Convenção 169, também se aplica às outras categorias de populações tradicionais, pois, elas possuem as exigências estabelecidas pela OIT: possuem modos de vida diferenciados do restante da sociedade, além das especificidades que se aplicam somente a elas. Desse modo, a Convenção 169 é uma ferramenta fundamental no reconhecimento e para promover a auto determinação dos povos tradicionais. Primeiramente, por assumir que é a consciência de sua identidade, ou seja, a sua “auto identificação”, que fazem deles sujeitos de direito, impossibilitando o negacionismo de sua condição especial por parte dos estados nacionais (MINAS GERAIS, 2016).

Para Little (2003):

[...] o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis. Para tanto, a opção pela palavra povos - em vez de grupos, comunidades, sociedades ou populações - coloca esse conceito nos debates sobre os direitos desses povos e esses direitos transformam-se em instrumento estratégico nas lutas por justiça social. Essas lutas, por sua vez, têm como foco principal o reconhecimento da legitimidade dos regimes de propriedade comum e das leis consuetudinárias que os fundamentam. (LITTLE, 2003, p.283).

¹⁵ Parte da razão pela demora em aprovar essa Convenção pode ser encontrada no espectro que o conceito de autonomia territorial levanta, particularmente no que se refere aos questionamentos que faz à noção clássica de soberania exclusiva nas mãos do Estado. Mas autonomia e soberania territoriais não são necessariamente antagônicas. (LITTLE, 2004, p. 280).

Como esta pesquisa estuda as comunidades tradicionais (geraizeiros), que são os povos que ocupam o território da mesorregião do Norte Minas, é fundamental apresentar algumas legislações direcionadas ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais do estado de Minas Gerais.

Em 14 de janeiro de 2014, foi criada a Lei 21.147, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas. Esta lei foi promulgada pelo governo do estado mineiro, juntamente com seus representantes da sociedade civil, os quais decretaram esta lei.

Conforme disposto no Art. 1º da Lei 21.147, foi estabelecida a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Para tanto, no Art. 2º, para fins desta Lei, consideram-se:

I – povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e utilizando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II – territórios tradicionalmente ocupados os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observando-se, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, o que dispõem, respectivamente, o art. 231 da Constituição da República e o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, combinados com as regulamentações pertinentes; III – desenvolvimento sustentável a melhoria permanente da qualidade de vida e da realização das potencialidades humanas, mediante a utilização planejada dos recursos naturais e econômico-sociais, de modo a garantir-lhes a transmissão, aprimorados, às gerações futuras. (MINAS GERAIS, 2018).

Ainda conforme disposto no Art. 7º da Lei supracitada, são ferramentas de implementação da política estadual para o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais do estado de Minas Gerais o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, o Plano Plurianual de Ação Governamental, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei do Orçamento Anual e o Fundo de Desenvolvimento Regional ou congêneres (MINAS GERAIS, 2018).

Segundo foi instituído no Art. 8º, a implementação e a coordenação, no estado mineiro, da política tratada nesta Lei, competem ao órgão ou comissão, de ordem paritária e deliberativo, aos quais são integrantes os representantes do poder público e dos povos e das comunidades tradicionais, a ser estabelecido em formato de regulamento.

Ainda, de acordo com o disposto no Art.9º serão organizados e realizados fóruns estaduais e locais a cada dois anos, com participação significativa dos órgãos públicos e instituições da sociedade civil, a fim de dialogarem e discutirem sobre o conteúdo da política estabelecida nesta Lei e organizar o conjunto de ações e medidas que sejam pertinentes e adequadas à sua criação (MINAS GERAIS, 2018).

Em 20 de novembro de 2017, foi instituído o Decreto 47.289, que regulamenta a Lei 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que estabelece a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Sendo assim, o então governador do estado de Minas Gerais Fernando Pimentel, no uso de atribuição que lhe concede o inciso VII do Art. 90 da Constituição do Estado e com fundamento na Lei 21.147, bem como, dos Decretos Federais 5.051, de 19 de abril de 2004, e 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, faz o seguinte Decreto: Capítulo I- disposições preliminares:

O Art.1º regulamenta a Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014 e, estabelece os seguintes procedimentos:

- I – Reconhecimento formal da autoafirmação identitária dos povos e comunidades tradicionais;
- II- Identificação, discriminação, delimitação e titulação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais;
- III – Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais.

Enquanto isso, o capítulo II dispõe sobre o Reconhecimento Formal da Auto Afirmação Identitária dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme instituído pelo Art.2º, que confere à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG), nos termos do Decreto 46.671 de 16 de dezembro de 2014, gerar a Certidão de Auto definição para formalizar o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, quando requisitado, exceto dos povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombolas, as quais possuem regulamentos próprios para o reconhecimento formal.

Portanto, no Art. 3º, conforme disposto no Decreto 47.289, a Certidão de Auto definição requerida através da formalização de demanda junto à CEPCT-MG, cuja sua emissão está condicionada a seguinte observação: I encaminhamento de ofício de solicitação e emissão da Certidão de Autodefinição, devendo constar: a) breve relatório histórico e b) caracterização da comunidade a ser formalmente reconhecida (MINASGERAIS, 2018).

Conforme as informações disponibilizadas pelo MMA, no ano de 2010 foram registrados 5,2 milhões de povos originários, comunidades tradicionais e agricultores familiares, denominados como: indígenas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pantaneiros, povos de terreiro, catingueiros, quilombolas, sertanejos, pescadores artesanais, vazanteiros e geraizeiros. Neste processo estão envolvidos o meio biológico e os conhecimentos humanos de um determinado território.

Os indígenas estão presentes no território brasileiro, antes mesmo da colonização do país pelos europeus. Quanto aos quilombolas tratam-se de descendentes dos negros que viveram nos quilombos criados por afrodescendentes que fugiam de seus "donos" nos tempos da escravidão. Na atualidade, diversas comunidades quilombolas se mantêm no território e preservam seus modos de vida e identidade cultural.

Neste sentido, podemos afirmar que as populações tradicionais são grupos que possuem suas especificidades com relação aos aspectos socioculturais, e também possuem maneiras próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução ancestral, social, cultural, econômica e religiosa, adquiridos a partir de seus conhecimentos, saberes e fazeres e práticas herdadas das gerações passadas.

No final do século XX, houve uma ascensão dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil, a partir da valorização de suas identidades, eles emergem na agenda socioambiental e política nos aspectos cultural, político e jurídico. Novas abordagens analíticas são fundamentais para pensar sobre os fatores e as dinâmicas insurgentes desses sujeitos sociais.

A junção entre identidade, natureza e direito, estabelecida pelas abordagens relacionadas aos povos tradicionais no Brasil, é fruto do processo de democratização e demonstra o reconhecimento do direito à diversidade em diferentes aspectos, dentre eles o jurídico, e revela o conflito entre identidade e globalização (BRITO, 2013, p.49).

No entanto, a constituição que protege os povos originários e tradicionais é a mesma que é regida pelo Estado hegemônico, ou seja, aquele que detém o poder.

1.4.1 Os geraizeiros

Os geraizeiros constituem as comunidades tradicionais da mesorregião do Norte de Minas, que se formaram no contexto histórico, social, cultural e político de organização da região e de reconhecimento da diversidade de identidades que formam o povo brasileiro. Trata-se de povos tradicionais que se mantiveram no lugar, com o seu modo de vida e suas especificidades, mesmo diante das grandes pressões oriundas das mudanças apresentadas no século XX (BRITO, 2013).

Os geraizeiros vivem entrelaçados aos ciclos naturais do Cerrado. A partir de seus modos de vida constituíram comunidades que geraram estratégias de caráter múltiplo, nas quais, os usos da natureza, derivam de um conjunto de práticas sociais e culturais que pouco alteraram as paisagens daquelas áreas.

Estamos falando de grupos sociais que detêm expressões culturais próprias, um repertório considerável de mitos, ritos e conhecimentos herdados de ancestrais, ligados às atividades produtivas que, para além dos procedimentos técnicos e agrônômicos envolvidos, garantem a produção, o consumo é uma maneira específica de se relacionar com a natureza e com o mundo. (MINAS GERAIS, 2012, p.14).

Existiam algumas ideias equivocadas em relação aos geraizeiros, como sujeitos pobres e atrasados, sem perspectivas de vida. Entretanto, na atualidade, o geraizeiro vem sendo considerado e valorizado como povo tradicional, tem tomado a posição, a postura de autovalorização e lutado por seus direitos.

Segundo Oliveira (2017, p.24), “ser geraizeiro é conhecer os mistérios do Cerrado, é saber se relacionar bem com o outro e com a natureza, é ter uma produção diversa, é viver em comunidade, cantar reisados e ser solidário com os irmãos de comunidades”.

Dayrell (1998), afirma que Chapadeiro, Geralista e Geraizeiro são definições utilizadas pelos povos tradicionais do Norte de Minas Gerais. Esses conceitos são conhecidos, sobretudo nas regiões de contato entre vegetação e ambientes diferentes, onde as diferenças dos ecossistemas são evidentes, como o Cerrado e a Caatinga.

Ainda conforme afirmam os estudos de Brito (2013):

Descrever povos, comunidades, grupos como os geraizeiros é uma tarefa que vai além de registrar seu modo de vida peculiar. Requer estudar atitudes, crenças, comportamentos, valores compartilhados e transmitidos e também as transformações resultantes da relação dialética entre identidade e globalização. Entender como vivem essas pessoas na realidade, no mundo contemporâneo globalizado, de disputas de epistemes e de lógicas é também compreender a perspectiva dessas pessoas sobre si mesmas. Não há homogeneidade étnica que caracterize os geraizeiros, pois se trata de um modo de ser e de viver. Os geraizeiros ocupam diversas regiões no Norte de Minas Gerais. Existem vários estudos que têm como foco os geraizeiros e sua cultura, sua economia e agricultura. (BRITO, 2013, p.53-54).

A definição de geraizeiro é mais usada no Norte de Minas Gerais, mas, também compareceu na região Oeste da Bahia, considerando que as duas regiões se situam no território do bioma Cerrado e possuem características físicas parecidas, além de áreas de contato com a Caatinga.

Para Oliveira (2017):

Um dos brasileiros que tentou mais profundamente captar o mundo do sertão e sua gente, refere-se ao geraizeiro como o “pessoal dos gerais - gente mais calada em si e sozinha, moradores das grandes distâncias” (ROSA, 1968, p.130). Embora esteja correta a observação de Guimarães Rosa, como geraizeiro devo esclarecer ao leitor que o ser gente calada e sozinha não deve ser confundida com falta de capacidade de comunicação e interação com o outro. Afinal, o geraizeiro comunica em outras frequências e fala para além da verbalização. (OLIVEIRA, 2017, p.23).

Desse modo, é preciso destacar que as comunidades tradicionais geraizeiras vem ampliando seus modos de vida e saberes e fazeres ao longo dos anos, estabelecendo formas de ocupação e usos dos recursos naturais do Cerrado, a partir dos conhecimentos adquiridos pelos seus antepassados. Os geraizeiros utilizam-se de diferentes recursos naturais, como os gerais, uma paisagem oriunda da evolução dessas comunidades e do Cerrado norte mineiro.

De acordo com Nogueira (2009):

Geraizeiros são chamados os camponeses da porção de Cerrado no Norte de Minas Gerais – bem como noutras localidades, sobre as quais se estendem os Gerais, destacadamente o Noroeste do estado de Minas e o Oeste da Bahia. Gerais, grosso modo, pode ser aqui entendido como sinônimo de Cerrado, paisagem que, no Norte de Minas Gerais, teve grande parte de sua extensão convertida em maciços de eucalipto, desde a década de 70. (NOGUEIRA, 2009, p.15).

O vínculo do geraizeiro com o Cerrado é estabelecido a partir de seus conhecimentos e do conjunto de crenças que os mantêm. A comunidade para os geraizeiros é o lugar para viver, não uma propriedade ou uma empresa rural como denominada pela lógica capitalista. Observamos que nos gerais, mesmo tendo sido ocupado por diferentes grupos e identidades culturais, os geraizeiros criaram maneiras específicas de uso e ocupação do bioma Cerrado.

Tratam-se do uso e manejo dos recursos naturais com a finalidade de garantir o seu auto sustento a partir do Cerrado, mas, sempre ajudando na preservação das espécies de plantas e animais, respeitando os ciclos naturais. As comunidades geraizeiras não exploram os recursos de forma desordenada, como na lógica capitalista, que na maioria das vezes retiram toda a vegetação nativa, destroem os *habitats* dos animais para inserirem monoculturas voltadas para o mercado do agronegócio e para as atividades de pecuária.

Portanto, no capítulo 2 deste trabalho, abordaremos os aspectos relacionados à luta dos povos tradicionais (geraizeiros), pela implementação da Reserva Extrativista Serra do Alemão, no município de Buritizeiro, bem como, a garantia da permanência desses sujeitos no lugar. Além da importância da criação dessa Unidade de Conservação de Uso Sustentável na preservação da sociobiodiversidade no desenvolvimento local e regional.

2 A LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DA RESEX E PERMANÊNCIA NO LUGAR

O movimento pelo estabelecimento das Reservas Extrativistas é, sem dúvida, um exemplo de defesa, reforço e recriação de modos de vida ameaçados.
(Carlos Diegues)

2.1 A importância da implementação da RESEX na preservação da sociobiodiversidade

Esta categoria de Unidade de Conservação (RESEX), passou a ter notoriedade em meados dos anos de 1985, a partir das articulações e manifestações dos povos tradicionais juntamente com o extrativista e líder sindical Chico Mendes com o apoio da antropóloga Mary Allegretti, no estado do Acre. Eles organizaram um evento com o objetivo de dar visibilidade para as questões dos seringueiros. Além das lideranças sindicais de diferentes regiões, participaram das manifestações vários deputados, senadores, burocratas, professores e estudantes.

Segundo Brito (2013):

“O foco sobre a produção da borracha era deslocado para a conservação de grandes áreas de floresta. Na articulação em favor das RESEX, Chico Mendes orquestrou, junto com Ailton Krenak, a formação da “Aliança dos Povos da Floresta”, que teve papel fundamental na conservação ambiental e na luta pelos direitos das populações tradicionais. (BRITO, 2013, p.22).

A Reserva Extrativista Chico Mendes foi criada no ano de 1988, o processo de criação da RESEX ocorreu de maneira muito conturbada, pois, houveram conflitos socioambientais na Amazônia e infelizmente foi uma conquista marcada por uma tragédia que foi o assassinato do líder ambientalista e seringueiro, no mesmo ano.

Este crime chocou os brasileiros e se tornou notícia em nível mundial, obrigando os governantes da época a atentarem de forma mais séria para o problema. Após dois anos da morte de Chico Mendes, precisamente em 12 de março de 1990, a Reserva Extrativista foi inaugurada e dez anos antes da criação da lei que sancionou no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O nome da RESEX foi dado em homenagem ao ambientalista e seringueiro (BRASIL, 2016).

A criação das Reservas Extrativistas no Brasil passou a ser regulamentada a partir do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, assinado pelo presidente da República, na época, José Sarney. O Decreto determinou que as Reservas Extrativistas são territórios voltados para o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis pelas populações tradicionais que vivem em suas áreas (BRASIL, 2018).

O processo de gestão das RESEX era realizado pelo IBAMA de 1990 até 2000, a partir de então o SNUC torna-se o órgão responsável pelas Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável no país. Atualmente (2020), a gestão da RESEX é realizada pelo ICMBio, autarquia do Ministério do Meio Ambiente, instituída no ano de 2007, para administrar as unidades de conservação federais. O nome deste órgão também foi proposto para homenagear o líder Chico Mendes em sua luta pela defesa do meio ambiente.

A RESEX foi implementada a partir de um novo modelo de reforma agrária, com a finalidade de conservar e manter a cultura local que tinha a atividade de extrativismo como economia familiar. A Unidade de Conservação abriga em seu território aproximadamente 10 mil pessoas, que vivem em uma área de cerca de 1 milhão de hectares, que compreende sete municípios no estado do Acre. Esta área contém uma vasta diversidade de paisagens e de contextos socioculturais específicos. Ao longo dos anos, vários investimentos foram realizados na Reserva Extrativista, através do estabelecimento de políticas públicas, projetos dos governos federal e estadual, bem como acordos técnicos com entidades governamentais e não governamentais (BRASIL, 2016).

Além dos recursos que foram investidos na RESEX, a comunidade local, conta com assistência técnica extrativista criada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o apoio de empresas prestadoras de serviços, que segundo dados fornecidos pelo Instituto foram cerca de 17 milhões, para serem gastos na construção de banheiros nas unidades familiares.

Além disso, houve investimentos na área de educação, com os cursos técnicos de capacitação oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Os cursos tinham como finalidade o fomento do desenvolvimento sustentável a partir da produção baseada no extrativismo, no incentivo à escolarização e na diminuição dos índices de analfabetismo. Este projeto foi incentivado pelo PRONATEC Bolsa Verde Extrativismo. Destacam-se também, grandes fragmentos da floresta amazônica presentes na RESEX, possuem imensa diversidade de paisagens e recursos naturais que se utilizados de forma consciente, podem gerar renda para a comunidade.

Existem lugares espetaculares que podem ser usados de forma sustentável, para o desenvolvimento de uma atividade econômica como o turismo de base comunitária, que produz renda para as famílias que vivem no lugar e propicia aos visitantes conhecerem os modos de vida dos povos tradicionais da floresta amazônica (BRASIL, 2016).

Desse modo, a Reserva Extrativista cumpre sua função social, bem como, os objetivos que foram propostos no ato de sua implementação, que além de assegurar a permanência e a sobrevivência das comunidades tradicionais, contribui para conter o desmatamento da floresta nesta região.

É importante considerar que com a RESEX, também se criou uma etnociência da conservação, a qual sofreu influência dos movimentos socioambientais das décadas de 1970 e 1980. Nos países tropicais, que se mostravam preocupados com a conservação e a melhoria das condições de vida das populações tradicionais, as RESEX, como Unidades de Conservação, funcionaram e funcionam como áreas para os povos tradicionais continuarem a existir. No Brasil a etnociência acompanhou o surgimento e fortalecimento do Movimento dos Povos Indígenas, dos Seringueiros, dos Quilombolas com propostas de áreas protegidas (DIEGUES, 1999).

No Brasil, a permanência dessas populações nas Unidades de Conservação aponta para o uso do território de forma sustentável, pois, vale lembrar que os recursos naturais são explorados e conservados concomitantemente. Tal prática é diferente dos procedimentos adotados por proprietários de terra, grandes e médios produtores rurais, empresários e grandes projetos capitalistas que devastaram a vegetação nativa e não se preocupam com a extinção das espécies.

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, os povos e comunidades tradicionais articulam suas especificidades culturais com a sustentabilidade ambiental. Neste sentido, esta política possui alguns objetivos, os quais definem os direitos dessas populações aos territórios que ocupam, bem como, as medidas para o seu desenvolvimento.

Além disso, no Art. 3º a PNPCT estabelece medidas para promover o desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, a valorização da identidade dos povos e comunidades tradicionais, bem como, o reconhecimento, o fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, socioculturais, ambientais e econômicos, dentre elas podemos destacar:

III – a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural e socialmente

sustentáveis; IV – o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; V – o desenvolvimento sustentável como promoção da melhorada qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições.

[...]

XII – a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais; XIII – a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e XIV – a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica. (MINAS GERAIS, 2016).

Sendo assim, dentre os objetivos específicos estabelecidos no Art. 3º, destacamos como fundamentais para garantir os direitos dos povos tradicionais:

III – proteger e valorizar os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos, práticas e usos, assegurando-se a justa e equitativa repartição dos benefícios deles derivados; IV – melhorar a qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, ampliando-se as possibilidades de sustentabilidade para as gerações futuras; V – conferir celeridade ao reconhecimento da autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, propiciando-lhes o acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos; VI – garantir aos povos e comunidades tradicionais o uso de seus territórios por meio de sua posse efetiva ou propriedade, mediante regularização e titulação das terras, assegurando-se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica.

[...]

VII – solucionar os conflitos gerados em decorrência da implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionalmente ocupados, estimulando-se alternativas como a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, previstas na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; VIII – assegurar aos povos e comunidades tradicionais a permanência em seus territórios e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade; XII – assegurar o acesso aos recursos da biodiversidade e do patrimônio genético, com a repartição justa e equitativa de benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional e de práticas e inovações relevantes para a conservação da diversidade biológica e para a utilização sustentável de seus componentes. (MINAS GERAIS, 2018).

As populações tradicionais possuem direitos que precisam ser respeitados e as legislações necessitam ser cumpridas, para poderem se manter no território. Desse modo, a Unidade de Conservação é uma forma desses sujeitos contribuírem com a preservação da sociobiodiversidade onde as RESEX são implementadas.

A implementação de uma RESEX representa a valorização das práticas e dos saberes das populações tradicionais¹⁶, não apenas no sentido de sobreviver do que a natureza lhes oferece, mas, de criar e desenvolver projetos de capacitação para ampliar os conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais, as técnicas voltadas para o cultivo de alimentos, criação de animais de pequeno porte e no extrativismo.

A preservação da sociobiodiversidade do Cerrado brasileiro deve ser discutida a partir da sua complexidade, pois mesmo que as criações de Unidades de Conservação sejam uma conquista da sociedade, ela envolve um processo dinâmico e nutrido por demandas que se criam em função das necessidades e interesses sociais do nosso tempo. Também, inclui a preservação dos modos de vida das comunidades tradicionais que abrange os aspectos sociais, políticos, culturais e de biodiversidade (flora e fauna).

A importância crescente de estudos sobre a sociobiodiversidade no Cerrado, por certo evidencia disputas de uso dos seus potenciais. O desvendamento dessa situação indica a relevância dos grupos humanos para a compreensão, por exemplo, do conhecimento que eles detêm sobre o bioma. Tal compreensão está para além da lógica preservacionista e conservacionista, deixando claro a sua relevância para a manutenção da diversidade étnica e biológica do Cerrado.

Tratam-se de populações tradicionais que vivem no Cerrado antes mesmo das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável serem criadas. Nesta situação, não se trata apenas de valorização dos grupos culturais que precisam ser preservados, mas também respeitados a partir de uma leitura atualizada das suas demandas. Essa consideração indica que mesmo perpassando gerações, os costumes e tradições precisam ser analisados considerando-se a capacidade de as pessoas reinventá-los para continuarem vivendo naqueles espaços.

Segundo Diegues (1999, p.12) “a preservação da diversidade biológica se completa principalmente na manutenção da diversidade genética. Enfatiza a importância do conhecimento das populações locais para assegurar a diversidade biológica”. Neste sentido, seus modos de vida reúnem várias habilidades em extraírem os recursos naturais para o seu sustento, lhes possibilitando viver na RESEX sem destruir a biodiversidade.

¹⁶ O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais aqui analisados mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política. (PAUL LITTLE, 2003, p. 283-284).

Para Santos (2012):

Entendemos, aqui, por recurso, toda a possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno. (SANTOS, 2012, p. 132).

A compreensão sobre a natureza deve ser relativa e relacional sobre aquilo que a sociedade alimenta como expectativa de sustentação dos seus processos produtivos. No entanto, na sociedade capitalista não se trata apenas de abordá-la como recurso. O autor Porto-Gonçalves (2006, p.278), analisa que “aqui reside, a nosso ver, o limite da razão econômica mercantil e a necessidade de se construir uma racionalidade ambiental”. Significa ponderar a natureza como potência, como riqueza, sobre a qual os países devem tratá-la como fundamental para o desenvolvimento, a preservação da sociobiodiversidade e os efeitos socioterritoriais.

As políticas públicas voltadas para as populações tradicionais, pautadas na preservação da sociobiodiversidade do Cerrado devem considerar as relações de poder. Na perspectiva de pensar as questões territoriais que são constituídas como ações que se convertem em poder de transformação.

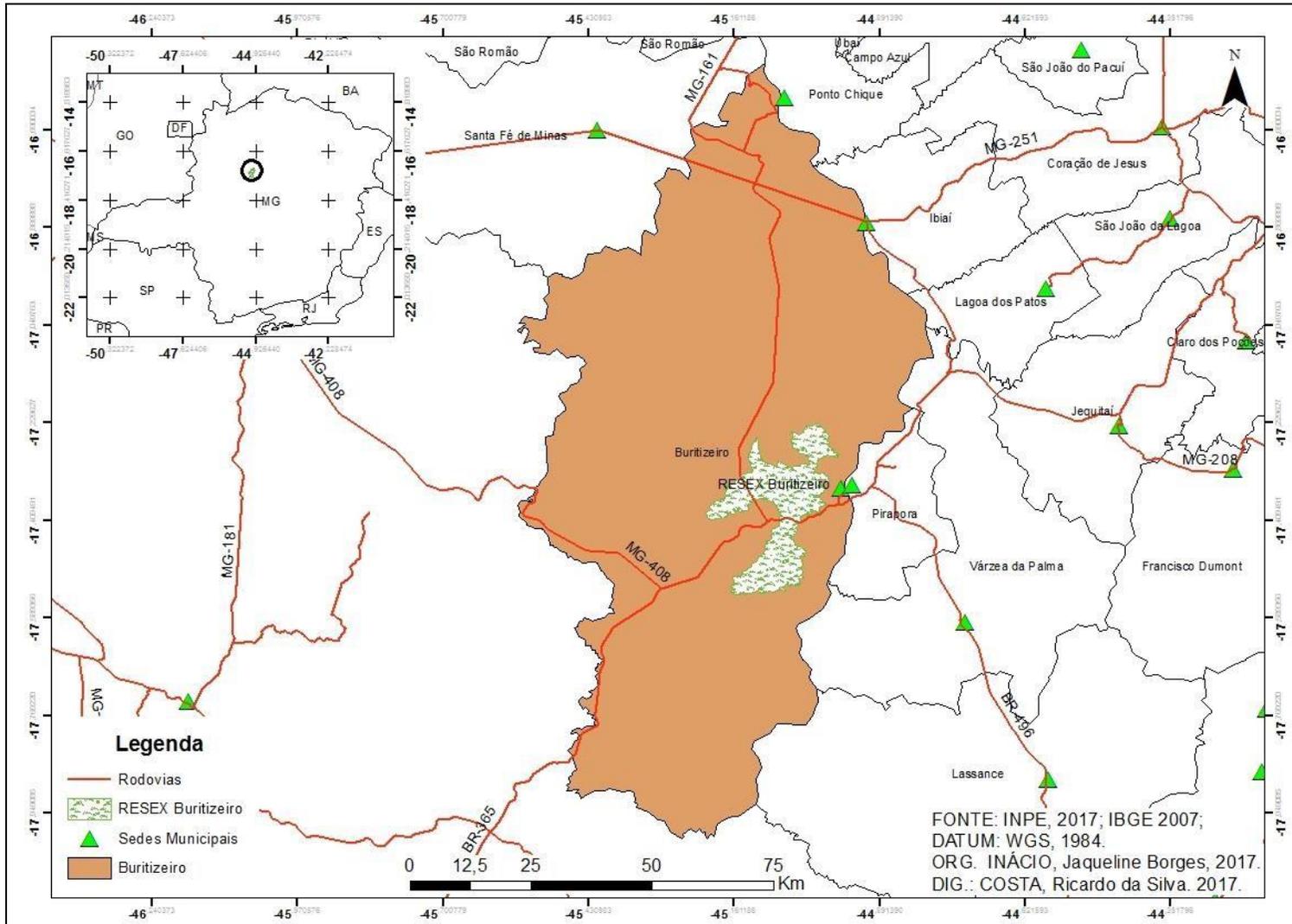
Conforme afirma Raffestin (1993):

Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder [relacional], será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Assim, nestes lugares as populações tradicionais não estão livres das tensões procedentes de uma permanente demanda por recursos naturais. Sendo assim, o papel do Estado é estabelecer políticas que assegurem a sua permanência em territórios onde os recursos naturais não estão disponíveis a partir de uma única lógica e, portanto, dominante.

Neste sentido, apresentaremos informações sobre a delimitação da área da Reserva Extrativista no município Buritizeiro, realizada no ano de 2010 pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). O território delimitado compreende cerca de 33.000 hectares, sendo que 200 hectares estão em área de conflito entre a monocultura de eucalipto, a pecuária e o Cerrado (Mapa 9).

Mapa 9: Área delimitada para RESEX Serra do Alemão



O nome dado a esta UC é Reserva Extrativista Serra do Alemão, (Foto 6), devido a uma serra que se localiza na área delimitada, que foi descoberta por um grupo de alemães que visitou o lugar e se encantou com o mesmo e começaram a desenvolver pesquisas ambientais.

Foto 6: Serra do Alemão-Comunidade Gerais do Calixto



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (2011), foram realizados levantamentos da vegetação e o uso das espécies endêmicas e nativas do Cerrado dos municípios de Buritizeiro e Ibiaí, pelos pesquisadores do Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD) da Universidade de Brasília com o objetivo de obter dados e disponibilizá-los para a criação de duas RESEX na microrregião.

Os dois municípios localizam-se na microrregião de Pirapora. As duas novas UCs foram solicitadas pelos povos tradicionais desses lugares, no ano de 2006. Os pesquisadores envolvidos no estudo, fizeram um levantamento das espécies vegetais presentes no Cerrado, e foram catalogadas cerca de 225 espécies diferentes entre árvores frutíferas, medicinais e madeireiras (BRASIL, 2011).

Na área delimitada para a implantação da RESEX Serra do Alemão, onde estão localizadas as comunidades tradicionais geraizeiras há uma área de vereda, onde encontram-se os buritis que são uma espécie de palmeira, e sua ocorrência se dá em menor densidade comparada a um palmeiral (Foto 7).

Foto 7: Área de vereda-buritizal-Comunidade Lança 1



Fonte: INÁCIO, J.B. 2019.

A vereda é cercada por um estrato arbustivo herbáceo característico. Conforme a estrutura arbóreo-arbustiva, o Cerrado no sentido restrito possui quatro categorias: Cerrado Denso, Cerrado Típico, Cerrado Ralo e Cerrado Rupestre. Além disso, existem quatro subtipos de palmeiras: Buritizal, Babaçual, Guerobal e Macaubal (EMBRAPA, 2020).

No ano de 2009, às lideranças das comunidades tradicionais, buscaram por orientações de órgãos ambientais para criação da RESEX, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, cuja a finalidade é manter as populações tradicionais no lugar, a partir das práticas extrativistas, mas, de forma sustentável, sem comprometer a sociobiodiversidade do Cerrado. Conforme podemos observar no relato do geraizeiro representante da Comunidade Gerais do Calixto.

[...]Teve um evento em Januária que eu participei da segunda Diversidade do Norte de Minas, e lá tinha várias oficina! Tinha a oficina da Reserva Extrativista, tinha a oficina da transposição, entendeu? E por incrível que pareça era pra mim ter ido pra oficina da revitalização, eu errei a sala e fui pra sala de extrativismo! E lá eu me deparei com a situação de que a gente se encaixaria no quesito de Reserva Extrativista! Aí eu peguei as informação, eles passou direitinho! Eu vi que a família da minha esposa se encaixaria nessa Reserva Extrativista como famílias tradicionais como muitos aqui em Buritizeiro! Aí em cheguei aqui, pedi minha cunhada pra escrevê um relatório, eu fui ditando o relatório! Saí e peguei várias assinaturas em torno de 150 pessoas! Um pedido de implantação de RESEX e mandei pro pessoal do Chico Mendes que veio de Januária e passava aqui! Quando eles passou aqui, pegamos o documento e entregamos em mãos pra eles, o pedido!

Eles levaram pra Brasília e entregou em mãos pra ministra na época Marina Silva! Ao chegar lá no Ministério do Meio Ambiente uma das folha sumiu assim oh, no meio de todo mundo! A sorte é que tinha uma cópia, e entregou na mão da ministra! Aí passado 30 dias, eles vieram! Foi quando nós morava ali, vieram 3 viatura do Ministério do Meio Ambiente[...]. (W.L.)¹⁷

Ainda conforme os relatos do entrevistado:

[...] E aí eles vieram fizeram todo o processo! O Mazan veio e fez o levantamento das comunidades! Entendeu? Nós andamos com eles em vários ponto! Entendeu? Depois veio a Universidade de Brasília, vieram, aonde fizemo o trabalho de parcelas né! Projeção e regeneração do Cerrado, depois veio o trabalho de eco social, a terra de quem era dono, essa coisa toda! E aí surgiu a Reserva Extrativista! Nesse tempo todo, a coordenadora do Graal viajou, um dia eu fui ela foi! Apresentou o Graal, que ficou como entidade de apoio né! Através da associação Chico Fulô junto com as comunidades! Fizemos vários evento com a CPT e o CAA, entendeu? [...]. (W.L.)¹⁸

Porém, a Reserva Extrativista ainda não foi reconhecida e legalizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), até o atual momento (2020).

Segundo Oliveira (2017):

Entre as várias iniciativas de lutas articuladas pelas comunidades geraizeiras nos últimos 15 (quinze) anos, faço referência, para efeito de reflexão, apenas de duas, por terem sido acionadas estratégias jurídicas diferentes para tentar afirmar sua identidade e garantir seu território. A primeira desenrola-se no âmbito do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a segundo busca sua efetivação junto ao ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (OLIVEIRA, 2017, p.27).

As pesquisas realizadas durante a catalogação das espécies vegetais da área estão disponíveis no e-book: “Estudos de vegetação para subsidiar a criação das RESEX de Barra do Pacuí e Buritizeiro-MG”, publicado no final de 2010 e lançado em 12 de abril de 2011.

Foram apresentados dados em relação ao uso que as comunidades tradicionais dos dois municípios fazem com quase 80% das espécies de vegetação catalogadas. A implementação das UCs deve auxiliar na conservação do meio ambiente, além disso, esses povos também podem obter a sua segurança fundiária, bem como: direito às linhas de crédito e financiamento para a reforma agrária, fomento comercial, proteção e valorização dos seus modos de vida (BRASIL, 2014).

Segundo Heidrich (2008):

A definição de áreas para preservação ambiental põe em relação, muitas vezes de modo conflitante, uma demanda geral da sociedade pela conservação dos recursos naturais e paisagens e os usos estabelecidos do lugar, muitos destes, tradicionais. Em relação às áreas protegidas, o espaço objeto de controle explicita-se pela demarcação e pelo estabelecimento de limitação ou impedimento de usos da terra. (HEIDRICH, 2008, p.271).

¹⁷ Entrevista realizada com um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

¹⁸ Entrevista realizada com um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019

A RESEX Serra do Alemão, se implementada e legalizada, é uma fonte de geração de vida e dignidade humana para os povos tradicionais e também pode ser uma alternativa de beneficiar as pessoas da cidade a partir do consumo dos produtos e até mesmo uma fonte de emprego.

Normalmente esses povos e comunidades possuem práticas tradicionais, vínculos territoriais e de parentesco, marcas de identidade próprias, lutas políticas pela recuperação de territórios ou pela manutenção de seus modos de vida, luta pela ampliação e efetivação dos seus direitos. (MINAS GERAIS, 2012).

A legitimação do território é urgente, os aspectos socioculturais serão valorizados e também estarão contribuindo com a preservação e conservação da sociobiodiversidade. Conforme podemos observar no relato de uma das mulheres representantes da Comunidade Gerais do Calixto, existe uma preocupação em utilizar os recursos naturais de forma equilibrada e preservar o Cerrado.

[...] A gente coleta um pouco dos frutos para o nosso uso, mas, sempre deixa um pouco pros bicho, porque eles alimenta dos fruto das árvores do Cerrado. A gente sempre fez assim desde que começou a mexer com o extrativismo há mais de 40 ano, porque é um jeito de mantê o Cerrado de pé, porque a gente tem que ter consciência que devemos desfrutar da natureza sem acabar com tudo [...]. (A.C.)¹⁹

O modo de vida comparece na relação com a natureza. A partir do cotidiano também se explicam as relações sociais tecidas no lugar. Essas relações que possibilitam a permanência dos geraizeiros ou “remanescentes” no lugar estão enraizadas na vida desses sujeitos.

Como povos tradicionais do lugar, a proposta dos geraizeiros de Buritizeiro era criar uma RESEX ou RDS na área rural do município. Nessas áreas são permitidas desenvolvimento de atividades de coleta e uso dos recursos naturais, (buritis, árvores de pequis, as várzeas, os rios, dentre outros), contanto que sejam manejáveis/extraídos sem alterar o ciclo biológico do local.

Podemos observar no relato de um geraizeiro sobre a finalidade de implementar uma RESEX ou RDS no município de Buritizeiro.

[...] Hoje a RESEX é considerada como RDS, porque? As pessoas que morava dentro e os fazendeiros teria que sair pra diminuir os conflito eles mudaram (RDS), porque quem tá fica! Porém, tem que criar pequenos animais pra não precisar de desmatar, entendeu? Ele recebe uma concessão da terra de 30 anos! Só que aí parou tudo, mudou o modelo, entendeu! O governo falou que não tinha dinheiro pra pagar as RESEX. Aqui foram 7 RESEX no Norte de Minas (Buritizeiro, Ibiaí, Lassance, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Vargem Grande de Minas e Montezuma)! Só essas RESEX do Norte de Minas, o governo gastaria 12 bilhões pra pagar indenização! Mas no geral, no Brasil todo, gastaria 50 bilhões! E aí, eles falaram que não tinha dinheiro! Mas, quando eles falou que não tinha dinheiro pra pagar, as pessoa já tava no meio do conflito! Fez tudo, só faltou fazê audiência pública! [...]. (W. L.)²⁰

¹⁹ Entrevista realizada com uma das representantes da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

Segundo um dos representantes dos extrativistas: “*se tivessem lutado para implantar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) já teria saído do papel (W.L.)*”. Para exemplificar o seu entendimento, cita-se a RDS Nascentes Geraizeiras, localizada entre os municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo em Minas Gerais.

O grupo dos geraizeiros no município é articulado politicamente com vários movimentos sociais como: CPT e MAB. Contudo, os integrantes expressam suas desmotivações, pois, a RESEX juntamente com outras 6 no estado de Minas Gerais está em processo de implementação desde o ano de 2006. Somente a RDS Nascentes Geraizeiras foi reconhecida pelo Estado no ano de 2014.

De acordo com Oliveira (2017):

A RDS – Nascentes Geraizeiras – Reserva de Desenvolvimento Sustentável - Nascentes Geraizeiras – surge a partir de resistências isoladas à derrubada do Cerrado, por parte de famílias Geraizeiras da comunidade de Água Boa II, no município de Rio Pardo de Minas Gerais. Temendo a expropriação, o secamento das águas e a derrubada das áreas de coletas, a comunidade de Água Boa II inicia uma articulação enredada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e apoiados pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas CAA/NM. Inicialmente reivindicam a criação de uma RESEX – proposta que mais tarde se modifica em favor da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. (OLIVEIRA, 2017, p.33).

Na área da RESEX, nos últimos 40 anos, observa-se no relato que o Cerrado usado pelos geraizeiros tende a uma lógica de preservação. Nele ainda há uma importante quantidade de espécies arbóreas que geram os frutos do Cerrado. Contudo, a vegetação nativa, incluindo aquelas características das veredas, foram diminuindo, devido às queimadas e a retirada dos buritis para criar áreas de pastagem e plantações de eucalipto.

Segundo o relato de uma geraizeira associada ao Movimento Graal no Brasil, observamos que as consequências da degradação das matas ciliares dos rios e das queimadas das veredas estão sendo sentidas em Buritizeiro, pois, a quantidade de água está diminuindo.

[...]Nós tínhamos uma pessoa aqui, que já faleceu há algum tempo, o Ivo das Chagas! Ele tem livros publicados! Então ele sempre falava que tinha que cuidar das veredas, porque o Cerrado é o pai das águas! Senão cuidar das veredas, não vamos ter água! É o que tá acontecendo hoje em dia, não tá tendo mais água! Os córregos que banham o município e descem pro Rio São Francisco estão tudo secando! [...]. (C.R.)²¹

²⁰ Entrevista realizada com um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

²¹ Entrevista realizada com uma associada do Movimento Graal, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

Vejamos também o relato de um servidor público da prefeitura de Buritizeiro, que aborda a mesma situação observada na fala anterior e aponta algumas ações estão sendo projetadas para serem executadas, a fim de recuperar as veredas e conseqüentemente as nascentes.

[...]A vereda que é a maior expressão de água do Cerrado. Onde tem um conjunto de buritizais reunidos, a gente que mora aqui sabe que ali naquele local vai ter água. Agora, não é só o local, a gente tem que ver também qual é a condição desse ambiente. [...] vereda não se recupera né, não tem intervenção, pois, a partir do momento que ela seca, aí você tem que torcer muito pra ver se a natureza por si só se regenera e recupera uma vereda. Mas, algumas ações estão sendo feitas, nós temos um projeto de cercamento de veredas que tá finalizando em uma cabeceira de um riacho importante que deságua no São Francisco que vai servir como um modelo para os outros. [...]. (R.M.)²²

Sendo assim, a área de Unidade de Conservação é de suma importância para a preservação das espécies nativas do Cerrado e para manter os modos de vida e os valores culturais dos geraizeiros. Na relação com o bioma suas maneiras de conduzir a vida e a luta por permanência no lugar.

O desafio ambiental nos obriga a considerar essas distintas lógicas sociais e espacialidades, enfim as distintas territorialidades que estão em tensão, impulsionadas por uma temporalidade, do capital, com sua redução mercantil da economia, que pensa poder prescindir de sua materialidade (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Na perspectiva ambiental, a presença do eucalipto também tem provocado uma diminuição dos frutos do Cerrado, pois, a aplicação dos “defensivos agrícolas” tem contribuído para extinguir algumas espécies de plantas nativas e degradar o solo. Segundo nos foi relatado nos trabalhos de campo, essa monocultura aliada a construção de barragens de usinas hidrelétricas como a de Três Marias, tem contribuído com a escassez de chuvas e com a diminuição da vazão dos Rios São Francisco (Foto 8) e Formoso.

²² Entrevista realizada com um funcionário público da prefeitura, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

Foto 8: Baixa vazão no Médio São Francisco, provocada pela seca nos municípios de Buritizeiro e Pirapora-MG



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Podemos constatar as transformações no meio ambiente em um período de 10 a 20 anos, no relato de um servidor público da prefeitura municipal de Buritizeiro.

[...]A natureza de dez a vinte anos atrás era uma coisa, e hoje (2019), essa qualidade ambiental está se perdendo, são riachos secando, nós estamos com uma crise hídrica desde 2014 e isso afetou muito. E o município também é muito invadido com a monocultura né, de pinus e eucalipto que atrapalha muito esse potencial. Haja visto que Buritizeiro já foi considerado a caixa d'água de Minas Gerais, devido ao tamanho do território e quantidade de riachos que nascem e desaguam aqui no município no rio São Francisco. Aqui tem mais de 300 km de margem do Rio São Francisco, ele pega o rio Paracatu, o Rio do Sono e o Rio Abaeté. A construção de barragens de usinas hidrelétricas também tem provocado esses impactos no meio ambiente. A vazão da água tem diminuído. Essa situação é preocupante! [...] . (R.M.)²³

Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 260), “no fundo dos vales, a água já não jorra o ano todo, as fontes e córregos secam, rios se tornam intermitentes, o que passa a exigir, inclusive, barragens para regularizar o curso de rios permanentes, como o São Francisco”.

Isso tem ocorrido devido a retirada da vegetação nativa das cabeceiras dos rios e nas áreas rurais e urbanas. Há um projeto de construção de uma usina hidrelétrica no Rio Formoso, um dos afluentes do São Francisco que abastece os municípios de Pirapora e Buritizeiro. Esse projeto tem mobilizado o Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco e da Fundação Peixe

²³ Entrevista realizada com um funcionário público da prefeitura, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

Vivo, juntamente com a sociedade e as comunidades locais, para que não seja instalada, considerando as consequências que essa barragem irá provocar com relação a diminuição das espécies de peixes, assoreamento dos rios, efeitos esses que impactarão na sociobiodiversidade do Cerrado.

Desse modo, os geraizeiros de Buritizeiro, tem convivido com vários problemas, resultando em riscos aos seus modos de vida. Nessa situação, necessitam que a RESEX se efetive concretamente antes que sua área seja incorporada pelo agronegócio, e as espécies nativas do Cerrado desapareçam.

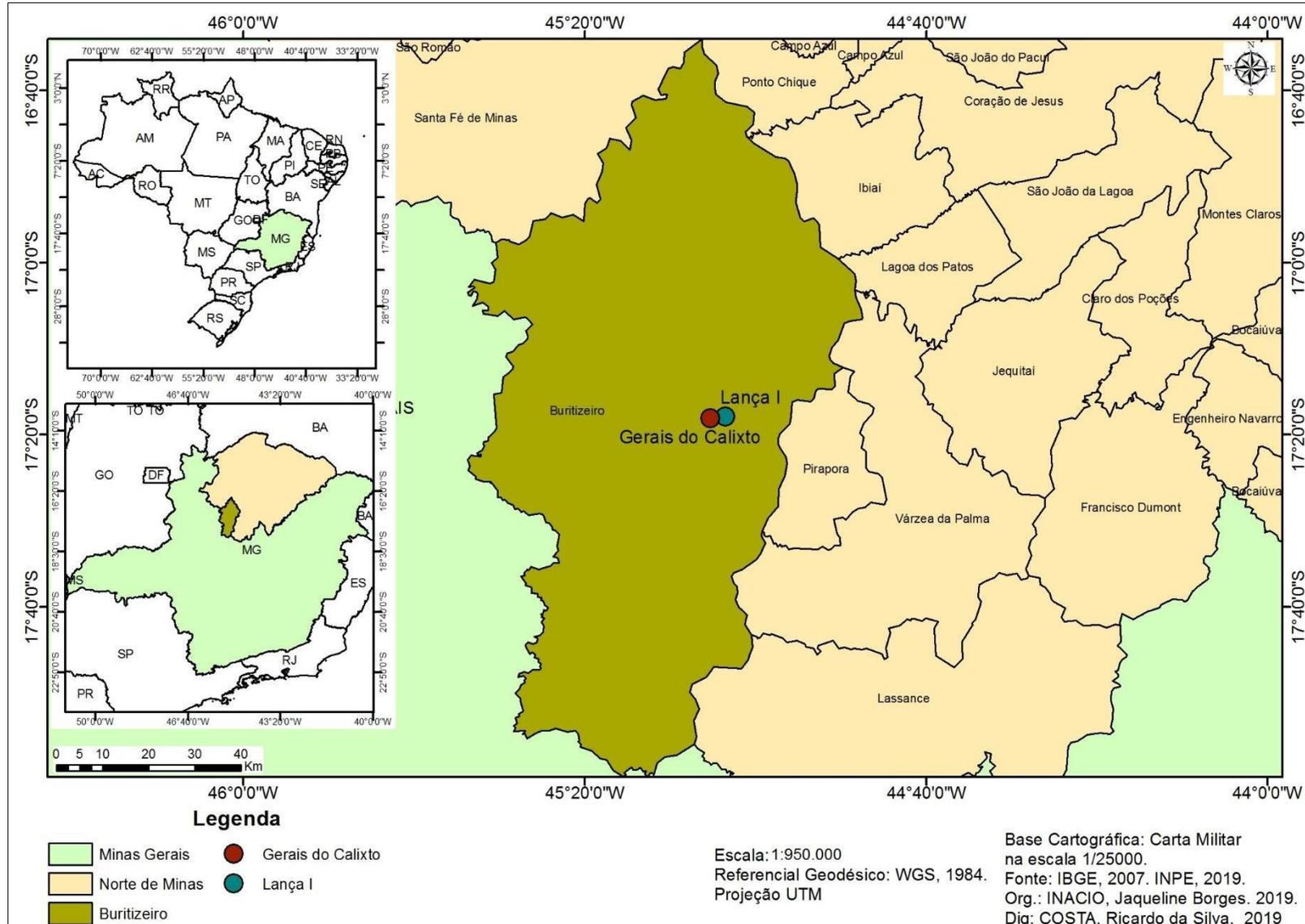
Destacamos a importância de estudos voltados a requalificação ambiental dessa área destinada a implementação da RESEX, pois, segundo informações obtidas durante as visitas de campo, existe uma necessidade de recuperar as veredas que estão dentro da área estudada, uma vez, que elas estão sendo devastadas e sofrem com as queimadas. Considerando que as veredas são fundamentais para o abastecimento dos cursos d'água e para a conservação do Cerrado. Outros aspectos que devem ser considerados no processo de requalificação ambiental é a recuperação de áreas degradadas, da preservação da flora e da fauna local e regional do bioma em questão.

Neste sentido, a RESEX é uma alternativa à preservação ambiental, pensando na recuperação da vegetação, do solo, na reestruturação paisagística e na valorização da sociobiodiversidade do Cerrado.

2.2 A luta pela vida dos geraizeiros no lugar

O território delimitado para se tornar RESEX, localiza-se na área rural do município de Buritizeiro, suas terras são ocupadas por populações tradicionais que constituem 4 comunidades rurais, dentre elas 3 assentamentos rurais a saber: Gerais do Calixto, Lança 1 (São Francisco), Lança 2 (Santa Helena) e Jatobá. Porém, quando realizamos os trabalhos de campo no município, não conseguimos visitar as 5 comunidades, devido às dificuldades em estabelecer contato com os representantes das mesmas. Sendo assim, visitamos apenas 2 delas: Gerais do Calixto e Lança 1 (São Francisco), e dialogamos com os povos tradicionais que vivem nesses lugares (Mapa 10).

Mapa 10: Localização das Comunidades Gerais do Calixto e Lança 1



Cabe destacar que os assentamentos rurais São Francisco e Santa Helena se tratam de propriedades que foram desapropriadas da antiga fazenda Lança onde era ocupada com plantações de eucalipto e pinus e foi dividida em Lança 1 e Lança 2. O assentamento rural São Francisco é conhecido como Comunidade Lança 1 e o Assentamento Santa Helena como Comunidade Lança 2. Desse modo, utilizamos o nome de Comunidade Lança 1 para identificar o Assentamento São Francisco, conforme as informações que foram capturadas durante os trabalhos de campo realizados nas comunidades tradicionais pesquisadas.

Nas quatro comunidades vivem 156 famílias, sendo 33 em Gerais do Calixto, 29 em São Francisco, 65 em Santa Helena e 29 em Jatobá. A distância entre as comunidades pesquisadas e a sede do município é de aproximadamente 18 km para o Gerais e da Comunidade Lança 1 (São Francisco) é de 21 km, totalizando de 36 a 42 km de ida e volta.

A Comunidade Santa Helena é uma área de Assentamento Rural situada à 90 quilômetros da sede do município, ali residem 65 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A maioria dos assentados trabalhavam em carvoarias localizadas próximo à comunidade e também desenvolvem a agricultura familiar de onde retiram seu sustento e a renda necessária para prover a família. Além disso, eles trabalham na elaboração de produtos como biju de farinha de mandioca, o pão de queijo e os doces derivados dos frutos do Cerrado.

Sendo assim, este assentamento foi criado na década de 1990 a partir de terras improdutivas e segundo informações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Buritizeiro a propriedade estava abandonada há quase 10 anos e foi ocupada pelos produtores rurais que viviam em na comunidade.

Quanto a Comunidade Lança I ou Assentamento São Francisco, foi criado nos anos de 1980, em um período em que a silvicultura em Buritizeiro, enfrentou uma grande crise, que deram origem a três assentamentos: onde o primeiro a ser formado foi o Assentamento São Francisco, criado por meio de terras desapropriadas na Comunidade conhecida como Lança 1.

Trata-se de uma propriedade que pertencia a empresa Lança – Assessoria, Planejamento e Administração com sede em Belo Horizonte e foi fundada na época das políticas e investimentos em grandes projetos desenvolvimentistas de expansão do agronegócio no Cerrado brasileiro, bem como, da silvicultura nas regiões Norte e Noroeste de Minas, na década de 1970. Essa expansão provocou o desmatamento de boa parte da propriedade está localizado o Assentamento São Francisco e foram ocupados com plantações de eucalipto, utilizados na produção de carvão vegetal, cujo objetivo era o abastecimento das usinas siderúrgicas em algumas cidades da região tais como: Pirapora e Várzea da Palma e a região de Belo Horizonte.

É importante destacar que a antiga propriedade Lança 1, mesmo sendo uma área com muitas veredas, não foi preservada pelos antigos proprietários, pois, eles deram início ao plantio de eucaliptos nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), provocando sérios problemas ambientais como a escassez dos recursos hídricos no local e na região. Sendo assim, houve uma diminuição das áreas de veredas no local e as que ainda existem estão sendo ameaçadas pela expansão do agronegócio.

Na Comunidade Lança 1 ou Assentamento São Francisco residem 29 famílias que vivem da agricultura familiar de produtos orgânicos, da fabricação de farinha de mandioca, da participação na Associação Chico Fulô adquiridos a partir do extrativismo de frutos do Cerrado, bem como, do beneficiamento dos frutos por meio de polpas de frutas, doces, geleias para comercialização. Esse projeto é administrado pelo Movimento Graal no Brasil de Buritizeiro. Segundo informações adquiridas em um Almanaque elaborado pelas associadas do Graal juntamente com as comunidades, os povos que vivem no assentamento ainda preservam suas tradições religiosas e suas heranças culturais como a folia de Reis que ocorre pelo menos duas vezes ao ano no lugar.

Quanto ao Assentamento Jatobá, trata-se de uma área de preservação de veredas que se localiza a 20 quilômetros da cidade, onde vivem 29 famílias. Segundo informações contidas no Almanaque, são 40 famílias cadastradas pelo INCRA, mas apenas as 29 vivem em Jatobá, eles trabalham com a produção de artesanatos onde utilizam a palha do buriti. Na comunidade existe conflito pelo uso da terra entre assentados, posseiros e grileiros.

Segundo Nogueira (2009):

Os posseiros eram, conforme a ética camponesa, os que genericamente se apropriaram da terra, por meio do trabalho, sendo esse apossamento documentado ou não. A propósito regionalmente, faz-se distinção entre posseiros e sitiantes, sendo os primeiros, aqueles que possuíam glebas de terras cuja propriedade era atribuída a algum fazendeiro, enquanto os sitiantes (ou situantes) ignoravam a situação legal da terra ocupada. Frequentemente, os sitiantes dispunham de algum papel, que não correspondia a uma escritura mas, antes uma declaração de posse ou similar. A época podia-se vender os direitos de uma porção de gerais ou mesmo de veredas, sem que essa transação podia ocorrer entre os membros de uma mesma comunidade ou localidade, relacionados entre si, como parentes e/ou compadres. A terra não se vendia, pois esse era um patrimônio do grupo de parentesco. Vendia-se sim, o direito de trabalhar. Sobretudo, as terras de gerais, como terras sem aptidão para o cultivo, mas espaço de dádivas divinas, de natureza mais selvagem, não eram vendidas, eram terras soltas às largas para o uso comum. (NOGUEIRA, 2009, p.94-95)

É importante destacar que a Comunidade Gerais do Calixto é formada por pessoas que possuem ligações de família e parentesco, ou seja, relações de pais, filhos, irmãos, sobrinhos, genros, noras, netos, primos e compadres. Esses povos vivem no lugar há mais de 6 décadas, eram considerados posseiros na época em que começaram a ocupar o território, devido a

aquisição de terras devolutas do Estado. Eles nasceram e se criaram no lugar e foram estabelecendo vínculos afetivos, possibilitando que eles continuassem desenvolvendo os seus saberes e fazeres ancestrais.

Segundo Silva (2012):

É no lugar que o espírito repousa! Nele se percebe a aparência, as feições, as identidades e ao penetrá-lo mais intimamente, somos capazes de sentir sua essência, seu *ethos*, ‘o jeito de ser do lugar’! Este carrega as ‘marcas’ deixadas pela história das pessoas, elas também foram nele entretecidas com as ‘coisas’ do lugar. O lugar reúne as experiências, emoções, vivências, sentidos e sentimentos, signos e significados. [...] lugar de crenças, de identidade, dos modos de vida e produzir e que, socialmente, reproduzem passando para as gerações futuras formas de sobrevivência que foram apreendidas por várias gerações. (SILVA, 2012, p. 72).

Neste sentido, percebemos que o lugar redefine e estreita as relações sociais. Isso se dá devido aos modos de vida que são estabelecidos entre os sujeitos, principalmente nas comunidades tradicionais rurais, onde os saberes e fazeres ainda são compartilhados ultrapassando gerações. Mesmo que nem todos os filhos, netos e bisnetos absorvam todos esses valores, percebe-se que sempre existe uma pessoa de cada geração que absorve as heranças culturais, isso faz com que essas comunidades se mantenham na atualidade. Esses atributos e valores, é que dão o sentido de existência a essas pessoas que vivem e produzem no lugar (re) significando a sua existência, através do trabalho artesanal e também mediado pelas técnicas de produção, conforme segue.

Esta comunidade passou a ser trabalhada e explorada por seis irmãos, ambos integrantes da família Calixto. Com o passar dos anos alguns deles constituíram suas famílias e o número de pessoas foi aumentando até atingir as 33 famílias que vivem no/do lugar. Conforme um dos geraizeiros representantes da comunidade relata em sua fala:

[...]Nóis é seis irmão, e todos tem propriedade dentro da Comunidade Gerais do Calixto! Meu pai era geraizeiro e extrativista, e nóis aprendeu com ele a trabalha no extrativismo! Nóis pegava os balaio e coletava pequi e enchia eles! Nóis tinha aquelas cangaia também! Nóis coletava cabeça de nego também! Aí nóis vinha pra cidade, andava de pé e as veiz de bicicleta, porque nóis não tinha outro meio de transporte! Nóis trazia os fruto pra cidade, quando chegava aqui, vendia tudo! Aí nóis voltava pro Gerais no finzinho da tarde, e chegava lá quais umas nove hora da noite! Nóis demorava quais umas três hora pra chega lá, porque é muito longe e tinha que subi uma serra pra atravessa pra lá! Daqui lá dá uns 14 quilômetro de a pé! (A.C.)²⁴

A origem do nome da comunidade Gerais do Calixto, decorre dos gerais que são as vegetações que estão situadas em áreas de transição do Cerrado para a Caatinga, bem como, do sobrenome da família que vem ocupando essas terras desde então (Fotos 9 e 10).

²⁴ Entrevista realizada com um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

Foto 9: Placa indicando a localização da Comunidade Gerais do Calixto



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Foto 10: Casa onde viveram os ancestrais da família Calixto, com vista para a Serra do Alemão-Comunidade Gerais do Calixto



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

A comunidade rural Lança 1, é um Assentamento Rural de Reforma Agrária, cujo nome é dado por conta da empresa de silvicultura Lança que atuava no município (Foto 11).

Foto 11: Placa indicando a localização da Comunidade Lança 1 (Assentamento Rural São Francisco)



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Os sujeitos que vivem no local conquistaram as terras a partir da reforma agrária, porém, ainda não conseguiram o parcelamento das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (Foto 12 e 13).

Foto 12: Propriedade de uma representante da Comunidade Lança 1, cercada por espécies arbóreas e arbustivas do Cerrado



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Foto 13: Propriedade de um representante da Comunidade Lança 1



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Eles compraram pequenos hectares para desenvolverem suas atividades de cultivo de alimentos, criação de animais (galinha, porco e vaca), que além de garantir seu sustento lhes proporciona renda a partir da comercialização dos produtos derivados dos frutos do Cerrado (Foto 14).

Foto 14: Pequena criação de gado leiteiro-Comunidade Lança 1



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Conforme podemos observar na fala de uns dos senhores representantes da Lança 1 (Assentamento São Francisco):

[...] Eu moro aqui desde a idade de 16 anos, hoje eu tô com 58 anos! Quando eu vim pra cá, ainda era aquela firma chamava Lança, era plantio de eucalipto! Essa firma ficou aí, numa faixa de 20 e poucos anos, pela informação a gente sabe que ela foi a falência e desapareceu e agente morava nessa época, se a cerca passava pro lado de lá, a gente morava só pro lado de baixo, a gente não podia atravessá por lado de cima, mais, assim, as veredas a gente já plantava porque a firma autorizava a gente a plantá! Aí meus avôs, meus pais, plantava! Aí depois que ela foi embora passou um tempo, nós ficou a família aí, um bocado! Aí através de tá abandonado o povo foi vindo aos poucos né, e foi assentando, com um pouco apareceu o INCRA, veio e fez proposta de fazê o levantamento da fazenda, e compra a fazenda e dividir com as pessoas que tavam aí! Mais, só que até hoje, ainda não teve essa possibilidade de tá tudo em dias ainda né, porque ainda tem umas parte que não foi dividida! Tá todo mundo já morando em seu local, mais tamo esperando o parcelamento! O INCRA veio fez o medimento, mais ainda não fez o parcelamento! E nós tamo aí esperando! [...]. (J.G.)²⁵

Esses sujeitos que vivem na Comunidade Lança 1 (Assentamento São Francisco), nem todos são do lugar, por mais que apresentem modos de vida e vínculos com a terra, quando chegaram na comunidade começaram a obter outros conhecimentos, saberes e fazeres dos vizinhos que já residiam e pertenciam ao local. Além disso, foram aprendendo a trabalhar com os frutos do Cerrado a partir de uma instituição, o Graal, que incentiva uso sustentável dos recursos naturais e sucessivamente iniciaram a produção de alimentos. Conforme podemos observar na fala de uma das participantes da organização Chico Fulô, representante da Comunidade Lança 1 (Assentamento Rural São Francisco):

[...] Cheguei aqui em 2000, por aí! E a gente morando aqui, a gente comprou um pedacim de terra, depois isso virou um assentamento, e isso não acabou de resolver né! Ai a gente ficou aí plantando uma rocinha e tocando um gadinho! Aí começou uma escola Semear que nós começamos nela lá em Buritizeiro, no final de semana que o presidente do sindicato conseguiu pra gente! Aí por lá nós conhecemos a coordenadora do Graal, ela começou a conversar com a gente, começou a trazer uns cursos pra nós né, aproveitar os frutos do Cerrado, porque nós pegava aqui era pra jogar pros porcos! Ninguém sabia, comia alguns e o outros a gente jogava pros porcos, desperdiçava tudo! A gente não sabia o que fazer daquilo né! Tinha muito pequi, buriti, araticum, que tem até hoje, coco, essas fruta aí né! Aí a gente começou graças a Deus, começamos o curso! (M.F.)²⁶

Os sujeitos que vivem nas/das duas comunidades rurais, são extrativistas e classificam-se como geraizeiros, devido a sua vivência e experiência com os gerais do Cerrado.

²⁵ Entrevista realizada com um assentado representante da Comunidade Rural Lança 1 (Assentamento São Francisco), durante o trabalho de campo realizado no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

²⁶ Entrevista realizada na Comunidade Rural Lança 1 (Assentamento São Francisco), durante o trabalho de campo realizado no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

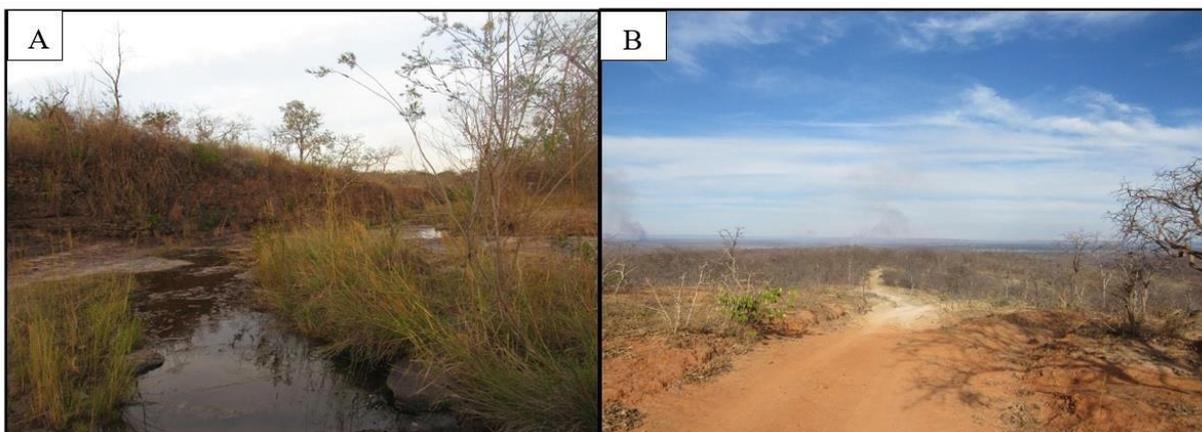
Nas suas narrativas de vida eles destacam que eram mais felizes e realizados quando conseguiam extrair os frutos do Cerrado em abundância e plantar as lavouras de arroz, feijão, milho e mandioca. Todos esses cultivos eram usados no sustento da própria família.

Conforme relata o geraizeiro representante da Comunidade Gerais do Calixto na seguinte fala:

[...]Eu e meus irmão foi tudo criado com os fruto do Cerrado, e com as coisa que nós plantava e fazia lá na roça! Depois eu também criei meus filho, do mesmo jeitim! Nós plantava lá no Gerais também, plantava de tudo, as vez nós só vinha na cidade pra compra um açúcar que faltava! Nós plantava mandioca e fazia biju! Nós plantava cana pra dá pro gado de leite e as vez nós fazia umas rapadura! Com os fruto do Cerrado que nós colhia, fazia polpa de fruta pra fazê doce, fazia suco, fazia óleo! Aí nós fazia pra vendê na cidade e também fazia pro nosso gasto com a família! [...] (A.C.)²⁷

Nos últimos anos várias transformações foram sentidas por eles, com relação ao desmatamento da vegetação, o assoreamento dos rios, a diminuição e o desaparecimento dos cursos d'água provocados pela escassez de chuvas e o desmatamento da vegetação nativa. A diminuição das chuvas tem provocado extensos períodos de seca que tem castigado o município de Buritizeiro, onde presenciamos vegetações bem secas e solos arenosos e degradados (Mosaico de fotos 1).

Mosaico 1: a) Córrego Cavaleriano, assoreado-Comunidade Gerais do Calixto. b) Solo arenoso na área de gerais (área de transição do Cerrado para a Caatinga no território da RESEX)

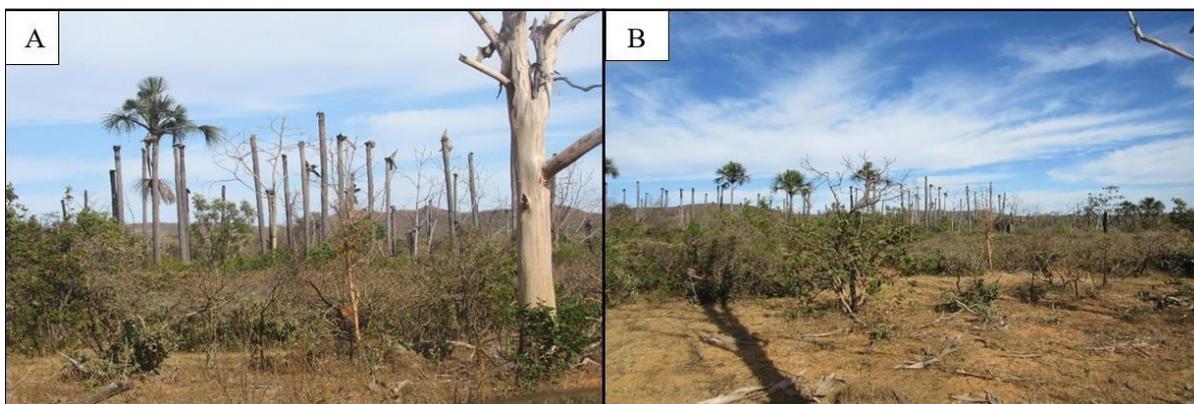


Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

A paisagem natural foi bastante modificada pelas ações antrópicas como a inserção do eucalipto, a instalação de carvoarias, além dos incêndios que de forma descontrolada atingem anualmente vastas áreas de veredas (Mosaico de fotos 2).

²⁷ Entrevista realizada com um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo realizado no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

Mosaico 2: a) Veredas devastadas pelo fogo que implicam na diminuição ou extinção do fruto de buriti utilizado na produção de alimentos. b) Área degradada pela ação antrópica no território da RESEX



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Para Santos (1988), “a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea”.

Na obra *Introdução a Geografia Cultural* os autores Corrêa e Rosendahl fazem uma abordagem sobre os elementos da paisagem geográfica que podem ser identificados, por meio da observação e da análise de um determinado contexto que se apresenta em um dado espaço.

De acordo com Corrêa e Rosendahl (1998):

A paisagem geográfica é vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área é analisada morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. (CORREIA e ROSENDAHL, 1998, p.9).

Os elementos culturais da paisagem também se manifestam através das representações socioculturais e das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que permitem com que existam no lugar.

Na fala do entrevistado representante da Comunidade Lança 1 (Assentamento São Francisco), ele cita algumas ocorrências de incêndios criminosos de veredas e deixa claro que o fogo foi provocado de forma criminosa.

[...]A causa do fogo sempre alguns anos atrás tinha pessoa que passava até nas estrada e jogava fogo! E a gente não conseguia apagar! Mais aí nós conseguimos trazê uma temperança que aí diminuiu as pessoa que punha por fora. Os buriti nesse tempo que o povo queimava eles era mais fácil, porque a vereda tinha muita água! Queimava o capim, mais, não queimava o buriti! Foi através da vereda ter secado e ter menos água, aí maltrata, pega fogo e mata o buriti mesmo! E nós tem aqui também, pobrema com fogo, e as vezes tem pessoas que entrou e invadiu a terra aí ezez desmate! Aqui mesmo tem um homem que ele entrou aqui, e desmatou o fruto nosso aí de panã! Pequizeiro ele deve ter desmatado numa faixa de umas 30 a 40 hectares! E, nós fazendo denúncia, nem a polícia resolveu nada até hoje! [...] (J.G.)²⁸

Segundo informações obtidas ao longo do ano de 2020, via WhatsApp, um dos representantes das comunidades tradicionais pesquisadas nos relatou que no período do mês de agosto e setembro, ocorreram outras queimadas de veredas na mesma área apresentada nas fotos. Ainda podemos observar no relato de um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto sobre a questão das queimadas que podem ter sido provocadas de maneira criminosa.

[...] A situação aqui não tá nada fácil, cê entendeu? Nesse tempo de pandemia do coronavírus, nós tá passando muita dificuldade pra se mantê aqui na comunidade! Mais, tamo na luta! Cê acredita que tacaram fogo naquelas vereda perto da comunidade Lança de novo? E, nós tem certeza que é fogo criminoso! Nós já chamou os guarda florestal, pra vê se descobre! Se não descobri porque aqui em Buritizeiro, parece que as autoridade faz vista grossa, nós vai chama os movimentos sociais, pra nos ajuda nessa luta, cê entendeu? Pra vê se a gente ganha força pra lutapelo nosso gerais e pelos nossos direito de povos do Cerrado! [...] (W.L.)²⁹

As transformações no espaço e suas tensões no cotidiano dos geraizeiros ocorrem também para além das mudanças climáticas. No território das suas comunidades a chegada do “estranho” promoveu a reprodução dos capitais investidos no agronegócio.

Neste sentido, esses sujeitos vêm enfrentando problemas relacionados aos crimes ambientais provocados por invasores que incendeiam as veredas e a vegetação do Cerrado local. Os geraizeiros suspeitam que os incêndios sejam provocados para devastar a área e extinguir a vegetação para dar lugar ao cultivo de eucalipto e à pecuária.

Para Martins (1993):

Essas populações têm vivido e sofrido o impacto do estranho, que não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras – vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais. No mínimo repositório de concepções alternativas do humano, que nossa sociedade, em seu conjunto, belicosa e violenta, floresta destrói definitivamente espécies vegetais úteis, a devastação ou a mutilação de grupos sociais diferentes do nosso suprime modos de viver e de pensar, bem como destrói saberes que representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo. (MARTINS, 1993, p.12).

Apenas uma empresa desmatou mais de 14.000 hectares de terra para plantar eucalipto e 2.000 hectares foram ocupados com criação de gado. O desmatamento do Cerrado fez sucumbir inúmeras espécies nativas. A justificativa oferecida pelas grandes empresas e produtores pecuaristas que reproduzem práticas extensivas no manejo do gado relaciona-se à promoção do desenvolvimento da economia da região.

²⁸ Entrevista realizada na Comunidade Rural Lança 1 (Assentamento São Francisco), durante trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

²⁹ Relato de um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, obtido via celular, em setembro de 2020.

Neste sentido, os geraizeiros vão vivenciando tensões que ameaçam inclusive aqueles acordos tácitos com a grande propriedade de manterem-se no lugar. Trata-se de serem desafiados constantemente de manterem-se no território e como forma de resistência acabam no grupo reforçando conjuntos dinâmicos de estratégias de vida acionadas entre os sujeitos locais, lastreados em suas territorialidades. Em grande parte, elas são constituídas coletivamente e compõem nas práticas extrativistas deles como uso, domínio, identidade e pertença.

De acordo com Diegues (2000):

Essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco etc.). A expulsão de suas terras implica a impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado. As populações tradicionais transferidas por força da criação de uma área natural de conservação exprimem esse desassossego de várias formas, também a sobre-exploração "ilegal" dos recursos naturais sobre os quais antes tinham domínio. (DIEGUES, 2000, p.65).

Assim, explicita-se que as territorialidades derivam da dedicação de uma coletividade para garantir o uso, dominando e se identificando profundamente com a coleta dos frutos do Cerrado em uma área explicitada pela experiência.

Segundo Tuan (1983):

Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e aplicar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento. (TUAN, 1983, p.9).

Desse modo, aqueles sujeitos ao usarem o Cerrado para construir formas de permanência além de se apropriarem daqueles elementos da natureza estão territorializando o espaço de vida deles. É, pois pelo uso, que aprendem a se colocar como pertencentes ao território. Na prática estão envolvidas relações de diversas ordens, inclusive de ressignificações de suas existências na relação com o Cerrado “de pé”.

Considerando as suas práticas sociais, esses sujeitos são territorializados no processo que lhes permitem às suas territorialidades. Além do mais, o grupo está nessas áreas há gerações e seus modos de vida, saberes e fazeres não desaparecem nas tensões produzidas pelo agronegócio. É necessário perceber o movimento de resistir permanecendo no lugar de vida, naquilo que é reinventado para atender às suas necessidades e seus propósitos socioterritoriais.

Conforme afirma Tuan (1980, p.5), “topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”.

Ainda segundo Tuan (1980):

O termo topofilia associa sentimento com lugar. Como já examinamos a natureza do sentimento, vamos agora examinar o papel do lugar ou meio ambiente como produtor de imagens para a topofilia, pois esta é mais do que um sentimento difuso, sem nenhuma ligação emocional. (TUAN, 1980, p.119).

Os geraizeiros seguem na luta pela permanência no lugar e estão articulados com o Movimento Graal Mulher, onde surgiu a marca Chico Fulô de comercialização de produtos artesanais, tendo como insumo principal, os frutos do Cerrado. O Graal está inserido no Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e possui espaço no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher³⁰.

2.3 Os saberes e fazeres associados as práticas socioambientais

Nos momentos, em que em que realizamos os trabalhos de campo nas comunidades tradicionais, percebemos que alguns cursos d'água estão bastante assoreados e sem contar que em certos casos há uma escassez nos recursos hídricos no município e na região, o que poderia ser solucionado com a construção de barraginhas³¹, conforme as demandas que nos foram relatadas pelos pesquisados das comunidades visitadas, situadas dentro da área de RESEX. Essa situação demonstra contradições, considerando que o município está localizado em uma importante Bacia Hidrográfica como a do São Francisco.

Conforme podemos observar na fala do geraizeiro representante da Comunidade Gerais do Calixto:

[...]Geralmente, esses acontecimentos dos córregos secando, é igual eu falei pra você, é a perda de água, a vazão de água é muito, e não tem a bacia de contenção, não tem a barraginha! Se você fazê, vamo supor cê faz aí, 200 barraginha, e cada uma delas segura aí 20.000 litros d'água, é 1 milhão de litros d'água! Se você faz tantas ali ela requer a água e ela volta, porque já aconteceu aqui, a Triunfo tem condições, eles fizeram barraginha em local que não corria água, voltou correr a água! Eles fecharam as veredas como cê viu lá e não fizeram as barraginha! Era pra manter a água! [...]. (W.L.)³²

Ainda conforme o relato de outro entrevistado:

³⁰ Esse conteúdo será abordado de maneira mais detalhada no 4º capítulo deste trabalho.

³¹ As Barraginhas são pequenas bacias escavadas no solo com diâmetro de até 20 metros, tendo de 8 a 10 metros de raio e rampas suaves. São construídas dispersas nas propriedades com a função de captar enxurradas, controlando erosões e proporcionando a infiltração da água das chuvas no terreno. Assim, preservam o solo e promovem a recarga dos lençóis freáticos, que abastecem nascentes, córregos e rios. As enxurradas causam erosão e transportam sedimentos para os córregos e rios, o que provoca assoreamento dos cursos d'água e pode ocasionar enchentes. O objetivo das Barraginhas é captar a água das enxurradas e permitir sua rápida infiltração, entre uma chuva e outra, para reabastecer o lençol freático, preservar o solo e aumentar a sustentabilidade hídrica. (EMBRAPA, 2021).

³² Entrevista realizada com um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo realizado no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

[...] Ainda perto dessa vereda, ainda vem as estradas ecológicas e as barraginhas de perenização de água no subsolo. Porque as áreas de recarga das veredas estão ocupadas com eucalipto. Então não sobra a água para a vereda, porque a vereda é nada mais do que onde a água precipita, onde a água sai. [...] A coleta da água está em volta da vereda, aí você pega em volta de uma vereda e enche de eucalipto, você tirou a possibilidade que a vereda tinha de pegar aquela água de armazenamento de subsolo e de lençol freático e reaproveitar em um momento mais seco, porém, a água fica retida no tronco do eucalipto. [...] Então, a vereda está faltando água, isso falta para o São Francisco, falta para os córregos e aí onde a gente sempre fala, quer começar a revitalização do São Francisco, começa pelas nascentes e pelos municípios maiores que são grandes contribuintes do rio. [...] Em 1998, tinha um estudo do potencial hídrico do município que dizia que se o rio secasse de Buritizeiro pra cima, só as suas águas manteriam a água da calha pra você ver o tamanho do potencial que era. [...] Hoje a realidade é diferente, mas, é um município novo que tem 56 anos de emancipação política, mas, que tá ainda, parece que um pouco parado no tempo [...]. (R.M.)³³

Desse modo, é importante destacar que no ano de 2021 foi elaborado um projeto do Programa entre rios- projeto riacho da porta: um caminho para recuperação hídrica do rio São Francisco. O projeto consiste na construção de barraginhas, que tem por objetivo contribuir para recuperação hídrica do rio São Francisco, a partir da recomposição de uma área degradada de aproximadamente 414 hectares em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e Reservas Legais, com 1500 quilômetros de terraceamento de áreas produtivas, a estruturação de 750 barraginhas em comunidades rurais, a restauração e adequação de quase 15 quilômetros de estradas vicinais e 75 sistemas de captação de água pluvial em São Bento situada em Buritizeiro, na sub bacia do rio da Porta, a fim de garantir a sustentabilidade e revitalização da bacia do São Francisco (BRASIL, 2021).

Este projeto foi elaborado Grupo Biocev³⁴ Projetos Inteligentes em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, a Secretaria de Segurança Hídrica e o Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, sob gerenciamento do. O investimento financeiro estimado em 38.533.561,14 (trinta e oito milhões, quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e sessenta e um reais, e quatorze centavos). Os recursos investidos na execução deste projeto serão originados por meio de doações de instituições privadas de patrocinadores interessados, ou seja, uma parceria entre o público e o privado. O período de execução do projeto é de 6 anos (72 meses). É importante destacar que este projeto foi elaborado para ser aplicado em uma área específica que na localidade de São Bento no Riacho da Porta,

³³ Entrevista realizada com um funcionário público, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro, em agosto de 2019.

³⁴ O Grupo Biocev é formado por uma equipe experiente e multidisciplinar, com foco direcionado nas soluções que cada cliente necessita. A empresa atua nas áreas de consultoria ambiental, estudos para licenciamento ambiental, reposição e compensação florestal, passivos ambientais, investigação e descomissionamento. (Fonte: <http://www.biocev.net/>).

mas, um dos objetivos do Programa Entre Rios é promover sua sustentabilidade e replicabilidade a partir de ações e subprojetos estruturantes. Para que isso seja implementado é necessário realizar um diagnóstico da área e levantar o tipo de vegetação, de clima, de fauna, de solo, os recursos hídricos e as condições socioeconômicas das populações que residem nas áreas em que se pretendem desenvolver o projeto (BRASIL, 2021).

Essas áreas foram escolhidas pelo Projeto, por conta do risco hídrico e socioambiental que ocorre nesta região da Bacia do rio São Francisco. A microrregião de Pirapora onde está situado o município de Buritizeiro foi ocupada desde a década de 1970 com plantações de eucalipto e pinus, e desde então tem sofrido com os impactos no meio ambiente. Nos anos 1990 a região foi reocupada com outras monoculturas, as quais demandaram o investimento em tecnologias de irrigação, elevando os riscos da ocorrência de conflitos pelo uso da água.

O processo de expansão do agronegócio na região é o resultado da modernização das técnicas de produção que atinge diversas áreas do Cerrado brasileiro. Desse modo, as principais finalidades dos usos da água consistem na dessedentação humana, animal e irrigação, e isso implicado em zonas de conflito pelo uso da água em algumas áreas da bacia do rio São Francisco, por conta da grande demanda para irrigação.

Sendo assim, o município de Buritizeiro que um dia foi reconhecido por sua abundância nos recursos hídricos teve seus cursos d'água e suas veredas degradadas e assoreadas pela expansão de monoculturas e a abertura de estradas. Isso tem provocado problemas em várias microrregiões devido a população das comunidades rurais se encontrarem em situação de risco hídrico, em situação de escassez de água, gerando problemas vulnerabilidade social e econômica, comprometendo a qualidade vida dessas populações que habitam nas comunidades (BRASIL, 2021).

É importante destacar que a bacia hidrográfica do rio São Francisco nos últimos anos passou por um longo período de escassez hídrica, com baixos índices pluviométricos, que provocaram baixas vazões ao longo da bacia, sobretudo no eixo principal. Neste sentido, os reservatórios utilizados pelas hidrelétricas da bacia não foram recuperados de maneira adequada, durante os períodos de chuva de cada ano e foi constatada enorme dificuldade com relação ao atendimento dos recursos hídricos existentes. Além disso, algumas pesquisas desenvolvidas na bacia nos últimos anos apresentaram um aumento do uso da água, bem como, um crescimento de forma contínua nas vazões outorgadas na bacia, o que compromete os recursos hídricos e os riscos de novas crises hídricas³⁵. Portanto, ao longo dos anos foram

³⁵Esses problemas foram verificados mediante um Parecer Técnico APR- Usina Hidrelétrica Formoso que foi contratado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) juntamente com a Consominas no

realizadas algumas ações paliativas, no sentido de conter a escassez e o risco hídrico no município, que são respostas apresentadas para amenizar os problemas que vem ocorrendo há algum tempo no município de Buritizeiro (Quadro 4).

Quadro 4: Decretos Municipais declarando estado de emergência no município de Buritizeiro-MG

DECRETO	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMO	VIGÊNCIA	DATA DA PUBLICAÇÃO
Número 272/2012	Emergência	Extrema seca na área rural deste município resultando em danos como prejuízos econômicos e sociais	180 dias	12/01/2013
Número 333/2013	Anormal	Baixa e irregular precipitação pluviométrica, contribuindo assim para o esgotamento dos mananciais existentes nas áreas rurais atingidas no município	180 dias	25/11/2013
Número 343/2014	Anormal	Baixa e irregular precipitação pluviométrica, contribuindo assim para o esgotamento dos mananciais existentes nas áreas rurais atingidas no município	180 dias	10/01/2014
Número 353/2014	Anormal	Baixa e irregular precipitação pluviométrica, contribuindo assim para o esgotamento dos mananciais existentes nas áreas rurais do município	180 dias	09/04/2014
Número 474/2016	Anormal	Terrível seca que ora assola todo o município, principalmente na área rural, desde abril de 2014, contribuindo para o esgotamento dos mananciais existentes	180 dias	31/03/2016
Número 023/2017	Emergência	Baixa e irregular precipitação pluviométrica, contribuindo assim para o esgotamento dos mananciais existentes nas áreas rurais atingidas no município	180 dias	12/04/2017
Número 090/2017	Emergência	Forte tempestade do tipo local/convectiva acompanhada por vendaval e granizo, que ocasionou em dezenas de residências e telhados totalmente ou parcialmente destruídos	—	02/10/2017

Fonte: Defesa Civil de Buritizeiro-MG, 2020.

Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

Segundo as informações apresentadas no Quadro 4, observamos que existe um baixo índice pluviométrico, ou seja, uma diminuição na ocorrência de chuvas, provocadas por secas prolongadas desde o ano de 2012, onde a Defesa Civil de Buritizeiro declarou estado de

ano de 2020. Essa concessionária de energia é a responsável pela implementação da Usina Hidrelétrica de Formoso, em processo de instalação no Rio São Francisco, localizada entre os municípios de Pirapora e Buritizeiro.

anormalidade e emergência. Isso tem implicações na umidade relativa do ar que cai drasticamente nesses períodos secos, considerando que a taxa considerada ideal para os seres humanos varia entre 50 e 60%, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Sem contar que os dados apontam que quando chove provoca grandes tempestades que destroem as edificações e residências.

Considerando as informações apresentadas, destacamos que os pesquisadores relataram que a partir do ano de 2010 a chuva ficou mais escassa, e desde então, quase não dá os frutos de buriti e pequi, como antes. A diminuição das chuvas também é um fator que preocupa os geraizeiros, bem como, a manutenção das suas práticas com o Cerrado, bem como uma solução a escassez d'água.

Segundo Brito (2013):

Geraizeiros, ribeirinhos, vazanteiros e quilombolas do norte de Minas se inserem, nesse processo, no grupo denominado ecologismo popular ou ecologismo dos pobres. Eles visam à manutenção de seus territórios, que apresentam alta potencialidade para a sustentabilidade nos ecossistemas da região, e a reprodução social das comunidades. Contudo, essas comunidades estão sendo pressionadas pela degradação ambiental promovida pelo agronegócio, que se reproduz muito rápido por sua associação com a pobreza e a desigualdade que gera. (BRITO, 2013, p.97).

Segundo o relato de uma entrevistada, observamos que alguns frutos do Cerrado estão se tornando escassos devido aos efeitos provocados pelo desmatamento da vegetação e do assoreamento dos cursos d'água e da diminuição da vazão dos rios que compõem a Bacia Hidrográfica do São Francisco:

[...] Mais, lá era um lugar que era muito bonito, tinha muita água, agora tá cada vez mais seco. [...] O pequi principalmente. que dava demais, nós colhia muito. O ano atrasado nós colhemo uma colheita muito grande do pequi. Mais, de dois anos pra cá, nós já não tivemos pequi. [...] Já diminuiu muito. Esse ano lá não tá conseguindo tirar nenhum pequi bom, porque não deu nada, e o que deu nós não ia colher porque era dos bicho né! [...] Aí nem mexemos não. [...] Tanto que nós, nem tem polpa de pequi e nem de buriti pra trabalhar no momento por causa disso. [...] Nós colhe os fruto, pra garanti a polpa pro ano todinho. Igual se a safra do buriti começa agora nós vamo colhe ele pra dá pelo menos uns dois anos de polpa de buriti pra gente pode trabalhar. [...] Porque o buriti não é todo ano que ele dá. Buriti geralmente dá de dois em dois anos, de três em três anos. Tem vez que fica até quatro anos sem ele dá, sem ter uma safra de buriti pra nós aqui. Então a gente tem que ter armazenado já! [...]. (J.A.).³⁶

É vital que o Estado enxergue as comunidades tradicionais a partir dos seus modos de vida, fazeres e saberes e direcione suas políticas públicas no sentido de contemplar as suas necessidades.

³⁶ Entrevista realizada como uma representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante trabalho de campo realizado em agosto de 2019, no município de Buritizeiro-MG.

No caso dos geraizeiros, os saberes e fazeres dos geraizeiros relacionados às práticas socioambientais, contribuem para a conservação das espécies de vegetação do Cerrado, fazendo com que eles possam permanecer no lugar por meio de seus conhecimentos e continuar desenvolvendo suas atividades extrativistas.

Para Rigonato (2017):

Eles possuem saberes envolvendo o domínio da declividade os sistemas de irrigações por declividade, construções dos regos de água, perpassando pelas toponímias, temperaturas, coloração dos solos, épocas para o plantio, previsões do tempo e do clima a partir da dinâmica da floração da flora do Cerrado. (RIGONATO, 2017, p.228).

Nesta perspectiva, observamos que o enfrentamento de suas dificuldades se torna possível, inclusive de serem superadas. Na condição socioterritorial que se apresenta é necessário protegê-los de outras lógicas consideradas dominantes.

Os geraizeiros podem ampliar as suas formas de resistência considerando as suas especificidades que compõem nos seus modos de vida, nos saberes e fazeres que os impulsionam a se manterem como populações tradicionais. Eles seguem na luta para permanecerem no lugar, pois, elaboraram na vida deles, vínculos afetivos com a natureza e detêm conhecimentos, experiências e resiliências associadas às práticas socioambientais.

Lembramos que os seus saberes são derivados de suas tradições ancestrais, de valores culturais, dos saberes tradicionais que fazem parte do patrimônio cultural do Norte de Minas Gerais.

Segundo Rigonato e Santos (2016):

Os modos de vida dos geraizeiros precisam ter preservados todos os aspectos ligados à conservação da natureza e a valorização dos saberes tradicionais ambientais. É importante destacar que o desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades depende de ações para promover a constante melhoria da qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, ao considerar seus direitos territoriais e ambientais, a equidade social e o desenvolvimento econômico respeitando as suas identidades e modos de vida, com destaque para o trabalho, as práticas e as tradições culturais. (RIGONATO; SANTOS, 2016, p.57).

Preservar a tradição não é fixar, no sentido do trabalho artesanal, que é visto como rústico, antiquado, os sujeitos daqueles territórios fazem uso de técnicas de produção que os auxiliam no preparo das iguarias criadas e também recriadas na relação cotidiana com o Cerrado como: doces de buriti, pequi, mangaba, coco catolé, murici, cagaita, umbu, baru e araticum ou “cabeça de nego”, como é conhecido na região (Foto 15). Além da extração do óleo do pequi e do buriti, das polpas de frutas que são comercializadas para sorveterias onde eles trabalham com picolé e sorvetes dos frutos do Cerrado e também para as feiras e pequenos mercados onde são vendidas a polpas *in natura*.

Foto 15: Doces dos frutos do Cerrado (Buriti e Coco Catolé)



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

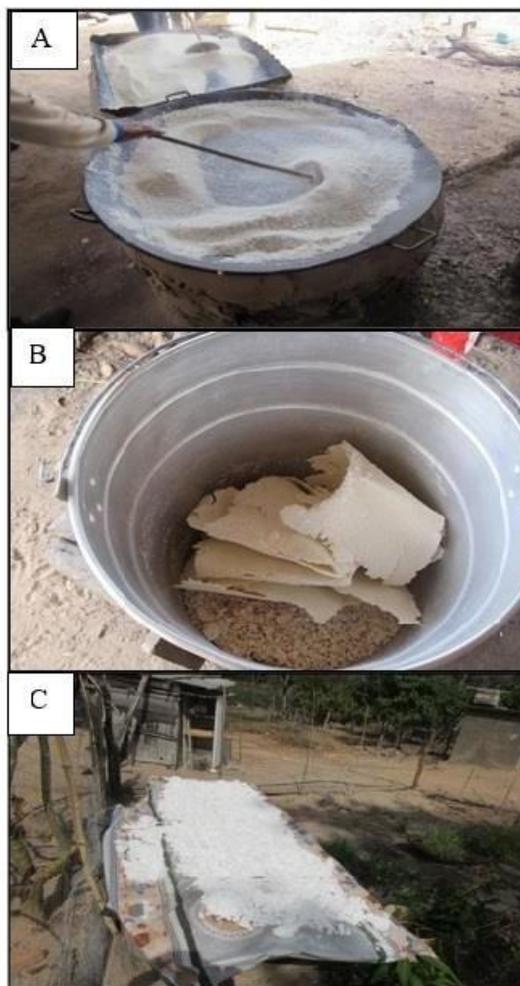
Segundo Araújo (2019):

Não há dúvida de que certos elementos desaparecerão ou se transformarão, mas, preservar não significa fixar, preservar refere-se à transferência de conhecimentos, habilidades e significado. O conhecimento via órgãos governamentais é importante para valorizar o bem cultural, mas sua sustentabilidade dá-se por, ao menos, dois aspectos: o valor afetivo que têm para seus representantes e para sua comunidade, e o valor perceptivo do outro, do homem que por vezes vive distante de suas raízes, mas ainda é capaz de se conectar com tradições que são as bases estruturais de nossa identidade como nação. (ARAÚJO, 2019, p.33).

A partir do modo de vida próprio do campo, as famílias visitadas apresentaram as técnicas aqui reconhecidas como saberes tradicionais.

As principais técnicas mencionadas foram as utilizadas no preparo da farinha, biju e polvilho (Mosaico de fotos 3).

Mosaico 3: a) Gamela utilizada na secagem de farinha de mandioca. b) Biju de farinha de mandioca armazenado em balde de alumínio. c) Secagem do polvilho na Caomunidade Lança 1



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Conforme podemos observar no relato de uma entrevistada representante da Comunidade Lança 1:

[...]Pra fazê a farinha a gente pega a mandioca lá na roça né! Planta né, depois dela grande, que já tá boa de raiz a gente ranca traz e rapa tudo ali oh! Aqueles lá é os toquim, as pequeninhas né! [...] Ali a gente rapa tudo e depois lava, bem lavadinha e passa no depregador e desmancha ela toda! Aí tem o processo de tirá o polvilho né! A gente espreme a massa toda pra tirá o polvilho depois prensa ali! Oh a prensa lá! [...] Aí prensa depois dela sequinha, que amanhece, igual a gente colocou ontem a tarde e hoje tirou, e penera tudo, fica ali fininha aquela massa lá, e depois vem pro forno quente! [...] Sentando fogo ai debaixo! [...] Oh o tanto de rapa ali, aquelas lá vou deixa secar pra fazê ração pras vaca! Ainda aproveita né! Vou fazê ração pras minha vaca, pra dá leite pra mim! É um leitim é bom moça! [...]. (C.D.).³⁷

Além disso, nos relatou como é feito o processo de comercialização da farinha, bem como, o preço do produto, conforme o conteúdo da seguinte fala:

[...] Mais, é muito bom, eu gosto, só que aqui é só eu mais o véi mesmo, aí cansa demais, só nós dois! Aí meu menino tava de férias, mais, só que segunda-feira já volta trabalha, e amanhã ele vai embora! [...] Ele veio cá e ajudou nós antes de ontem, e ele chegou nós tava torrando né! Ontem nós arrancou mais, rapou e ralou, e hoje nós tá torrando! [...] E amanhã já não vou mexê não! [...] As vez a gente vende! É mais pro consumo mesmo! Pro consumo e pra vende né! [...] Mais, agora o preço tá muito baixo! A gente tá vendendo mais é a mandioca né, dá menos trabalho, do que a gente fazê a farinha pra vende, não compensando o preço, né cumadre! [...] Ontem eu vendi um saco por 150,00, as vezes vendo até por 90,00 reais! Cê tá doida não paga nem o trabalho da gente né! [...] Acho que tem alguns aí que vendeu por 90,00 reais na rua! Ah não! Aí é demais né! Aí quebra os outro desse jeito, nós já vendeu até 180,00 reais! [...] Um saco de farinha de mandioca tem 50 quilos! Eu sei que dá trabalho, nós mesmo tem que trabalha né! [...] Essa daqui não dá tempo de carunchá não! É pra comê mesmo! Eu vou fazê e tirá um saco pra ele leva! Aindatem muito pra mim fazê! Mais vou fazê mais é o restolho e aquelas que fica pra traz! [...]. (C.D.)³⁸

Como se trata de pessoas que elaboram a estrutura necessária para tocarem a vida, eles trabalham na construção de galinheiros, chiqueiros e cultivam hortaliças, verduras, mandioca, legumes e frutas como o abacaxi. (Mosaico de fotos 4).

Mosaico 4: a) Mandioca in natura cultivada no local e destinada a comercialização e produção de farinha, polvilho e biju-Comunidade Lança 1. b) Galinheiro construído com os recursos disponíveis no lugar- Comunidade Gerais do Calixto



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Neste modo de vida, os geraizeiros conhecem os ciclos da natureza, quais os períodos de florada e de cada fruto, de acordo com seus saberes e conhecimentos que são ancestrais. “O extrativismo de frutas nativas também implica no entendimento dos períodos de safra, as técnicas utilizadas e os diferentes usos destinados para essas frutas”. (RIGONATO e SANTOS, 2016, p.69).

Neste sentido, podemos observar na fala de uma geraizeira o quanto ela conhece dos ciclos da natureza e, portanto, a época de cada fruto do Cerrado.

[...] O buriti geralmente, a coleta dele é de setembro a novembro, até janeiro é época de buriti. E o pequi é janeiro né, de dezembro a janeiro. E o murici é fevereiro. O murici é um período muito curto de coleta. E o murici aqui pra nós não tá dando. Já tinha mais de quatro anos que a gente não via murici. O ano passado que nós teve murici. O murici é muito pouco a coleta dele. Na nossa comunidade foi depois que teve o plantio de eucalipto. Sempre tinha essas fruta em abundância né. Ai depois que teve o desmatamento que o pessoal plantou eucalipto, acho que devido o agrotóxico acho que parou. Deu uma parada no pequi e no buriti, tudo parou e diminuiu. E fora a escassez de água também né! Que a água lá também tá muito rara, isso tudo interfere na diminuição dos fruto lá. Porque o buriti não é todo ano que ele dá. Buriti geralmente dá de dois em dois anos, de três em três anos. Tem vez que fica até quatro anos sem ele dá, sem ter uma safra de buriti pra nós aqui. Então a gente tem que ter armazenado já! [...]. (L.V.)³⁹

De acordo com Rigonato (2017):

Os Geraizeiros se referem aos saberes da frutificação das espécies nativas, da distribuição das espécies frutíferas e de poder medicinal que servem para alimentação diária e para medicina popular. Mas, há também saberes relacionados com a negociação territorial, aos conflitos agrários e querelas locais. (RIGONATO, 2017, p.231)

Nos últimos anos os ciclos da vida no Cerrado têm sido modificados devido a diminuição das espécies de árvores nativas e conseqüentemente os frutos vão escasseando. Isso está sendo provocado pelas transformações que a paisagem natural do Cerrado vem sofrendo, após a expansão do agronegócio na região Norte de Minas e no município. A natureza tem sofrido os impactos dessa ação antrópica, movida pelo discurso do desenvolvimento socioeconômico.

Em sentido amplo, o Cerrado é importante para os geraizeiros, no sentido de preservar a sociobiodiversidade, de valorizar os recursos naturais disponíveis como: os frutos, as ervas medicinais e os saberes adquiridos que permanecem em seus modos de vida. Vejamos o relato de uma das representantes da organização Chico Fulô da Comunidade Lança 1 (Assentamento Rural São Francisco).

[...]A importância do Cerrado pra nós é a fruta né! O Cerrado todo tem importância né! A gente sabe que quando preserva é uma maravilha cê vê um Cerrado vestido, vivo! E no mais é fruto do Cerrado mesmo! E remédio medicinais também né! Tem muita coisa que é remédio né! As vezes muitas coisas tem aqui, nós não vai nem na rua compra um remédio! Tem muitas madeira no Cerrado aí que a gente panha e fazo remédio! A gente tira a casca ou a folha e faz chá! A cagaita mesmo é bom pra dor de barriga! Fala que ela dá dor de barriga, mais o chá dela é bom! Pau terra também é bom pra dor de barriga e diarreia!

³⁷ Entrevista realizada com uma entrevistada da Comunidade Lança 1, durante trabalho de campo em Buritizeiro, em agosto de 2019.

³⁸ Entrevista realizada com uma representante da Comunidade Lança 1, durante o trabalho de campo em Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

³⁹ Entrevista realizada com uma representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo realizado no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

O embu danta dizem que é bom! O barba timão, o pacari! A cagaita tanto ela boa pra isso e quanto ela boa pra pressão! A sucupira também é boa pra dor no peito, anemia e pra machucado! O jatobá tanto é bom a casca como a fruta do jatobá mesmo, hoje eu tava olhando um rapaz lá em Buritizeiro ele pediu pra leva pra ele por numa garrafada, pegou a fruta dele mesmo e colocou num vinho branco e deixou trinta dia, diz ele que esfregou nos braços e pra todo ladono corpo e diz ele que hoje ele tá lá levantando os braço pra todo lado, isso foi só uma garrafada só que ele bebeu! [...]. (M.F.)⁴⁰

No relato da entrevistada, representante da Comunidade Gerais do Calixto, também podemos perceber a importância do Cerrado:

[...] O Cerrado é tudo! É harmonia, é felicidade, paz, tranquilidade. O Cerrado pra nós é, nosso pulmão pra respirar né. [...] Nós sem o Cerrado nós não somos nada hoje em dia! Se o Cerrado nosso acabar, acaba tudo. Porque como nós vamo viver, não tem nada, porque a gente sobrevivi é do Cerrado! [...] O Cerrado pra nós é tudo! É nossa diversidade! Cê vê lá aonde nós mora mesmo, onde perdeu a parte do Cerrado, é um lugar que tem eucalipto. [...] Eucalipto não é paz pra nós! O Cerrado é felicidade, é paz! Representa tudo pra nós! [...]. (A.V.)⁴¹

Nesta situação a sociobiodiversidade comparece como um processo dinâmico, apresentando múltiplas possibilidades de interação comunidade/bioma. No Cerrado brasileiro a sua biodiversidade, faz dele, a savana mais rica do planeta, possibilitando aos sujeitos que vivem nas comunidades tradicionais, existências densas.

As relações são singulares, pois à medida que não passam simplesmente pela lógica dominante (agronegócio e Estado), indica que aqueles sujeitos vão permanecendo no lugar, na luta pela existência, que se dá por meio da experiência adquirida no cotidiano. Apoderar-se do conhecimento decorre das suas relações com o Cerrado. Nesse processo apreender os ciclos da natureza desenvolvendo consciência coletiva em relação a preservação do Bioma Cerrado lhes possibilitam afirmação, confiança de continuarem retirando da natureza o necessário para a vida deles.

Sendo assim, percebemos por meio dessa organização comunitária que conviviam entre as pessoas que ali vivem e são desempenhadas várias atividades abrangendo o trabalho coletivo, baseado nos saberes e fazeres que são específicos do lugar.

Portanto, no capítulo 3, abordaremos como as populações foram desenvolvendo seus modos de vida na área da RESEX e estabelecem seus vínculos territoriais, as territorialidades e suas identidades culturais com o lugar. Além disso, discutiremos as questões relacionadas aos usos e apropriações nos territórios em disputa.

⁴⁰ Entrevista realizada com uma das representantes da Comunidade Lança 1 (Assentamento Rural São Francisco), durante o trabalho de campo realizado no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

⁴¹ Entrevista realizada com uma das representantes da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo realizado no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

3 AÇÕES E REAÇÕES DOS GERAIZEIROS EM TERRITÓRIOS TENSOS

*O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades.
(Marcos Aurélio Saquet, 2009)*

3.1 Os usos e apropriações em um contexto de disputa territorial

A abordagem deste capítulo consiste em conhecer os modos de vida, os vínculos territoriais, as lutas e disputas dos povos tradicionais e o agronegócio por território e as estratégias de r-existência.

O território pesquisado trata-se de uma área delimitada como Reserva Extrativista, conforme citamos no decorrer dos capítulos 1 e 2 deste trabalho. Foi delimitada uma área de 33.000 hectares na área rural do município de Buritizeiro, onde estão situadas 4 comunidades rurais, sendo 3 assentamentos rurais e 1 comunidade tradicional.

Essas informações foram adquiridas durante os trabalhos de campo realizados no município e a partir de artigos, textos de pesquisadores que estudaram a região Norte de Minas e a microrregião de Pirapora, bem como, em documentos oficiais do INCRA e sites de organizações do terceiro setor e entidades de classe que atuam em Buritizeiro e região.

É importante destacar que das 4 comunidades que estão dentro da área da RESEX, elegemos apenas duas para serem estudadas tais como: Gerais do Calixto e Lança 1 (Assentamento São Francisco), pois, tentamos estabelecer contato com as outras comunidades, mas, não obtivemos êxito, desse modo, estabelecemos contato com os representantes das outras comunidades e fomos prontamente recebidos por eles.

Neste sentido, compreendemos que estes povos que estão nestas comunidades são considerados tradicionais, devido as suas práticas e os seus modos de vida que foram e são adquiridos a partir de suas heranças culturais que ultrapassam gerações e permanecem mesmo diante dos conflitos e disputas territoriais.

Em um certo dia, em meio a um diálogo via WhatsApp com um dos pesquisados, perguntamos a ele se as comunidades pesquisadas eram tradicionais, e ele prontamente nos respondeu conforme podemos observar na seguinte fala:

*[...] Claro que as comunidades aqui de Gerais do Calixto e Lança 1 são tradicionais!
[...] Seria até uma falta de consideração com nós falar que não é, cê entendeu? [...]
E mais, nós aqui do Gerais nos consideramos Geraizeiro, porque a gente vive a muitos anos aqui, desde a década de 60. [...] E sem falar que antes disso o Gerais já era ocupado pelos Geraizeiros. [...] A família Calixto já tá aqui há muitos ano, e sempre viveu do Cerrado, dos fruto, das erva medicinal, e eles conhece tudo do Gerais
[...] Agora o pessoal da Lança está aqui desde o final dos ano 90 e alguns no início dos ano 2000.[...] Alguns já eram daqui da região, outros vieram de outras cidade*

aqui do Norte! [...] Mas, com a convivência com nós dos Gerais, eles foram aprendendo algumas coisas do nosso modo de vida tradicional e nós aprendemos com eles. [...] E nós seguimos na luta pra ser reconhecido e ter nosso território da RESEX legalizado porque já foi demarcado, você entendeu? [...]. (W.L.).⁴²

Segundo Rigonato (2017):

Há, dentre eles, vários sujeitos que já assumem a identidade de Geraizeiros, incluindo os sujeitos que estão nas territorialidades em rede nos territórios distantes. Apesar deles ainda assumirem várias identidades como estratégia de sobrevivência diante das territorialidades da modernização da agricultura. Neste contexto analisado, observa-se que a identidade territorial dos Geraizeiros contém e constitui práticas e valores socioculturais de suas paisagens unidades geoecológicas (RIGONATO, 2017, p.220).

Neste sentido “ser” dos gerais pode ser classificado de duas maneiras distintas como: o “ser” de pertencer e fazer parte dos gerais. De tal modo, o lugar pertence ao sujeito assim como o sujeito pertence ao lugar. E temos o “ser” dos gerais enquanto humano, cheio de sentimentos e vontades que são inerentes ao ser independente da condição em que vivem.

Conforme afirma Brito (2013):

Quando a monocultura de eucalipto chegou à região, havia comunidades estruturadas, com dinâmicas estabelecidas e vivências de décadas e até de séculos. Elas haviam se estabelecido a partir de uma experiência no território, a territorialidade. O território geraizeiro é produto do *habitus*, que é produto da história. (BRITO, 2013, p.73).

Neste sentido, os geraizeiros estão presentes no Cerrado desde o século XIX. Na região norte mineira, fazem uso do território pesquisado antes do município de Buritizeiro ser emancipado no ano de 1963.

Para Santos e Silveira (2006):

O território já usado pela sociedade ganha usos atuais, que se superpõem e permitem ler as discontinuidades nas feições regionais. Certas regiões são, num dado momento histórico, mais utilizadas e, em outro, são menos. Por isso, cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades. (SANTOS e SILVEIRA, 2006, 12-13).

O campo começou a ser modernizado pelas tecnologias de produção aplicadas pela Revolução Verde, na década de 1960. Desde então, eles fixaram-se no lugar fazendo comparecer os seus vínculos territoriais. Eles estabeleceram suas relações sociais criando lugares de vida. As famílias delimitaram suas terras, as quais consistem em relações de afetividade, estabelecimento de territorialidades, que estão para além da lógica da propriedade privada e dos processos de reprodução capitalista.

É importante destacar que existem diferenças em relação ao processo de apropriação do território. Neste sentido, os geraizeiros estabeleceram relações de apropriação com o território

⁴² Entrevista realizada com um geraizeiro, representante da Comunidade Gerais do Calixto, via WhatsApp em fevereiro de 2020.

de maneira simbólica, ao contrário do capital representado pela lógica capitalista que exerce a dominação do território.

Ainda de acordo com Haesbaert (2005):

Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria. (HAESBAERT, 2005, p.6775)

As comunidades tradicionais representadas pelos geraizeiros, usavam a terra de maneira equilibrada sem comprometer todos recursos em suas produções. Em 1970, o território antes usado apenas para obtenção dos meios de vida começou a ser lugar de conflitos e disputas entre o agronegócio, os povos tradicionais e as populações originárias que já habitavam e tinham as suas relações sociais estabelecidas no território.

Para Brito (2013):

Diversas situações vivenciadas pelos geraizeiros atingidos pela monocultura de eucalipto, que por vezes se manifestam como conflito e até como confronto, numa primeira focalização sobre os geraizeiros do norte de Minas. No percurso histórico-organizativo-identitário dos geraizeiros se desvela uma nova forma de conflito, o conflito socioambiental, uma nova abordagem de conflito. (BRITO, 2013, p.77).

Sendo assim, o território passa a ter diferentes usos e significados, pois, existem aqueles que se utilizam do território para produzirem seus meios de sobrevivência e existência, bem como, estabelecerem seus modos de vida a partir dos seus conhecimentos, de saberes, fazeres, de tradições ancestrais. E há os que usam o território para atender as demandas do modo capitalista de produção, ou seja, o que vale é a terra como mercadoria e não o valor simbólico que é nutrido entre o sujeito e o território.

Segundo Haesbaert (2005):

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. (HAESBAERT, 2005, p.6775).

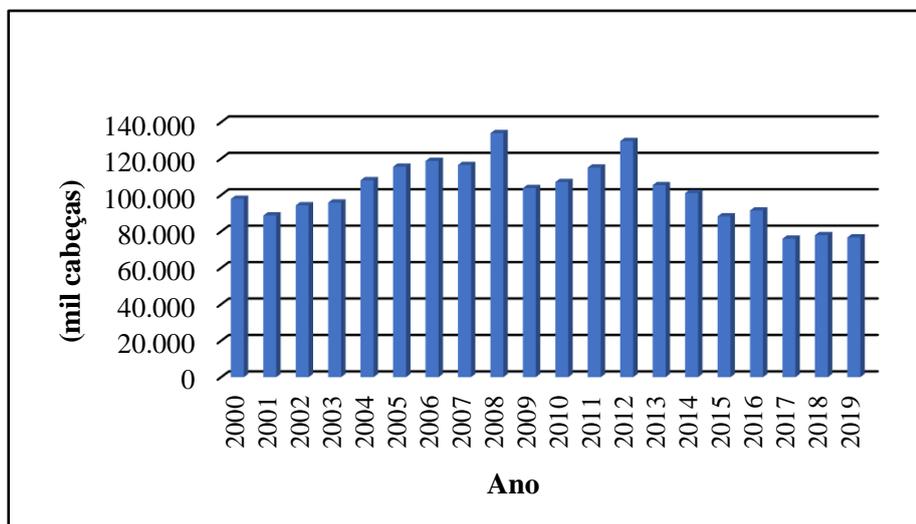
A presença e atuação (re) produtivista do capital foi sendo sentida na paisagem, pois reocupada por grandes empresas, fez surgir imensas plantações de eucalipto, lavouras de soja, de milho e pecuária (Gráficos 7, 8, 9,10,11 e 12), enclausurando aqueles que tinham história nos lugares.

Ainda podemos observar o conteúdo da seguinte fala de um entrevistado:

[...] Então, como o município é muito grande em extensão territorial, desperta muito o interesse do agronegócio. [...] Tem uma parte que é agronegócio e tem outra parte de comunidades tradicionais e uma parte de pequenos produtores, que são alguns assentamentos. [...] Existe conflitos por território aqui em Buritizeiro, os geraizeiros que estão nas comunidades tradicionais que estão dentro da área que seria a RESEX Serra do Alemão, disputa as terras com as plantações de eucalipto, de soja, de milho e com o gado. [...] Mas, o eucalipto ocupa uma área maior, e sem falar que eles tem um projeto pra construir uma usina hidrelétrica entre Buritizeiro e Pirapora, no rio Formoso que é afluente do rio São Francisco. [...] Cada vez mais vemos que o território do município está sendo cada vez mais disputado. [...] E isso assusta um pouco, só de pensar que o nosso Cerrado está ameaçado! [...]. (R.M.)⁴³

No gráfico 7, podemos observar que a pecuária bovina também é uma atividade que vem sendo desenvolvida no município de Buritizeiro desde a década de 1970 com pouco mais de 40.000 cabeças, com um aumento significativo em 1975, e nos anos de 1976 a 1978 houve outro aumento que ultrapassou 80.000 cabeças. Porém, no início da década de 1980 o rebanho diminuiu, o que pode ser explicado pelo avanço das plantações de eucalipto no município e na região Norte de Minas, e entre os anos de 1985 a 1989 aumentou para 120.000 cabeças. No início dos anos de 1990 apresentou queda no número de cabeças novamente, e em 1993 houve um aumento para pouco mais de 100.000 cabeças e diminuiu em 1994 e manteve uma estabilidade até 1998 com aproximadamente 90.000 cabeças.

Gráfico 7: Efetivo de rebanho bovino por cabeças em Buritizeiro-MG (1974-1999)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal-SIDRA/IBGE-2020.

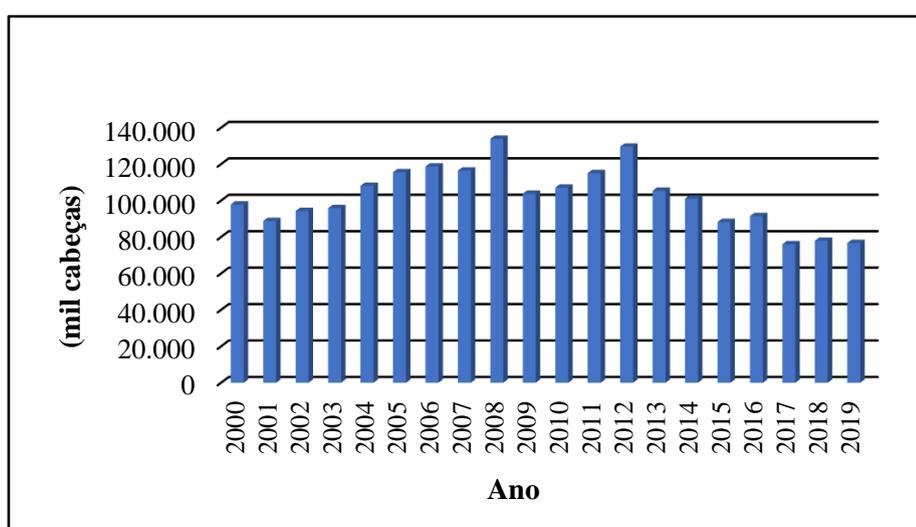
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.

⁴³ Entrevista realizada com um funcionário público, durante trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

No gráfico 8, também apresentamos os dados sobre o efetivo de rebanho bovino, ou seja, do início dos anos 2000 a 2019. Desse modo, no início dos anos 2000, o efetivo de rebanho manteve-se em 90.000 cabeças, de 2001 a 2003 houve uma diminuição de aproximadamente 5.000 cabeças e no ano de 2004 apresentou um aumento ultrapassando as 100.000 cabeças. Já o ano de 2008, foi o que apresentou o maior aumento do rebanho quase 130.000 cabeças, diminuiu para 100 mil em 2009, mas, em 2012 houve um aumento para 125 mil cabeças, e em seguida sofreu outra queda e manteve-se estável até 2019. Essa diminuição do rebanho bovino pode ter sido influenciada pela expansão do plantio de eucalipto voltadas para abastecer as indústrias siderúrgicas a partir do carvão vegetal, as toras de madeira voltadas para construções diversas e a produção de papel e celulose.

No entanto, no ano de 2020, houve um aumento no efetivo de rebanho para 79.983 cabeças, e a pecuária avança cada vez mais as terras do município.

Gráfico 8: Efetivo de rebanho bovino por cabeça em Buritizeiro-MG (2000-2020)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal-SIDRA/IBGE, 2020.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.

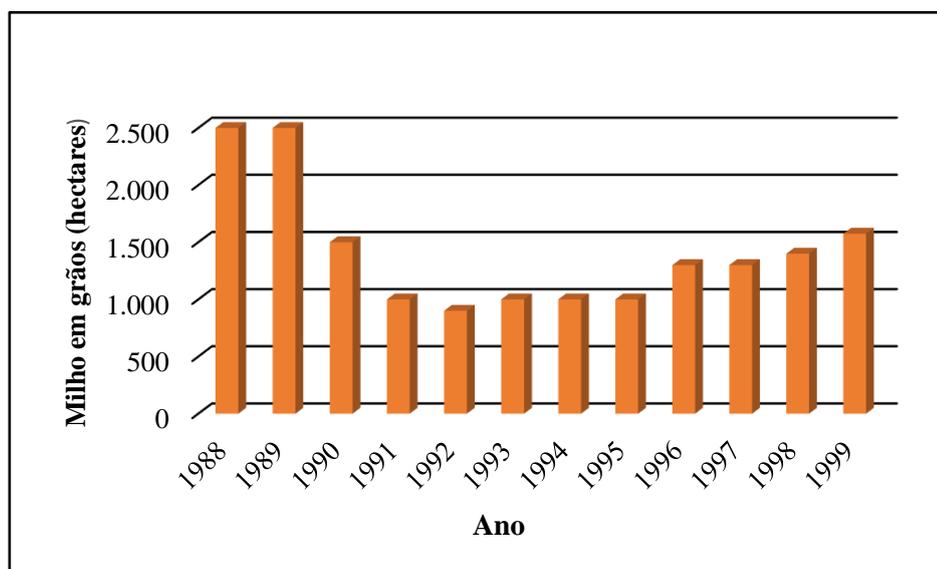
Cabe destacar que o capturamos os dados desde a metade dos anos 1970 a 2019, considerando que o recorte temporal deste trabalho é de 1960 a 2020. Neste sentido, analisamos as transformações na paisagem de Buritizeiro desde que as políticas desenvolvimentistas foram sendo implantadas na região norte mineira e no município estudado.

No capítulo 1, trouxemos algumas informações e dados sobre o uso e ocupação do solo com as plantações de eucalipto de 1970 a 2010, pois, as imagens de satélite que foram consultadas para a elaboração dos mapas, mais recente que encontramos foi a de 2010. Sendo

assim, consultamos outras fontes de dados como o Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA) para obter dados mais detalhados sobre as produções agrícolas e de pecuária que disputam o território com os geraizeiros, o extrativismo e os assentados na área rural de Buritizeiro.

Segundo os dados do SIDRA/IBGE, o milho em grão é uma lavoura está presente no município desde o final de 1980, conforme podemos observar os Gráficos 9 e 10. Nos anos de 1988 e 1989 a área ocupada com essa produção era de quase 2.500 hectares, sendo que em 1990 diminuiu para 1.500 hectares, e ainda em 1991 apresentou mais uma queda de aproximadamente 500 hectares, e manteve uma estabilidade de 1993 a 1995. Já no ano de 1996 houve um pequeno aumento da área mantendo-se até 1998 e aumentou para 1.500 hectares em 1999. Desse modo, percebemos que a ocupação de áreas com as lavouras de milho apresentou oscilações.

Gráfico 9: Plantação de milho em grãos (hectares) em Buritizeiro-MG (1988-1999)

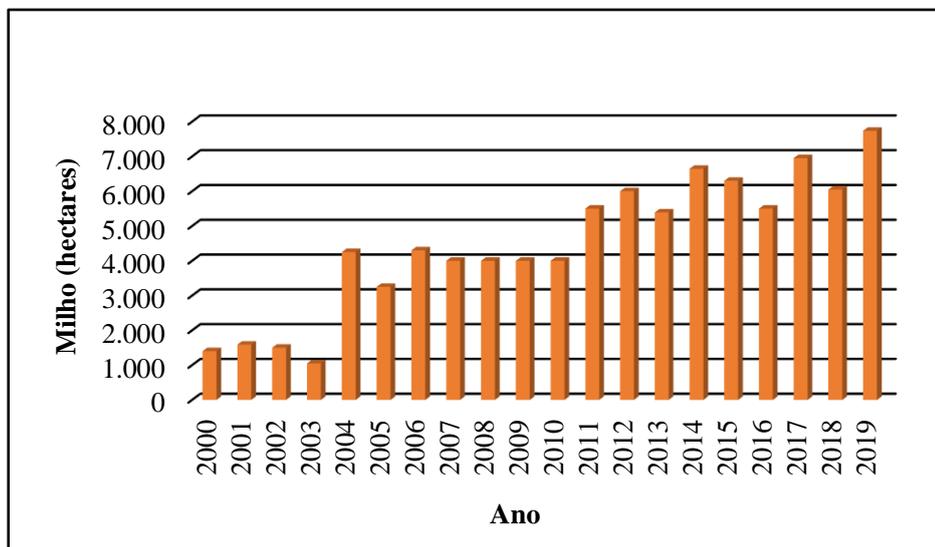


**Fonte: Produção Agrícola Municipal- PAM- SIDRA/IBGE-2020.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.**

Os dados dos Gráfico 10, apresentaram uma estabilidade com relação a área plantada com milho entre os anos de 2000 a 2002, com uma queda de 500 hectares em 2003, mas, retomou seu crescimento no ano de 2004, manteve uma estabilidade de 2006 a 2010. Já nos anos de 2011 e 2012 houve um aumento significativo de hectares cultivados, porém, apresentaram

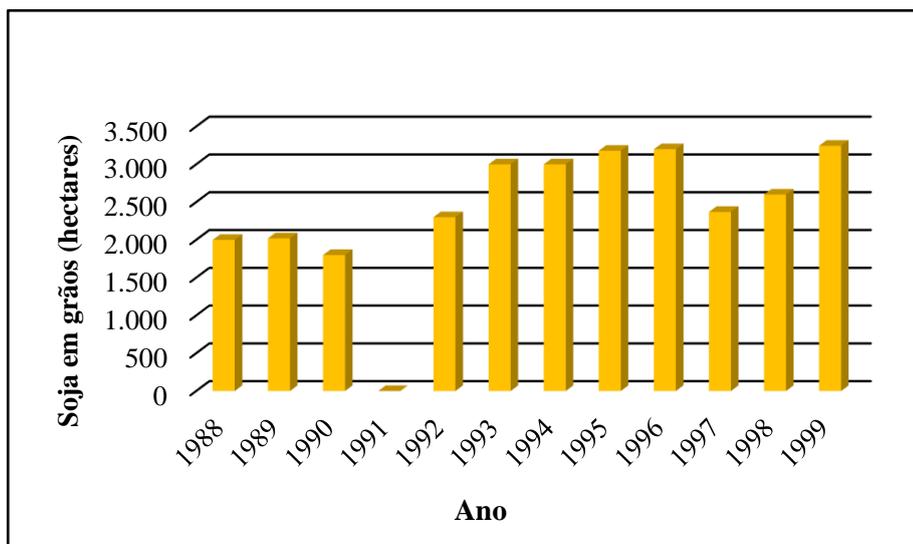
algumas oscilações de 2014 a 2018, e no ano de 2019 a área ocupada aumentou para 7.500 hectares.

Gráfico 10: Plantação de milho em grãos (hectares) em Buritizeiro-MG (2000-2020)



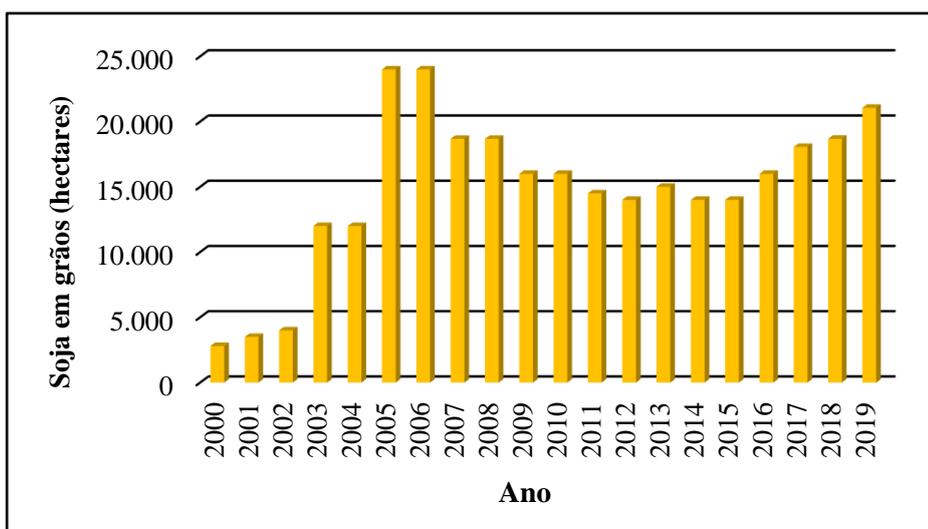
Fonte: Produção Agrícola Municipal- PAM- SIDRA/IBGE-2020.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.

Nos Gráficos 11 e 12 apresentamos dos dados das lavouras de soja que são cultivadas em Buritizeiro desde o final da década de 1980. Nos anos de 1988 e 1989 a área ocupada com soja era de quase 2 mil hectares. Em 1990 diminuiu aproximadamente 3 mil hectares enquanto o ano de 1991 não apresentou nenhum hectare ocupado pela soja. Mas, no ano de 1992 essa área foi ocupada com quase 2.500 hectares. Entre 1993 e 1996 apresentou aumento de quase 5 mil hectares, diminuiu suas áreas novamente em 1997 e 1998, e fechou com aumento em 1999, com uma área de pouco mais de 3 mil hectares.

Gráfico 11: Plantação de Soja em grãos em Buritizeiro-MG (1988-1999)

Fonte: Produção Agrícola Municipal-PAM-SIDRA/IBGE-2020.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.

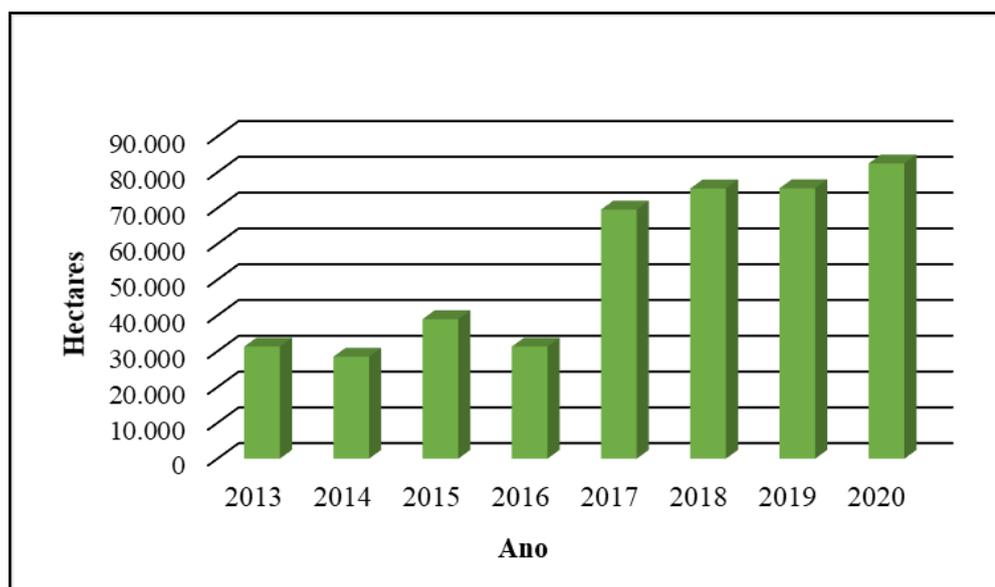
No início dos anos 2000 até 2002 a área ocupada manteve-se abaixo dos 3 mil hectares. Nos anos de 2003 e 2004 essa área aumentou para aproximadamente 12 mil hectares, mas, o aumento mais expressivo foi registrado nos anos de 2005 e 2006 com quase 25 mil hectares. De 2007 a 2018 apresentou oscilações entre aumento e diminuição de áreas ocupadas com soja. No entanto, no ano de 2019 apresentou aumento e passou a ocupar 22 mil hectares e a área sofreu queda em 2020 para 19.500 hectares, conforme apresenta os dados do SIDRA/IBGE.

Gráfico 12: Plantação de Soja em grãos (hectares) em Buritizeiro-MG (2000-2020)

Fonte: Produção Agrícola Municipal-PAM- SIDRA/IBGE-2020.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.

Desse modo, parte das terras do Cerrado em Buritizeiro passaram a ser devastadas. As espécies nativas foram sendo derrubadas, dando lugar as atividades agrícolas. Cabe destacar que as plantações de eucalipto são as que ocupam a maior área em hectares do município (Gráfico 13).

Gráfico 13: Plantação de eucalipto (hectares) em Buritizeiro (2013-2020)



Fonte: Produção Agrícola Municipal-PAM-SIDRA/IBGE-2020.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.

Observamos que no ano de 2013 as áreas ocupadas com plantações de eucalipto eram de quase 30.000 hectares, apresentou queda de 5.000 hectares em 2014. No ano de 2015 aumentou para 35 mil hectares, e em 2016 diminuiu novamente aproximadamente 10 mil hectares. Já no ano de 2017 aumentou significativamente suas áreas para quase 70 mil hectares, e nos anos de 2018. Em 2019 apresentou nova expansão para 75 mil hectares plantados com eucalipto e no ano de 2020 teve aumento na área plantada de 7,5 mil hectares e passou a ocupar 82.500 hectares (Foto 16).

Analisando os dados das plantações de eucalipto e o crescimento do setor de silvicultura na região Norte de Minas e no município de Buritizeiro, é possível que essas áreas ocupadas com eucalipto sofreram expansão para o Cerrado, bem como, no território onde vivem as comunidades tradicionais pesquisadas e as que estão dentro da área delimitada como RESEX Serra do Alemão. Conforme os dados das outras produções de agronegócio como soja e pecuária não tiveram suas áreas diminuídas, apenas o milho teve uma pequena diminuição de hectares plantados.

Foto 16: Floresta de eucalipto plantada no município de Buritizeiro-MG



Fonte: Grupo AVG Florestal, 2021.

É importante destacar que existem algumas empresas do ramo da silvicultura⁴⁴ que atuam em Buritizeiro tais como: Agroflorestal Nova Zelândia (Fazenda Nova Zelândia), a Tecnoflora (Fazenda Horto Florestal dos Gerais), a AVG Florestal (Fazenda Gameleira) com área total ocupada de 9.129,47 hectares e 3.064,00 hectares de área de plantio de eucalipto. No entanto, não tivemos acesso a quantidade de área plantada com eucalipto de todas as empresas citadas.

Além das empresas citadas há atuação da Rima Florestal, onde as propriedades que pertencem ao grupo, correspondem à 21.491,11 hectares, as quais incluem áreas de reflorestamentos e reservas legais situadas em Minas Gerais. A área ocupada com eucalipto está localizada nas Fazendas Santa Efigênia I, Bom Jesus do Morro Vermelho, Santa Efigênia II, com 2,19% de área ocupada no município, com 16.010, 20 hectares dos 21.491, 11 hectares cultivados. O restante da área ocupada com eucalipto pela Rima Florestal localiza-se no município de João Pinheiro nas Fazendas Santa Efigênia II (propriedade que faz divisa com Buritizeiro), Fazenda Santa Clara (Mangas) e Fazenda Palmeiras (Interlagos), ocupando uma área equivalente a 0,51% no município, com 5.480, 91 hectares ocupados com eucalipto (Rima Florestal, 2020). (Foto 17).

⁴⁴ A silvicultura é o cultivo de florestas através do manejo agrícola, a fim de produzir madeiras e outros derivados para satisfazer as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, “promover o uso racional das florestas”. O termo provém do latim “silva” (floresta) e cultura (cultivo de árvores). (Prefeitura Municipal de Buritizeiro, 2020).

Foto 17: Área cultivada com eucalipto em fase de crescimento no município de Buritizeiro-MG



Fonte: Rima Florestal, 2020.

Segundo algumas informações da RCR Engenharia Ambiental que atua na prestação de serviços de licenciamento ambiental, o manejo de florestas cultivadas com eucalipto e pinus cria 500 mil novos postos de trabalho direto e indireto no país. Os estados onde há maiores áreas plantadas com essas florestas são: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Trata-se de um grupo que é formado por 60 municípios e corresponde a 70% da produção de reflorestamento do Brasil. (Prefeitura Municipal de Buritizeiro, 2020).

Ainda conforme o último levantamento da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA), destaca sobre a expansão do setor de silvicultura, que tem atraído novos investimentos, criando empregos e faturamento em Buritizeiro. No ano de 2016, já haviam 70 mil hectares ocupados com plantações de eucaliptos e 179 mil toneladas de carvão produzidas ao ano, apresentando crescimento para 75,5 mil hectares e 193 mil toneladas no ano de 2018.

É importante destacar que ex-prefeito de Buritizeiro Jorge Humberto Rodrigues, colocava a silvicultura (extrativismo vegetal), a pecuária, o agronegócio da soja, do milho, a agricultura familiar, os potenciais turísticos e energético/solar como os grandes impulsionadores da economia do município. *“Eles também contam com incentivos fiscais do*

*município para atrair mais investidores, aumentar as produções e diretamente beneficiar o município, com mais ofertas de empregos, impostos e circulação de recursos”.*⁴⁵

Neste sentido, plantio do eucalipto foi incentivado por uma política de Estado na década de 1970 que implicou no arrendamento de terras tidas como desocupadas a empresas do ramo da silvicultura. A inserção dessa monocultura na região Norte de Minas, especificamente em Buritizeiro provocou severas alterações no meio ambiente, como a perda de biodiversidade e a escassez de água (NOGUEIRA, 2009). Cultura perene praticada a partir de grandes investimentos de capital, originalmente, foi cultivada para abastecer as carvoarias, as fábricas de cimento e as siderúrgicas dos municípios vizinhos: Pirapora e Várzea da Palma.

Conforme podemos observar no relato do entrevistado:

[...]Como proibiu a derrubada do Cerrado para produzir carvão, introduziu-se a monocultura do eucalipto nas grandes fazendas. [...] As empresas de Pirapora por exemplo, Liasa, Minas Liga e Monibras, que contribuem do lado social gerando emprego né, e a compensação deles, têm que ser auto suficientes na produção de carvão. [...] Então, eles têm que ter fazendas com monocultura de eucalipto, não pode mais cortar e eles produzem para abastecer o próprio empreendimento. Com isso, perdeu a cobertura vegetal natural, que é o Cerrado. [...]. (R.M.)⁴⁶

Segundo Gama (2006):

O município teve grande parte de seu território desmatado para abrigar esta nova forma de exploração capitalista. Nesse processo, expressiva parcela de camponeses que habitava as áreas rurais do município foi expulsa de suas terras, uma vez que ocupavam áreas devolutas concedidas pelo Estado a grupos empresariais, que tiveram suas atividades financiadas pelo Banco do Nordeste, o que comprova a política concentradora do Estado. (GAMA, 2006, p.43).

Ainda segundo Brito (2013, p.65), “a monocultura de eucalipto atingiu territórios construídos por várias comunidades geraizeiras que, com suas especificidades e semelhanças, foram afetadas no substrato de sua existência afetando diretamente as áreas de uso comum”.

Mas, é importante destacar que por detrás do discurso que empodera a lógica dominante do capital, existem outras lógicas dos povos que habitam o território, que são as representações socioculturais e as especificidades que residem nos vínculos territoriais nas territorialidades estabelecidas no espaço vivido. Para Haesbaert (2005, p.6775), “é interessante observar que, enquanto “espaço tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica.

Para Martins (1975, p. 19):

⁴⁵ Nota do ex-prefeito Jorge Humberto Rodrigues, concedida a RCR Engenharia Ambiental em maio de 2020.

⁴⁶ Entrevista realizada com um funcionário público, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

Os objetivos do capital se confundem através dos valores que geralmente são movidos pelas ações racionais que estão frequentemente associadas ao lucro. Prevalecem tanto às ações, onde os fins pessoais coincidem com os do capital, considerando os fundamentos pessoais (valores, emoções e rotina). (MARTINS, 1975, p.19).

Desse modo, o uso do território analisado a partir da sociobiodiversidade faz comparecer em Buritizeiro, comunidades tradicionais, que na área delimitada, denominada como Reserva Extrativista Serra do Alemão, indica várias complexidades sociais.

Segundo Shiva (2013, p.17) “a diversidade é uma alternativa à monocultura, à homogeneidade e à uniformidade. Viver a diversidade na natureza corresponde a viver a diversidade de culturas. As diversidades natural e cultural são fontes de riqueza e alternativas”.

De acordo com Haesbaert (2014):

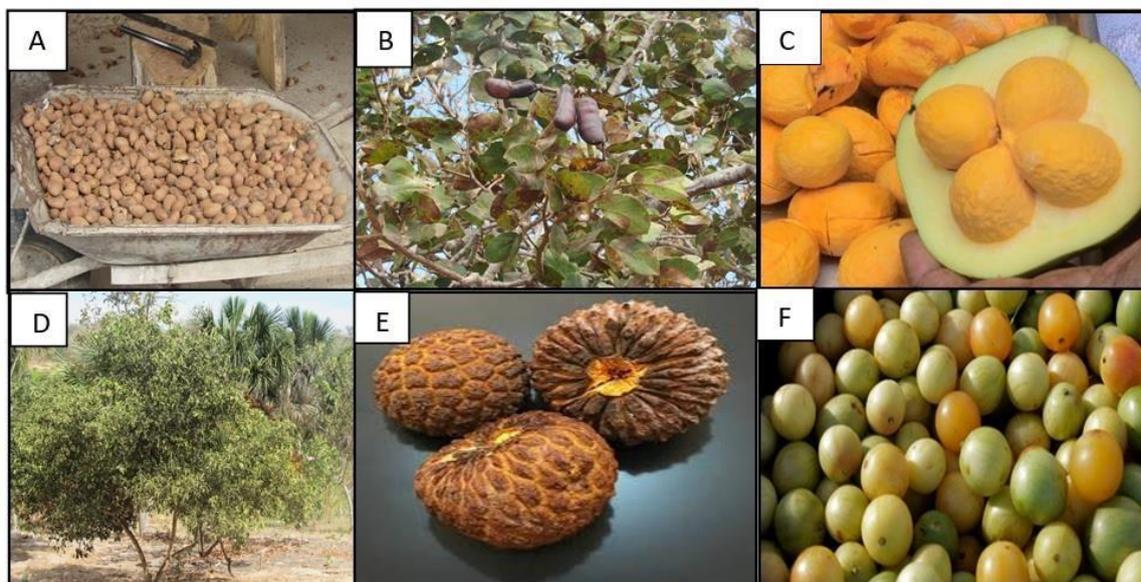
O território apreendido então, muito mais em seu movimento, dentro de um processo, de uma dinâmica de construção e reconstrução permanente – o que impede, portanto, que se visualize o território, apenas enquanto uma zona, uma área bem delimitada. O território, então, é visto para nós como o próprio movimento, a territorialização enquanto movimento que se repete. A repetição do movimento mostra que podemos ter um controle sobre o espaço, sobre a própria mobilidade. Com isso, a mobilidade se torna um componente central e indissociável dos processos de territorialização. (HAESBAERT, 2014, p.6).

Elas se vinculam aos lugares como processos decorrentes de práticas humanas relacionadas ao uso do bioma Cerrado. Sua importância nos contextos social, cultural, econômico e político do Norte de Minas Gerais podem ser pensados como resistência.

Os geraizeiros que fazem parte desse estudo ainda vivem nas Comunidades Gerais do Calixto e Lança 1. Mesmo sob tensão de diversos setores da sociedade eles conseguem coletar os frutos típicos do Cerrado como: cagaita, buriti, mangaba, murici, araticum, baru, coco catolé, umbu, jatobá, pequi (Mosaico de fotos 5), e produzem polpas, doces, bombons e recolhem os frutos in natura para comercializar. Trata-se de modos de vida singulares decorrentes de relações com a natureza.

Para Heidrich (2008, p. 285), “apesar de formas distintas de reprodução existentes, o universo tradicional é referencial não apenas da identidade, mas de como se conduz a vida, e o que possui valor simbólico”.

Mosaico 5: Frutos típicos do Cerrado. A) baru. B) jatobá. C) pequi. D) mangaba. E) araticum. F) umbu



Fonte: INÁCIO, J.B.2019; Central Cerrados, 2021.

Sendo assim, as abordagens da categoria território e seus diversos olhares e interpretações são fundamentais para compreender a realidade das comunidades estudadas, a partir da análise das tensões e conflitos que ocorrem na área delimitada como RESEX.

Segundo Haesbaert (2004):

O território possui tanto dimensão subjetiva, que se propõe denominar, aqui de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos identidade territorial, e em uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica. HAESBAERT, 2004, p. 4)

É importante destacar que ocorrem diversos conflitos e disputas pelo território, entre os povos tradicionais que lutam e criam estratégias de permanência, e possuem outros significados que não são meramente materiais. O contexto em que os geraizeiros estão inseridos envolvem situações de tensões fabricadas pelo interesse da silvicultura e do agronegócio.

Conforme afirma Brito (2013):

O contexto de disputas no norte de Minas encontra-se neste ponto, em que alguns grupos locais, como comunidades tradicionais e associações de agricultores e indígenas, vêm se fortalecendo e se contrapondo aos interesses da economia de mercado global, contestando e pleiteando direitos, apesar da grande assimetria de poder. (BRITO, 2013, p.97).

Assim, a luta envolve a implementação da RESEX e o reconhecimento de seus modos de vida baseado em atividades extrativistas.

Para Nogueira (2009):

O plantio empresarial de eucalipto implicou em expropriação, grilagem de terras comunais e grande impacto ambiental, com a redução da oferta de água, frutos nativos,

ervas medicinais e madeira - recursos estratégicos para a produção física e social dos Geraizeiros. Em aliança com sindicatos de trabalhadores rurais, entidades ligadas à Igreja Católica, Organizações Não Governamentais (ONGs) e redes socioambientais, como a Rede Cerrado, os Geraizeiros, hoje, reagem à violência sofrida, denunciam o caráter predatório do monocultivo de eucalipto e reivindicam o reconhecimento de seus direitos territoriais enquanto população tradicional. (NOGUEIRA, 2009, p.15).

Como tudo isso arrasta disputas territoriais, para permanecerem no lugar impõe criarem formas de obterem renda. Em alguns casos, por não conseguirem gerar a sua própria renda se submetem ao trabalho precarizado ofertado pelo agronegócio vinculado ao cultivo do eucalipto. Nesse caso, a condição para continuarem a luta é encarando como uma saída temporária e necessária para manter a família.

De acordo com Souza (2014, p.178) “é no território e a partir do território que todas as relações materiais, sociais e simbólicas se propagam, sendo que a identidade, a cultura e o território estão intimamente relacionados, perpassando todas as relações de poder existentes”.

Ainda conforme Haesbaert (2005, p.6774): “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

O poder do outro como presença efetiva comparece no entorno da área defendida para se tornar RESEX. As propriedades que existem representam o poder hegemônico do capital. São produtivas, pois são ocupadas com plantações de eucalipto, gado e carvoarias. Presenças que prenunciam tensões, que desencadeiam conflitos na disputa por territórios.

Para Brito (2013):

Além do conflito direto com a monocultura de eucalipto, instalada desde as décadas de 1970/80, existe o conflito em relação ao seu avanço em áreas preservadas de cerrado, que são zeladas por comunidades geraizeiras e ainda consideradas “terras de solta”. Uma das alternativas encontradas por essas comunidades, diante da pressão de empresas eucaliptocultoras, foi pleitear que tais áreas sejam reservas ou unidades de conservação ambiental, processo que está em andamento no Ministério do Meio Ambiente. Outra alternativa, mais recorrente, é a de reapropriação territorial orientada, que consiste na retomada das terras por meio de mobilização, ocupação e por vezes confronto com as empresas com objetivo de reestabelecimento, de diferentes formas, do Cerrado. (BRITO, 2013, p.73).

As oposições podem ser percebidas a partir das diferentes lógicas sociais, inclusive de produção. Abordando as atividades, elas são díspares e ampliam desigualdades sociais. Contraditórios interesses disputam essas áreas diferentemente. Enquanto os geraizeiros usam a natureza disponível de forma consciente, os que estão a serviço do grande capital buscam o desenvolvimento das suas atividades econômicas sem considerar a importância de se preservar a sociobiodiversidade nos territórios das comunidades.

Segundo Haesbaert (2004):

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (HAESBAERT, 2004.p.3).

A permanência no território envolve lutas por direitos territoriais. Elas estão implicadas na defesa do meio ambiente, bem como, de colher, produzir e comercializar os frutos do Cerrado e seus derivados. Manter o Cerrado “de pé” decorre do poder de suas territorialidades e também da ação criativa e que redefine as relações sociais no grupo social, na comunidade e entre familiares.

A conformação da família nesses contextos atende a necessidades morais, sociais, culturais e econômicas próprias, sobretudo porque a família é central na organização de toda a vida da comunidade. Não devemos separar família de território, pois em grande medida um território se constrói a partir da aglutinação de vários sítios familiares e de uma ancestralidade comum. (MINAS GERAIS, 2012, p. 13).

As suas vivências no território são multidimensionais, pois, estão além da sobrevivência, também envolvem os aspectos sociais, culturais, os valores humanos e os modos de vida que vão se constituindo ao longo do tempo e que ultrapassam gerações. Nesse processo costumes e tradições acabam permanecendo mesmo sob as pesadas imposições da lógica capitalista que desconsidera as demais questões apresentadas.

O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades. O tempo presente, passado e futuro indicam processualidade e, também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante (SAQUET, 2007).

Segundo Fernandes (2005, p.29), “para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto, não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento”.

Para Haesbaert (2005, p. 6777), “o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território.”

O território está em constante movimento, e a paisagem nos revela o que há por detrás das homogêneas plantações de eucalipto e lavouras de soja e milho, existem as humanidades que estão inseridas na sociobiodiversidade do Cerrado que envolvem tanto as características físicas como socioculturais.

Nas áreas destinadas ao extrativismo, os povos tradicionais também não estão livres das tensões procedentes de uma permanente demanda por recursos naturais. O ideal seria que o

Estado agisse criando políticas públicas em prol das demandas locais, que fossem executadas de forma transparente e democrática.

Mas, diante do atual contexto político, compreendemos que os governantes, estão priorizando as demandas do mercado capitalista, oferecendo cada vez mais subsídios para que o agronegócio e os grandes empreendimentos como as usinas hidroelétricas avancem sobre territórios ocupados por populações tradicionais e indígenas.

Sendo assim, os povos tradicionais buscam reunir-se em conselhos comunitários, movimentos sociais, ONGs, instituições que os auxiliem na luta pela permanência no lugar, bem como, por desenvolvimento de suas atividades, pois, os recursos disponíveis não podem ser explorados a partir de uma única lógica social.

Na área da RESEX e no seu entorno existem propriedades ocupadas com plantações de eucalipto, atalhadas com gado e carvoarias, presenças que desencadeiam os conflitos no território. São atividades distintas que disputam essas áreas, pois, enquanto os geraizeiros usam os recursos naturais disponíveis de forma consciente, os que estão a serviço do grande capital buscam o desenvolvimento das atividades econômicas sem considerar a sociobiodiversidade presente nos territórios dos povos que vivem nas comunidades. Estão interessados nos benefícios e nos rendimentos financeiros que as atividades desenvolvidas nessas áreas lhes proporcionam, e também não estão interessados em preservar as espécies nativas do Cerrado.

Para Fernandes (2007):

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2007, p.18).

Neste processo estão envolvidos o meio biológico e os conhecimentos humanos de um determinado território. A sociobiodiversidade neste contexto comparece como um processo dinâmico, apresentando múltiplas possibilidades de interação comunidade/bioma. No Cerrado brasileiro a sua biodiversidade, faz dele, a savana mais rica do planeta, possibilitando aos sujeitos que vivem nas comunidades tradicionais, existências densas de saberes e fazeres.

Para Porto-Gonçalves (2006):

A diversidade biológica proporciona uma complexificação das cadeias de reciprocidades que constituem as complexas cadeias tróficas por onde se dá o fluxo de matéria e energia no interior dos diferentes biomas e entre os diferentes biomas que constituem o sistema Terra. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.255).

Além disso, os geraizeiros vivem entrelaçados aos ciclos naturais do Cerrado. A partir de seus modos de vida constituíram comunidades que geraram estratégias de caráter múltiplo,

nas quais, os usos da natureza, derivam de um conjunto de práticas sociais e culturais que pouco alteraram as paisagens daquelas áreas.

É importante destacar que os povos que perderam parte de suas propriedades de terra, não deixaram de desenvolver as atividades de coleta dos frutos do Cerrado e comercializar seus produtos. Eles estabeleceram diálogos/negociações com os responsáveis pelo agronegócio e os proprietários de terra, para que possam entrar nas propriedades que ainda conservam parte do “Cerrado em pé”, e fazer a coleta dos frutos, sem comprometer suas atividades.

Segundo Porto-Gonçalves (2006):

Tradicionalmente os camponeses convivem nessas terras sem nenhum registro formal de propriedade ao lado de fazendeiros que mantinham grandes áreas com pastagem, geralmente natural, para uma criação extensiva de gado. Até mesmo entre fazendeiros e camponeses havia regras de uso compartilhado dos recursos naturais, como é o caso do pequi ou, já numa área adjacente ao cerrado, como a zona dos cocais do Maranhão, a coleta do babaçu. O fazendeiro podia ser proprietário da terra, mas não do babaçu, ou do pequi, ou do baru, ou da fava d’anta, o que mostra uma modalidade mais complexa de apropriação dos recursos naturais onde as territorialidades não são mutuamente excludentes, onde a propriedade privada absoluta, sobretudo quando capitalista, acaba por instaurar uma relação conflituosa. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.259).

Além disso, existem outros conflitos que comparecem na área devido ao fato de diferentes pessoas de regiões distantes estarem entrando nas propriedades sem autorização. Segundo relato dos geraizeiros elas acabam derrubando os frutos verdes, comprometem a coleta no tempo adequado e por não serem autorizadas acabam dificultando a entrada dos extrativistas nas propriedades. Essa situação tem preocupado as famílias, pois temem que não possam mais colher os frutos existentes nas propriedades vizinhas as comunidades em que vivem e que estão dentro da área demarcada da RESEX.

3.2 Os vínculos territoriais e as territorialidades dos geraizeiros

As comunidades tradicionais do Cerrado de Buritizeiro, estabelecem os vínculos territoriais a partir de suas práticas e conhecimentos, onde eles atuam no sentido de usar o território e de preservar o meio ambiente em que vivem.

A vida prática o que torna os modos de vida gera conhecimentos. Impulsiona domínios de saberes e fazeres adquiridos ao longo de relações com o bioma nas singularidades dos lugares. Seus modos de ver a vida indicam ancestralidades que são dinamizados na prática cotidiana fazendo surgir e também redefinir territorialidades.

Sendo assim, ao preservar o território acionam as suas territorialidades fazendo comparecer jeitos de ressaltarem seus valores humanos, costumes, modos de vida imbricados às comunidades as quais pertencem.

Para Haesbaert (2005):

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2005, p.6776).

Os geraizeiros utilizam a terra, assim como os recursos provenientes do Cerrado de forma que eles organizam o espaço para produção de seus meios de vida, eles aplicam seus conhecimentos relacionados ao manejo e preservação do meio ambiente, conforme já citado no capítulo 2. Mas, além de sua sobrevivência eles se mantêm no território a partir de suas territorialidades, pois, assim eles se afirmam enquanto povos tradicionais, mesmo que não tenham a RESEX implementada e legalizada.

Aqueles que permanecem nas comunidades que estão dentro da área da RESEX, também possuem ligações com a área urbana, considerando que alguns dos geraizeiros que foram criados e estabeleceram suas territorialidades e vínculos territoriais no Cerrado, também possuem moradias na cidade.

Segundo Heidrich (2017, p.31), “vínculos territoriais foram vistos como prática associada à apropriação do espaço por comunidades e grupos em situações com possibilidades variantes de reprodução social”.

Eles precisaram ir para a cidade para que os filhos pudessem estudar, pois, não haviam escolas instaladas nestes locais e tão pouco dispunham de transporte para que pudessem se deslocar para a escola na cidade. Sendo assim, eles nos relataram que foram morar na cidade há algum tempo, mas, que aos finais de semana eles retornam para suas casas nas comunidades rurais, e as vezes ficam na área rural por um período mais prolongado, principalmente na época da coleta dos frutos. Já outros geraizeiros que possuem relações de parentesco com aqueles que foram para a cidade, se mantêm no lugar.

Conforme podemos observar no relato de um entrevistado da Comunidade Gerais do Calixto:

[...] Nós tivemos que arrumá casa na cidade e ir pra lá, porque os nosso filho precisava estudar, e aqui nos Gerais do Calixto não tinha escola! Só na Lança 1 que tem uma escola lá, mais não tá funcionando! [...] Assim nós foi pra cidade, porque eu tenho muitos filho, os mais velho estudaram pouco, mais as mais nova estudou e agora tá até na faculdade em Pirapora! [...] Aí agora que minhas filha está maior nós pode ficar os fins de semana aqui no Gerais, e as vezes nós fica umas duas a três semanas direto, quando tá na época de coleta dos fruto do Cerrado pra fazê as polpas, os doces, os óleos e as geleias.[...] Mais nós ainda é geraizeiro, não perdeu a identidade

não, uma vez geraizeiro, sempre geraizeiro, cê entendeu? [...] E sem falar que os meus irmão tudo mora no Gerais do Calixto, eles vem menos na cidade, só pra visitar nós e pra compra o que precisa, ou vender os produtos e aquilo que eles planta lá. [...]. (A.C.)⁴⁷

Desse modo, os geraizeiros que são e estão na Comunidade Gerais do Calixto, só vão à cidade quando necessitam resolver algum problema, em visitas a seus familiares e comercializar os frutos e produtos do Cerrado. É importante destacar que na comunidade existem as residências dos geraizeiros, galinheiros, chiqueiros, os pequenos roçados, plantações hortas, frutas e as árvores nativas do Cerrado (Mosaico de Fotos 6). São paisagens residual que permanecem e estão na memória e na história de vida dos geraizeiros. A comunidade não possui estruturas como na Comunidade Lança 1, que possui a cozinha, a escola e a igreja.

Mosaico 6: Os resíduos da paisagem da Comunidade Gerais do Calixto



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Na Comunidade Gerais do Calixto percebemos o conteúdo residual na paisagem, ou seja, as antigas habitações que permanecem em meio ao Cerrado e cercadas pelo agronegócio, mas, que resistem no tempo. Tratam-se de memórias que revelam os modos de vida de um povo que criou vínculos territoriais e territorialidades no lugar como geraizeiros.

Para Tuan (1980):

A apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando esta mesclada com lembranças de incidentes humanos. O despertar profundo para a beleza ambiental, normalmente acontece como uma revelação repentina. As cenas simples e mesmo as pouco atrativas podem revelar aspectos que antes passavam despercebidos e este novo *insight* na realidade é, às vezes, experienciado como beleza. (Tuan, 1980, p.111).

⁴⁷ Entrevista realizada com um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

A paisagem tem componentes residuais materiais, tais como os objetos. A memória também abriga elementos residuais que derivam de um arranjo mental resultante da subjetividade. A subjetividade comparece na relação a partir da informação emitida por suas relações.

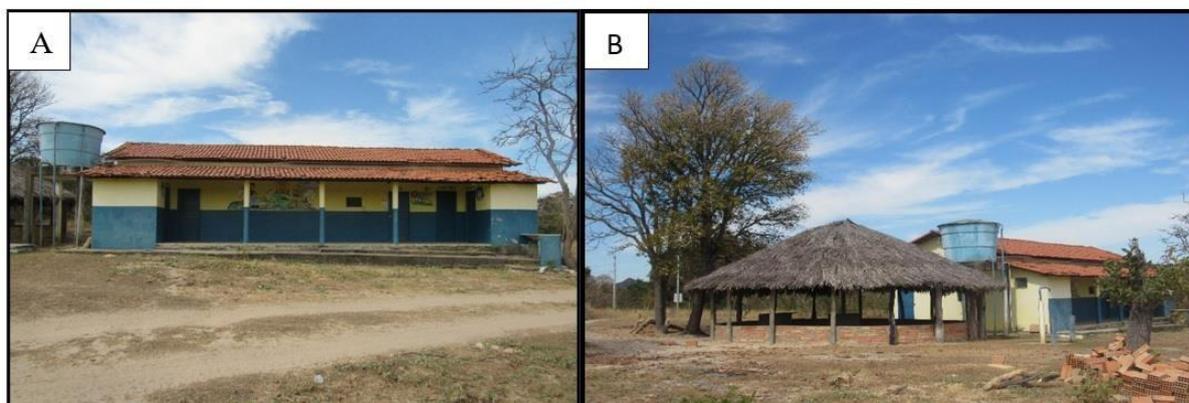
Desse modo, a partir da análise da paisagem percebemos que existem elementos culturais que se manifestam através das representações socioculturais e das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que permitem sua existência nos territórios tradicionais. Além disso, compreendemos também estão presentes nos modos de vida local por meio das principais instituições que estão presentes no município, tais como: a escola, a igreja, entre outras, que também estão presentes na paisagem local (INÁCIO, 2013).

Na fala de outro entrevistado representante da Comunidade Lança 1, ele também fala do vínculo territorial que possui com a comunidade rural:

[...] Se eu fala pro cê que eu gosto de ir lá na rua só resolvê o meu pobrema e volta pra cá, e no mesmo dia eu volto! Dificilmente eu durmi na cidade, só se não tive jeito de resolvê tudo no mesmo dia ou eu tive que fazê uma viagem! [...] não sê quando eu faço entrega de mandioca né, dia de segunda e sexta, chego lá cedo A né, e eu só faço minha entrega e venho logo pra casa! [...]. (S.J.G.).⁴⁸

Conforme citado anteriormente na Comunidade Lança 1 existe uma escola (Mosaico de fotos 7), mas não está funcionando, sendo assim, os estudantes que moram na comunidade precisam se deslocar para a cidade e também não possuem transporte, eles utilizam apenas bicicletas. Na Comunidade Gerais do Calixto não há unidade escolar.

Mosaico 7: a) Escola rural desativada. b) Quiosque onde ocorriam as atividades de recreação da escola-Comunidade Lança 1



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

⁴⁸ Entrevista realizada com o presidente Associação Comunitária dos Assentados da Comunidade Lança 1, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

Conforme podemos observar no relato de uma entrevistada da Comunidade Lança 1:

[...] Aqui na Lança tem uma escola, que essa aí que cês tão vendo! É uma escola até bem arrumada, tem energia, tem banheiro, sala de aula tudo arrumadinha e até esse quiosque aqui que era usado na recreação dos menino.[...] Mais, tem uns anos que essa escola não funciona mais, porque não tinha professor pra vim dá aula pros menino! O que eu fiquei sabendo é que os professor não vinha pra cá porque não tinha transporte pra trazê eles[...] Aí os menino te que ir pra cidade estuda, mais é uma dificuldade porque o povo da comunidade também não tem muito recurso de transporte[...] Aqui nós anda mais é de bicicleta ou de moto, mais nem todo mundo tem[...] Aí nós depende muito é de carona do pessoal que vem da cidade[...] As vez tem gente que vai de pé pra cidade, e é bem longe, uns 22 quilômetros[...] Eu acho que falta mais é as autoridade olha pra nós aqui, pras nossas necessidade[...]. (C.A.)⁴⁹

Considerando o conteúdo da fala anterior, observamos que os geraizeiros reivindicam por melhorias na comunidade, bem como, o funcionamento da escola, a disponibilidade de transporte por parte do setor público, para transportar os estudantes, os professores, as pessoas que precisam se deslocar para a cidade para comprar mantimentos, remédios, pagar suas contas e comercializar seus produtos. Eles são sujeitos que vivem nas comunidades tradicionais, mas, são cidadãos do município de Buritizeiro, e como já disseram anteriormente, eles possuem água encanada e energia, sendo assim, eles pagam os impostos e tributos embutidos nesses pagamentos. Então precisam ter suas necessidades supridas e diminuir as dificuldades enfrentadas para sobreviverem no/do Cerrado.

Na Comunidade Lança 1, além da escola há presença de igrejas evangélicas (Foto 18). Isso revela que nessas comunidades algumas instituições vão se estabelecendo no lugar e revelando novas territorialidades, considerando que a igreja tem um valor simbólico, onde as pessoas buscam a proteção e as bênçãos de Deus para continuarem r-existindo mesmo diante das disputas e conflitos territoriais.

⁴⁹ Entrevista realizada com uma mulher representante da Comunidade Lança 1, durante trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

Foto 18: Igreja evangélica localizada na Comunidade Lança 1



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

É importante destacar que a presença da igreja evangélica na comunidade rural, revela que as pessoas estão mudando as suas práticas religiosas, devido as igrejas católicas estarem distantes, ou seja, estão presentes na cidade e a maioria das pessoas não possuem transporte para se deslocar para participarem das missas e quermesses.

E outra situação que foi relatada pelos entrevistados das comunidades pesquisadas, é com relação a diminuição das festas religiosas dos santos católicos, bem como, a festa de Folia de Reis que ocorre pelo menos uma vez ao ano nesses lugares, mas, não reúne tanta gente como era de costume há anos atrás. E nas comunidades também não ocorrem visitas com tanta frequência de padres que representam as paróquias situadas na cidade de Buritizeiro.

No conteúdo da seguinte fala de um entrevistado ele relata sobre esta situação:

[...] Nós não tem mais aquelas festa de Santo Reis que tinha antes! Foi diminuindo o povo.[...] Eu era um capitão de folia de Reis, eu tocava violão e saía na frente puxando a folia![...] Mais aí, eu tive um acidente e machuquei o joelho e ficou com sequela, e eu não consigo andar uma distância muito longe. [...] E aí, nós faz a folia pelo menos uma vez no ano, agora as outras festa dos santos não tem mais aqui nas comunidade rural.[...] E outra coisa, aqui não tem capela e nem igreja católica, as vez o padre vem, mas não é direto![...] Se nós quiser ir na igreja, tem ir na cidade, mais é muito difícil porque é muito longe e não tem transporte![...] Aí alguns acabaram indo pra igreja evangélica, porque eles construiu igreja nas comunidades rurais. [...] Mais é isso, o importante é que o povo tá perto de Deus, e tem fé na proteção dele, né? [...]. (S.C.)⁵⁰

⁵⁰ Entrevista realizada com um geraizeiro da Comunidade Gerais Calixto, durante trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

Para Rigonato (2017, p.226), “as suas práticas espaciais que constituem as territorialidades próximas são recheadas pelas crenças religiosas do catolicismo popular, pelo evangélico no campo”. Mas, as igrejas evangélicas vão conquistando espaço e estabelecendo suas territorialidades nas comunidades rurais.

Segundo Rosendahl (2003):

Territorialidade religiosa, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território. Sendo assim, a territorialidade engloba, ao mesmo tempo, as relações que o grupo mantém com o lugar sagrado (fixo) e os itinerários que constituem seu território (ROSENDAHL, 2003, p.195).

Neste sentido, o ser humano religioso sente necessidade de viver num espaço sagrado e conviver com coisas sagradas, por isso constrói lugares e coloca objetos que sacraliza, ou seja, que reveste de sentimento religioso. O comportamento religioso é direcionado pelo imaginário intuitivo e pelo sentimento religioso e emocional, revelando-se como sagrado, sob formas materiais e imateriais no contexto da territorialidade (CASTILHO, 2010).

Para Heidrich (2006, p. 31) “os vínculos territoriais são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida”. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder (RAFFESTIN, 1993).

Os geraizeiros criam vínculos territoriais no lugar a partir de suas vivências e de suas experiências que lhes permite criar e recriar maneiras de se adaptar em meio as tensões, aos conflitos e disputas por território. Muitas são as dificuldades enfrentadas por eles, pois, existem carências de alguns elementos que são essenciais para o bem viver, mas, mesmo assim eles não se dobram perante essas intempéries da vida. Eles se mantem firmes na comunidade rural e luta para continuarem no território, principalmente pela regularização e titulação de suas terras, seja por meio da implementação da RESEX ou pelo parcelamento dos lotes dos assentamentos de reforma agrária.

Conforme podemos observar o relato do entrevistado:

[...]Na vida, a gente nasceu e criou nessa situação! [...]A gente não tem dificuldade! Não acha que tem dificuldade pra mora aqui! A gente sabe que o lugar é carente! [...] É difícil, mais, eu acho que é mais importante nós vive aqui, que as vezes nós muda pra cidade e passa uma vida as vezes até pior né! [...] Tá acostumado, mais cê passa! Tem hora que eu penso assim né, as vezes se eu adoecê e for preciso eu ir pra cidade, nem sei o que eu vou fazê! Porque não é vantagem né! [...] Nós hoje aqui, nós tem luz tem água da rede, nós também tem poço artesiano pra tá abastecendo as casa, nós não tinha! Então, através da gente reuni, correndo atrás e lutando, a gente vai conseguindo as coisa! [...] A gente ainda tá lutando pra nós consegui o nosso parcelamento dos lotes, e todo mundo sabe onde é que ele mora, onde é sua casa, onde é sua divisa! [...] Aí já tá chegando a hora também, do governo entrega o documento, a escritura né! E depois que pega a escritura da gente, acho que ainda tem uma regalia melhor né pra nós sobreviver! [...] Ai também dá um jeito de

conversa com essas associação ai, pra nós dá um jeito de entrega nossos produto, caça um lugar pra nós entrega pra nós ter um capital melhor né! [...]. (S.J.G.)⁵¹

As territorialidades assumem um caráter coletivo, pois se trata de um grupo de pessoas que lutam pela permanência no lugar, bem como, pela valorização dos seus saberes, fazeres e produtos a partir da defesa da sociobiodiversidade do Cerrado.

Segundo Rigonato (2017):

As territorialidades que conformam os territórios vividos pelos Geraizeiros se dão e se constituem em movimento. A mobilidade é uma característica que lhes permitem o controle de seus territórios próximos e, mais recentemente a projeção mesmo de forma subalternizado para os territórios distantes. Defronte disso, e com base em suas representações socioculturais, afirmo que suas territorialidades são fluídas, integradas e contextualizadas nas espacialidades e nas temporalidades do passado, do presente e incorporam as imaginações geográficas do futuro. (RIGONATO, 2017, p.219).

Nesta situação, os extrativistas vão criando maneiras de permanecer no local. Uma estratégia parece ser o de acionarem as suas territorialidades, as quais são constituídas por pessoas que vivem nas comunidades, estão vinculadas as práticas extrativistas. Esses sujeitos são e estão nessas áreas há gerações e seus modos de vida, saberes e fazeres não desaparecem ao longo do tempo, mas são (re) inventados para atender as suas necessidades e propósitos socioculturais.

Segundo Rigonato (2017):

Ao projetar, essas territorialidades, eles (re)estabelecem seus vínculos territoriais materialmente e simbolicamente. São a partir de suas representações socioculturais e de suas práticas espaciais dos/nos lugares e paisagens vividas que os Geraizeiros baianos exprimem a autoassimilação da sua identidade nos territórios próximos. Essas identidades exercem influências na projeção das relações socioculturais de poder em seus territórios vividos. Da mesma forma, essa identidade constitui e, é constituída pelo conteúdo cultural dos Geraizeiros em sua inter-relação com os ecossistemas, com as unidades geoecologias das paisagens utilizadas por eles e, principalmente, pelas relações e territorialidades próximas nos Cerrados. (RIGONATO, 2017, p.232)

Então, o viver nestes lugares impõem improvisações e adaptações das populações tradicionais consideradas geraizeiras. A partir da sua condição socioterritorial é possível observar outras definições. Conhecê-las é importante para que possamos compreender sobre a realidade desses sujeitos, que são fundamentais historicamente e culturalmente para o Cerrado do Norte de Minas Gerais.

⁵¹ Entrevista realizada com o presidente da Associação Comunitária dos Assentados da Comunidade Lança 1, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

3.3 As estratégias de r-existência dos geraizeiros

Para compreender os modos de vida e as estratégias de r-existência dos geraizeiros, primeiramente é preciso contextualizar sobre a existência e a resistência.

A existência consiste nos valores afetivos, simbólicos e socioculturais que um determinado grupo social estabelece com o lugar onde vive, com as relações de trabalho, os vínculos socioambientais, as práticas religiosas e lazer. Neste sentido, a existência está associada aos modos de vida que ultrapassam gerações, e que podem ser modificados ao longo dos anos, contudo não deixam de existir.

Enquanto a resistência consiste em se manter firme mesmo diante das imposições do outro. Implica em opor-se ao modo capitalista de produção, que apresenta um discurso progresso e desenvolvimento nos locais onde as grandes empresas dos setores da silvicultura e agronegócio são instaladas. Essa situação é vivenciada pelos geraizeiros do Cerrado de Buritizeiro, que resistem a esta lógica, demonstrando que existem modos de vida tradicionais por detrás das paisagens “homogeneizadas”, e que as humanidades estão presentes nos territórios em disputa e devem ser valorizadas.

Como exemplo dos geraizeiros vivem no/do Cerrado, eles carregam suas tradições e modos de vida a tempos, mais, nem sempre as gerações dos mais novos irão permanecer desenvolvendo as mesmas práticas que seus antepassados.

Durante os trabalhos de campo e de nossas visitas às comunidades estudadas dialogamos com os pesquisados e eles nos relataram que alguns dos geraizeiros não residem mais na área rural, tiveram que ir para cidade, por conta dos estudos dos filhos. Sendo assim, analisamos nos relatos deles que existe uma preocupação em oferecer estudos e conseqüentemente uma profissão aos filhos mais novos, mas, sem que eles percam sua identidade como geraizeiros e extrativistas e ao contrário disso, sentem muito orgulho de serem e viverem do Cerrado. Entendemos que eles querem proporcionar uma qualidade de vida para os filhos para que eles não enfrentem tantas dificuldades como seus pais passaram com o trabalho árduo e a lida no campo.

Como podemos observar no conteúdo da seguinte fala:

[...]Sou da Comunidade Gerais do Calixto, nascida e criada lá. Vim pra cidade com 12 anos pra tentar estuda, mas, quando cheguei aqui era bem diferente de hoje. Hoje as crianças tem oportunidade de estudar, na minha época não tinha não. [...] Porque nós não tinha transporte escolar. [...] Aí, eu vim pra estuda, mais como eu não consegui adapta na cidade, por tá longe de minha mãe e de meu pai, e vim pra casa de parente pra estuda é muito ruim. Aí estudei só até a terceira série, aí fui embora, voltei pra lá. [...] Aí lá, nós, já tinha nossa rotina já, que era colher fruto, nós sempre fomo extrativista e vivemos do Cerrado. Aí voltei fui ajudar meu pai e minha mãe, até

os 16 anos. Ai com 16 anos eu vim pra cidade de volta né, e logo eu já casei [...]. (J.A.)⁵²

Sendo assim, a existência e o viver no/do Cerrado é a tentativa de várias famílias que exercem o poder da criatividade para tornar a vida menos precária, buscando recuperar o convívio com esse bioma que apresenta grandes potencialidades, tanto no que se refere à produção frutos, alimentos, medicina popular, na manipulação de raízes, folhas, cascas; no artesanato com fibras, folhas, flores; e, ainda, na riqueza da fauna.

De acordo com Cândido (2010):

A existência de todo o grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais dependem a eficácia e própria natureza daquele equilíbrio. As soluções por sua vez, dependem da quantidade e da qualidade das necessidades a serem satisfeitas. (CÂNDIDO, 2010, p.28).

Os geraizeiros continuam desenvolvendo suas práticas de extrativismo de frutos do Cerrado e elaboração dos produtos, mesmo não estando em tempo integral nas comunidades, pois, eles precisam suprir suas demandas necessárias a sobrevivência, considerando que na cidade não possuem trabalhos fixos, as vezes desempenham algumas atividades para obter um extra para o sustento da família.⁵³ É importante destacar que os seus filhos mais novos estudaram na cidade e ingressaram em cursos de graduação na Unimontes, conforme nos relataram.

Então, aqueles que já estão desempenhando suas atividades profissionais e ainda vivem com seus pais, também auxiliam na manutenção das despesas da família. No entanto os geraizeiros não trabalham com os frutos apenas para garantir a sobrevivência, mas, para não deixarem se perder os seus saberes e fazeres tradicionais e pelos vínculos afetivos e a vivência que possuem com o Cerrado.

Conforme podemos observar no relato de uma entrevistada:

[...]Mais, a minha rotina de vida lá foi sempre ajuda meu pai e minha colher fruto do Cerrado. Fomos criados e vivemos disso, meu pai criou nós com fruto do Cerrado (pequi, panã, buriti, cagaita, murici, umbu e algumas fruta e alimentos que meu pai e mãe plantava (abacaxi, banana, abacate, mandioca). [...] Nós somos doze filhos que se criou no meio rural, só com isso. Que foi uma criação que nós tivemos que pra nós foi a melhor. Foi uma infância muito boa. [...] Eu falo com minhas irmã mais nova, que quando minha mãe veio pra cidade, a caçula tinha acho que 3 anos, era miudinha, é uma infância totalmente diferente da nossa. [...] A nossa nós soube aproveitar, nós tinha a liberdade de caminhar, de passear. Vixe, os gerais pra nós era felicidade, era muito bom sair pra aqueles matos. [...] Ixi, pra nós era uma alegria. Então minhas irmã, as últimas que vieram pra cá não soube o que era essa vivência assim, saber o que era o Cerrado, o quer viver do Cerrado. [...] Porque viver no Cerrado é ter uma

⁵² Entrevista realizada com uma geraizeira representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

⁵³ Não são todos os geraizeiros que foram para a cidade, existem aqueles que estão em tempo integral na comunidade Gerais do Calixto, conforme já abordamos na seção 3.2 deste capítulo.

vida saudável. [...] É tanto que pra nós foi uma vivência muito boa. [...] Hoje em dia eu falo nenhuma criança teve a oportunidade que nós tivemos de viver no Cerrado. [...]. (J.A.)⁵⁴

Desse modo, viver no/do Cerrado para a entrevistada é gratificante, mas, é um desafio para várias famílias, pois, resistem aos impactos provocados pela silvicultura e o agronegócio. Além disso, existem aqueles que saíram do meio rural para a cidade devido as dificuldades encontradas e os conflitos e tensões por território. E retornam ao território na condição de posseiros e assentados como exemplo de alguns entrevistados da Comunidade Lança 1.

Eles encontraram a oportunidade de tomar posse de glebas de terra no Assentamento São Francisco (Comunidade Lança 1), e estão aguardando o parcelamento dos lotes, pois, as terras são devolutas e no local existia uma fazenda ocupada com plantação de eucalipto e pinus chamada de Lança e esta foi dividida em dois assentamentos rurais São Francisco e Jatobá, conforme já foi apresentado no capítulo 2.

Cabe destacar que os geraizeiros que vivem nos assentamentos e comunidades rurais, assumem a responsabilidade ambiental, socioeconômica e política, juntamente com as comunidades urbanas de Buritizeiro e Pirapora que participam dos projetos de Economia Solidária desenvolvidos pelo Movimento Graal⁵⁵, estabelecendo uma Rede Solidária, com o objetivo de promover o bem viver e as condições de existência necessárias às comunidades.

Para Cândido (2010):

Com efeito, as necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se a sua manifestação primária são impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas, que vão se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar. Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte o caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade. De tal modo a podermos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõe para satisfazê-las. (CÂNDIDO, 2010, p.28).

A base da existência desses povos tradicionais é o território, pois, nele há relações de poder que residem nas práticas e nos conhecimentos e não apenas numa perspectiva de obter renda e sobreviver dos recursos que o Cerrado lhes proporcionam. O território se constitui a partir das estratégias de r-existência.

A partir dessas práticas eles manifestam suas territorialidades, fazem comparecer na relação com a sociedade os seus valores humanos, costumes, modos de vida tradicionais dentro das comunidades em que vivem. Suas estratégias de vida incluem formas de permanências. Elas

⁵⁴ Entrevista realizada com uma geraizeira representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

⁵⁵ Ver capítulo 4.

são dinâmicas e decorrem de práticas sociais densas e complexas, capazes de desenvolver táticas de ampliação e diversificação das suas atividades.

Sendo assim, os geraizeiros possuem estratégias de enfrentamento as situações que lhes são supostamente homogeneizadoras, demonstrando que existe outra lógica que não passa apenas pela dominação e propriedade e lucratividade a qualquer custo, desconsiderando os modos de vida ancestrais desses povos tradicionais.

Outros aspectos que são fundamentais para a existência dos geraizeiros das comunidades no lugar, são as relações parentesco, de compadrio, de vizinhança, as (re) invenções das tradições culturais e religiosas, que continuam sendo praticadas por seus habitantes, garantindo, assim, a reprodução das práticas e relações sociais existentes (RIGONATO, 2017).

Ao usarem o bioma Cerrado naquilo que lhes permite obter os meios de vida, eles desenvolvem práticas sociais de oposição as tensões a partir da experiência que se torna conhecimento, habilidade, jeitos de viver. Os geraizeiros lutam pelo direito de existir em meio a lógica dominante, demonstrando suas especificidades e se organizam socialmente para terem seus modos de vida reconhecidos e valorizados como povos tradicionais do Cerrado. Desse modo, reivindicam por território e não área, pois, já vem estabelecendo suas territorialidades antes mesmo das terras serem reocupadas pela silvicultura e o agronegócio.

Conforme podemos observar no conteúdo da seguinte fala:

[...] O que nós mais quer é permanecer no território, porque nós quer ser reconhecido como povos tradicionais dos gerais, os geraizeiros, cê entendeu? [...] Já estamos nas terras a muitos anos, antes mesmo do eucalipto e da soja chega [...] Então eu acho que nós tem direito, porque nós tamo aqui desde os anos 60 vivendo do Cerrado. [...] A implantação da RESEX seria muito bom pra nós continuá aqui praticando o extrativismo e vivendo nossa vida aonde nós foi criado. [...] Mais é uma situação que tá demorando muito de resolvê. [...] Enquanto isso, nós segue nossa lida aqui nos gerais, resistindo e lutando pro eucalipto não ocupar nosso território e acaba com tudo. [...] Porque as água já tá secando e o solo ficando tudo danificado, virando um areião. [...] Mais nós não pode desistir não, tem continua enfrentando as dificuldade, porque nós precisa daqui para vive e nós gosta demais daqui.[...] Os gerais é nossa vida! (S.A.C.).⁵⁶

Nessas comunidades tradicionais, as pessoas tendem a resistir as diversas pressões a partir de suas organizações políticas, contrastando e de certo modo potencializando seus compromissos conservacionistas, legitimando as suas permanências. As práticas sociais incluem habilidades de obterem os seus meios de vida e existência territorial para além de

⁵⁶ Entrevista realizada com um geraizeiro representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

propósitos meramente materiais. Trata-se de posturas étnico culturais que conversam com as suas condições de vida, os vínculos territoriais e relações sociais do cotidiano.

Assim, estamos falando de grupos sociais que detêm expressões culturais próprias, um repertório considerável de mitos, ritos e conhecimentos herdados de ancestrais, ligados às atividades produtivas que, para além dos procedimentos técnicos e agronômicos envolvidos, garantem a produção, o consumo e uma maneira específica de se relacionar com a natureza e com o mundo. (MINAS GERAIS, 2012, p.14).

O trabalho desenvolvido pelos geraizeiros é realizado de forma comunitária, onde podemos observar, no momento em que estivemos no campo, que existem relações de parentesco, de compadrio e de vizinhança, onde eles possuem vínculos territoriais no lugar.

Ainda segundo Rigonato (2017):

A solidariedade nas famílias e entre as famílias nas práticas sociais cotidianas são reveladoras da r-existência do seu modo de vida entremeadas das metamorfoses impostas pelo agro-energias-negócios. Os Geraizeiros ainda desenvolvem o mutirão, em períodos de maior intensidade na demanda de trabalho, tais como: na capina, no plantio e na colheita. Porém, há relatos dos Geraizeiros que essa prática do mutirão diminui nos últimos anos com a intensificação da oferta de trabalho assalariado nas lavouras de eucalipto. (RIGONATO, 2017).

Desse modo, manter o modo de vida como extrativista depende de estrutura, de linhas de créditos subsidiados para que novas tecnologias possibilitem a geração de renda e trabalho. Assim, é dessas carências que alguns desses sujeitos precisam trabalhar no período de entre safra na construção de cercas em grandes propriedades que estão e serão ocupadas com plantações de eucalipto, carvoarias e nas propriedades onde é praticada a pecuária extensiva.

Os geraizeiros, se organizam e se reafirmam no lugar, indicando que por detrás da paisagem supostamente homogeneizada pelas plantações de eucalipto existem várias lógicas sociais inclusive aquela dos que incluem em suas práticas produtivas o uso dos recursos existentes no local, sem causar impactos abusivos ao meio ambiente.

Para Rigonato (2017):

A r-existência dos Geraizeiros repousa sobre o pensamento de lógica de convivência dos grupos e sujeitos com os Cerrados, com base em abordagens que buscam uma reconstrução radical da base cultural interligada ao desenvolvimento econômico vigente. consiste também na reapropriação social dos Cerrados. Essa reapropriação se dá pela permanência e pela reinvenção de suas práticas espaciais nas paisagens e lugares vividos pelos Geraizeiros. (RIGONATO, 2017, p.243).

Nesta situação, os geraizeiros continuam no território resistindo as imposições do modo de produção capitalistas e agem no sentido proteger a sociobiodiversidade do Cerrado, que está presente nas práticas sociais, nos saberes e fazeres socioambientais, nos seus modos de vida, na preservação da flora e fauna do bioma, nos direitos humanos e garantir a existência investindo no desenvolvimento da Economia Solidária como alternativa de modo de produção.

No capítulo 4 será abordado sobre a participação das mulheres na defesa dos direitos humanos e no combate à violência contra a mulher, bem como, no desenvolvimento da economia solidária nas comunidades rurais e urbana de Buritizeiro, bem como, as ações comunitárias que foram desenvolvidas por iniciativa do Movimento Graal Mulher para minimizar os impactos socioeconômicos provocados pela pandemia de COVID-19 no município.

Além disso, foi realizada uma incursão histórica sobre o surgimento a Economia Solidária no Brasil e o seu desenvolvimento com a fundação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e como foram estabelecidas as Redes de Economia Solidária (RES) e as Redes de Colaboração Solidárias (RCS). Essas por sua vez foram a base para a criação de Empreendimentos Solidários (associações, cooperativas) e Incubadoras de Tecnologias Economia Solidária.

4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO SOCIAL E NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, consumir, comerciar ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais.
(Paul Singer, 2002)

4.1 O Movimento Graal Mulher no Brasil

O Movimento Graal Mulher surgiu no Brasil, no final dos anos 1940, com atuação nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Angra dos Reis, cujos princípios são e continuam sendo conquistar a equidade social e de gênero. A equipe do Movimento que se instalou na cidade de São Paulo, investiu na realização de programas de formação com a participação de mulheres oriundas do interior dos estados de Minas Gerais, São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como, de outros países. Conseqüentemente este movimento foi se fortalecendo e se estendeu a outras cidades de Minas Gerais, como Pirapora, Buritizeiro e Ibiaí, além de cidades dos estados de Goiás e Distrito Federal.

Neste sentido, podemos compreender a origem do Movimento Graal em Minas Gerais e alguns municípios da microrregião de Pirapora a partir do relato da coordenadora da organização em Buritizeiro. Conforme descreve em sua fala:

[...]Na época da ditadura, tinha uma mulher de Pirapora que morava em Belo Horizonte, que se tornou a primeira mulher do Graal em Belo Horizonte. Aí, o que aconteceu, começou o período da ditadura, elas tinham evento com todas as faculdades e sedes do Graal, e tinha pessoas internacionais. Quando começou a ditadura, eles começaram a prender as mulheres, pondo umas contra as outras! Essa mulher Geralda Magela, ela veio pra Pirapora, voltou pra cá, e veio uma mulher da Holanda pra Buritizeiro! Aí nós, da outra geração, iniciamos como alunas dela de inglês, e aí recomeçamos o Graal, porque deu uma parada na época da ditadura! [...] aí voltamos, começamos em Pirapora e estamos aqui! Aqui começamos a fazer contato com sindicatos de produtores rurais, escolas! Aí trabalhava, e em Pirapora também, fizemos contato com o comércio, a descrição da terra e do Cerrado! E começamos a desenvolver o trabalho! Aí desenvolvemos um trabalho lá no Jardim dos buritis e começamos uma escola lá! E o Graal foi se espalhando por várias regiões! [...] aí o Graal veio pra Buritizeiro, vieram outras mulheres pra cá e eu fui pra Belo Horizonte, depois eu fui morar em Nova York! Em Nova York eu morei 17 anos, depois voltei pra Brasília e agora estou aqui! E estamos aí há mais de 45 anos na luta! A sede do Graal em Buritizeiro foi construída em 1987! [...]. (N.A.)⁵⁷

A maioria das mulheres que atuam na sede do Movimento Graal Mulher em Buritizeiro, são naturais de Minas Gerais, elas são classificadas como sócias do movimento, juntamente

⁵⁷ Entrevista realizada com a coordenadora Movimento Graal em Buritizeiro, durante o trabalho de campo no município, em janeiro de 2019.

com suas companheiras de outros estados brasileiros. Conforme podemos observar no seguinte relato, o Graal possui uma forte atuação no estado mineiro, em âmbito nacional, em diversos países do mundo e ainda na Organização das Nações Unidas (ONU).

[...]O Graal vai fazer 100 anos em julho de 2021! Nós vamos fazer uma festa de 100 anos! Nós somos um movimento só de mulheres! No Brasil nós temos a sede lá em Belo Horizonte e temos em Brasília, temos em Angra dos Reis, Montes Claros, Pirapora! Estamos em algumas regiões! O Graal está renascendo outra vez! [...] mas, a sede mesmo é aqui e em Belo Horizonte! Nós temos os grupos separados! E temos mais em 22 países! Aí cada país vai escolher a linha de atuação! Por exemplo, no Quênia, eles trabalham muito com criança e adolescente, trabalham a muito tempo com a questão da AIDS e de saúde, e ainda continua! [...] aí vai para os Estados Unidos, trabalha com questão do imigrante e com protestos! Nós temos duas cadeiras na ONU! Podemos participar! Eu já participei! Aí vai pra Portugal temos casas, temos um grupo ativo também, e no México! [...]. (N.A)⁵⁸

O movimento tem por objetivo, expandir sua atuação para outros estados do Brasil, estabelecendo mais uma Rede de Economia Solidária no território nacional.

No ano de 1987 foi construída a sede do Movimento Graal em Buritizeiro que é gerida e administrada por mulheres (Mosaico de fotos 8).

Mosaico 8:a) Sede do Movimento Graal em Buritizeiro-MG. b) Interior da casa do Movimento Graal



Fonte: INÁCIO, J.B.2020.

Em 1991, foi legalizada como uma instituição do terceiro setor, pois, trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG), que possui parceiros e patrocinadores tais como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

⁵⁸Entrevista realizada com a coordenadora Movimento Graal em Buritizeiro, durante o trabalho de campo no município, em janeiro de 2019.

entre outros. É uma entidade ecumênica que respeita a liberdade religiosa de cada pessoa que participa dos projetos e atividades desenvolvidas no local.

Segundo o relato da coordenadora do Graal, a ONG trabalha através de parcerias:

[...] O Graal trabalha com parcerias! Por exemplo, tem um grupo de mulheres ou de homens, ou misto, eles vão fazer um treinamento, achar pessoas que vêm dar curso! Depois escreve o projeto para essas organizações internacionais e vai ajudar a custear! [...] o Graal é uma organização não governamental. [...] nós fazemos um trabalho com as pessoas que trabalham na terra! [...] os extrativistas, as mulheres, vamos ajudando na formação e na transformação para uma sociedade! [...] é nas pequenas porções que você vai trabalhando aqui e ali, que você vai ajudando! [...] a mulher vai dando a sua contribuição na sociedade! [...]. (N.A.)⁵⁹

Cabe destacar sobre a atuação das mulheres tanto na gestão, administração e nas atividades desenvolvidas na organização, as quais tem cada vez mais, alcançado seu espaço em diversas áreas. Isso demonstra que as mulheres têm lutado com muita determinação para serem valorizadas, reconhecidas pelo trabalho que realizam na sociedade e demonstrar que são capazes de assumirem cargos que antes eram ocupados praticamente por homens.

As mulheres que coordenam e são associadas do Movimento Graal têm influenciado e alcançado várias pessoas a partir dos projetos realizados na ONG. Alguns homens estão inseridos nas atividades como: os extrativistas e geraizeiros. E revelam em suas falas como tiveram suas vidas transformadas desde que começaram a participar do Graal. Um dos exemplos que podemos citar é de um dos representantes da Comunidade Gerais do Calixto, e se trata de um agregado da família de geraizeiros e que começou a participar do Chico Fulô desde sua criação no início da década de 2000, conforme o seu relato:

[...] Quando eu vim embora de Brasília em 2000, aí no ano de 2003, nós viemos fazê parte do movimento, do projeto! [...] na época eu tava com o meu sogro com a carroça cheia de panã! [...] aí um conhecido nosso, muito influente na cidade, ele falou, eu vou apresentar vocês a um pessoal aí! [...] não falou o nome não! Aí a família de minha esposa, já vendia pra mãe de uma professora e pra vó dela! [...] pessoas tradicionais, a mãe dela aqui! Eles comprava caxixi, essas coisa! [...] então assim, são pessoas que comercializava mais próximo né! Chegava da roça e vinha e vendia! [...] e aí, quando foi 2003, nós viemos pra cá, para o Chico Fulô! [...] e logo após, foi quando montou essa apostila aí, do ponto de cultura né, da barranca do Velho Chico! [...] e até então, foi quando a gente tava na implantação da economia solidária né! Logo no início do governo Lula, e aí, a gente foi aproximando, sempre chegava convite convidando as comunidade pra participa! [...] eu participei do MAB, do seminário do MST de formação da questão agrária! E aí, foi aproximando, né! [...] a gente veio fazê parte aqui de vários processo de comercialização! [...] eu gosto sempre de frisa que foi aqui que eu identifiquei, né! Eu sai de catador pra ser extrativista! [...] eu estudei até a quarta série, num tive muita paciência de voltá pra sala de aula! [...] mais, aqui dentro do Graal, pra mim foi o carro chefe como ser humano assim, mudança de comportamento, de hábito e costume! [...] pra mim foi fundamental na questão de gênero, viver sem a questão do machismo né e porque hoje eu sou suspeito de falá da questão dentro do Graal porque eu acompanhei! [...]. (W.L.)⁶⁰

⁵⁹Entrevista realizada com a coordenadora Movimento Graal em Buritizeiro, durante o trabalho de campo no município, em janeiro de 2019.

A casa onde funciona a ONG, localiza-se no bairro de Vila Maria, local com pouca infraestrutura e com ruas sem pavimentação. O conteúdo destas paisagens revela a falta de investimentos nos serviços básicos de infraestrutura por parte do poder público e as mazelas vivenciadas pela sociedade local (Mosaico de fotos 9).

Mosaico 9: a) Casa onde funciona a Sede do Movimento Graal em Buritizeiro-MG. b) Bairro Vila Maria onde se localiza a Sede do Movimento Graal



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

O bairro de Vila Maria situa-se na área urbana do município de Buritizeiro e no ano de 2008, contava com uma população de aproximadamente 430 famílias. É banhado pelo Córrego das Pedras, que deságua no Rio São Francisco. Cabe destacar que o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Sustentável (CADCS), também se localiza neste bairro, na sede do Movimento Graal (ROCHA, et al, 2008).

Além disso, o Movimento Graal também está inserido no Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e possui espaço no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Também faz parte do grupo focal da Rede Mulher de Educação e Sede da Secretaria Executiva da Rede Feminina de Saúde, da regional de Minas Gerais e possui *status* consultivo no Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1998 (GRAAL BRASIL, 2021).

⁶⁰ Entrevista realizada com um dos representantes da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro, em janeiro de 2019.

A ONG valoriza os saberes e fazeres tradicionais. Na prática estimula as produções que estão vinculadas ao agro extrativismo familiar, por meio da utilização de forma tradicional e sustentável dos recursos naturais na produção de doces, bombons, geleias, sucos e licores, bem como, o uso de frutos típicos das áreas de Cerrado do médio Rio São Francisco.

A partir desses objetivos e circunstâncias, é que nasce a Associação Chico Fulô (Foto 19), uma associação que trabalha utilizando os frutos do Cerrado da região Norte de Minas Gerais.

Foto 19: Logomarca da Associação Chico Fulô-MG



Fonte: INÁCIO, J.B. 2019.

Os produtos que são feitos na Associação Chico Fulô são os doces, as geleias e bombons dos frutos típicos como: cagaita, umbu, pequi, panã (araticum), buriti e baru (Foto 20). A entidade é influenciada pela Economia Solidária e o trabalho é desenvolvido de forma coletiva, bem como, sua comercialização.

Foto 20: Tipos de doces produzidos a partir dos frutos do Cerrado

A FRUTA	O DOCE
Buriti	Doce tablete, geleia, Compota, polpada, licor, bombom
Cagaita	Doces tablete, polpada, geleia, Compota, bombom, doce de barra
Pequi	Doces tablete, polpada, geleia, Compota, bombom
Pana (araticum)	Doce tablete, polpada, compota, bombom
Coco catulê	Doce tablete, polpada, bombom
Baru	Doce tablete, polpada, pé-de-moleque, bombom, licor, pasta (sal e doce)

Fonte: ROCHA, et al., 2008.

No relato de uma das sócias do Movimento Graal e participantes do Chico Fulô, podemos observar quais os produtos que são feitos na associação:

[...] O licor nós quase não trabalha com ele mais, porque o álcool de cereal é muito caro. Então nós começou a trabalhar com ele, não deu muito resultado. O licor não teve muita saída assim, então nós quase não trabalha muito com o licor. [...] E que nós mais trabalha é com geleia, doce e bombom, que é uma coisa que dá mais resultado. O licor pra nós não teve um resultado cem por cento não. [...] (A.V.)⁶¹

A associação foi criada em 14 de junho de 2002 na sede do Graal em Buritizeiro, cujo significado Chico= referente ao Rio São Francisco e Fulô= Flor do Cerrado. O projeto Chico Fulô é desenvolvido nas comunidades rurais: Gerais do Calixto, Santa Helena, São Francisco e Jatobá (Foto 21).

⁶¹ Entrevista realizada com uma das associadas do Movimento Graal em Buritizeiro e representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município, em janeiro de 2019.

Foto 21: História do Chico Fulô



Fonte: ROCHA, et al., 2008.

Esta associação também contava com a participação das mulheres na produção de artesanatos a partir de projetos como: Arte na Palha e Bordando o Cerrado, mas, por falta de recursos financeiros elas pararam suas atividades.

Todavia, lutam pela retomada das atividades, para que isso ocorra precisam firmar parcerias com instituições que invistam neste projeto. Segundo informações obtidas durante trabalho de campo nos foi revelado que: “o lema da Associação Chico Fulô = Agricultura Familiar = Extrativismo = Cerrado de Pé”.

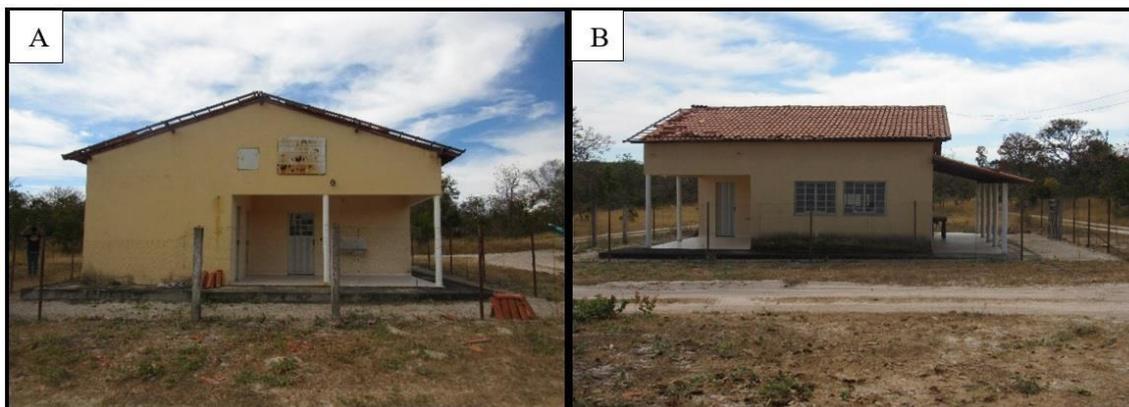
Conforme podemos observar na fala de uma das mulheres associadas do Graal em Buritizeiro, a ONG trabalha com projeto Chico Fulô, que está voltado para a geração de renda a partir da Economia Solidária, e, além disso, na instituição são realizadas outras atividades com adolescentes e eventos que discutem sobre a violência contra a mulher:

[...] Aqui em Buritizeiro, nós trabalhamos com geração de renda, com os produtos do Chico Fulô né! Trabalhamos com adolescente também! Trabalhamos com mulheres também, sobre a violência contra a mulher! A ideia da RESEX surgiu com o apoio do Graal! [...] a gente acha que não é muita coisa, mas, igual a comunidade rural Lança 1 (Assentamento São Francisco), lá foi um trabalho do Graal que nós fizemos com eles! [...] tem uma cozinha lá hoje, que ela sobrevive do extrativismo do Cerrado! [...] mas, foi através do Movimento Graal que ela começou todo esse processo e ela hoje tem uma cozinha maravilhosa na comunidade! [...]. (J.A.V.)⁶²

⁶²Entrevista realizada com uma associada do Movimento Graal em Buritizeiro e também representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município, em agosto de 2019.

Na Comunidade Lança 1 (Assentamento São Francisco) foi construída uma cozinha a partir de um projeto desenvolvido em parceria entre Movimento Graal e EMATER (Mosaico de fotos 10).

Mosaico 10: a) Fachada da cozinha utilizada pela Associação Chico Fulô. b) Área externa da cozinha-Comunidade Lança 1



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

A cozinha é bem equipada, conta com um liquidificador industrial, um fogão industrial, um botijão de gás, um liquidificador industrial, uma mesa, uma bancada de granito, uma pia, dois tanques de água, tachos e panelas grandes e tinha dois congeladores e uma balança, mas, infelizmente foram furtados (Mosaico de fotos 11).

Mosaico 11: Estrutura da cozinha utilizada pela Associação Chico Fulô-Comunidade Lança 1



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Mas, infelizmente alguns objetos foram furtados e trouxeram alguns prejuízos para a comunidade, pois, tiveram que comprar outros, porém, a balança ainda não conseguiu dinheiro para a sua aquisição. Conforme podemos ver no relato de uma das representantes da Associação Chico Fulô na Comunidade Lança 1:

[...] Eu fui na EMATER e fiz um projeto né, pra vê se a gente conseguia uma cozinha! Aí nós conseguimos pela IDENE⁶³, dentro de um mês chegou a verba, a gente já arrumou a pessoa, o pedreiro e tudo pra construir! [...] Com dois mês mesmo nós já recebemos a chave! E foi o Graal que deu os equipamentos: mesa, liquidificador, fogão, os congelador e as balanças! Só que nossos congelador foi roubado! [...] Nós tinha tudo novo, foram lá e roubaram os congelador, balança eletrônica e bojão de gás, e o que nós tem hoje nós tivemos que compra! [...] A balança até hoje, ainda tá em falta, porque até hoje não conseguimos compra! [...] Nós conseguimos compra os congelador que são os necessário né, pra tá guardando as polpa! Temos dois, fica um guardado aqui na minha casa e outro na casa de uma amiga que mora perto da cozinha! [...]. (M.F.)⁶⁴

Na cozinha da Comunidade Lança 1, são produzidos somente doces e geleias, pois, ainda não possuem capital para investir na produção de outros alimentos, considerando que são eles que coletam os frutos no Cerrado, e compram de outros extrativistas apenas os frutos que não encontram no local. Além disso, precisam produzir e vender os produtos para então gerar renda e conseguirem parte da matéria prima para continuarem produzindo. Segundo podemos observar na fala de uma das mulheres que representam a Associação Chico Fulô na Comunidade Lança 1:

[...] E aqui nós produzimos só doce e geleia, não faz mais nada aqui! Nós tava pensando de fazê biscoito, mais ainda não tentamos fazê não! Nós não tem o forno ainda, aqui não pode pôr fogão de lenha né, tem que ser comprado ou a gás e elétrico né! Aí não tivemos condições ainda de comprá! [...] Por enquanto nós só produz doce aqui dentro! [...] Aqui é feito doce de buriti, de baru, pequi, araticum, coco, cagaita! São esses produto que a gente usa! Algumas pessoas traz os fruto e a gente compra! [...] Mas, a maioria dos fruto é eu e minha família que coleta mesmo! Só que tem um porém, eles não gosta muito de tá vendendo, porque quer entrega o fruto e pega o dinheiro na hora né! [...] Eles querem recebê, e a gente não tem o capital pra isso! [...] O que eu falei pra eles, se cês tiver paciência cês colhem os fruto e traz! Quando a gente tiver produzindo e vendendo, a gente vai pagando! Mas, nem todos aceitam assim, eles vem e entregam os fruto e querem receber! Aí é complicado né! Nós não conseguiu o capital pra gente ter na mão né pra gente negociar! Igual os baru, a gente faz é compra porque nós não tem aqui! A gente compra, e os outros fruto é daqui mesmo! [...]. (D.F.)⁶⁵

Os doces e geleias são armazenados em caixas de papel com a marca Chico Fulô, e tem a descrição do fruto que foi utilizado na elaboração dos produtos (Mosaico de fotos 12).

⁶³ IDENE- Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

⁶⁴ Entrevista realizada com uma das representantes da Associação Chico Fulô na Comunidade Lança 1, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro, em agosto de 2019.

⁶⁵ Entrevista realizada com uma das representantes da Associação Chico Fulô na Comunidade Lança 1, durante o trabalho de campo realizado no município de Buritizeiro, em agosto de 2019.

Mosaico 12: a) Caixa de embalagem utilizada para armazenar os produtos da Associação Chico Fulô. b) Embalagem desmontada com descrição do fruto do Cerrado utilizado na elaboração dos produtos



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Essas embalagens foram doadas por um grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM)⁶⁶.

Uma das sócias do Graal nos relatou como o projeto Bordando o Cerrado mudou a vida de muitas mulheres que sofriam de problemas de saúde. Ela também disse que a vida dela também foi transformada a partir de quando aprendeu a bordar e em seguida ensinar as mulheres. Vejamos o conteúdo da seguinte fala:

[...]Sou bordadeira também, aprendi a fazer bordado. Do bordado mesmo eu consegui ajudar muitas pessoas ensinando a bordar. A pessoa que eu tirei da depressão, tava com problema de coração, ela chegava aqui e nem aguentava andar direito. E, eu fui ensinando ela a bordar, ela aprendeu a bordar. Hoje em dia ela passa na rua, ninguém diz, que ela já teve problema no coração. Ela disse que foi curada. Na verdade, ela achava que tinha problema no coração, mas não era, era da depressão né. Mas, aí aqui dentro quando ela veio começar a bordar comigo, acabou esses problemas porque? O bordado que eu ensino é totalmente diferente. Eu ensino elas a bordar o Cerrado em pé. É o Ipê, é um animal que tá lá no Cerrado. É uma jandaia que tá em extinção, é a arara azul que não tem mais, é a vermelha que nós não temos. Então eu ensino elas essa parte, de bordar o Cerrado. Tipo assim, elas tem aquela convivência com o Cerrado, mesmo que elas não tá lá. [...]Mas, elas tá bordando o Cerrado, pra elas ali, elas tão divertindo. As cores eu mostro pra elas, eu gosto de usar as cores que tem lá, que é o Ipê roxo, Ipê amarelo, é o pequizeiro. Essas flores que eu gosto de bordar, pra elas vê o que é o Cerrado. Elas tenta aprender aquilo ali, porque para elas é uma diversão. Igual uma mulher que bordava, esses dias eu encontrei com ela ali. Ela perguntou: que dia que nós vamo voltar a bordar? Eu quero voltar a bordar. Eu falo assim: calma, que nós vamo voltar. Mas, pra elas

⁶⁶ O CAA/NM foi fundado em 1989, e trata-se de uma entidade que integra os agricultores familiares do Norte de Minas Gerais, e conta com a atuação e participação de maioria de representantes de comunidades tradicionais tais como: gerazeiros, catingueiros, quilombolas, indígenas, veredeiros e vazanteiros. Essa Organização desenvolve ações direcionadas a sustentabilidade, a agroecologia, os direitos dos povos e comunidades tradicionais, tendo como base a valorização da (agro) biodiversidade e a convivência com os ecossistemas regionais. Ainda discutem novos conceitos, apresentam soluções, desenvolvem estratégias de ações de colaboração, cuja finalidade é aumentar o crescimento e o fortalecimento das comunidades e das agriculturas praticadas por elas (CAA/NM, 2020).

é uma diversão. Eu aprendi muito com o Cerrado. O Cerrado pra mim, me ensinou muito. [...]. (J.A.V.)⁶⁷

Cabe destacar que os homens também participavam da confecção de artesanatos e de redes de pesca, considerando que alguns eram pescadores e aprenderam com seus pais. Em certos casos alguns artesãos e artesãs aprenderam com professores e com amigos. Mas, relatam as dificuldades que já enfrentaram executando essas atividades (Foto 22).

Foto 22: Os tipos de atividades de artesanatos que eram elaborados na Sede do Movimento Graal

ARTESANATO		
O ARTESANATO	O ARTESÃO E A ARTESÃ	QUAIS DIFICULDADES
Esteira, carocha capa de chuva com palhas Matéria-prima: Palha de buriti, cambito (pauzinhos de madeiras) para armação.	Aprendeu com a mãe. Começou aos 12 anos. Hoje tem 77 anos.	Trazer as palhas e separá-las
Rede e tarrafa de pesca Matéria-prima: Linha, grilhão, agulha de madeira, corda e tabuleta.	Aprendeu com o pai, quando tinha 15 anos. Hoje tem 64 anos.	A dificuldade era com emprego, porque enquanto não teve a carteira de pescador profissional tudo era mais difícil.
Tecelagem Matéria-prima: linha e agulha	Aprendeu quando criança com a família e está ensinando aos mais jovens.	"Gostaria de saber/aprender com qualidade. Falta dinheiro para adquirir os materiais".
Bordado, crochê, boneca de litros descartáveis, cintos e bonés Matéria-prima: litros descartáveis, agulha, linha.	Aprendeu quando jovem com a família e com professores.	"Seria bom que se existissem cursos para auxiliar no aperfeiçoamento das peças. Existem muitas dificuldades para comprar material".
Pulseiras personalizadas Matéria-prima: linha, plástico reciclável.	Aprendeu com amigos.	Não vive do artesanato, então não vê dificuldades.

Fonte: ROCHA, et al., 2008.

A Associação Chico Fulô é muito importante na vida das mulheres que fazem parte do Movimento Graal, bem como, dos geraizeiros. Podemos observar na fala de uma associada do Graal e também geraizeira da Comunidade Gerais do Calixto, onde aborda sobre os aspectos defendidos pela entidade no sentido de utilizar os recursos advindos do Cerrado, mas, preservando as espécies de vegetações nativas.

[...]O Chico Fulô, a importância dele é a preservação do meio ambiente. Porque, nós aprendemos que... eu já sabia dessa parte porque meu pai sempre falava com nós, da colheita. Então no Chico Fulô, eu aprendi que eles ensinava muito a gente, quando ia colher, não colher tudo, sempre deixar 30% do fruto lá no Cerrado. Porque ali o

⁶⁷ Entrevista realizada com uma das associadas do Movimento Graal Mulher e representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

animal precisa comer, e precisa nascer de novo aquele fruto. Porque se a gente pegar e colher todo o fruto que tá lá, nós não vamo ter lá na frente um pé de cagaita, um pé de murici, um pé de buriti e um pé de pequi. Então a gente tem que deixar 30% daquele fruto ali pra ele nascer, pra lá na frente nós ter uma vegetação de Cerrado, e também para os animais, pra alimentação deles né. Essa é uma coisa que o Chico Fulô sempre ensinou nós, a lidar com o Cerrado. Não destruir, preservar o Cerradoné [...]. (A.V.)⁶⁸

Os extrativistas que ainda estão nas comunidades que se encontram na área da RESEX, produzem alguns produtos, mas, não conseguem mais viver apenas do extrativismo, pois afirmam não conseguirem manter a quantidade dos produtos como antes.

No município de Buritizeiro, as atividades sociais são desenvolvidas na sede do Movimento Graal na área urbana e em quatro comunidades rurais. Sendo assim, os temas que são apresentados aos seus moradores são: inclusão digital, saúde comunitária, cultura, meio ambiente, sustentabilidade, economia popular solidária, onde a equipe investe na produção e comercialização da culinária baseada sociobiodiversidade do Cerrado.

Também propõe alternativas de geração de emprego e renda para as populações urbanas e rurais, tendo como desafio cooperar para que todos se tornem sujeitos do processo de transformação e desenvolvimento da atual situação socioeconômica, cultural e política. Cabem as mulheres uma atuação como agentes que promovam a mudança nas condições de vida a que muitas estão submetidas, e possam buscar pela valorização e reconhecimento social e sua autonomia.

4.2 Os Direitos Humanos da Mulher

As mulheres que coordenam as atividades do Movimento Graal desenvolvem projetos a partir de eventos e palestras que abordam o combate à violência contra a mulher (Foto 23). Elas participam de Conselhos Consultivos municipal e estadual, que defendem os Direitos Humanos das Mulheres no sentido de garantir sua valorização e autonomia.

Conforme podemos observar na fala de uma sócia do Graal que participa do projeto que defende os Direitos Humanos e luta contra a violência contra a mulher:

[...]O Graal ajuda muito as mulheres. Igual a violência contra a mulher mesmo, a gente luta muito. É uma luta que a gente a cada dia que passa, nós tamo lutando contra isso, contra a violência da mulher e contra essas agressões que elas vêm sofrendo. O Graal sempre vem debatendo, isso aí é uma coisa que a gente luta muito. Essa cartilha que está aí, foi um trabalho nosso também! [...]. (J.A.V.)⁶⁹

⁶⁸Entrevista realizada com uma das associadas do Movimento Graal Mulher e representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

⁶⁹ Entrevista realizada com uma das associadas do Movimento Graal Mulher e representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em janeiro de 2019.

Foto 23: Cartaz do Projeto pelo fim da violência contra a mulher, desenvolvido na Sede do Movimento Graal em Buritizeiro-MG



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

As sócias do Movimento Graal, juntamente com a coordenadora desenvolveram um projeto intitulado como: Paz na família e na comunidade: pelo fim da violência contra as mulheres. Foram desenvolvidas algumas oficinas, rodas de conversa e palestras com as mulheres com o objetivo de diminuir os atos de violência contra as mulheres, além de oficinas onde elas aprendem como tornarem-se empreendedoras e independentes financeiramente. O projeto foi desenvolvido em cinco encontros, a saber:

- 1º Encontro: Paz na Família e na Comunidade;
- 2º Encontro: Mecanismos de Combate à Violência Contra a Mulher;
- 3º Encontro: Visibilidade do trabalho econômico e produtivo da mulher;
- 4º Encontro: Denúncia ao modelo de desenvolvimento econômico e o impacto na vida das mulheres e das comunidades do Norte de Minas Gerais;
- 5º Encontro: Celebração final da vida e da partilha: mãos que mantêm a resistência garantem a justiça e sustentam a vida.

A cartilha elaborada como material de apoio da Campanha contra a violência à mulher, tem por objetivo de efetivar as ações estabelecidas em rede a partir da unidade de entidades, instituições, movimentos, associações, sindicatos, comunidades e lideranças. Trata-se de uma atuação aberta, que pretende somar esforços com todos que consideram relevante o trabalho de

conscientização pelo fim da violência contra a mulher, da passividade e da falta de compromisso social e político com esta questão (MELO, et. al., 2015).

Cabe destacar que a metodologia participativa foi apresentada na discussão dos temas nas comunidades onde o projeto foi aplicado. Além disso, os textos da cartilha são apresentados por eixos, de maneira a auxiliar a organização das mulheres em suas comunidades e lutarem por qualidade de vida, inserindo as questões relacionadas ao gênero, a fim de melhorar as relações sociais e familiares a partir de iniciativas de enfrentamento à violência contra a mulher (MELO, et. al., 2015).

A proposta da cartilha elaborada a partir da Campanha “Paz na família e na comunidade: pelo fim da violência contra as mulheres”, é cooperar com o trabalho educativo e melhorar as discussões relacionadas a paz na família e na comunidade e pelo fim da violência contra as mulheres e crianças, promover a participação efetiva de todos a fim de vencer essa luta.

Durante os encontros realizados pela campanha supracitada, foram abordados alguns temas relevantes para valorização da mulher na sociedade. Dentre os temas abordados: “O trabalho da mulher é de grande valor”, com destaque para o trabalho rural feminino, que é considerado fundamental e deve ter a mesma relevância que as atividades desempenhadas pelos homens. Para que isso ocorra é necessário romper com paradigmas de que a mulher é e deve ser responsável pelos afazeres domésticos, da alimentação e da educação dos filhos. Enquanto na agricultura, ela tem a responsabilidade de produzir boa parte dos alimentos para alimentação familiar bem como: o cultivo de hortaliças, verduras, frutas, a criação de galinhas, a criação de porcos, a coleta de ovos, a ordenha das vacas, a produção de queijo e requeijão, manteiga, pão e doce (MELO, et. al., 2015).

Além dessas atividades supracitadas, é necessário destacar a importância das mulheres na sociedade, nas instituições de agricultores e trabalhadores rurais, e contribuem para fazer diferença nas reuniões das associações, cooperativas, prefeituras, conselhos, pastorais e sindicatos. Isso demonstra que as mulheres estão mais ativas e empenhadas nos aspectos relacionados aos direitos de agricultores e agricultoras.

Outro tema que foi abordado durante os encontros: “O trabalho da mulher no campo e na cidade: onde mora o preconceito”? Foram apresentados alguns aspectos relacionados a produção e a transformação de produtos destinados as famílias das mulheres que trabalham no campo e na cidade. As atividades desenvolvidas por elas, conquista seu lugar no mercado e aquele trabalho “leve”, desenvolvidos no espaço da cozinha, tem conquistado espaço e visibilidade no comércio das cidades. Sendo assim, existe uma valorização em crescimento dos

produtos feitos na cozinha rural e tradicional. Isso é fruto do reconhecimento dos produtos e serviços que a mulher desempenha (MELO, et. al., 2015, p.28).

Enquanto isso na cidade, as mulheres têm alcançado cargos e carreiras em instituições públicas no seu trabalho, porém, ainda estão concentradas em atividades que muitas vezes representa uma continuação do papel de mãe.

As mulheres ocupam profissões e posições consideradas sociais, costureiras e professoras da educação infantil e ensino fundamental (1º ao 5º ano). E geralmente, quando ingressam na universidade, se enveredam por determinadas áreas como: pedagogia, psicologia e educação, que são cursos considerados por algumas pessoas, como cursos onde a maioria dos discentes são mulheres. E quando obtém acesso as promoções no trabalho, infelizmente os seus salários são menores em relação ao valor recebido pelos homens. Lamentavelmente, ainda não há equidade de gênero⁷⁰ nas relações sociais, de trabalho, econômicas e políticas.

Destacamos ainda outro tema trabalhado nos encontros que trataram sobre o fim da violência contra a mulher como: “A participação das mulheres nos empreendimentos coletivos solidários”. Nesse encontro sobre empreendimentos solidários, as mulheres relataram que elas nem sempre trabalham sozinhas, que na maioria das vezes elas se unem por um objetivo que tem em comum, que não considera apenas o aspecto econômico. Cabe destacar que ao participarem dos grupos de empreendimentos coletivos, as mulheres são fortalecidas, o que facilita a troca de conhecimentos e experiências, além de contribuir na geração de renda familiar.

Várias dessas experiências coletivas são criadas por agricultores familiares e principalmente pelas mulheres. Como as mulheres tem dificuldades em conciliar as atividades domésticas, a vida familiar e o trabalho, e devido ao número crescente de despesas e o difícil acesso à propriedade e as linhas de crédito, geralmente, as mulheres são as primeiras a se movimentarem e se organizarem nos empreendimentos coletivos. Elas se articulam a partir de um grupo de artesãs que fazem panos de prato, caminhos de mesa, tapetes e esteiras, bem como, a partir da agroindústria coletiva de biscoitos, de doces, de polpas de frutas, de óleos e conservas de frutos do Cerrado (MELO, et. al., 2015).

⁷⁰ A equidade de gênero é o princípio segundo o qual é necessário se construir outras formas de organização social que articulem a igualdade entre homens e mulheres, à justiça no acesso a direitos, bens e reconhecimento, considerando as assimetrias de classe, raça-etnia, sexualidade, geração, território, etc., existentes entre os diferentes grupos de mulheres e de homens. (MINAS GERAIS, 2016, p.27).

Neste mesmo encontro sobre empreendimento coletivo solidário, uma das mulheres que participavam, relatou sobre como um grupo de empreendedoras atua em uma comunidade rural no Norte de Minas Gerais. Conforme podemos observar na seguinte fala:

[...] Em uma comunidade rural do norte de Minas Gerais, um grupo de 13 mulheres agricultoras, comadres e amigas, é responsável pelo funcionamento de uma cooperativa agroextrativista de frutos do Cerrado. Os recursos naturais aí encontrados proporcionam grande quantidade de diversidade de frutos nativos e abundância de água, que garantem a segurança alimentar e a preservação dessa comunidade, que é tradicional. Entre as atividades que essas mulheres desenvolvem, podemos destacar a colheita de frutos como mangaba, pequi, goiaba, manga, etc. [...] o processamento em polpas, doces e óleos, a comercialização em feiras, comércio local, PAA e PNAE; toda a parte de documentação; a participação em cursos e reuniões, entre outras atividades. [...] Essa cooperativa foi criada atenta às possibilidades de aproveitamento dos frutos nativos em abundância e com o objetivo de agregar valor econômico em forma de renda para as famílias. Nessa cooperativa, é sabido entre os sócios que quem comanda e executa os trabalhos são as mulheres. [...] O papel dos homens foi fundamental, especialmente no momento da formalização da cooperativa, e é de grande apoio em momentos específicos como nos mutirões para construção e reforma da sede. Mas as atividades de coleta, beneficiamento e comercialização de frutas, do Cerrado, objetivos da cooperativa, são mesmo de responsabilidade das mulheres. [...]. (MELO, et. al. 2015)⁷¹.

As mulheres que atuam no Movimento Graal de Buritizeiro e Belo Horizonte também participam do projeto de Capacitação de Conselheiras Municipais de Direitos da Mulher em Minas Gerais (Foto 24).

Esse projeto conta com o apoio do Conselho Estadual da Mulher (CEM), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), Governo do Estado de Minas Gerais, MISEREOR⁷² e com a Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e possuem algumas áreas de atuação relacionadas a valorização das mulheres e o combate à violência contra as mulheres.

Desse modo, o CEM, a partir da SEDESE, subvencionado por emenda parlamentar da deputada Gláucia Brandão (mandato 2007-2010), criou uma parceria entre o Movimento Graal do Brasil, para ministrar, no ano de 2010, um curso piloto de Capacitação de Conselheiras, onde foi elaborado o caderno de textos: Controle Social e a participação das mulheres (ROCHA, et. al., 2010).

⁷¹ Relato extraído da cartilha elaborada a partir do projeto: Paz na família e na comunidade: pelo fim da violência contra as mulheres, desenvolvido na sede do Movimento Graal no município de Buritizeiro-MG, no ano de 2015.

⁷² MISEREOR: é a obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde há mais de 60 anos, MISEREOR está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo. (Fonte: <https://www.misereor.org/pt>).

Foto 24: Cartilha do Controle Social e a Participação das Mulheres na Capacitação de Conselheiras de Direitos Humanos em Minas Gerais



Fonte: Conselho Estadual da Mulher-CEM, 2010.

O ponto de partida da capacitação das conselheiras de mulheres, foi a descrição dos conselhos como espaço em que participam a sociedade civil organizada, os quais acompanham as políticas públicas voltadas às mulheres, que é realizado pelos municípios. São apresentados conteúdos sobre os recursos que são destinados a essas ações e o que é possível fazer para melhorá-las e reforçá-las de modo que o município inclua de fato a discussão sobre gênero em suas ações, através da criação de oportunidades para o empoderamento e cidadania feminina. O Brasil é signatário em todas as conferências que debatem o tema: Direitos Humanos das Mulheres, e isto faz com que os governos firmem o compromisso em acabar com as desigualdades e ampliar o acesso das mulheres aos direitos humanos (OLIVEIRA, 2010).

Mas, antes de abordarmos sobre os Direitos da Mulher, é fundamental apresentar a definição de Direitos Humanos, como e onde foi criado e quais as causas que defendem.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), é um documento que marca a história dos direitos humanos. Foi elaborada por diferentes representantes de várias origens

jurídicas e culturais de todas as localidades mundiais. A Declaração foi promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, na cidade de Paris na França, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como regra comum a ser atingida por todos os povos e nações, pois, ela estabelece a proteção universal dos Direitos Humanos (ONU Brasil, 2021).

A DUDH, desde que foi criada em 1948, teve a tradução para mais de 500 idiomas e foi considerado o documento mais traduzido em nível mundial e serviu como embasamento de constituições de vários Estados e democracias recentemente criadas. O documento juntamente com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais que tratam sobre: procedimento de queixa e pena de morte e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, constituem a denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos (ONU Brasil, 2021).

É importante destacar que uma sucessão de tratados internacionais de direitos humanos e outros recursos adotados desde o ano de 1945, estenderam o corpo do direito internacional dos direitos humanos; os quais incluem a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio em 1948, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial em 1965, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 1979, a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006, entre outras (ONU Brasil, 2021).

Sendo assim, a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição. (ONU Brasil, 2021).

Ao longo dos seus 72 anos, a DUDH passa por mudanças no âmbito da ONU, inserindo e reforçando a ideia de direitos individuais, os quais vão delineando um ser humano singular, onde a diversidade das pessoas dá abertura para inclusão das abordagens sobre gênero, raça e etnia, geração, deficiência, saúde, educação, meio ambiente, entre outros. Essas abordagens dão início a um ciclo de conferências que proporcionam grandes avanços com relação aos direitos individuais, considerando que os governos ao assinarem os pactos aprovados, comprometem-

se a adotar medidas cujo objetivo é implementar leis e políticas públicas que assegurem os direitos acordados (Conselho Estadual da Mulher-CEM, 2010).

No ano de 1975 ocorreu no México, a Conferência Internacional dos Direitos da Mulher, foi a primeira Conferência Internacional destinada essencialmente para discutir os direitos da mulher. Sendo assim, foi declarado em 1975 como o Ano Internacional da Mulher e entre os anos de 1976 a 1985, declarou-se a Década da Mulher. A Conferência realizada no México, foi sucedida pela de Copenhague no ano de 1980, de Nairóbi em 1995 e a IV Conferência da Mulher em Pequim.

Os Conselhos de Direito da Mulher foram criados, implementados e estão em funcionamento e representam um avanço importante na sensibilização dos governos e reforçam a inserção da perspectiva de gênero⁷³ na implementação das políticas públicas nos municípios e alcançar o que é essencial com relação ao envolvimento das mulheres como ator principal de sua história, bem como, de outras mulheres que não possuem a oportunidade de fazer parte da construção deste debate fundamental para atingir a cidadania plena.

Além disso, durante a realização dos encontros promovidos pelos conselhos, são apresentadas as principais redes que trabalham em função de fortalecer a participação das mulheres, bem como, as informações básicas para levantamento do diagnóstico imediato e participativo, que é fundamental para elaborar um plano de trabalho que condiz com a realidade local (OLIVEIRA, 2010).

É importante destacar sobre o conceito de Democracia Participativa que foi inserido na Constituição de 1988, onde as pessoas da sociedade comum conquistam o direito de intervenção direta nas políticas públicas propostas. Desse modo, é fundamental apresentarmos o significado das políticas públicas, que se tratam de um conjunto de diretrizes e ações garantidas por lei, a fim de fomentar os direitos dos cidadãos, onde a participação nas atividades da sociedade na elaboração, acompanhamento, fiscalização e implementação, não seja apenas almejada, mas essencial (Conselho Estadual da Mulher-CEM, 2010).

Os conselhos, são órgãos permanentes, autônomos, paritários, responsáveis pela formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal. São permanentes porque não podem ser dissolvidos, autônomos, pois, embora o governo forneça a sua estrutura, não pode intervir nas suas decisões. O Conselho dos Direitos da Mulher, tem caráter consultivo, não havendo ainda, fundo específico para esta área. Entretanto, qualquer que seja o caráter do conselho de

⁷³ O conceito de gênero se refere às construções sociais relacionadas ao que é ser homem e o que é ser mulher e às relações estabelecidas entre os grupos humanos a partir das formas como eles constroem sentidos para o “masculino” e o “feminino”. Construção social é tudo aquilo que é concebido nas relações sociais, ou seja, que não é natural ou inato. Como o gênero é construído socialmente, nas relações, podemos dizer que ele é uma categoria relacional (MINAS GERAIS, 2016, p.15).

direitos, ele tem um grande significado como agentes mobilizadores da sociedade, podendo propor, reivindicar, acompanhar e fiscalizar as ações do governo, colaborando para a manutenção e ampliação de políticas públicas que visem à garantia dos direitos das pessoas. (CEM, 2010, p.8).

Para que um conselho funcione da melhor maneira possível, é importante que as pessoas que o representam, tenham um bom conhecimento sobre os temas abordados, bem como, dos projetos e programas realizados pelo município, estado ou governo federal e o orçamento voltado a estes programas. Com relação aos Conselhos de Direito da Mulher é necessário estar por dentro da história das conquistas e pauta de ação do movimento construído durante anos de luta pelos direitos da mulher, bem como, as ações dos governos na garantia dos direitos a partir de participação mais efetiva e comprometida.

No entanto, um dos maiores desafios a serem conquistados é a garantia de orçamento para a realização de políticas públicas destinadas à mulher, pois, de nada adianta construir grandes propostas e não poder executá-las devido à falta de recursos. Desse modo, é necessário que haja conhecimento e discussões sobre orçamento do município, e que os Conselhos de Direitos da Mulher estejam por dentro desses orçamentos através da realização de audiências públicas (Conselho Estadual da Mulher-CEM, 2010).

Os primeiros Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher foram criados no ano de 1983 no estado de Minas Gerais pelo governador Tancredo Neves e em São Paulo pelo governador Franco Montoro. Em 1984, o movimento feminista consegue dialogar com o Ministério da Saúde, o que possibilitou a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)⁷⁴, importante marco na luta pelo reconhecimento em relação a saúde da mulher, cuidado da saúde materna, prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), ao câncer de colo de útero e dando ênfase ao planejamento familiar.

O Programa de Planejamento Familiar possibilita a regulação por parte da mulher, do homem, ou do casal, do número de filhos que querem ter e do espaçamento entre eles, pressupõe uma escolha livre, consciente e informada, além do acesso a métodos contraceptivos, sendo indispensável para a garantia da saúde sexual e reprodutiva, redução da morte materna, dos riscos do aborto inseguro e das doenças sexualmente transmissíveis (CEM, 2010, p.21).

Além dos programas supracitados também foi criado o Programa de Humanização no Pré Natal e Nascimento (PHPN) que tem como finalidade oferecer um atendimento de qualidade às mulheres, bem como, o acompanhamento no período da gravidez, cujo objetivo é reduzir os riscos de morte materna. Desse modo, os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

⁷⁴ No ano de 2004 a Área Técnica de Saúde da Mulher ampliou o PAISM, transformando-o em Política Nacional de Atenção Integral de Saúde da Mulher, incluindo ações específicas para mulheres negras, lésbicas, para a saúde nas escolas e saúde mental.

pressupõe o direito de autonomia nas decisões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, bem como, a não discriminação e o respeito às escolhas, à informação e à educação a fim de que sejam tomadas decisões de forma consciente, sem que as mulheres sejam coagidas ou violentadas.

É necessário destacar sobre a mortalidade materna que infelizmente ainda ocorre em nível mundial, principalmente nos países menos desenvolvidos devido ao sucateamento dos serviços de saúde. Além disso, a mortalidade materna é um dos indicadores de qualidade de vida da população. Sendo assim, no ano de 1987, foi realizada pela OMS, a Conferência Iniciativa Maternidade Segura, onde o documento organizado na conferência, fazia defesa de reduzir em até 50% da mortalidade. Neste mesmo ano, também foi realizado o III Encontro Mulher e Saúde na Costa Rica, onde foi lançada a Campanha pela Redução da Mortalidade Materna. Foram dois encontros que marcaram a luta pela diminuição da mortalidade materna em nível mundial.

A mortalidade materna é definida pela OMS, como morte de uma mulher provocada durante a gravidez, o parto ou até 42 dias após o parto, independentemente do tempo de duração ou localização, mediante qualquer causa relacionada ou agravada no período da gravidez, ou por medidas tomadas em relação a mulher, mas não em função de causas acidentais ou incidentais (Conselho Estadual da Mulher-CEM, 2010).

Os principais motivos diretos que podem provocar a morte materna são: eclâmpsia, pré-eclâmpsia, infecção, hemorragias e complicações do aborto. Outros fatores que também contribuem com essa mortalidade estão associados a situação econômica e social das mulheres. Desse modo, as mulheres de baixa escolaridade e renda, indígenas, negras, aquelas que residem em locais mais afastados dos centros urbanos, que possuem histórico de violência doméstica e com grandes dificuldades de acessar os serviços de saúde de qualidade, estão mais propensas às situações de mortalidade materna.

No ano de 1985, surgiram as primeiras Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violências em Minas Gerais e São Paulo e também foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

É importante destacar que no Brasil, as discussões pelo fim da violência contra a mulher, tiveram mais destaque a partir dos tristes episódios que provocaram as mortes de Ângela Diniz (1976) e Heloísa Balesteros (1980). Sendo assim, o movimento feminista de Minas Gerais dá início a campanha “Quem ama não mata”, que logo é difundido por todo o país. Além disso, este movimento opõe-se ao argumento de legítima defesa da honra e conquista a condenação dos assassinos (Conselho Estadual da Mulher-CEM, 2010).

No dia 25 de novembro foi criado o Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres. Esse dia foi criado no Primeiro Encontro Feminista da América Latina e Caribe, que ocorreu na cidade de Bogotá na Colômbia no ano de 1981, para afirmar a importância do envolvimento de todas as pessoas cotidianamente na luta pela não violência contra as mulheres. A data foi escolhida em homenagem a “*Las Mariposas*”, toponímia utilizada pelas irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, mulheres guerreiras e militantes dos Direitos Humanos da República Dominicana, perseguidas e assassinadas de forma brutal em 25 de novembro de 1960 por representantes do governo do ditador Rafael Leônidas Trujillo (MINAS GERAIS, 2016).

Nos anos de 1960 houve um grande marco para a história da mulher, que foi o surgimento da pílula anticoncepcional, que abriu espaço para o que se denominou de “a revolução sexual”, onde o tema da sexualidade considerado um tabu passa a fazer parte da pauta de discussão. Enquanto isso, nos Estados Unidos, houve uma articulação do movimento de forma intensa, o qual foi inspirado nas ideias de Simone de Beauvoir⁷⁵ e Betty Friedan⁷⁶, com o lema: “Nosso corpo nos pertence! O privado também é político”. Mas, no Brasil, o estado de completa ignorância provocado pela implantação da ditadura militar, limitou a participação das mulheres a clubes de mães, associações comunitárias, movimentos de luta pró-creche e anos depois nos movimentos pró-anistia. Esses movimentos demandaram muita coragem e resistência em momentos críticos da política brasileira.

No ano de 1993 em Viena, foi realizada a Conferência sobre os Direitos Humanos, em que foi inserido o Direito da Mulher como tema de direitos humanos. Além disso, ocorreu no espaço da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Conferência para Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher na cidade de Belém no estado do Pará e foi aprovada a Convenção de Belém do Pará. Essa conferência foi o início de um grande progresso conquistado com a finalidade de definir o que é a violência contra a mulher e as formas como ela se apresenta. Neste sentido, a Convenção de Belém do Pará embasou a criação da Lei

⁷⁵ Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir nasceu em Paris, França, no dia 9 de janeiro de 1908. Foi escritora, filósofa, intelectual, ativista e professora. Integrante do movimento existencialista francês, Beauvoir foi considerada uma das maiores teóricas do feminismo moderno. Sua paixão pelos livros foi notória desde a juventude. Escreveu diversas obras da qual se destaca um dos maiores clássicos do movimento feminista “O segundo sexo”, publicada em 1949. (DIANA, Daniela, 2020). Fonte: www.todamateria.com.br.

⁷⁶ Betty Friedan nasceu em 4 de fevereiro de 1921, em Peoria, Illinois, como Betty Naomi Goldstein. Foi uma autora e ativista cujo livro seminal “*The Feminine Mystique*” de 1963 é creditado por ajudar a desencadear o movimento feminista moderno nos Estados Unidos. Entre suas outras realizações, Friedan foi a fundadora e primeira presidente da Organização Nacional para Mulheres (NOW). (HISTÓRIA E CULTURA, 2019). Fonte: www.greelane.com.

11.340/2006, denominada de Lei Maria da Penha que foi promulgada em 07 de agosto de 2006 (MINAS GERAIS, 2016).

Em 1994, ocorreu a Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo, onde a ONU através de um documento, adotou pela primeira vez a perspectiva de gênero e inseriu no seu texto que as mulheres teriam o direito de vivenciar sua sexualidade e decidir sobre sua reprodução garantidos, sem sofrer coerção, discriminação ou violência. No ano de 1995 houve uma grande preparação do movimento feminista brasileiro, que se deu a partir de encontros regionais e nacionais, com a finalidade de participar da IV Conferência Internacional na cidade de Pequim, na China. Através desta mobilização é que surgiu a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial de Mulheres com representatividade em todos os estados do Brasil.

Em 2002 foi organizada pela AMB, a I Conferência de Mulheres no Brasil e foi lançada a Plataforma Política Feminista. Ainda foi criada a Secretaria de Estados dos Direitos da Mulher, que no ano de 2003 transformou-se em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres realizou no ano de 2004, a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil, recebendo propostas para o I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

No ano de 2004, foi implementado pelo Ministério da Saúde, o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. No estado de Minas Gerais, foi criado o Programa Viva Vida no ano de 2003, com a finalidade de combater a mortalidade materna e neonatal, angariando recursos para oferecer um atendimento de qualidade à gestante e à criança, a partir de mobilizações sociais, capacitação de profissionais e de mulheres para a compreensão da situação, bem como, a construção de Centros Viva Vida para saúde sexual e reprodutiva e Casas de gestantes (Conselho Estadual da Mulher-CEM, 2010).

No ano de 2006 foi promulgada a Lei 11.340/2006, comumente conhecida como Lei Maria da Penha, que tem por objetivo o enfrentamento à violência contra as mulheres e a garantia de proteção jurídica para as mulheres que passam por situações de violência no Brasil (MINAS GERAIS, 2016).

É importante apresentar parte da história da mulher responsável pela criação da Lei 11.340/2006. Maria da Penha Maia Fernandes é uma bio farmacêutica natural do estado do Ceará, que lutou muito pela garantia dos direitos da mulher. No ano de 1983, após ter sido baleada nas costas por seu então marido o professor universitário Marco Antônio Herredia Viveros, enquanto dormia, ficou paraplégica. Alguns meses depois do ocorrido, ela sofreu outra tentativa de homicídio, onde o marido a empurrou da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no

banheiro. Ele passou por dois julgamentos e foi condenado em ambos, porém foi liberado após os seus advogados de defesa apresentarem recursos.

No ano de 1994, Maria da Penha publicou o livro “Sobrevivi: Posso Contar”, onde descreve sua história. Em 1998, ela utilizou os relatos de seu livro, apoiada pelo Comitê latino Americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), denunciou o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Neste sentido, o Estado Brasileiro foi condenado internacionalmente por se omitir em relação a forma que lidava com os casos de violência contra as mulheres. Após ser condenado o país passou por várias recomendações, onde uma delas foi a de mudar sua legislação que contribuísse de forma efetiva para a prevenção e a proteção de mulheres que sofrem com a violência doméstica e para a punição dos agressores (Instituto Maria da Penha; Observatório Maria da Penha, 2016).

Conforme o disposto no Art. 7º do Capítulo II, a Lei Maria da Penha define a violência contra a mulher do seguinte modo:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

A definição de violência contra a mulher trata-se de qualquer ação, conduta ou omissão que tem por base o gênero, que provoque morte, lesão, sofrimento físico, psicológico, sexual, dano moral, dano patrimonial tendo como vítimas as mulheres, tanto no âmbito público ou privado. Desse modo, quando essa violência é cometida no espaço doméstico, nas relações familiares ou em qualquer relação afetiva, ela é caracterizada como violência doméstica ou familiar contra a mulher. Além disso, essa violência praticada contra a mulher pode estar relacionada a misoginia que expressa o ódio ou aversão as mulheres ou que se relaciona ao gênero feminino.

Geralmente, a violência praticada contra a mulher, está vinculada ao machismo que se trata de uma ideologia que defende a inferiorização da mulher, de desigualdade e dominação baseados no gênero. A sociedade é moldada pela ideia de superioridade masculina, que advém de uma sociedade patriarcal e que perdura até os dias atuais, criando valores e impondo a divisão sexual do trabalho, onde o homem está sempre no comando e a mulher é a subordinada (MINAS GERAIS, 2016).

Na Lei Maria da Penha está prevista a medida protetiva de urgência que é determinada através de ação judicial, que se aplica aos seguintes fins: proibir ou limitar a utilização de armas pelo agressor; afastar o agressor da residência a fim de garantir a integridade da mulher e de familiares; proibir a aproximação do agressor à vítima, familiares ou testemunhas diante de situação de ameaça ou risco; suspender visitas aos/às filhos menores após a identificação de situação de risco ou ameaça; garantir alimentos provisionais ou provisórios; ressarcir à mulher bens tirados indevidamente pelo agressor; impedir a venda ou aluguel do imóvel da família sem autorização judicial e restituir à mulher o valor referente a danos materiais provocados pelo agressor (MINAS GERAIS, 2016).

Após este avanço nos Direitos da Mulher a partir da promulgação da Lei 11.340/2006, no ano de 2007, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres realiza a Segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil, onde os resultados do Primeiro Plano Nacional foram avaliados e novas sugestões de propostas foram colhidas para o Segundo Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e para o Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado em agosto de 2007, é um acordo estabelecido entre o governo federal, os governos dos estados e os municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Visa garantir ampliação, fortalecimento e maior integração das políticas públicas em todo território nacional com foco no enfrentamento à violência contra as mulheres. Tem como premissa o caráter multidimensional da violência, e exige a elaboração de políticas públicas que atuem de forma ampla e integrada e incidam em diversos âmbitos da vida: assistência social, educação, justiça, trabalho, segurança pública, saúde, entre outros. Prevê que as políticas não apenas respondam aos efeitos da violência contra as mulheres, mas também atuem na prevenção, na assistência, na proteção e garantidos direitos das mulheres em situação de violência, e no combate à impunidade dos agressores. Ancora-se em três pressupostos: - a transversalidade de gênero: incorporação da perspectiva de gênero e do compromisso com o enfrentamento à violência contra as mulheres pelas diversas políticas públicas setoriais; - a intersetorialidade: atuação integrada das diferentes esferas de governo e setores das políticas públicas para a superação do problema da violência contra as mulheres; - e a capilaridade: difusão da oferta dos serviços e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres nos diferentes territórios brasileiros, garantindo que a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher se concretize nos níveis locais de governo. (BRASIL, 2011).

Cabe destacar que também há uma rede de setores e instituições que atuam no enfrentamento à violência contra a mulher, que são representadas por serviços não especializados, os serviços especializados vinculados à Justiça, Assistência Social Segurança Pública e Saúde e aos serviços especializados de atendimento à mulher vinculados aos organismos de políticas para as mulheres (Figura 3).

A definição de Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher diz respeito à articulação entre instituições de serviços governamentais, não governamentais e a comunidade para criar estratégias efetivas de prevenção, políticas que garantam a autonomia das mulheres e seus Direitos Humanos, a punição aos agressores e a assistência de profissionais qualificados para atender as mulheres que sofrem com situações de violência (BRASIL, 2011).

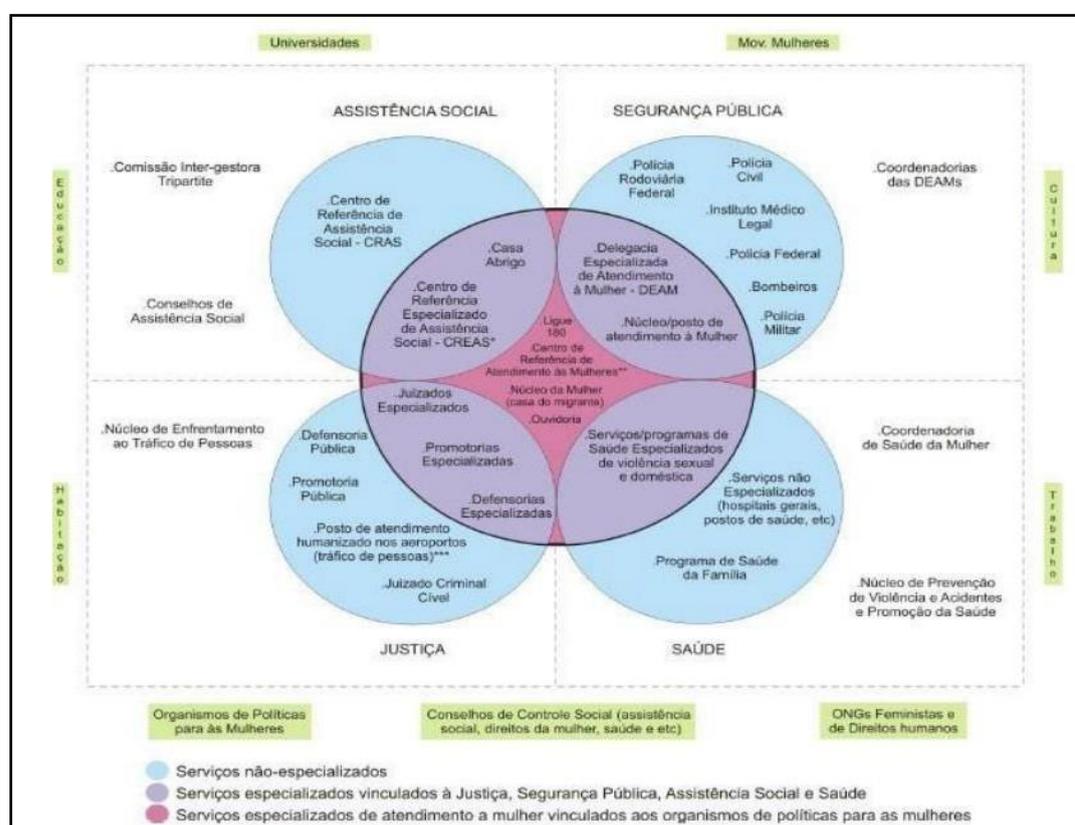


Figura 3: Rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Fonte: MINAS GERAIS, 2016.

Desse modo, o enfrentamento à violência contra as mulheres inclui os seguintes aspectos:

- **Prevenção:** provocar mudanças culturais, incidir sobre situações de vulnerabilidade e fatores de risco e promover fatores de proteção social de modo a evitar a ocorrência de situações de violência contra as mulheres;

- **Garantia de Direitos:** desenvolver ações de proteção, promoção e reparação dos direitos das mulheres como estratégia de garantir condições favoráveis à autonomia, à emancipação e à cidadania;

- **Assistência à Mulher em Situação de Violência:** garantir o atendimento humanizado, integral e qualificado a mulheres em situação de violência em diferentes setores prestados por agentes públicos e comunitários devidamente capacitados;

- **Combate ao Problema e Responsabilização de Autores:** desenvolver ações e medidas destinadas a reprimir a ocorrência da violência contra as mulheres, promover reposicionamentos dos autores frente às práticas de violência e garantir o acesso das mulheres em situação de violência à justiça (MINAS GERAIS, 2016).

É importante destacar as conquistas que as mulheres tiveram ao longo da história, marcada por intensas lutas, como o direito ao voto e a ocupação de um cargo político. Sendo assim, no início do século XIX nos Estados Unidos, surgiu o Movimento Sufragista como um movimento social independente, cuja a bandeira era a extensão do direito ao voto e intervenção das mulheres na política. Esse movimento ganhou representantes em diversos países, inclusive no Brasil. Desse modo, as mulheres brasileiras garantiram o direito à votação no ano de 1932, logo depois de uma grande mobilização nacional, a partir do Decreto 21.076 do Código Eleitoral Provisório. As mulheres votaram pela primeira vez nas eleições de 1934 e elegeram nove mulheres para as Câmaras Estaduais (BRASIL, 2016).

No ano de 2010, a primeira mulher foi eleita para ocupar o cargo de presidente do Brasil durante quatro anos. Foi reeleita em 2014 e infelizmente seu mandato durou apenas 2 anos, pois, sofreu um processo de impeachment provocado por um golpe de Estado. Mas, isso não apagou a sua trajetória no cenário político, considerando que foi uma grande conquista uma mulher pleitear e ocupar um cargo no poder executivo.

No entanto, a representação feminina na política ainda é bem inferior comparada com a masculina. Mas, cabe destacar que as mulheres nas eleições municipais do ano de 2020, conquistaram mais cadeiras nas administrações públicas como prefeitas e vereadoras. Conforme os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 19,2 % vereadoras foram eleitas em 2020 representando um aumento de aproximadamente 6% em relação as eleições de 2016. O número de candidaturas de mulheres também foi maior para este cargo nas últimas eleições, representando 7,1%. Nas eleições de 2016, elas representaram 32,5% do total e em 2020 aumentou para 34,8%. Quanto ao processo eleitoral para o cargo de prefeito, o índice de mulheres eleitas foi 4,4% maior comparado ao pleito anterior. Neste sentido, no ano de 2016,

11,5% das mulheres ocuparam as cadeiras como prefeitas e no último ano 12% (BRASIL, 2021).

Segundo informações da Organização Mundial de Saúde (OMS), no ano de 2010 a cada 15 segundos, uma mulher era vítima de violência no mundo. As agressões variam de tipos tais como: morais, psicológicas, violações físicas e a morte (Conselho Estadual da Mulher-CEM, 2010).

Além dessas modalidades destacadas pela Lei Maria da Penha, a violência contra as mulheres pode ser de cunho simbólico, que se refere à imposição cultural de padrões e modos de existência para as mulheres como se estes fossem naturais. Esse tipo de violência é bastante reproduzido e reforçado pelas indústrias cultural e da moda, que difundem modelos de beleza e de comportamento que não contemplam a diversidade das mulheres, reforçando que todas devem se enquadrar nesses padrões. Também existe a violência institucional contra as mulheres, que é aquela praticada no âmbito das instituições em decorrência da incorporação do machismo nas lógicas de organização e funcionamento institucional. Um exemplo é o silenciamento dos/ as demais profissionais e dirigentes de empresas e serviços públicos diante de situações de assédio ou discriminação de gênero vivenciadas por trabalhadoras dessas instituições. Outro exemplo é a violência obstétrica, que se refere a situações de assédio, abuso, maus tratos e negligência vividas por mulheres durante o parto. Essas diferentes formas de violência costumam acontecer de maneira articulada e afetam mulheres em diferentes etapas da vida. A violência contra as mulheres não é exclusividade de uma geração ou período histórico. Ocorre no âmbito da família, das relações de amizade, afeto e comunitárias, nas mais diversas instituições, como na escola (muitas vezes sendo interpretada como um “problema normal” da relação entre alunos/ as), no ambiente de trabalho (através, por exemplo, das situações de assédio sexual e moral contra mulheres) ou em unidades de saúde (através de discriminações diversas e da violência obstétrica, por exemplo). (MINAS GERAIS, 2016).

A violência contra a mulher não ocorre com apenas um grupo cultural ou região específica, nem se restringe a grupos de mulheres e suas particularidades dentro de uma sociedade. As situações de violência contra a mulher, podem ultrapassar fronteiras territoriais, como nos casos de tráfico de pessoas que envolvem mulheres. A cada três mulheres, uma sofre algum tipo de violência no mundo ao longo de sua vida (MINAS GERAIS, 2016).

É importante destacar que a violência contra a mulher provoca uma sucessão de problemas e consequências na vida delas tais como:

- afeta a saúde das mulheres, produzindo danos físicos e psicológicos diversos (como por exemplo, traumas, sinais psicossomáticos, lesões, deficiências, etc.).
- prejudica a participação das mulheres na vida pública, uma vez que em várias situações serve para reafirmar que as mulheres devem se limitar a espaços e atividades domésticas e para desqualificar suas capacidades de atuação social, profissional e política em outros contextos;
- impacta dinâmicas familiares e comunitárias, sustentando lógicas de subordinação das mulheres dentro de suas famílias e comunidades;

- produz impactos socioeconômicos para mulheres, suas famílias e suas comunidades, pois limita o desenvolvimento profissional, as capacidades de produção e a participação igualitária das mulheres no mercado de trabalho;
- reforça assimetrias nas relações de gênero e outros tipos de violência existentes na sociedade, pois impõe às mulheres a ocupação de posições desiguais nas mais diversas relações, mantendo-as mais suscetíveis a outras violências;
- impacta negativamente as possibilidades de exercício de direitos e liberdades básicas das mulheres afetadas, pois funciona como mecanismo de controle da experiência das mulheres e do seu acesso a recursos materiais e simbólicos e a oportunidades diversas (MINAS GERAIS, 2016).

A manifestação da violência contra as mulheres se dá de maneira mais trágica através do feminicídio. O Mapa da Violência do ano de 2015 apresenta a dimensão dessa situação no território brasileiro. Segundo os dados da OMS, o Brasil ocupa a quinta posição no ranking de 83 dos países com maiores índices de crimes de feminicídio. Dentre os anos de 1980 a 2013 foram assassinadas no Brasil aproximadamente 107.000 mulheres. Durante os 33 anos analisados, esse número aumentou de 1.353 em 1980 para 4.762 em 2013, o que representa um crescimento de 252% no número de mulheres vítimas de homicídio. Grande parte desses assassinatos é praticado por homens com quem as mulheres mantinham algum elo afetivo, com frequência na própria moradia delas (MINAS GERAIS, 2016).

Desse modo, com o crescimento do número de homicídios praticados contra as mulheres no Brasil, foi criada a Lei do Feminicídio, considerado um avanço recente do poder legislativo em relação a criação de mecanismos para o enfrentamento à violência contra as mulheres. A Lei 13.104/15 foi sancionada em março de 2015, comumente conhecida como Lei do Feminicídio.

O Código Penal brasileiro sofreu alterações com a esta lei e passou a considerar o feminicídio como homicídio qualificado, o qual foi inserido na lista de crimes considerados hediondos e aumentando as possibilidades de punição dos autores. Além disso, também são caracterizados como feminicídio e sequelas: torturas, desfigurações, mutilações e barbáries, que são crimes que ainda não são investigados e nem punidos a fim de fazer justiça as vítimas. A caracterização de feminicídio além de nomear e dar visibilidade aos crimes supracitados, poderá melhorar os procedimentos e rotinas de investigação e julgamento, com o objetivo de impedir os homicídios de mulheres. Segundo o relato de Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil: *“Acreditamos que esse é um passo decisivo para reduzir e eliminar o quadro perverso de 5 mil assassinatos de brasileiras por ano”*. (ONU Mulheres, 2014).

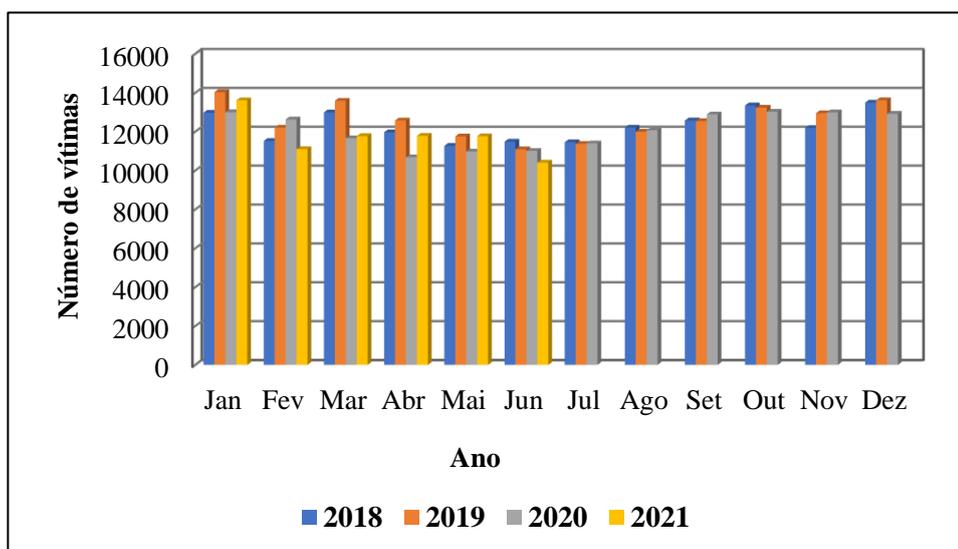
Em 2020 devido a pandemia da COVID-19 os dados apontaram que houve um aumento de ocorrências de violência contra a mulher e feminicídio no Brasil. Isso ocorreu devido as medidas de isolamento social que foram decretadas pela OMS, para evitar o contágio do vírus que é considerado altamente contagioso.

Segundo os dados e informações apresentadas por David Marques e *Betina Warmling* Barros no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os homicídios dolosos contra mulheres e o feminicídio tiveram certo aumento no primeiro semestre do ano de 2020. O número de mulheres que sofreram homicídios dolosos passou de 1.834 em 2019 para 1.861, apontando um crescimento de 1,5 %. Enquanto as vítimas de feminicídio passou de 636 para 648 com aumento de 1,9% (BRASIL, 2020).

O que motivou os atos violentos dos agressores contra as mulheres, ao que tudo indica está relacionado ao fato que as pessoas começaram a passar mais tempo em suas residências, e desempenhando suas atividades de trabalho, estudo e esporte em casa. Esta situação provocou certos conflitos nas relações sociais, com o aumento de estresse, crises de ansiedade, transtornos do pânico, depressão e a violência doméstica, onde as vítimas em sua maioria eram mulheres e os agressores eram aqueles com quem elas mantinham vínculos afetivos.

Os dados da SEJUSP-MG, apresentaram um leve aumento do número de mulheres vítimas de violência doméstica nos meses de janeiro, março, abril, maio e dezembro de 2019 em relação ao ano de 2018. Enquanto no ano de 2020 os meses que apresentaram um crescimento de vítimas foram fevereiro e setembro, considerando que no Brasil, houve certo aumento de casos de mulheres que sofreram algum tipo de violência (Gráfico 14).

Gráfico 14: Número de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Minas Gerais



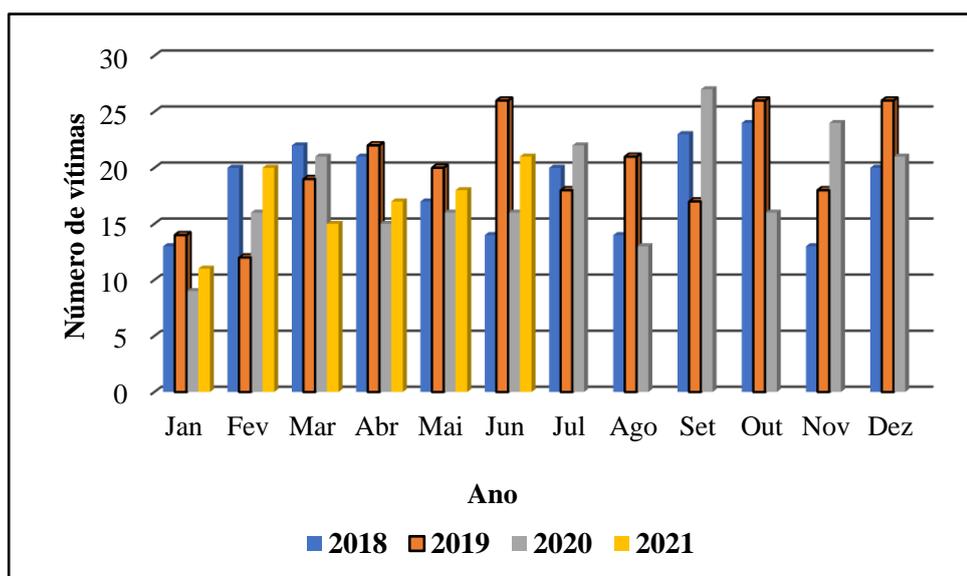
Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais-SEJUSP, 2021.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.

Já o ano de 2021 iniciou com aumento nas estatísticas de violência contra a mulher, apresentou queda em fevereiro e março e voltou a subir nos meses de abril e maio, considerando que os dados apresentados foram registrados apenas no primeiro semestre do presente ano.

É importante destacar que segundo os dados apresentados pela Secretaria de Segurança de Minas Gerais (SEJUSP), o número de mulheres vítimas de violência doméstica no município de Buritizeiro-MG, apresentou certo crescimento no ano de 2019 principalmente nos meses de junho, agosto, outubro e dezembro. Enquanto em 2020 os dados apontam que no mês de março quando iniciou a pandemia de COVID-19 no Brasil, houve um aumento também, seguido pelos meses de julho, setembro e novembro.

Embora o ano de 2021 ainda não tenha sido finalizado, é importante apresentar os dados que foram capturados e tabulados pelo SEJUSP no primeiro semestre, onde os maiores índices de violência contra as mulheres ocorreram nos meses de março, abril, maio e junho. Isso pode ter ocorrido devido ao fato de que no estado de Minas Gerais foram implementadas medidas mais restritivas de isolamento social pelo Programa Minas Consciente do governo mineiro, o qual estabeleceu regras mais rígidas de funcionamento do comércio, das instituições públicas e privadas, bem como, a diminuição de salários ou situações de desemprego que acabaram influenciando nesse aumento de vítimas de violência doméstica e familiar (Gráfico 15).

Gráfico 15: Número de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Buritizeiro-MG



Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais-SEJUSP, 2021.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2021.

Houve um aumento no número de mulheres que foram vítimas de violência de vários tipos, conforme é apresentado na Lei Maria da Penha. Infelizmente muitas dessas mulheres perderam suas vidas no país. Sendo assim, apresentamos os dados de feminicídio do estado de Minas Gerais, onde está localizada a área de estudo o município de Buritizeiro, a fim de abordar a realidade sobre a violência contra a mulher, considerando que esse tema faz parte das discussões realizadas em eventos liderados pelas mulheres associadas ao Movimento Graal no Brasil.

Os dados da Tabela 3, apontam que no ano de 2018 o número de vítimas de feminicídio era maior em relação ao ano de 2019. No entanto, no ano de 2020 houve um aumento de 5 vítimas em relação ao ano anterior. Em 2021 os meses de janeiro, março e abril apresentaram um leve aumento para o primeiro semestre.

Tabela 3: Número de Mulheres Vítimas de Feminicídio em Minas Gerais

Quantidade de Mulheres Vítimas de Feminicídio													
Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Geral
2018	9	10	13	11	13	6	12	13	20	18	22	10	157
2019	12	11	9	12	14	10	11	8	17	15	10	15	144
2020	6	14	10	14	10	13	16	14	8	15	13	16	149
2021	13	9	12	17	11	5							67

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais- SEJUSP/MG, 2021.
Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

Desse modo, ainda no ano de 2020 foi criada uma Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica no mês de junho, a fim de impedir que essa situação continuasse a evoluir. Sendo assim, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se aliou à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e fizeram o lançamento da campanha. O primeiro resultado prático da equipe de trabalho estabelecida pelo CNJ foi a criação da campanha. A equipe de trabalho foi criada para elaborar estudos e ações emergenciais destinadas a auxiliar as vítimas de violência doméstica no período de isolamento social. Criado pela Portaria nº 70/2020, em decorrência da confirmação do aumento de denúncias de casos registrados contra a mulher na quarentena (CNJ, 2020).

Sendo assim, em 28 de julho de 2021, foi sancionada a Lei 741/2021 pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, definindo então o Programa de Cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de combate à violência contra a mulher. A mulher deve desenhar um X vermelho na mão como um sinal de alerta e denúncia de maneira silenciosa e discreta de que está sofrendo situações de violência (Foto 25).

A intenção é que as pessoas que observarem o sinal na mão de alguma mulher procurem a polícia para identificar e denunciar o agressor (BRASIL, 2021). A origem dessa medida é o projeto de Lei PL 741/2021 elaborado pelas deputadas Margarete Coelho (PP-PI), Soraya Santos (PL-RJ), Greyce Elias (AVANTE-MG) e Carla Dickson (PROS-RN). (CNJ, 2021).

Foto 25: Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica



Fonte: BRASIL, 2021.

Além disso, a Lei 741/2021 faz alterações na modalidade de pena de 1 a 4 anos aplicada por lesão corporal simples cometida contra a mulher devido essa pertencer ao sexo feminino. A Lei Maria da Penha também sofre alterações com relação a violência psicológica que a mulher venha a sofrer, sendo um dos motivos para que o juiz, o delegado e até mesmo o policial quando não existir delegado, eles poderão afastar o agressor de forma imediata de conviver com a vítima. A medida já está sendo apoiada por mais de 10 mil farmácias localizadas pelo Brasil e recentemente também foi aderida pelo Banco do Brasil (BRASIL; CNJ, 2021).

Após a sanção da Lei, os Poderes Executivo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos de Segurança Pública estabeleceram parcerias com os estabelecimentos comerciais da rede privada com o objetivo de promover a realização do Programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica no sentido de auxiliar a mulher que sofre com a violência. Além disso, existe o Ligue 180 que recebe e envia denúncias de violência contra a mulher aos órgãos responsáveis.

O serviço também repassa informações relacionadas aos direitos da mulher, como os locais de atendimento situados mais próximos e que são destinados a cada caso tais como: Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referências, Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), Defensorias Públicas, Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres, entre outros. Cabe destacar que a ligação é gratuita e o serviço é disponibilizado 24 horas por dia, todos os dias da semana (BRASIL, 2021).

Em 07 de agosto de 2021, a Lei 11.340/2006 comumente conhecida como Lei Maria da Penha completou 15 anos que está em vigor no Brasil, considerada um marco jurídico importante que garante os direitos da mulher. Sendo assim, a Polícia Militar do estado de Minas Gerais lançou a Campanha Agosto Lilás que ocorreu pela primeira vez em agosto de 2020 (Foto 26).

Foto 26: Campanha Agosto Lilás de prevenção e pelo fim da violência contra a mulher em Minas Gerais



Fonte: MINAS GERAIS, 2021.

No mês de agosto, um importante marco jurídico para a segurança e garantia de direitos da mulher foi aprovada no Brasil, a Lei Maria da Penha, que em 2021 completa 15 anos. Esta campanha tem como objetivo promover ações de prevenção contra a violência doméstica e familiar, além de fomentar as denúncias de situações que as mulheres estejam sendo vítimas, bem como comemorar os 15 anos da Lei Maria da Penha, de maneira incentivar a conscientização em variados públicos. Durante todo o mês de agosto foram realizadas várias ações por iniciativa da Polícia Militar, tais como: blitzes preventivas com a distribuição de panfletos de dicas da Polícia, com a finalidade de levar informação sobre os tipos de violência que as mulheres estão suscetíveis de se tornarem vítimas, além de formas de procurar auxílio quando for necessário (MINAS GERAIS, 2021).

Além das ações supracitadas, foram realizadas reuniões e palestras, mesmo que por videoconferências, atendendo as medidas de distanciamento social por conta da pandemia da COVID-19. Esses eventos ocorreram junto às Redes de Atendimento, a fim de fortalecer e mobilizar os atores, bem como, integrar, ampliar e qualificar o atendimento (MINAS GERAIS, 2021).

É importante destacar que além das instituições que lutam pelos direitos humanos das mulheres bem como, o Movimento Graal no Brasil, ONG onde foi realizada esta pesquisa, existe uma organização que atua em nível internacional e no Brasil, e é bastante atuante. Trata-se da Cáritas Brasileira que é uma apoiadora do Movimento Graal em Buritizeiro e foi fundada em 12 de novembro de 1956, está entre as 170 organizações que fazem parte da Cáritas Internacional. Foi criada através da mobilização de Dom Helder Câmara, que foi Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É uma organização da CNBB e conta com uma rede de 187 instituições membro, sendo 12 regionais e 5 articulações (Cáritas Brasileira, 2021).

Dentre as ações que são realizadas pela Cáritas Brasileira a aproximadamente 20 anos juntamente com a Rede Cáritas Internacional destaca-se a transversalidade de gênero, tanto no processo de organização, quanto na realização de suas ações, que em sua maioria é liderada pelas mulheres. Desse modo, a organização tem o compromisso de realizar denúncias contra todas as formas de violência e violações dos direitos das mulheres e meninas, bem como, a busca por fortalecimento nos ambientes populares e eclesiais, promovendo a reflexão em relação ao papel e o lugar do feminino nos espaços de gestão e instâncias de decisão (Cáritas Brasileira, 2021).

Esta organização também atua no apoio às Comunidades Tradicionais, na preservação do meio ambiente e dos ecossistemas dos biomas brasileiros, bem como, na Economia Popular Solidária a fim de promover a geração de emprego e renda de forma comunitária.

Neste sentido, apresentaremos ainda neste capítulo a abordagem sobre a Economia Popular Solidária como alternativa de inclusão das pessoas no desenvolvimento de Empreendimentos Solidários, com o objetivo de diminuir as desigualdades provocadas pelo sistema capitalista de produção.

4.3 A Economia Popular Solidária no Brasil

Nesta seção faremos uma abordagem sobre a Economia Popular Solidária e como surgiu e está sendo desenvolvida no Brasil. Desse modo, é necessário conceituar a Economia Solidária, conforme algumas definições de autores que estudaram e auxiliaram em sua criação e desenvolvimento no país. Além disso, destacamos algumas organizações que trabalham com a Economia Solidária como exemplo a Cáritas Brasileira que é apoiadora do Movimento Graal no Brasil em Minas Gerais e em Buritizeiro.

O Movimento Graal tem adotado a Economia Popular Solidária em seus projetos a exemplo da Associação Chico Fulô e também tem trabalhado para criar os Empreendimentos Solidários em Buritizeiro nas comunidades rurais e na área urbana, com o objetivo de gerar emprego e renda através da preparação e comercialização de produtos obtidos dos frutos do Cerrado.

Mas, antes de compreender o que é a Economia Solidária e os seus princípios, é preciso entender sobre o conceito de economia, bem como, sua atuação e desenvolvimento na sociedade.

Para Bertucci, et al., (2010):

Quando falamos em ECONOMIA estamos nos referindo àquelas atividades de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços. O termo economia vem do grego, formado pelas palavras *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei). Daí o seu significado de regras para o cuidado com a casa, com o ambiente onde se vive. Cuidar significa atender as necessidades da casa, ou seja, das pessoas que compõem a casa. (BERTUCCI, et al., 2010, p.8).

Além disso, é possível compreender de uma forma melhor o sentido da economia como um conjunto de medidas sociais destinadas a solucionar ou amenizar a relação entre as necessidades existentes (das pessoas e dos grupos humanos) e os recursos que são disponibilizados para saciá-los (BERTUCCI, et al., 2010).

A maneira que as pessoas e as instituições políticas, econômicas e sociais adotam para resolver a relação entre satisfação de necessidade e disponibilidade de recursos, determina os sistemas econômicos. É importante destacar que se tratam de sistemas de organização da produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. Esses sistemas estão presentes no cotidiano das pessoas, dos países e a nível mundial. Sendo assim, se o sistema econômico trabalha com a acumulação de capital com a finalidade de satisfazer, principalmente, as necessidades daqueles que já os possui, ele provoca a desigualdade entre as pessoas, entre os territórios, entre as regiões e os países.

Segundo Bertucci et al. 2010:

No SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA as atividades econômicas são orientadas para gerar riquezas que são acumuladas ou apropriadas por aqueles que possuem bens, capital, recursos e conhecimentos. O capitalista tem por base a propriedade privada dos bens, dos recursos e, o mais importante de tudo, dos meios ou dos fatores de produção: os equipamentos, as empresas, a propriedade da terra etc. Nas sociedades capitalistas, quem não possui esses recursos não consegue satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, moradia, proteção, saúde, locomoção, educação, lazer...) e continua na pobreza. Além disso, quem não tem bens e recursos tem que vender a sua capacidade de trabalhar para gerar riquezas. Por isso, a maior parte das pessoas possui apenas a própria força de TRABALHO que é vendida para quem já tem bens e riquezas acumuladas (o CAPITAL), em troca de um salário. Mesmo assim, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as não conseguem satisfazer suas necessidades fundamentais com a renda obtida no trabalho. O pior é que nem sempre há como exercer essa “liberdade” ou necessidade de vender a força de trabalho. Com isso, o desemprego significa a condenação à miséria para milhões de pessoas. (BERTUCCI, et al., 2010, p.9).

A incessante procura pelo acúmulo de riquezas provoca a morte, até nas guerras que em sua maioria são causadas devido aos interesses econômicos, além da morte provocada por fome, por doenças e por desconhecimento (BERTUCCI et al., 2010). Essa situação tem se agravado a cada dia, devido aos problemas mencionados e a pandemia causada pelo vírus de COVID-19, que também foi um dos fatores que fizeram aumentar as desigualdades sociais.

Ainda para Bertucci et al. 2010:

A desigualdade social é fruto de um sistema econômico orientado para a produção de riquezas que é concentrada pelos que já possuem capital (os capitalistas) e que mantêm a desigualdade social. Impera o desejo pelo lucro, a qualquer preço. A pobreza e miséria são consequências dessa concentração das riquezas para alguns, enquanto que a maioria não consegue satisfazer adequadamente suas necessidades básicas. Pobreza é não ter acesso a alimentos, à moradia, à proteção, à saúde, à educação. Não significa apenas não ter renda (dinheiro). As instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que foram concebidas nesse sistema reproduzem a desigualdade social. (BERTUCCI, et al., 2010, p.10).

A Economia Solidária é considerada um outro modo de produção, que tem como princípios a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual de cada associado.

Com a aplicação desses princípios é possível unir todos os envolvidos em uma só classe de trabalhadores que são os detentores de capital de forma igualitária em cada cooperativa ou sociedade econômica, ou seja, neste modo de produção não há divisão de classes. Isso resulta em solidariedade e igualdade, onde a reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda (SINGER, 2002).

Ainda segundo Singer (2002):

Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (SINGER, 2002, p.9-10).

É importante destacar que a Economia Solidária é um movimento social que luta para transformar a sociedade, pois, seu desenvolvimento é diferenciado, ou seja, não se fundamenta nas grandes empresas e tão pouco nos latifúndios com seus proprietários e sócios. O seu fundamento consiste no desenvolvimento de uma economia voltada para as pessoas, sendo construída e organizada pela população tendo como princípios os valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. Desse modo, ela não é apenas um projeto, um desejo, pois já está sendo aplicada em diversos lugares do Brasil e do mundo (UNISOL, 2020).

Para Mance (2002):

A noção de economia solidária abarca diversas práticas e não há um pensamento único sobre o seu significado. Ela está associada a ações de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defende, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. (MANCE, 2002, p.1).

Neste sentido, trata-se de uma outra forma ou modo de economia em que o trabalho é mais valorizado do que o capital e contribui para desenvolver as habilidades dos envolvidos, com os princípios da autogestão ou gestão coletiva das tarefas de cunho econômico, compartilhando os resultados do trabalho, onde o ser humano é compreendido de forma integral como participante da atividade econômica desempenhada. Sendo assim, no ano de 2006, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, onde a economia solidária foi apresentada como alternativa ao desenvolvimento sustentável e solidário, a partir da abertura de postos de trabalho e distribuição de renda, por meio do crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas (UNISOL, 2020).

Segundo a UNISOL, a Economia Solidária envolve vários tipos de organizações coletivas, as quais acrescentam um grande conjunto de atividades individuais e familiares.

Desse modo, a autogestão é o direcionamento para um conjunto de práticas democráticas participativas na tomada de decisões estratégicas e no cotidiano das organizações e empresas. Com relação à escolha de administradores e de coordenadores das ações das mais variadas instâncias e interesses, nas determinações dos métodos de trabalho, nas decisões relacionadas a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes.

Para Bertucci et al., (2010):

A solidariedade é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; e a ação econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. (BERTUCCI et al.,2010, p.15-16).

A origem da Economia Solidária no urbano se deu a partir do histórico de lutas dos trabalhadores no início do século XIX na Inglaterra, utilizando o cooperativismo como estratégia de resistência para impedir o avanço do capitalismo industrial. Desse modo, é preciso destacar que possivelmente seus princípios advêm dos povos indígenas originários, que ancestralmente praticavam e ainda praticam a economia baseada na solidariedade (SINGER, 2002).

No Brasil, a economia solidária teve início no final do século XX e solidária tem avançado na sua organização política, a partir da construção de fóruns e redes. No início da década de 1980 foram apresentadas algumas iniciativas de apoio e organização de incentivo a Economia Solidária, bem como, os Projetos Alternativos Comunitários, estimulados pela Cáritas Brasileira, a Cooperação Agrícola nos Assentamentos de Reforma Agrária, organizados pelo MST.

É importante destacar que a partir da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), com a participação do economista e professor Paul Singer é que a Economia Solidária começou a ser incentivada no Brasil. Neste sentido, em 1988 foi eleita à Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina de Souza pelo PT, e Paul Singer assumiu a Secretaria Municipal de Planejamento, e ele teve que se afastar de seu trabalho junto Universidade de São Paulo (USP) e do Centro Brasileiro de Análise Planejamento (CEBRAP).

Durante o período em que foi secretário municipal do planejamento houve uma grande crise econômica no país, provocado por um aumento nos índices inflacionários, e apresentou dificuldades em executar o planejamento proposto.

A economia do Brasil passou por grandes problemas relacionados a hiperinflação, no período em que Fernando Collor de Melo foi presidente do Brasil. O país vivenciou um verdadeiro caos com mais de 1 milhão de pessoas desempregadas e milhares de pessoas desabrigadas. Desse modo, a assistência social da prefeitura municipal de São Paulo teve a iniciativa de acolher a população que recorria ao que posteriormente passou a ser denominada de Economia Solidária e que estabeleciam estratégias de sobrevivência fundamentadas na solidariedade e no auxílio aos mais necessitados.

Neste sentido, Paul Singer tinha o propósito de realizar o orçamento participativo envolvendo a organização dos diversos setores da sociedade. Sendo assim, o governo de Erundina alterou a ordem de prioridades de maneira efetiva, favorecendo as pessoas em situação de vulnerabilidade social em detrimento das camadas mais abastadas, mas, por não ter sido reeleita, não deram continuidade ao projeto de Economia Solidária nos governos que lhe sucederam até os anos 2000.

No entanto, essa demanda foi impulsionada ao longo dos anos 1990 em outras localidades e regiões do Brasil, com os seguintes princípios: a fundação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG), interligando as iniciativas de empresas recuperadas por trabalhadores e outros empreendimentos que praticam a autogestão; nas ações que estimulam à Socioeconomia Solidária do Projeto Alternativas do Cone Sul (PACS), que aliada a outras organizações, teve como resultado a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

Além disso, houve iniciativas promovidas pela Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, incentivada pelo sociólogo Hebert de Souza conhecido como Betinho, aliados a várias ONGs e instituições públicas. A partir do surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares organizadas nas Redes ITCPs e com a Rede Unitrabalho que abriram os horizontes da extensão universitária com aspecto de emancipação, tornando as universidades responsáveis pelo fomento e apoio às iniciativas econômicas solidárias em áreas urbanas com alta concentração de vulnerabilidade social e pobreza.

A inclusão das instituições públicas, na proposta de organização das ITCPs, deu origem no Rio de Janeiro, no ano de 1993, ao Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela

Vida – COEP, com o objetivo de incentivar ações de combate à fome e de geração de trabalho e renda a estas populações (BRASIL, 2012).

Com a fundação da Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a adesão e o reconhecimento de parte do movimento sindical, iniciou-se o apoio por parte de diversas iniciativas de Economia Solidária a partir da mobilização dos sindicatos. Ainda houve por meio de experiências de ações governamentais apoiadoras da Economia Solidária, sobressaindo-se os municípios de Porto Alegre, Belém, Santo André e consequentemente Recife e São Paulo, como destaques. No final dos anos de 1990, o governo do estado do Rio Grande do Sul implementou as políticas estaduais de incentivo a Economia Solidária se tornando pioneiro (BERTUCCI et al., 2010).

No final do século XX, a Economia Solidária ressurgiu no Brasil, em resposta às novas formas de exclusão e exploração no universo do trabalho por parte dos trabalhadores. Sendo assim, na área rural, esse modo de economia vem sendo incluída no modelo de organização das atividades produtivas nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, no artesanato, nas atividades de extrativismo, na pesca, na apicultura, entre outros. Além disso, as comunidades tradicionais (quilombolas e ribeirinhos) e os indígenas também tem adotado a Economia Solidária como alternativa para promover o etnodesenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento com práticas que respeitem às características étnicas e culturais desses povos (SINGER, 2002).

No ano de 2001 foi eleita a prefeita de São Paulo Marta Suplicy, o que possibilitou uma iniciativa pioneira de incentivo a Economia Solidária para atender as pessoas mais necessitadas da sociedade. Neste sentido, Paul Singer auxiliou na criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na USP e passou a coordená-la desde então.

É importante destacar que juntamente com o movimento social de instituição da Economia Solidária, alguns estados e municípios brasileiros já tinham elaborado políticas governamentais em Economia Solidária, onde sobressaíram as situações das prefeituras de Porto Alegre-RS, de São Paulo-SP, Recife-RE, Belém-PA e do governo estadual do Rio Grande do Sul no período de 1998 a 2002, influenciando a fundação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no Governo Federal (BRASIL, 2012).

Neste sentido, no município de Buritizeiro a Economia Solidária já tem sido adotada tanto por parte das comunidades tradicionais, nos assentamentos rurais e na comunidade urbana, através de iniciativas da ONG Movimento Graal no Brasil, que atua em âmbitos local, regional e nacional. As ações e projetos que foram e ainda estão sendo desenvolvidos são apoiadas por outras instituições e associações do terceiro setor que são parceiras do Graal tais como: Cáritas

Brasileira, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM), Central Rede Cerrado, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), Fundação Caio Martins (FUCAM); além de órgãos públicos como a Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) e Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER).

A Associação Chico Fulô foi criada a partir de iniciativas de desenvolvimento da Economia Solidária, onde as pessoas associadas são os geraizeiros e os assentados do Movimento Sem Terra, ambos extrativistas dos frutos, flores e folhas de árvores, ervas medicinais do Cerrado, que são utilizados na preparação de iguarias da culinária tradicional norte mineira, artesanatos e remédios naturais.

É importante destacar que as mulheres são as principais mediadoras da Economia Solidária em Buritizeiro, mas, também contam com os homens no extrativismo, na produção e no transporte e na comercialização dos produtos. Contudo, a administração dos projetos e suas aplicações é encabeçada pelas mulheres associadas e que coordenam o Movimento Graal.

Para Bertucci et al., 2010:

As conquistas democráticas são importantes porque podem causar contradições internas nessas sociedades, com a garantia do direito de organização da sociedade - em movimentos sociais e políticos - que pressionam por mudanças nas instituições para reduzir essas desigualdades e construir outros sistemas econômicos. (BERTUCCI et al., 2010, p. 10).

Enquanto isso, nas áreas urbanas, a Economia Solidária possui incentivos dos movimentos populares das comunidades urbanas e pelos sindicatos de trabalhadores, como um caminho de organização econômica e uma alternativa ao desemprego, tendo como princípios: fortalecer o cooperativismo popular e o associativismo de pequenos produtores individuais e familiares; bem como: criar clubes de trocas, bancos comunitários e fundos solidários, nas negociações de recuperação de empresas que abriram falência e essas são recuperadas pelos ex-funcionários, em sistema de autogestão. Desse modo, nos últimos anos, a Economia Solidária tem se apresentado, como alternativa de geração de emprego e renda a favor da inclusão social. (BERTUCCI, et al., 2010).

Para Verardo (2008):

A economia solidária é avessa à realização de política compensatória. Isto quer dizer que trabalhamos pela autonomia e não pela dependência dos empreendimentos e, tampouco, promovemos a precarização (direta ou indiretamente) das condições de trabalho. Diferentemente da política do Terceiro Setor, ela não deve substituir o papel do Estado em seus compromissos e obrigações sociais. Dizer que lutamos contra exploração significa que combatemos toda e qualquer prática em que um empreendimento “solidário” explore outro empreendimento “solidário”, seja através da cadeia produtiva, seja através de rede. Além disso, também trabalhamos pela diminuição das diferenças de retiradas no interior dos empreendimentos. Em suma,

lutamos pela demarcação conceitual da economia solidária como forma de resgatar essencialmente a dimensão humana do trabalho. (VERARDO, 2008, p.58).

No ano de 2001, houve um grande avanço de qualidade na organização da Economia Solidária no país, a partir de uma mobilização social instituições e entidades participaram do I Fórum Social Mundial (FSM), que ocorreu em Porto Alegre-RS, em que também foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro). O trabalho do GT Brasileiro, contava com o envolvimento de doze organizações e entidades nacionais, e ganhou notoriedade, proporcionando a troca de experiências e integração entre as diversas formas e práticas da Economia Solidária no Brasil e a nível mundial, através da realização dos Fóruns Sociais Mundiais (BRASIL, 2012).

É preciso destacar que o GT Brasileiro elaborou uma carta ao Presidente Lula e organizou a I Plenária Brasileira de Economia Solidária⁷⁷, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2002, em São Paulo, onde participaram cerca de 200 pessoas com o propósito de organizar uma agenda com objetivos em comum para os envolvidos no movimento em prol da Economia Solidária, e foi criada a primeira versão da Plataforma da Economia Solidária no Brasil. Ainda, em dezembro de 2002, também foi fundada uma Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, que foi consolidada no ano de 2003 (BRASIL, 2012).

Estas redes reúnem as iniciativas de políticas governamentais existentes desde a década de 1980, com o objetivo de expandir os recursos públicos para promover o desenvolvimento da Economia Solidária, a fim de fortalecer e incentivar a organização e participação social do segmento político nas decisões relacionadas as políticas públicas.

No ano de 2003, foi fundada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNS), no início do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi indicado como secretário da instituição o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP), Paul Singer. No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi instituída a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, tendo como base o Decreto no 4.764, de 24 de junho de 2003, resultado do empenho político juntamente com diversas organizações que trabalham com Economia Solidária no Brasil (BRASIL, 2012).

O público-alvo das políticas públicas em ES são aqueles cidadãos e cidadãs que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da Economia Popular Solidária. A prioridade de acesso é para os cidadãos que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, torna-se

⁷⁷ Foram discutidas algumas questões tais como: o fortalecimento das finanças solidárias, a construção de um marco legal adequado à ES, a promoção de redes de produção, comercialização e consumo e o apoio à organização social da ES, eram pontos presentes na Plataforma que foram reafirmados como prioridade por estes encontros e assumidos como políticas pela SENAES (BRASIL, 2012, p.30).

fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e trânsito dentro da política. Com a criação da SENAES, foi possível implantar um conjunto de ações que visam ao fomento e fortalecimento das iniciativas de ES, enquanto formas de organização do trabalho associado. Internamente, no Ministério do Trabalho e Emprego, a discussão sobre a ES enfrentou resistências, já que a vocação histórica deste órgão era tratar das questões dos trabalhadores/as assalariados/as. Contudo, com o passar dos anos, a SENAES consolidou-se, contribuindo para ampliar a missão institucional do Ministério no fomento ao trabalho associado ao lado de outras formas de trabalho assalariado (BRASIL, 2012, p.15).

A SENAES foi criada através de um conjunto de ações desenvolvidas por outras instituições governamentais em auxílio a Economia Solidária (ES), em programas de combate à pobreza voltados a segurança alimentar e nutricional, de fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária, de regularização fundiária de terras indígenas, quilombolas e camponesas, de saúde mental, de qualificação social e profissional, de educação de jovens e adultos, de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia (BRASIL, 2012).

Ainda no mesmo período, no mês de junho de 2003, foi realizada a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, que culminou na fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), como forma de fortalecimento do próprio movimento. Ele se articula com os movimentos sociais a partir de um espaço de diálogos entre vários sujeitos promovendo a estruturação da Economia Solidária. O objetivo fundamental da existência do fórum é que ele sirva para a ocorrência de “alternativas” ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Segundo Bertucci et al., (2010):

O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país, a partir da realidade local, de modo economicamente solidário e ambientalmente sustentável. São hoje mais de 120 Fóruns Microrregionais e 27 Fóruns Estaduais em todo o país, em que participam mais de 3.000 empreendimentos solidários, 500 entidades de assessoria e 100 representantes de governos municipais e estaduais. O FBES também está comprometido com a construção do movimento de economia solidária a nível internacional por meio da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária e do Espaço MERCOSUL de Economia Solidária. (BERTUCCI et al., 2010, p.19).

Em 2004, foi realizado o I Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, e contou com a participação de mais de mil trabalhadores de todo o Brasil, demonstrando a expressão da grande diversidade cultural e econômica alcançada pela ES no país. Ao longo dos anos supracitados, as ligas e uniões de Empreendimentos Solidários já consolidados tais como: a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (ANTEAG) e a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária

(CONGRAB) e foram fundadas outras novas organizações a nível nacional, como exemplo da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e da União e Solidariedade de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL Brasil).

No ano de 2006, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, e movimentou mais de 15.000 mil pessoas nas etapas de preparação em nível estadual e microrregional e 1.200 pessoas na etapa nacional. Na Conferência foram estabelecidos diretrizes, objetivos e preferências para as políticas públicas voltadas para a ES, como direito de cidadania e obrigação do Estado.

Ao término da Conferência, foi implementado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNS), com a participação de 56 membros, sendo 13 representantes dos Ministérios do Governo Federal, 3 bancos públicos, representantes do Fórum de Secretários do Trabalho dos Governos de Estado e da Rede de Gestores de Políticas Públicas municipais, bem como, pessoas que representavam os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e as instituições de apoio e fomento trabalham com a Economia Solidária.

Ainda no ano de 2006, ocorreu a I Feira Nacional de Economia Solidária juntamente com a Teia Cultural, esta feira foi promovida pela Ministério da Cultura, e demonstrou uma diversidade em relação abrangência da Economia Solidária no Brasil. No período de realização da Feira, foi lançado o Atlas da Economia Solidária no Brasil, com a finalidade de estabelecer um banco de dados com caracterização de mais de 15 mil EES de Instituições de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (BRASIL, 2012).

Durante os anos de 2005 a 2007, a SENAES desenvolveu o seu Primeiro Plano Plurianual e começou a melhorar a estruturação de suas áreas de atuação que concediam uma identidade à política pública e facilitaria a compreensão em torno de seus objetivos.

No ano de 2008, a SENAES deu início a um novo ciclo através da reestruturação do Programa Solidário em Desenvolvimento no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, para apresentar ações integrativas que abrangessem três eixos de atuação, com o propósito de fortalecer as EES a partir do acesso a:

I) capital (apoio à oferta de bens e serviços financeiros), II) conhecimentos (formação, assistência técnica e pesquisas), e III) mercados (organização dos processos de produção e canais de comercialização), em atendimento às principais demandas que emergiram na I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006. (BRASIL, 2012, p.19).

Em junho de 2010 foi realizada a II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), o que foi primordial para fortalecimento institucional da Economia Solidária no país. O tema discutido foi: “O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho

associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão”, apresentando a ES como alternativa e política pública de desenvolvimento. É importante destacar que antes da ocorrência da etapa nacional, aconteceram as etapas de preparação territoriais, regionais e estaduais, bem como, as conferências temáticas.

Foram realizadas um total de 187 Conferências Regionais ou Territoriais com atuação em aproximadamente 2.900 municípios brasileiros, com a participação de 15.800 pessoas. Além disso, entre os meses de março e abril de 2010, ocorreram 27 Conferências Estaduais de Economia Solidária, com 4.659 participantes. Ainda, foram realizadas 5 Conferências Temáticas cuja abordagem foram os seguintes temas: finanças solidárias, do comércio justo, da formação, do cooperativismo solidário, do etnodesenvolvimento e das cooperativas sociais (BRASIL, 2012).

Em 2010, também foram implementados dois Decretos como contribuição do Governo Federal para a institucionalização da política pública voltada a Economia Solidária a saber: o Decreto no 7.357, de 17 de novembro de 2010, que legalizou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), e o Decreto no 7.358, de 17 de novembro de 2010, que regulamentou o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário (SCJS). (BRASIL, 2012).

Desse modo, 435 projetos de apoio e fortalecimento da Economia Solidária tiveram auxílio das instituições governamentais e bancárias, pelo SENAES foram apoiados 146 projetos, sendo 175 pela Fundação Banco do Brasil, 64 pela FINEP e 50 pelo Banco do Nordeste. Foram investidos um total de R\$206.278.341, 41 (duzentos e seis milhões, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos) nestes projetos (Tabela 4):

Tabela 4: Recursos Investidos nos Projetos de ES (2003-2010)

Origem do Projeto	Projetos	%	R\$	%
FBB/SENAES	175	40,2	51.169.410,80	25
SENAES	146	33,6	129.526.830,61	63
FINEP/SENAES	64	14,7	20.772.514,81	10
BNB/SENAES	50	11,5	4.809.585,19	2
Total	435	100,0	206.278.341,41	100

Fonte: Pesquisa SENAES-SOLTEC/UFRJ, 2011.

Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

A Fundação Banco do Brasil (FBB) foi a que apresentou o maior percentual de investimentos nos projetos, o equivalente a 40,2 %, seguida pela SENAES com 33,6 %. Em contrapartida, a SENAES apresentou 63% de investimento financeiro nos projetos, o equivalente a R\$ 129.526.839, 61

(centro e vinte nove milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos), enquanto a FBB investiu 25 %, no valor de R\$ 51.169, 410, 80 (cinquenta e um milhões, cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez reais e oitenta centavos).

Conforme os dados apresentados na Tabela 5, a distribuição dos recursos em âmbito nacional e regional, apontam que os projetos nacionais representam 15% do número de projetos de porte maior, com investimento total de 34%, no valor de R\$ 70.281.870,61 (setenta milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta reais e sessenta e um centavos).

Tabela 5: Distribuição dos Recursos nos Projetos de ES, por Abrangência Nacional Regional (2003-2010)

Abrangência	Projetos	%	R\$	%
NORDESTE	135	31	38.242.988,60	19
SUDESTE	99	23	40.847.739,60	20
SUL	73	17	23.624.286,70	11
NORTE	35	8	22.383.075,20	11
CENTRO OESTE	26	6	10.898.830,70	5
NACIONAL	67	15	70.281.870,61	34
TOTAL	435	100	206.278.341,41	100

Fonte: Pesquisa SENAES-SOLTEC/UFRJ, 2011.
Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

A região que apresentou o maior número de projetos aprovados foi a Nordeste com 135, o equivalente a 31%. Porém, o valor dos investimentos financeiros foi de R\$ 38.242.988,60 (trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), um percentual de 19%, um pouco menor em relação a região Sudeste que aprovou 99 projetos e recebeu investimentos no valor de R\$ 40.847.739, 60 (quarenta milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

Enquanto isso, a região Centro-Oeste teve o menor percentual de projetos aprovados de 6%, com investimentos em aproximadamente onze milhões de reais, apenas 5% do orçamento total, e a região Norte aparece em segundo lugar com apenas 8% de projetos aprovados, com investimentos de pouco mais de vinte e dois milhões de reais, representando 11% do total investido no país.

Em 2012, foi publicado o relatório cuja abordagem foram os 8 anos de implementação e consolidação da SENAES sob o comando do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O documento relata todo o processo histórico de criação da Secretaria, bem como, as ações que foram desenvolvidas em prol da Economia Solidária no Brasil.

Foram estabelecidas as Redes e Fóruns de Economia Solidária, com a implantação de Empreendimentos Solidários nas áreas urbana e rural, bem como, a criação de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária envolvendo as universidades, a cooperativas solidárias e a sociedade, com a finalidade de capacitar os grupos que atuam ou pretendem atuar na Economia Solidária.

É importante destacar que a SENAES foi considerada uma instituição que promovia o diálogo entre os setores do governo e da sociedade civil que aderiram e aderem a Economia Solidária como um modelo de economia, apresentando normas, maneiras de acompanhar e executar ações no campo de crescimento de uma política nacional. No entanto, o cenário político passou por algumas mudanças no ano de 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Sendo assim, o então vice-presidente Michel Temer passou a ocupar o cargo como presidente. A SENAES continuou vinculada ao MTE, mas, se tornou uma subsecretaria, provocando uma significativa diminuição nos orçamentos destinados a ES, além de limitar as políticas de fomento e apoio. O Secretário da SENAES Paul Singer se manteve à frente da secretaria até 2016.

No ano de 2019, o Governo de Jair Bolsonaro extinguiu alguns ministérios, dentre eles o Ministério do Trabalho e Emprego, sendo assim, a pasta da Economia Solidária foi mudada para o que seria chamado de Ministério da Cidadania. Foi promulgado o Decreto nº 9.574 de 2 de janeiro de 2019 a partir de Medida Provisória, a qual apresentou em detalhes a estrutura e os cargos que passariam a compor o Ministério da Cidadania. Porém, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, colocando em xeque a existência ou extinção do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), mas, a nova Lei 13.844 foi firmada decidiu pela manutenção desse conselho.

Apesar de ser extinta, a SENAES foi responsável por grande parte das mudanças no âmbito da Economia Solidária e organizou movimentos sociais e empreendimentos, destinados a atender as demandas dos envolvidos na Economia Solidária. Além disso, a SENAES permaneceu vinculada aos Fóruns e as Redes na criação e na execução das políticas públicas, considerando que a maioria destas são realizadas em parceria com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Neste sentido, a Economia Solidária possui grande relevância desde que vem sendo desenvolvida no Brasil, além de contribuir para a transformação nos campos político, econômico e social. É importante destacar que a ES, movimenta aproximadamente R\$ 12 bilhões de reais ao ano, e, conta com mais de 20 mil Empreendimentos Solidários cadastrados e atuantes no país (INCOP, 2020).

Contudo, mesmo diante de tantos obstáculos, que se contrapõe ao desenvolvimento da ES, as instituições e os movimentos que atuam em prol da Economia Solidária, continuam

executando as ações para que essas práticas sejam reconhecidas. Desse modo, foi aprovada no mês de fevereiro de 2020, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), um projeto de emenda à Constituição que inseriu a Economia Solidária como um dos princípios da base econômica nacional. A inserção da proposta na Constituição Federal é primordial para que esta seja efetivada como uma política pública instituída pelo Estado, e não somente de governo, e assim se torne como parte das ações que estabelecem a ordem econômica do país.

Neste sentido, a ES é uma alternativa para transformar a atual conjuntura socioeconômica brasileira, tendo como base a solidariedade, com a finalidade de incluir as pessoas das comunidades urbana e rural como beneficiários do desenvolvimento socioeconômico como direito de cidadania. É importante destacar que é uma forma de valorizar o cooperativismo e as ações coletivas, a fim de promover a justiça social, econômica, de gênero e étnica.

4.3.1 As Redes de Economia Solidária e as Redes de Colaboração Solidária⁷⁸

As Redes de Economia Solidária foram sendo estabelecidas desde que a SENAES foi fundada no ano de 2003, conforme abordado na seção anterior. Desse modo, foi abordado nesta subseção sobre a organização das Redes de Economia Solidária (RES), as Redes de Colaboração Solidária (RCS) e quais as estratégias para tornar a Economia Solidária conhecida a partir dos meios de divulgação como as redes informacionais.

Desse modo, é importante destacar que as Redes Solidárias dão suporte logístico e de cooperação econômica para auxiliar a constituir os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Neste sentido, as redes possuem um papel de ligar inúmeros elos da cadeia produtiva ou reunir participantes de um mesmo segmento. Através desse apoio, as associações e cooperativas se conectam e assim possibilitam a expansão das redes por diversos estados brasileiros (BRASIL, 2012).

Segundo Higa (2005):

⁷⁸ As Redes de Colaboração Solidária foram estabelecidas a partir de estudos realizados pelo professor universitário e filósofo Euclides André Mance no Instituto de Filosofia da Libertação criado em 1994 em Curitiba. Em 2002 o autor lançou a obra: “Redes de Colaboração Solidária, e, também lançou em 2003 o livro: Como Organizar Redes Solidárias. Além disso, em 2003 passou a atuar como colaborador no Programa Fome Zero, no primeiro governo do presidente Lula. Mance também atuou como consultor contratado pela UNESCO (2004) e FAO (2005-2006) em projetos de desenvolvimento local. Desse período de intenso trabalho de diagnósticos sobre a realidade brasileira e de elaboração de políticas públicas, articulando desenvolvimento territorial com estratégias de Economia Solidária, que resultou no livro: Fome Zero e Economia Solidária - O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil (2004). Também tem colaborado recorrentemente em dois cursos on line: um deles sobre **Filosofia da Libertação**, oferecido pelo IFIL, e outro sobre **Circuitos Econômicos Solidários**, oferecido por *Solidarius* Internacional. (Fonte: <http://euclidesmance.net/wp/index.php/biografia/>).

As Redes de Economia Solidária (RES) são frutos da luta pela cidadania e pela democracia no Brasil. Surgidas em um contexto de mudanças econômica, social, política e na ciência & tecnologia (C&T), ou seja, de crise, as RES articulam setores do Estado e da sociedade civil, atuando no Mercado: na elaboração teórica e no apoio a empreendimentos solidários (trabalhadores autônomos, micro e pequenas empresas, associações e cooperativas), no sentido da inclusão social e da democratização das relações de trabalho. Portanto, as RES incorporam trabalhadores, militantes de movimentos sociais, comunidade científica, setores religiosos, gestores públicos, parlamentares, entre outros. Essas redes no Brasil estão ligadas a questões como a cidadania e a inovação. (HIGA, 2005, p.1).

Conforme podemos observar na Figura 4, as Redes de Economia Solidária foram estabelecidas e organizadas a partir da conexão entre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) articulando-se a Rede de Gestores Públicos, bem como, as Redes de Socioeconomia Solidária, aos Fóruns Estaduais, bem como, as Instituições Governamentais representadas pelo Governo Federal, Governos Municipais, Estaduais e SENAES.



Figura 4: Organização das Redes de Economia Solidária no Brasil, 2007.
Fonte: Atlas da Economia Solidária, 2007.

Além disso, contou com a participação de Empreendimentos Econômicos Solidários (Empresas Auto Gestoras, Organizações de Finanças Solidárias, Cooperativismo Popular, Redes de Empreendimentos e Associações e Clubes de Trocas), bem como, Entidades de Apoio e Fomento (Pastorais, Cáritas, Movimentos Sindicais ADS/CUT, Universidades, Incubadoras, ONGs, IBASE, PACS) e as Ligas e Uniões (ANTEAG, UNISOL, CONGRAB, MST, UNICAFES), dentre outros.

É importante destacar sobre a atuação da Cáritas Brasileira na Economia Popular Solidária (EPS), que se trata de uma entidade que atua em favor dos necessitados desde a década de 1950, antes mesmo de ser aplicada por Paul Singer na década de 1990 e de sua legalização a partir da criação da SENAES em 2003. A Cáritas desenvolve seu trabalho por meio de articulação em redes as quais abrangem a floresta, o campo e a cidade na estruturação de alternativas que produzam demandas coletivas e auto gestionárias, promovendo a inclusão social e produtiva das pessoas em situação de vulnerabilidade social, que são afetadas pelo desemprego e pela pobreza.

A Rede de EPS estabelecida pela Cáritas, trata-se de uma estratégia de desenvolvimento territorial, solidário e sustentável e tem por base a organização coletiva de trabalhadores (as), que desejam melhorar a qualidade de vida estabelecendo relações de trabalho, a partir de associações, cooperativas, redes ou até mesmo grupos informais. É uma forma de diminuir e acabar com as desigualdades provocadas pelo sistema capitalista de produção, de estruturação de outro modo econômico de desenvolvimento, onde as pessoas estejam envolvidas, com o propósito em promover o bem viver. Além disso, é considerado como um meio de produção de conhecimento das realidades locais, direitos humanos, sociais e econômicos, bem como, uma forma de ampliar a consciência crítica e que estimule à participação da sociedade.

A Cáritas Brasileira apoia várias iniciativas de EPS em todo o país, e conta com 600 agentes Cáritas de 176 entidades-membro que fomenta e acompanham Empreendimentos Solidários (ES) criados por jovens, pontos de cultura, catadores (as), mulheres, moradores de rua, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades tradicionais, entre outras (Cáritas Brasileira, 2020).

Estas redes se fortaleceram com a fundação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e foram criadas políticas públicas para atender as demandas dos trabalhadores (as) excluídos, marginalizados, em situação de vulnerabilidade social e desempregados, estimulando as práticas do bem viver e da solidariedade.

Neste sentido, foram criadas as Redes de Colaboração Solidária e as Organizações Solidárias, que tem aumentado nas áreas política, econômica e cultural, com o propósito de garantir a liberdade pessoal e pública, podendo se transformar em uma alternativa econômica em relação ao contexto atual de globalização, criando um novo campo de contrato social, ou seja, o setor público não-estatal (MANCE, 2002).

Ainda, de acordo com Mance (2002):

Os FSM nos mostram que os segmentos populares da sociedade civil planetária, compostos por segmentos oprimidos, explorados, expropriados, dominados e excluídos, bem como por todos/as aqueles/as que lhes são solidários, passaram a se organizar internacionalmente tanto na resistência às diversas formas de opressão quanto na proposição e realização de alternativas. Essas alternativas podem superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos, afirmando a construção de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Organizadas em redes de colaboração solidária, elas têm o potencial de dar origem a uma nova civilização, multicultural, que deseja a liberdade de cada pessoa em sua valiosa diferença. A integração solidária dessas redes coloca no horizonte de nossas possibilidades concretas a realização planetária de uma nova revolução, capaz de subverter a lógica capitalista de concentração de riquezas e de exclusão social e diversas formas de dominação nos campos da política, da economia e da cultura. (MANCE, 2002, p.1).

No processo de criação dos fóruns e de realização de eventos as RES se conectam a outras redes, como exemplo: a Rede Cirandas que oferece ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política da Economia Solidária. A Cirandas é uma rede social, que auxilia os empreendedores a organizarem-se em cadeias produtivas. Ela disponibiliza sites com acesso gratuito e sistema de busca de produtos e serviços. Desse modo, o usuário pode acessar o que está disponível na rede social, conforme o tema, setor econômico ou região territorial (BRASIL, 2012).

As redes sociais são utilizadas para informar as pessoas que estão inseridas nos Programas de Economia Solidária, e com o passar dos anos as redes informacionais vão sendo incorporadas por sujeitos que não tinham acesso as tecnologias de informação.

No caso das pessoas que estão sendo inseridas nas Redes de Economia Solidária, podemos considerar que no contexto da modernidade, elas fazem parte da Sociedade Rede que se diferencia da Sociedade em Rede, pois, estão tendo acesso as tecnologias de informação como a internet.

Para Camacho (2013):

Sociedade rede e sociedade em rede são diferentes. Essa última já presente em sociedades anteriores, como os correios, o comércio, a eletricidade, as telecomunicações; enquanto que a primeira é a sociedade deste tempo, que configura uma nova arquitetura social, caracterizada pela interatividade informacional. As sociedades em rede referem-se a construções técnicas que a humanidade organizou desde momentos históricos mais pretéritos. Já a sociedade rede é herdeira da revolução tecnológica. (CAMACHO, 2013, p.18-19).

Neste sentido, as Redes de Economia Solidária estão se expandindo e se tornando conhecidas, devido à inserção nas redes informacionais, considerando que a internet é um importante veículo de acesso ao conhecimento e informação e que auxilia os empreendedores conhecer novas estratégias de produção. Isso também ocorre na divulgação de seus produtos e no estabelecimento de relações socioeconômicas com outras pessoas que trabalham com ES em localidades diferentes.

Segundo Castells (2004) a tecnologia em si não torna a sociedade atual diferente das anteriores, se não for acompanhada por transformações culturais, organizativas e institucionais. Neste sentido, acreditamos que as Redes de Economia Solidária, estão sendo estabelecidas com o propósito de mudar a situação social e econômica de diversas pessoas, sejam elas das comunidades tradicionais, das cidades (cidadãos que se encontram desempregados), dos excluídos, dos marginalizados, entre outros.

Essas redes funcionam processando interligações de algumas instituições, cooperativas, pequenos empreendimentos comerciais e agropecuários e pessoas que disponibilizam a mão de obra no trabalho de produção.

As Redes de Economia Solidária também trabalham com os valores culturais dos empreendedores que estão inseridos, e tem como objetivo valorizar o sujeito e promover a equidade social e o desenvolvimento econômico.

Segundo Santos (2006, p.182), “através das redes, podemos reconhecer, três níveis de solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local”.

No caso da Economia Solidária, compreendemos que é no nível local, ou seja, no lugar que as redes começam a ser estabelecidas, primeiramente entre as pessoas da vizinhança, por meio das relações de parentesco, se estende para as áreas urbana e rural, e vão se conectando com outras cidades da região em que estão inseridas até alcançar outros estados do Brasil e o exterior.

Neste sentido, é que também se estabelecem as Redes de Colaboração Solidária, onde são criados os Empreendimentos Solidários que são operados através do trabalho solidário, tendo como princípios: a autogestão, o cooperativismo, o coletivismo e a solidariedade, bem como, a comercialização e o consumo solidário.

Segundo Mance (2002):

A gestão de uma rede solidária deve ser necessariamente democrática, pois a participação dos membros é inteiramente livre, respeitando-se os contratos firmados entre os membros. Entre suas características estão: descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo. (MANCE, 2002, p. 3).

No entanto, o processo de comercialização nem sempre é fácil, pois, em certos lugares onde estão situados alguns dos Empreendimentos Solidários, sobretudo as associações e cooperativas, nem sempre existem os pontos fixos para que os produtos sejam comercializados. Além disso, existem algumas dificuldades em relação a circulação desses produtos, ou seja, os problemas muitas vezes por falta de transporte adequado. Outro fator que pode dificultar a

comercialização é o desinteresse da sociedade local, regional ou até mesmo nacional em adquirir os produtos derivados da Economia Solidária.

Conforme afirma Mendonça (2011), ainda existem outros desafios, além dos supracitados, a serem superados no processo de comercialização dos produtos da Economia Solidária:

A comercialização é o desafio maior a ser superado para garantir a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários. O que retrata a situação da comercialização, ou melhor, da ausência de uma logística adequada a essa forma de organização, no sentido de garantir o acesso dos produtos de origem da economia solidária e do comércio justo aos mercados existentes, ou ainda, que propicie as estruturas de ambientes para a troca comercial entre os próprios EES. As principais dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos da ES: Falta de capital de giro, Logística: estradas, armazéns etc. Quantidade suficiente de clientes Manutenção irregular do fornecimento (escala e regularidade). Preço do produto inadequado (baixo). Falta de registro legal para comercialização e dificuldade em realizar vendas a prazo. (MENDONÇA, 2011, p. 60- 61).

Neste sentido, para que esses desafios sejam superados, é necessário que os empreendedores e trabalhadores que atuam em empresas e associações solidárias, invistam em cursos de capacitação, a fim de aprenderem como gerir o seu empreendimento, considerando os princípios da Economia Solidária. Outra sugestão seria a busca por parceiros e patrocinadores que estejam interessados em investir em cursos, em infraestrutura adequada para comercialização, a divulgação e apresentação do produto, bem como, o investimento em pontos fixos de comercialização dos produtos na localidade em que estão inseridos. Essas são estratégias para que os ES seja aplicada de forma efetiva como uma alternativa ao desenvolvimento socioeconômico daqueles que lutam por sua existência.

As dificuldades mencionadas anteriormente também são sentidas nas comunidades que estão inseridas na Associação Chico Fulô no município de Buritizeiro. E podemos observar esses problemas no seguinte relato de uma das associadas ao Movimento Graal e também pertencente a Comunidade Gerais do Calixto:

[...] Aqui na cidade nós não tem um ponto de comercialização não. Nós geralmente vamo pras feiras de economia popular solidária, que a gente mais comercializa. Igual uma feira que a gente sempre vai, que é uma feira muito boa, é a da Agriminas. É uma feira que cê pode leva os produtos que cê tem certeza que vai vende tudo [...]. (A.V.)⁷⁹

Ainda podemos observar no relato de uma representante da Comunidade Lança 1, sobre as dificuldades enfrentadas com relação a comercialização dos produtos:

[...]E o problema nosso hoje, a dificuldade nossa é pra vende! É só de ocasião, nós não faz assim direto, pra tá vendendo direto, entendeu? A gente faz é por encomenda, senão quando tem uma feira ou sindicato, ou mesmo quando faz o cadastro o nosso

⁷⁹Entrevista realizada com uma das associadas do Movimento Graal Mulher e representante da Comunidade Gerais do Calixto, durante trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

cadastro nas feira a gente vai! Mais, a maior dificuldade é transporte, não temos e também pra vendas! Essa é a nossa dificuldade! [...]. (D.S.)⁸⁰

Analisando o relato das entrevistadas, notamos que em Buritizeiro não há estruturas destinadas a comercialização dos produtos da Economia Solidária, e sendo assim, viajam para outras localidades para comercializar em grandes feiras solidárias. Mas, há projetos de instalação de feiras permanentes no município, para que sejam realizadas pelo menos uma vez durante a semana. É importante destacar que os associados e cooperativados da Associação Chico Fulô se unem a outras entidades e associações de outros municípios para realizarem feiras no município em períodos esporádicos. Eles se organizam com a participação de movimentos sociais, com o apoio da Central Cerrado, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM), da Cáritas Brasileira atuante especificamente em Minas Gerais e do Núcleo do Pequi.

No ano de 2020, estava prevista a organização e realização de uma Feira de Economia Solidária que iria ocorrer no mês de março, mas, em consequência da pandemia da COVID-19, a feira foi cancelada. Geralmente, as feiras são realizadas no município de Montes Claros e os associados precisam se deslocar até lá para comercializarem seus produtos. Eles levam uma boa quantidade de produtos e na maioria das vezes vendem todos. Isso é possível graças ao trabalho de divulgação e, também pela feira está situada em um ponto fixo de comercialização e por conta de a Economia Solidária ser consolidada no município em questão e apoiada pelas instituições citadas anteriormente.

Conforme apresentado sobre os avanços da ES no relatório SENAES (2012):

As feiras de ES se configuraram como importante estratégia de comercialização e promoção dos produtos dos empreendimentos solidários, ao mesmo tempo, as feiras de ES foram se constituindo em espaços fundamentais de articulação, divulgação, informação e formação conceitual do movimento da ES beneficiando a sociedade brasileira, seja por ofertar produtos para serem consumidos, seja por possibilitar o conhecimento sobre as ideias de uma outra economia. Em outras palavras, as feiras são reconhecidas como espaço de venda direta e de negócios futuros, que permite viabilizar os produtos comercializados, como também resgata a relação personalizada entre os empreendimentos e os consumidores, conseqüentemente buscam nessa estratégia favorecer a fidelidade para o consumo dos produtos e serviços de origem solidária e da produção familiar e agroecológica das populações que vivem nos territórios onde essas feiras acontecem. Do ponto de vista das políticas públicas de ES as ações de apoio às feiras de ES fizeram parte de uma proposta mais ampla de política de promoção e fomento ao Comércio Justo e Solidário⁸¹ e ao Consumo Responsável. (BRASIL, 2012, p.192-193).

⁸⁰ Entrevista realizada com uma das representantes da Associação Chico Fulô e da Comunidade Lança 1, durante o trabalho de campo no município de Buritizeiro-MG, em agosto de 2019.

⁸¹ O Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS) é um sistema ordenado de parâmetros que visam promover relações comerciais mais justas e solidárias, articulando e integrando os EES e seus parceiros colaboradores em todo o território brasileiro. Sua finalidade é orientar e disciplinar a implantação, estabelecer competências e responsabilidades na gestão, definir as formas e procedimentos de habilitação e permanência dos participantes e nortear a geração de credibilidade. (BRASIL, 2012, p.196-197).

É importante destacar que as redes sociais são essenciais no processo de divulgação dos produtos e das feiras solidárias, e, um meio de estabelecer contato com as pessoas que atuam na ES de várias localidades diferentes. Essas instituições e empresas solidárias possuem sites onde suas histórias e trajetórias são apresentadas, os produtos que são feitos e os projetos realizados em prol do fortalecimento da Economia Solidária.

Neste sentido, uma maneira de tornar os produtos da ES conhecidos e de garantir o seu acesso é através do consumo solidário conforme proposto por Mance (2002):

O consumo solidário significa selecionar os bens de consumo ou serviços que atendam nossas necessidades e desejos visando tanto realizar o nosso livre bem viver pessoal, quanto promover o bem viver de trabalhadores e trabalhadoras que elaboram aquele produto ou serviço, como também visando manter o equilíbrio dos ecossistemas. De fato, quando consumimos um produto em cuja elaboração seres humanos foram explorados e o ecossistema prejudicado, nós próprios somos co-responsáveis pela exploração daquelas pessoas e pelo dano provocado ao equilíbrio ecológico, pois com nosso ato de compra contribuimos para que os responsáveis por essa opressão possam converter as mercadorias em capital a ser reinvestido do mesmo modo, reproduzindo as mesmas práticas injustas socialmente e danosas ecologicamente. O ato de consumo, portanto, não é apenas econômico, mas é também ético e político. Trata-se de um exercício de poder pelo qual efetivamente podemos apoiar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social ou contrapor-nos a esse modo lesivo de produção, promovendo, pela prática do consumo solidário, a ampliação das liberdades públicas e privadas, a desconcentração da riqueza e o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável. (MANCE, 2002, p.2).

Desse modo, ao escolher e consumir produtos da Economia Solidária estamos ajudando no desenvolvimento das RES e no seu fortalecimento, considerando que os investimentos que fazemos no consumo solidário vão realimentar a produção solidária e garantir o bem viver daqueles que participam das redes de produtores e consumidores. Cabe destacar que o crescimento do consumo solidário em nível mundial é significativo. Mas, para que de fato esse tipo de consumo se efetive devemos deixar de ser meros críticos do modo capitalista de produção e não o realimentar através do nosso consumo. Devemos apoiar o consumo solidário, nos tornando consumidores dos produtos da ES.

4.3.2 Os Empreendimentos Econômicos Solidários

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são definidos como organizações associativas em que desenvolvem atividades econômicas, com a atuação de trabalhadores da área urbana e rural, que desempenham de forma democrática a gestão das tarefas e aplicação dos resultados (MENDONÇA, 2011).

Para Singer (2002, p.16), “o objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas”.

Dantas e Pontes (2015), também afirmam que “empreendimentos econômicos solidários são caracterizados como aqueles pautados na autogestão, participativos, democráticos, baseados na autossustentação e no desenvolvimento humano”.

Neste sentido, é necessário que se desenvolva o trabalho solidário, para além da autogestão e corresponsabilidade social, onde o que sobra no processo de produção seja reinvestido de maneira solidária para financiar ou patrocinar outros empreendimentos.

Segundo Mance (2002), essas estratégias adotadas podem ser organizadas no sentido de:

a) integrar às atividades de trabalho e consumo as pessoas que estão sendo excluídas pelo capital, b) ampliar a oferta de bens e serviços solidários, c) expandir as redes de produtores e consumidores, d) melhorar as condições de vida de todos que aderem à produção e ao consumo solidário. Assim, com os excedentes gerados nos empreendimentos solidários organizam-se novos empreendimentos produtivos criando-se oportunidade de trabalho para desempregados, propiciando-lhes um rendimento estável que se converte, graças ao consumo solidário praticado por esses mesmos trabalhadores, em aumento de consumo final de produtos da própria rede, gerando-se assim mais excedentes a serem investidos. (MANCE, 2002, p. 4).

No Brasil desde que a Economia Solidária foi sendo incorporada como uma alternativa de desenvolvimento econômico, tem-se investido em Empreendimentos Econômicos Solidários. Desse modo, em todas as 5 regiões do país houve a implantação das EES, aproximadamente 22.000, em 2.933 municípios, ou seja, 53%, conforme apontam os dados disponibilizados pelo Atlas da ES da SENAES de 2005-2007 (Tabela 5).

Sendo assim, a região onde foram estabelecidos o maior número de Empreendimentos Econômicos Solidários foi o Nordeste, o equivalente a 9.498 e um percentual de 43,5%. Nas outras regiões estão distribuídas da seguinte maneira: na região Norte foram 2.656 EES representando 12%, na região Sudeste cerca de 3.912 ou seja 18%, enquanto no Sul 3.583 um percentual de 16,5% e Centro-Oeste 2.210 ou 10%.

Tabela 6: Quantidade e Percentual de Empreendimentos de Economia Solidária por Unidades da Federação/Região (2005-2007)

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/ Total de Municípios
RO	293	1,3 %	40	77%
AC	543	2,5%	21	95%
AM	461	2,1%	44	71%
RR	126	0,6%	15	100%
PA	574	2,6%	86	60%
AP	157	0,7%	14	88%
TO	502	2,3%	92	66%
NORTE	2.656	12%	312	69%
MA	793	3,6%	86	40%
PI	1.472	6,7%	158	71%
CE	1.854	8,5%	173	94%
RN	817	3,7%	106	63%
PB	670	3,1%	129	58%
PE	1.526	7,0%	185	100%
AL	284	1,3%	59	58%
SE	471	2,2%	68	91%
BA	1.611	7,4%	210	50%
NORDESTE	9.498	43,5%	1.174	65%
MG	1.236	5,7%	199	23%
ES	520	2,4%	75	96%
RJ	1.343	6,1%	87	95%
SP	813	3,7%	174	27%
SUDESTE	3.912	18%	535	32%
PR	808	3,7%	143	36%
SC	690	3,2%	175	60%
RS	2.085	9,5%	303	61%
SUL	3.583	16,5%	621	52%
MS	340	1,6%	42	54%
MT	747	3,4%	95	67%
GO	737	3,4%	139	57%
DF	386	1,8 %	15	83%
CENTRO-OESTE	2.210	10%	291	60%
TOTAL	21.859	100,0%	2.933	53%

Fonte: Secretaria Nacional da Economia Solidária-SNES, 2005-2007.
Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

Os dados apresentados foram adquiridos por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e os dois mapeamentos que foram realizados deram origem ao banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

Desse modo, o primeiro mapeamento foi realizado no ano de 2005, onde foram registrados 18 mil empreendimentos implantados. A base de dados foi estendida através de um mapeamento complementar, onde foram contabilizados aproximadamente 22.000 mil EES em todo o país. De 2010 a 2013 foi realizado o segundo mapeamento e abrangeram os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e

Fomento da Economia Solidária (EAFES)⁸² e as Políticas Públicas Voltadas à Economia Solidária (PPES)⁸³ em todo território brasileiro.

É importante destacar que os EES abrangem as organizações:

- a) coletivas e organizações supra familiares, singulares e complexas (associações, cooperativas, empresas auto gerenciadas, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, entre outras;
- b) os participantes e os associados (as) são trabalhadores (as) das áreas urbana e rural que desempenham de forma coletiva a gestão de atividades, bem como, a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que já estão funcionando e os que estão sendo implantados, com os grupos de participantes definidos e as atividades econômicas estabelecidas;
- d) com uma diversidade de graus de formalização, onde prevalece a existência do real sobre o registro legal;
- e) que efetuam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Neste sentido, a maioria dos empreendimentos no Brasil, estão organizados do seguinte modo: associação (52%), grupos informais (36,5%) e organizações cooperativas (10%) e outras formas de organização (1,5%). Esta organização é realizada de diferentes maneiras nas regiões brasileiras. Nas regiões Sul e Sudeste há uma participação menor das associações e maior representatividade dos grupos informais. Enquanto isso, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste há predominância de associações (BRASIL, 2012).

As principais motivações para a implementação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são: alternativa ao desemprego (46%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (36%). Além disso, outros motivos que podem ser destacados: a possibilidade de gestão coletiva da atividade (27%) e condição para acesso a crédito (9%). No contexto regional, houve variações em relação aos motivos principais de

⁸² As Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento a Economia Solidária, tratam-se de organizações que executam ações em variadas modalidades de apoio direto aos Empreendimentos Econômicos Solidários, como: assessoria, capacitação, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento (BRASIL, 2012).

⁸³ No campo da SIES, as Políticas Públicas Voltadas a Economia Solidária são ações, programas ou projetos que são desenvolvidos por órgãos envolvidos na administração direta e indireta em âmbito municipal, estadual e federal, com o objetivo de fortalecer a Economia Solidária (BRASIL, 2012).

criação da EES. Em todas as regiões apareceu a alternativa ao desemprego, com destaque para o Nordeste e Sudeste (46% e 55% respectivamente). Enquanto isso, nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sul o motivo mais apontado foi a fonte complementar de renda (52%, 45% e 44% respectivamente). É importante destacar que houve um aumento significativo em relação a motivação acesso a financiamentos, nas regiões Norte e Nordeste (34%), na região Centro-Oeste (28%) e apenas 9% da média nacional (BRASIL, 2012).

Quanto a origem dos recursos para iniciar um Empreendimento Econômico Solidário, é investimento do próprio associado cerca de 65%, enquanto a segunda a maior fonte de recursos foi obtida a partir de doações, 22% e sendo que 13% deram início ao seu EES a partir de empréstimos financeiros.

Com relação a participação de homens e mulheres nos EES, conforme os dados disponibilizados no Atlas da SENAES de 2007, os homens tinham maior atuação aproximadamente 63%, enquanto as mulheres representavam 37% respectivamente. O Sul era a região onde a participação dos homens era superior à média nacional de 69%, enquanto na região Centro-Oeste as mulheres são mais atuantes com 42% também superior à média nacional (Tabela 7).

A participação das mulheres nos EES apresentou taxas menores nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Mas, no Sudeste existe a atuação de entidades e organizações do terceiro setor onde as mulheres são bem atuantes tais como: a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, o Movimento Graal no Brasil. São duas organizações que atuam no Norte de Minas Gerais e em Buritizeiro apoiando as iniciativas das associações e cooperativas de Economia Solidária.

Sendo assim, as mulheres estão participando cada vez mais no processo de construção e desenvolvimento social através da organização de Empreendimentos Econômicos Solidários, onde elaboram projetos para produção, circulação e comercialização dos produtos. Um exemplo de EES que já citamos ao longo deste capítulo é a Associação Chico Fulô que funciona em quatro comunidades rurais e em uma comunidade urbana de Buritizeiro. No entanto, destacamos que o desenvolvimento da Economia Solidária no município tem a contribuição das mulheres e dos homens de maneira colaborativa e coletiva.

Esta Associação tem criado estratégias para permanecer atuando com a ES, mas, precisa de mais incentivos e investimentos em cursos de capacitação, auxílio financeiro, divulgação de seus produtos, criação de pontos de venda ou feiras solidárias, planejamento financeiro para poderem trabalhar de forma mais organizada praticando os princípios da Economia Solidária: da cooperação, da autogestão, de viabilidade econômica e da solidariedade.

Tabela 7: Participantes dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil

Região		Mulheres	%	Homens	%	Total
Norte	Rural	38.075	36,7%	65.674	63,3%	103.729
	Urbano	19.235	55,2%	15.629	44,8%	34.864
	Rural e Urbano	19.909	35,0%	37.028	65,0 %	56.937
	Total	77.219	39,5%	118.331	60,5%	195.550
Nordeste	Rural	135.879	38,6%	215.798	61,4%	351.677
	Urbano	64.985	48,3%	69.435	51,7%	134.420
	Rural e Urbano	62.009	39,4%	95.410	60,6%	157.419
	Total	262.873	40,8%	380.643	59,2%	643.516
Sudeste	Rural	15.816	31,7%	34.031	68,3%	49.847
	Urbano	36.677	52,8%	32.851	47,2%	69.528
	Rural e Urbano	14.986	26,0%	42.543	74,0%	57.529
	Total	67.479	38,1%	109.425	61,9%	176.904
Sul	Rural	48.211	29,2%	117.125	70,8%	165.336
	Urbano	31.801	37,9%	52.165	62,1%	83.966
	Rural e Urbano	86.564	29,6%	205.635	70,4%	292.199
	Total	166.576	30,8%	374.925	69,2%	541.501
Centro Oeste	Rural	12.785	30,8%	28.727	69,2%	41.512
	Urbano	22.154	59,8%	14.886	40,2%	37.040
	Rural e Urbano	19.255	40,4%	28.415	59,6%	47.670
	Total	54.194	42,9%	72.028	57,1%	126.222
Total	Rural	250.766	35,2%	461.355	64,8%	712.121
	Urbano	174.852	48,6%	184.966	51,4%	359.818
	Rural e Urbano	202.723	33,1%	409.031	66,9%	611.754
	Total	628.341	37,3%	1.055.352	62,7%	1.683.693

Fonte: Secretaria Nacional da Economia Solidária-SNES, 2007.

Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

Neste sentido, no momento da realização dos trabalhos de campo onde dialogamos com os pesquisados e visitamos as estruturas em que são feitos os produtos Chico Fulô, percebemos que os associados (as) já praticam de forma bem articulada os princípios da cooperação e da solidariedade, porém, precisam melhorar suas práticas de autogestão e ampliar seus conhecimentos com relação aos investimentos econômicos. Percebemos que ainda existem muitas dificuldades no sentido de gerir a associação e de negociação das matérias primas e dos produtos finais.

Em algumas situações vimos que a ausência de recursos financeiros, ou seja, de um capital de giro tem dificultado a formalização da Associação Chico Fulô como um Empreendimento Econômico Solidário, percebemos que as negociações dos produtos gerados a partir dos frutos do Cerrado, geralmente tem sido realizada de maneira informal.

Neste sentido, foi elaborado um projeto onde uma professora que atua na Fundação Caio Martins (FUCAM) e na UNIMONTES Campus Pirapora criou uma proposta da Sala Mineira

de Empreendedorismo, cujo objetivo é oferecer cursos de capacitação as associadas do Movimento Graal, aos geraizeiros, aos extrativistas e as pessoas que tenham interesse em atuar como empreendedores. Essa iniciativa de projeto também pode colaborar com o desenvolvimento socioeconômico local e também ampliar os investimentos na Economia Solidária.

Cabe destacar que o Movimento Graal no Brasil possui várias frentes de atuação, dentre elas a Economia Solidária e se organiza através de redes de associações e redes informacionais. Segundo os dados apresentados pela SENAES no ano de 2007, o município de Buritizeiro atuava em 21 Redes e Fóruns de Economia Solidária. Além disso, contava com 10 projetos voltados a ação comunitária, com participação de 26 entidades e organizações, bem como, de 74 associados e 17 militantes de movimentos sociais, com cerca de 16 produtores que produziam sem utilizar agrotóxico. Apresentaram também, a quantidade de 15 associados de EES que recebiam uma renda de até meio salário mínimo da ES, enquanto 2 pessoas recebiam de meio a 1 salário mínimo, e dois associados ganhavam de 1 a 2 salários mínimos e 7 pessoas não recebiam nenhum salário de suas atividades. Com relação as sobras e fundos o número era de 15.

Existe uma preocupação por parte dos EES em relação a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e eles demonstram compromisso social ou comunitário. Além disso, há uma preocupação com a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, a partir do investimento em produtos orgânicos ou sem utilização de agrotóxicos, bem como, no aproveitamento de resíduos que diminuem os impactos ambientais.

Para Mance (2008):

A comunidade humana é parte integrante da natureza, pois, a consistência de cada pessoa não pode subsistir sem ela. A expansão liberdades públicas e privadas exige a proteção da natureza e dos ecossistemas em particular. A solidariedade entre os membros da espécie humana supõe a integração das comunidades humanas aos ecossistemas aos ecossistemas, que devem ser protegidos em favor de todas gerações presentes e futuras. (MANCE, 2008, p.127).

Portanto, uma outra sugestão para que o Empreendedorismo Econômico Solidário se efetive e se torne uma alternativa ao desenvolvimento econômico no município de Buritizeiro, seria a implantação de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária nas universidades a partir de desenvolvimento de projetos em parceria com a comunidade, considerando que no município vizinho de Pirapora existe um Campus da UNIMONTES.

4.4 A participação das mulheres nas ações comunitárias em tempos de pandemia

Nesta seção abordaremos sobre os impactos provocados pela pandemia da COVID-19 nas comunidades tradicionais pesquisadas.

No atual cenário que se instalou em nível mundial, com a crise a pandemia provocada pela COVID-19, ocasionou uma crise estrutural no país, conseqüentemente no município de Buritizeiro. Desse modo, abordaremos como a pandemia tem afetado a vida dos geraizeiros e extrativistas, bem como os seus saberes e os jeitos de se organizarem nas comunidades tradicionais de Buritizeiro, e como as ações comunitárias tem contribuído para amenizar os impactos provocados.

É importante destacar que as situações de exclusão social e marginalização se acentuaram em grandes proporções desde 2020, devido aos problemas socioeconômicos provocados pelo vírus da COVID-19 e pela ausência de investimentos governamentais para diminuir os impactos da pandemia sentidos pela população brasileira, principalmente os trabalhadores e os mais empobrecidos. A pandemia aumentou ainda mais a desigualdade social, onde os pobres estão vivendo com o mínimo necessário com o auxílio emergencial do governo, que teve seu valor diminuído, tendo como justificativa o endividamento do país e nem todos tiveram acesso a este auxílio.

Além disso, o número de desempregados no Brasil cresceu devido ao fechamento do comércio, das indústrias e da proibição de vendas informais e dos autônomos por conta das medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social (Quadro 5).

Com a pandemia as atividades de produção e comercialização dos produtos derivados dos frutos do Cerrado, foram afetadas devido as medidas de isolamento social e ao fechamento das feiras e mercados onde eles faziam exposição e venda dos seus produtos.

Quadro 5: Indicadores de desemprego e subutilização para população de 14 anos ou mais idade (2020-2021)

Indicadores de subutilização para população de 14 anos ou mais de idade		Estimativas dos trimestres		
		abr-mai-jun 2020	jan-fev-mar 2021	abr-mai-jun 2021
	Na força de trabalho	96.138	100.455	102.235
	Ocupadas	83.347	85.650	87.791
	Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	5.613	7.032	7.543
	Desocupadas	12.791	14.805	14.444

Pessoas (Mil pessoas)	Fora da força de trabalho	77.781	76.483	74.914
	Na força de trabalho potencial	13.542	11.365	10.222
	Desalentadas	5.683	5.970	5.581
	Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	18.404	21.837	21.987
	Desocupadas ou na força de trabalho potencial	26.332	26.171	24.666
	Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	31.946	33.202	32.209
	Na força de trabalho ampliada	109.680	111.821	112.457
	Na força de trabalho ou desalentadas	101.820	106.425	107.816
	Taxas e percentuais (%)	Taxa de desocupação	13,3	14,7
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas		19,1	21,7	21,5
Taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial		24,0	23,4	21,9
Taxa composta de subutilização da força de trabalho		29,1	29,7	28,6
Taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas		6,7	8,2	8,6
Percentual de pessoas na força de trabalho potencial na população fora da força de trabalho		17,4	14,9	13,6
Percentual de pessoas desalentadas na população na força de trabalho ampliada		5,2	5,3	5,0
Percentual de pessoas desalentadas na população na força de trabalho potencial		42,0	52,5	54,6
Percentual de pessoas desalentadas na população fora da força de trabalho		7,3	7,8	7,5
Percentual de pessoas desalentadas na população na força de trabalho ou desalentada		5,6	5,6	5,2

Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio- PNAD Contínua- IBGE- 2021.

Adaptado por: INÁCIO, J.B.2021.

Conforme os dados da PNAD percebemos que no segundo trimestre de 2020, as taxas de ocupação eram menores em relação ao mesmo período de 2021. Porém, a taxa de desocupação apresentou um aumento no primeiro trimestre de 2021, bem como, a taxa de 7,3% que subiu para 7,8% de pessoas desalentadas na população na força de trabalho potencial e fora da força de trabalho. Enquanto nos meses de abril a junho houve um aumento no número da população empregada de 100.455 para 102.235, e também, houve uma diminuição de pessoas desocupadas de 26.171 para 24.666. Essa diminuição no número de desempregados pode ser explicada pela retomada das atividades de comércio e de serviços, e pelo avanço da vacinação no Brasil.

Sendo assim, essa população começou a enfrentar dificuldades para comprar alimentos, considerando que os preços nos supermercados se tornaram exorbitantes, o que diminuiu o consumo de alguns produtos como: carnes bovinas e suínas que foram substituídas por ovos, por conta do custo mais acessível. Neste sentido, as pessoas passaram a consumir apenas os itens de cesta básica, e em alguns casos, tiveram que escolher entre pagar o aluguel de suas moradias para não serem despejados ou se alimentarem.

Mas, isso também teve implicações na diminuição da renda das pessoas que vivem nas comunidades, considerando que aproximadamente 80 famílias representando as Comunidades Gerais do Calixto e Lança 1, vivem da produção e comercialização dos produtos do Cerrado. Sendo assim, as mulheres que fazem parte do Movimento Graal no Brasil se mobilizaram juntamente com alguns voluntários, geraizeiros pertencentes as comunidades tradicionais, promovendo ações comunitárias para arrecadar alimentos, materiais de limpeza e higiene para ajudar essas famílias.

Sendo assim, a partir das redes sociais acompanhamos o trabalho das mulheres e dos voluntários, dialogamos com as pessoas que estavam a frente dessa ação comunitária e elas nos relataram que essas famílias viviam da renda obtida a partir da transformação dos frutos do Cerrado e do bolsa família e que os mesmos solicitaram o auxílio emergencial do governo para custear o atendimento das necessidades básicas. Enquanto o recurso não chegava o grupo foi assistido por intermédio de campanhas de doações de alimentos.

Conforme podemos observar na fala de uma associada do Movimento Graal:

[...] Essa pandemia do coronavírus prejudicou muito o nosso pessoal aqui de Buritizeiro, tanto o povo das comunidades rurais, como os da cidade. [...] como cê sabe, nós já conversou em outros momento, o povo aqui a maioria sobrevive é da renda do bolsa família, e quando muito eles consegue uns servicinho por aqui e por ali.[...] aí com essa pandemia nós teve que ajuda as famílias, aí a gente cadastrou o pessoal pra eles recebe o auxílio emergencial[...] demorou um pouco a saí a resposta, aí nós reuniu o Graal junto com alguns moradores da comunidade urbana aqui do bairro Vila Maria e os geraizeiros das comunidades rurais e começamos pedi ajuda

pra arrumá cesta básica e produtos de higiene pessoal pra ajuda as 30 família.[...]. (L.C.)⁸⁴

Para Claval (2007, p.114), “a comunidade familiar desempenha um papel central em todas as sociedades tradicionais. O sistema de auxílio mútuo como prova de hospitalidade mútua, de doações e contra doações mostra-se então bastante eficaz”.

Segundo Mance (2008):

A retribuição que a humanidade e cada comunidade devem realizar por tudo o que recebem de cada pessoa em particular deve pautar-se pela equidade, considerando a disponibilidade dos meios, frente as necessidades de cada uma e de todas as pessoas, na promoção do bem-viver de todas e de cada uma delas. Toda doação realizada por qualquer pessoa à comunidade deve ser retribuída pela comunidade, na mesma proporção, resguardando-se a subsidiariedade da comunidade em relação a todos, a autonomia de cada um em relação à comunidade e o princípio de promover-se a libertação de todos, compartilhando-se de maneira justa os meios disponíveis. (MANCE, 2008, p.126).

Cabe destacar que as entidades, as associações e ONGs, algumas atuantes na ES intensificaram os seus programas de colaboração e doação, se organizaram para atender aos necessitados das áreas urbana e rural. Houve um aumento nas organizações de redes solidárias no Brasil, onde aqueles que já estavam inseridos em associações e cooperativas estabeleceram as relações de parceria e de troca promovendo a solidariedade e o bem viver.

Mance (2008, p.126), também afirma que “a reciprocidade no exercício da dádiva, com autonomia e responsabilidade, alimenta a solidariedade e fomenta a libertação, materializada na atitude de dar de si aos demais porque muito mais já recebemos da comunidade humana”.

No entanto, antes do período pandêmico esses sujeitos constituídos histórica e culturalmente tiveram que se reinventar para continuarem r-existindo no lugar. Nos lugares vividos praticaram uma agricultura de fartura, obtida a partir de plantações de pequenas lavouras de abacaxi, hortaliças, legumes e a criação de galinhas para suprir as necessidades familiares. Quando conseguiam reunir algum excedente praticaram doações para os familiares e amigos. Essa situação indica que as relações sociais se fortaleceram a partir das ações comunitárias.

Conforme podemos observar no relato de um geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto:

[...] Eu tô te enviando um vídeo das nossas plantaçon, das horta de verdura, as lavoura de abacaxi, aqui tá a abóbora, as ramas de mandioca cresceu bastante também. [...] Cê lembra daquela vez que vocês teve aqui, tava construindo o galinheiro, agora ele tá pronto e já tá cheio de galinha. [...] Como nós não podia fazê os doce e os produto dos fruto do Cerrado, porque não tinha como vende por causa da pandemia, nós só coletou os fruto e fez umas polpa e guardou no

⁸⁴ Entrevista realizada via WhatsApp, com uma associada do Movimento Graal em maio de 2020, no município de Buritizeiro-MG.

congelador, algumas nós até pegou pra fazê suco e doce pro próprio gasto, o restante foi guardado, porque tem uns fruto que tá escasso e demora dá, aí nós garantiu a polpa. [...] Esses alimento que nós plantou vai ajuda muitas família, a nossa aqui do Gerais do Calixto e as outras aqui do meio rural e algumas pessoa da cidade também.[...] Mesmo com essa dificuldade, pelo menos o alimento básico as família vai ter.[...]. (W.L.)⁸⁵

No mosaico de fotos 13, podemos observar o galinheiro que o pesquisado menciona em seu relato, mas, no momento em que visitamos a Comunidade Gerais do Calixto estava na fase final de construção.

Mosaico 13: a) Área externa do galinheiro em fase final de construção. b) Área interior do galinheiro em fase final de construção-Comunidade Gerais do Calixto



Fonte: INÁCIO, J.B.2019.

Sendo assim, não temos imagens do galinheiro após o término de sua construção, pois, o entrevistado compartilhou apenas vídeos das hortaliças que tinha plantado juntamente com os outros geraizeiros.

Neste sentido, percebemos que o cotidiano da comunidade foi transformado, mas, eles possuem estratégias para reproduzirem os seus meios de vida, garantindo o necessário para a sobrevivência no lugar. Isso demonstra que o capital cria as necessidades a partir das oportunidades que são oferecidas a esses sujeitos, que vão além da produção de alimentos, devido à existência de outros elementos que são considerados essenciais no seu cotidiano e tornam-se capazes de se envolverem com projetos comunitários.

Para Claval, (2007):

Uma comunidade de base pode ser construída a partir de elos de sangue e de aliança que unem os membros de uma mesma família. Ela pode igualmente ser formada segundo um modelo análogo por um contrato de associação entre membros unidos por um mesmo ideal e um projeto comum. Uma comunidade pode enfim resultar da co-habitação de pequenos grupos de um mesmo lugar. (CLAVAL, 2007, p.114).

⁸⁵ Entrevista realizada via WhatsApp com um dos representantes da Comunidade Gerais do Calixto, em maio de 2020, no município de Buritizeiro-MG.

É importante destacar que as comunidades se afirmam a partir de seus costumes, tradições, respeitando o princípio de preservação e reprodução da vida em caráter comunitário. Desse modo, não pode ser tratada como algo ultrapassado, mas uma categoria atual e capaz de se reinventar e se refazer e se organizar de várias formas, considerando os contextos e as situações vividas pelos sujeitos na luta por valorização e reconhecimento de seus direitos (OLIVEIRA, 2017).

Portanto, nas comunidades estudadas as territorialidades assumem um caráter comunitário, pois se trata de um grupo de pessoas que lutam pela permanência no lugar, bem como, pela valorização dos seus saberes, fazeres experiências e elaboração de produtos obtidos a partir da defesa do Cerrado em pé e da Sociobiodiversidade do Cerrado.

No caso da Economia Solidária, eles agem mantendo um vínculo social, tecendo novas relações que podem ser redefinidas no convívio social. Sendo assim, os vínculos territoriais vão sendo (re) estabelecidos no espaço social, onde são formadas as suas associações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O Cerrado é vida, mas ele de pé vale mais do que deitado”.
(Geraizeiro da Comunidade Gerais do Calixto, 2019).

Nesta pesquisa procuramos compreender sobre a sociobiodiversidade do Cerrado de Buritizeiro na mesorregião do Norte de Minas e os conflitos e disputas por território na área delimitada para ser implementada a RESEX Serra do Alemão na área rural do município, bem como, a luta pela permanência dos geraizeiros no lugar e a participação das mulheres na construção social e na Economia Solidária.

Neste sentido, analisamos o processo de reocupação do Cerrado com incentivo a expansão do agronegócio na década de 1960, bem como, o incentivo ao desenvolvimento da silvicultura na região e no município pesquisados. Segundo o levantamento de dados e informações sobre a produção de silvicultura e o agronegócio, percebemos que as plantações de eucalipto avançam sobre o território onde estão situados os povos tradicionais de Buritizeiro.

Esse avanço tem ocasionado sérios problemas socioambientais como a diminuição das chuvas, provocando longos períodos de estiagem, a diminuição dos recursos hídricos, a degradação e o incêndio criminoso das áreas de veredas que estão dentro das comunidades estudadas. Além disso, tem provocado problemas como a ameaça de extinção das espécies de árvores e frutos típicos do Cerrado, e conseqüentemente diminui a elaboração e a comercialização dos produtos.

Abordamos também sobre a importância da criação e implementação das Unidades de Conservação no Brasil, em Minas Gerais, no Norte de Minas e em Buritizeiro. Analisamos as legislações que incentivam a criação de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que auxiliam na valorização da sociobiodiversidade do Cerrado, nos aspectos sociais, culturais e da biodiversidade.

Essas Unidades de Conservação de Uso Sustentável são criadas com o objetivo de preservar os bens naturais e utilizar a natureza de forma sustentável. Desse modo, deve-se lutar pela permanência dos povos que vivem na/da natureza, pois eles por meio dos seus saberes e fazeres tradicionais usam os bens naturais de maneira sustentável, a fim de continuarem extraindo apenas o que necessitam para produzirem alimentos, medicamentos e artesanatos, os quais são destinados a gerar emprego e renda.

Compreendemos a importância que as atividades extrativistas exercem na vida dos geraizeiros que se territorializaram usando a área da RESEX Serra do Alemão em Buritizeiro-

MG. Ao coletarem os frutos do Cerrado, eles contribuem com a preservação dos recursos naturais e estabeleceram relações sociais reelaborando seus vínculos territoriais e comunitários.

As memórias do lugar onde nasceram e foram criados são acionadas a cada momento para reforçarem, por exemplo, as suas pertencas ao território. Destacam como foram constituindo seus modos de vida a partir dos saberes e fazeres tradicionais das suas famílias.

A luta em defesa do território é repleta de estratégias sociais para permanecerem desenvolvendo suas atividades. Eles se reconhecem como povos tradicionais, “somos os geraizeiros”. Eles são fundamentais na conquista da sociobiodiversidade e na construção sociocultural do Cerrado do Norte de Minas Gerais.

Suas permanências são dinâmicas e decorrem de práticas sociais vivas e capazes de desenvolver estratégias de desenvolvimento das suas atividades. Desse modo, é fundamental que a Reserva Extrativista seja legalizada, pois, assim, poderão trabalhar e gerar vida a partir do extrativismo. Também precisam de proteção do Estado e outras instituições, para viverem a partir do extrativismo dos frutos do Cerrado.

Como oposição sociopolítica, existem os grandes proprietários e produtores rurais, o setor do agronegócio que muitas vezes impedem a criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável pois, presam pelo desenvolvimento econômico, travestido em um discurso de progresso para o local onde são instalados os empreendimentos, bem como a geração de mais emprego e renda.

Sendo assim, a luta em defesa do território é repleta de estratégias sociais, resultando em identidades e pertencas ao território. O uso da RESEX pelos geraizeiros, além de ser uma forma de r-existência é neste território que eles desenvolvem seus conhecimentos necessários para poderem alargar suas atividades e garantirem a vida em suas várias dimensões.

Os geraizeiros que vivem na área reivindicada para abrigar a RESEX de Buritizeiro lutam pelo direito de usar, dominar o território, além do direito de plantar, pescar, cultivar e colher alimentos. Trata-se de defender suas práticas socioculturais criadas e recriadas a partir de relações de convivência com suas famílias e a comunidade.

Assim, ao preservar o Cerrado em pé, propõem formas singulares de uso para o território. A partir dessas práticas eles manifestam suas territorialidades, fazem comparecer na relação com a sociedade os seus valores humanos, costumes, modos de vida tradicionais dentro das comunidades em que vivem nos lugares.

Suas estratégias de vida incluem formas de permanências. Elas são dinâmicas e decorrem de práticas sociais densas e complexas, capazes de desenvolver táticas de ampliação e diversificação.

Os saberes e fazeres dos geraizeiros relacionados as práticas socioambientais, contribuem para a conservação das espécies de vegetação do Cerrado, fazendo com que eles possam permanecer no lugar por meio de seus conhecimentos e continuar desenvolvendo suas atividades extrativistas.

Mas, eles enfrentam algumas dificuldades, que precisam ser superadas, onde outras lógicas socioeconômicas comparecem no território da RESEX, como: a silvicultura, o agronegócio, as carvoarias e os grandes proprietários de terra.

Neste sentido, os geraizeiros resistem a essas outras lógicas, considerando as suas especificidades que comparecem nos seus modos de vida, nos saberes e fazeres que os impulsionam a se manterem como populações tradicionais, garantindo a preservação da sociobiodiversidade do Cerrado.

Eles têm se empenhado em suas atividades extrativas e na elaboração de seus produtos mesmo em meio as dificuldades que enfrentam sejam elas financeiras, ausência de recursos tecnológicos que os auxiliem na produção, incentivos e investimentos de instituições locais e regionais.

Esses sujeitos têm estabelecido estratégias de r-existência a partir de sua luta diária voltada para a permanência no lugar, pois, compreendem que ainda serão reconhecidos pelo uso consciente dos recursos naturais, bem como, na preservação das espécies do Cerrado.

Assim, a obtenção de renda por meio da comercialização dos produtos que são elaborados nas comunidades tradicionais, em feiras em Buritizeiro e alguns municípios do Norte de Minas Gerais é fundamental na medida em que possam promover a equidade social e o desenvolvimento econômico dos que vivem naqueles lugares.

Então, é preciso quebrar o paradigma de que as Unidades de Conservação de Uso Sustentável devem ser intocadas sem que os povos tradicionais que já vivem nessas áreas possam utilizar de forma consciente os recursos disponíveis nesses lugares. O uso das RESEX pelos povos tradicionais além de ser uma forma de r-existência, é nestes territórios que eles desenvolvem seus conhecimentos necessários para poderem alargar suas atividades e garantirem a vida em suas várias dimensões.

Desse modo, analisar e compreender questões relacionadas a sociobiodiversidade a partir do estudo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, da implementação das RESEX Serra do Alemão em Buritizeiro é uma forma de construir conhecimentos que possam

contribuir para mover teorias e metodologias, propiciando desvelamentos das relações sociais, culturais, vínculos territoriais dos povos tradicionais.

Além dos aspectos apresentados nos resultados da pesquisa, analisamos a participação das mulheres na construção social, nas relações sociais, de trabalho, da defesa dos direitos das mulheres, no desenvolvimento da Economia Solidária e a promoção das ações comunitárias em tempos de pandemia de COVID-19.

As mulheres que participam da Organização Não Governamental (ONG) Movimento Graal no Brasil, que elaboram os projetos e oferecem cursos, oficinas e palestras cujos temas: O combate a violência contra a mulher que é promovido pela entidade juntamente com o Conselho Estadual das Mulheres de Minas Gerais (CEM). O CEM oferece palestras e desenvolve projeto onde as mulheres participam da capacitação de conselheiros dos direitos humanos, onde desenvolvem projetos de lei que assegurem os direitos das mulheres.

Compreendemos a importância do desenvolvimento dos projetos com as mulheres pelo Movimento Graal, no sentido de auxiliar as mulheres que estão passando por situações de violência, bem como, orientá-las para que elas tomem conhecimento sobre os seus direitos e existem leis que resguardam a sua proteção.

Abordamos também sobre a Lei 11.340/2006 popularmente conhecida como Lei Maria da Penha que completou 15 anos desde que foi sancionada, que assegura a proteção das mulheres e garante seus direitos. Além disso, realizamos uma incursão histórica sobre os direitos conquistados pelas mulheres ao longo do século XX e XXI, onde algumas mulheres participantes do Movimento Feminista lutaram para que as mulheres tivessem acesso a uma série de direitos como: a garantia dos cuidados com a saúde, ao voto, de trabalhar em funções em que apenas os homens atuavam e de serem reconhecidas.

Também apresentamos a Lei 741/2021 que trata sobre o sinal vermelho contra a violência contra a mulher, que foi sancionada pelo senado em julho do presente ano, que garante a proteção da mulher em parceria com as redes de farmácia do Brasil, onde as mulheres podem denunciar as ameaças e situações violentas que sofrem principalmente por parte dos parceiros com quem possuem relacionamento afetivo.

Analisando esta lei e os projetos desenvolvidos pelo Graal e o CEM, observamos um grande avanço no sentido de proteger e garantir com que as mulheres sejam livres das pressões e opressões sofridas nos lugares em que vivem e pela sociedade que muitas vezes comete atos de misoginia apenas pelo fato de pertencer ao gênero feminino. Neste sentido, consideramos as

ações das mulheres em defesa de seus direitos e de suas companheiras é fundamental para que elas se tornem mulheres empoderadas e demonstrem o seu potencial.

Neste sentido, ficou claro que as mulheres do Movimento Graal são exemplos de mulheres empoderadas, considerando que elas estão organizadas no sentido de atender as demandas coletivas das comunidades rural e urbana. Cabe destacar que a Associação Chico Fulô foi criada por iniciativa das mulheres com o auxílio dos homens que trabalham criando estruturas, no extrativismo dos frutos do Cerrado, na produção, transporte e comercialização dos produtos.

Esta associação desenvolve os princípios da Economia Popular Solidária, estabelecendo a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a comercialização. Porém, a autogestão, o transporte e a comercialização são onde eles enfrentam os maiores problemas, pois, eles precisam se qualificar para gerenciar o empreendimento de maneira que não inviabilize os custos com a produção sem que haja retorno. Também precisam de transporte para transportar das comunidades rurais para a cidade, bem como, para viajar para as Feiras de Economia Solidária situadas em outros municípios do Norte de Minas e em outras regiões de Minas Gerais.

Quanto a comercialização dos produtos, as pessoas que trabalham na Associação Chico Fulô, precisam de apoio na criação de pontos fixos de comercialização dos produtos derivados das espécies vegetais do Cerrado, bem como, a abertura de Feiras de Economia Solidária no município de Buritizeiro, a fim, de facilitar o deslocamento dos grazeiros e extrativistas para comercializar suas produções.

O Movimento Graal já está inserido na Rede de Economia Solidária por meio da Associação Chico Fulô que é um projeto da ONG, e também possui apoio da Cáritas Regional Minas Gerais, uma importante entidade que atua com a Economia Solidária desde a década de 1970 no Brasil, e desempenha um ótimo trabalho com as mulheres e as comunidades tradicionais.

Desse modo, entendemos que a Economia Solidária é uma alternativa em detrimento do modo de produção capitalista. A sugestão de elaboração de uma projeto para criação e implantação de uma Incubadora Tecnológica de Economia Solidária nas comunidades rurais e urbana em parceria com a Universidade de Montes Claros situada no Campus Pirapora, juntamente com os profissionais que atuam na sala mineira de empreendedorismo da Fundação Caio Martins (FUCAM) no município de Buritizeiro, a fim de combater o desemprego e gerar renda para as populações em situação de vulnerabilidade social que vivem de transferência de

renda e trabalhos que surgem esporadicamente. Além disso, a proposta também promove o bem viver e a dignidade humana dessas pessoas desses locais.

E por fim, destacamos que as mulheres do Movimento Graal, neste momento de pandemia da COVID-19 também desenvolveram ações sociais comunitárias para arrecadar alimentos e materiais de higiene para as famílias que estão nas comunidades tradicionais pesquisadas. Essa iniciativa surgiu juntamente com alguns representantes dos geraizeiros que vivem na cidade e que se mobilizaram para ajudar essas pessoas que dependiam da renda dos frutos do Cerrado para a sobrevivência.

Nos primeiros meses da pandemia no ano de 2020, eles se enfrentaram muitas dificuldades e estavam dependendo o auxílio emergencial do governo federal, mas, ainda não haviam sido contemplados e sendo assim, as mulheres participantes do Graal e algumas também pertencentes as comunidades geraizeiras desempenharam um papel importante mais uma vez na construção social do local, demonstrando sua r-existência mesmo diante de tantas dificuldades vivenciadas.

Elas demonstraram que o elo que os une é muito mais forte do que as dificuldades e que mesmo não tendo grandes condições de ajudar, podiam se reunir de forma coletiva a partir da doação dos próprios parentes, vizinhos e amigos para que o alimento chegasse até as mesas das famílias. Além disso, os geraizeiros da Comunidade Gerais do Calixto, plantaram hortas, frutas e verduras e também doaram parte da produção, demonstrando a solidariedade e ajuda mútua.

REFERÊNCIAS:

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.35-136.

AB'SABER, Aziz Nacib. (2017). O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. **Revista Do Serviço Público**, 40(4), 41-56. Doi: <https://doi.org/10.21874/rsp.v40i4.2144>.

ADAS, Melhem; ADAS, Sérgio. **Expedições geográficas**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. (Org.) **Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009, 64 p. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: mai. 2021.

ARANTES, M.M; ALMEIDA, M.G. O saber fazer do povo Kalunga na conservação da biodiversidade do Cerrado em Goiás (Brasil). *Élisée, Rev. Geo.* UEG - Goiânia, v.1, n.2, p.51-70, jul./dez. 2012. Disponível em:< www.revista.ueg.br >. Acesso em: nov. 2020.

ARAÚJO, Fernanda Maria Oliveira. **Goiabas, açúcar, mãos firmes e tradição: uma cartografia afetiva do saber artesanal da goiabada cascão**. 342 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2019.

BARBOSA, Altair Sales. Cerrado: “dor fantasma” da biodiversidade brasileira. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo: RS. Ed. 382, nov.2011. Disponível em: <IHU Online - Cerrado: "dor fantasma" da biodiversidade brasileira (unisinos.br)>Acesso em: nov.2021.

BERTUCCI, A.; LIMA, C.; TYGEL, D.; NAGEM, F.; AMORIM, R.; PATROCÍNIO, R. S.; KIRSCH, R.; SILVA, S. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: Outra economia a serviço da vida acontece**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010, 46 p. Disponível em:<www.fbes.org.br> Acesso em: jun.2021.

BICALHO, P. S. dos S.; MIRANDA, S. do C. de. Biodiversidade do Cerrado: sustentabilidade e saberes Indígenas. *Élisée, Rev. Geo.* UEG – Anápolis, v.4, n.1, p.53-67, jan./jun. 2015.

BRAGANÇA, Daniele. Eco Data. **Eco mostra qual foi o presidente que mais criou Unidades de Conservação. (2014)**. Disponível em:<<https://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/28692-oeco-mostra-qual-foi-o-presidente-que-criou-mais-ucs/>> Acesso em: fev. 2021.

BRAGANÇA, Daniele. Amazônia Notícia e Informação. **Governo não pretende criar nenhuma unidade de conservação, diz presidente do ICMBio. 2020**. Disponível em:<<https://amazonia.org.br/2020/03/governo-nao-pretende-criar-nenhuma-unidade-de-conservacao-diz-presidente-do-icmbio/>> Acesso em: fev.2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões de como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007. Doi: <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719>

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No rancho fundo: espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: EDUFU, 2009, 244 p. Doi : <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-169-7>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que são Unidades de Conservação? (2007)**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O Bioma Cerrado**. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Consulta Pública- RESEX**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/consulta-resex>>. Acesso em: 14 de dez. 2019.

BRASIL. **Redes solidárias conectam elos da cadeia produtiva (2012)**. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/redes-solidarias-conectam-elos-da-cadeia-produtiva>> Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sociobiodiversidade no Brasil: gerência e agroextrativismo/DEX/SEDR/MMA**. Disponível em:<http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/apresentaosociobiodiversidade2011_65.pdf> Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Estudos podem ajudar na criação de Reservas Extrativistas no Norte de Minas Gerais**. Disponível em:<<https://www.mma.gov.br/informma/item/6990-estudos-podem-ajudar-na-criacao-de-reservas-extrativistas-no-norte-de-mg.html>> Acesso em: nov.2020.

BRASIL. CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Portal Ypadê. Ministério do Meio Ambiente. **Geraizeiros, 2016**. Disponível em: <<http://portalypade.mma.gov.br/geraizeiros>>. Acesso em: set. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Satélites ajudam a mapear e monitorar o Bioma Cerrado**. Disponível em:<<https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/satelites-ajudam-a-mapear-e-monitorar-o-bioma-cerrado>> Acesso em: dez.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores Socioeconômicos do Estado de Minas Gerais**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Indicadores%20Socioeconomicos.pdf>> Acesso em: dez.2020.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em:<<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8019958> HYPERLINK
"https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8019958&ts=1594037019790&disposition=inline"& HYPERLINK
"https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8019958&ts=1594037019790&disposition=inline"ts=1594037019790
HYPERLINK "https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8019958&ts=1594037019790&disposition=inline"& HYPERLINK
"https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8019958&ts=1594037019790&disposition=inline"disposition=inline"> Acesso em: jan.2021.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de Conservação: Cerrado.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado>. Acesso em: jan.2021.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Reserva Extrativista Chico Mendes comemora 26 anos.** Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/7793-reserva-extrativista-chico-mendes-comemora-26-anos>> Acesso em: fev.2021.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Governo cria cinco unidades de conservação.** Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9543-governo-cria-cinco-unidades-de-conservacao#:~:text=O%20presidente%20da%20Rep%C3%ABAblica%2C%20Michel,Conser va%C3%A7%C3%A3o%20da%20Biodiversidade%20.>> Acesso em: fev.2021.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.** Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf>. Acesso em: maio 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Altas da Economia Solidária: Quantidade de Empreendimentos Econômicos Solidários. 2007.** Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/tabcgi.exe?QtdEES.def>> Acesso em: set. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Atlas da Economia Solidária: Participação Social.** Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/tabcgi.exe?ParticipacaoSocial.def>> Acesso em: set. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Atlas da Economia Solidária: Remuneração Mensal.** Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/tabcgi.exe?RemuneracaoMensal.def>> Acesso em: set. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Atlas da Economia Solidária: Participação Empreendimento Econômico Solidário. 2007.** Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/tabcgi.exe?FormasParticipacaoEES.def>> Acesso em: set. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Atlas da Economia Solidária: Responsabilidade Ambiental.** Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/tabcgi.exe?ResponsabilidadeAmbiental.def>> Acesso em: set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Sinal vermelho contra a violência doméstica, 2021.** Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/violencia-contra-a-mulher/campanha-sinal-vermelho/>> Acesso em: ago.2021.

BRASIL. **Sancionada lei do Sinal Vermelho contra violência doméstica, 2021.** Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/07/sancionada-lei-do-sinal-vermelho-contra-violencia-domestica>> Acesso em: ago.2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.** Disponível em:<Lei nº 11.340 (planalto.gov.br)> Acesso em: jul.2021.

BRASIL. Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em:<<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: jun.2021.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020.** Disponível em:< <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>> Acesso em: jul. 2021.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais.** 268 f. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

CAMACHO, José Fernando. **Os significados da internet e as redes sociais para a juventude.** 227 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

CAMARGO, Heloísa. Águas que queimam. **Revista Globo Rural, 2011.** Disponível em: < <https://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI208583-18287,00-AGUAS+QUE+QUEIMAM.html>> Acesso em: mar.2021.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 11ª ed. Outro Sobre Azul: Rio de Janeiro, 2010. 335 p.

Cáritas Brasileira: Organismo da CNBB. **Mulheres e equidade de gênero.** Disponível em:<<https://caritas.org.br/area-de-atuacao/7>> Acesso em: abr.2021.

Cáritas Brasileira: Organismos da CNBB. **Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em:<<https://caritas.org.br/area-de-atuacao/9>> Acesso em: abr.2021.

Cáritas Brasileira: Organismos da CNBB. **Economia Popular Solidária.** Disponível em:<<https://caritas.org.br/area-de-atuacao/2>>Acesso em: abr.2021.

Cáritas Brasileira. Regional Minas Gerais. **Encontro Mineiro de EPS promove debate sobre políticas públicas, 2018.** Disponível em: <Encontro Mineiro de EPS promove debate sobre políticas públicas - Cáritas Regional de Minas Gerais (gridserver.com)> Acesso em: mai. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Tradução: Roneide Venâncio Majer; Klauss Brandini Gerhardt. Traduzido do original: The rise of the network society. In: A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, M. A. da. Cristianismo e territorialidade: os espaços sagrados no cotidiano dos fiéis católicos. **Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 39-58, 2010.**

CHAGAS, Ivo das. **Eu sou o cerrado.** Montes Claros: Unimontes, 2014. 62 p.

CBHSF. **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/>>. Acesso em: set.2020.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **A Bacia**. Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>>. Acesso em: set. 2020.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **CBH dos afluentes Rios Jequitai e Pacuí (SF6) – Minas Gerais**. Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/comites-de-afluentes/cbh-dos-rios-jequitai-e-pacui-sf6-minas-gerais/>>. Acesso em: set. 2020.

Central do Cerrado. **Comunidades-Chico Fulô**. Disponível em: <<http://www.centraldocerrado.org.br/comunidades/chicofulo/>> Acesso em: fev.2019.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectiva para o Cerrado. 2017. Porto Nacional/ Tocantins. I Seminário Internacional Meio Ambiente, Dinâmicas Regionais e Planejamento Territorial na Amazônia e no Cerrado. **Anais...** Porto Nacional/Tocantins.

CORRÊA, R.L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, PPGG-UERJ, v.4, n.1, p.37-46, 2014. Doi: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2014.2431>

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.p.11-146.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas Gerais: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. 192 f. Dissertação (mestrado). Curso Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible. Universidade Internacional de Andalucia- Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante - discutindo êxitos e dubiedades. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 8, p. 55-72, jan. 1995. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/22597/20591>>. Acesso em: maio 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. (org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: 1999. 211 p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000, p. 161.

DIEGUES, A. C. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito da natureza intocada**. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. Série: documentos e relatórios de pesquisa - nº 1. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DUMONT, Sandra Regina Tôrres. **São Francisco – caminho geral do sertão: cenários de vida e trabalho de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais.** 171 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-MG. 2007.

ECOSOL. **O Cirandas está no ar com os Empreendimentos do 2º Mapeamento Nacional.** Disponível em: < <http://sies.ecosol.org.br/noticias/48-o-cirandas-esta-no-ar-com-os-empreendimentos-do-2-mapeamento-nacional> > Acesso em: ago.2021.

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Bioma Cerrado.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/cerrados/colecao-entomologica/bioma-cerrado>. Acesso em: set. de 2020.

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Contando Ciência: Bioma Cerrado.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/contando-ciencia/bioma-cerrado>>. Acesso em: jan.2021.

FELFILI, J. M.; SCARIOT, A.; SILVA, José Carlos. S. (Org.). **CERRADO: Ecologia, Biodiversidade e Conservação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, 439 p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/284/o/Cerrado_Parte1.pdf > Acesso em: jan.2021.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, jan. /jun. 2005, p.24-34. Doi: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2004. 57 p.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do território. In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária: Jornada Orlando Valverde. 2007. **Anais...** Londrina-PR, 2007.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: (org.) SAQUET, M.A.; SPOSITO, Eliseu Savério. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.197-216.

FREITAS, André Vieira. **Áreas protegidas, normas e território usado: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como um instrumento de ordenamento territorial.** 171 f. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Geografia- Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2014.

GAMA, Maria das Graças Campolina Cunha. **Água, Vereda, Veredeiro: Um estudo sobre as agriculturas camponesa e comercial município de Buritizeiro-MG.** 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.2006.

GOMES, R.A. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, M.C.S. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. **Anais...** São Paulo/SP, Universidade de São Paulo-USP, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf> Acesso em: mar.2019.

HAESBAERT, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 18, 11 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27063>> Acesso em: out.2021.

HEIDRICH, A. L. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (org.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. (org.) SAQUET, M.A.; SPOSITO, Eliseu Savério. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.271-290.

HEIDRICH, A. L. Vínculos territoriais – discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol.19, nº39, 2017: jan./abr., p.29-40. Doi: <https://doi.org/10.22409/geographia.v19i39.1053>

HIGA, Willian Toshio Minatogawa. As redes de economia solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica. In: I Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2005, **Anais...** Londrina/PR. Gepal- Ciências Humanas UEL, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/willianhiga.pdf>> em: jan.2018.

IBGE Cidades. **Histórico do Município de Buritizeiro**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritizeiro/historico>>. Acesso em: fev.2019.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, 2018**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritizeiro/pesquisa/16/12705>>. Acesso em: 29 de set.2020.

IBGE Cidades. **Buritizeiro-MG, 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritizeiro/panorama>> Acesso em: abr.2021.

IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2019**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2019_v34_informativo.pdf>. Acesso em: jan.2021.

IBGE. Agência IBGE Notícias. **Mesmo com Lei Maria da Penha, somente 2,4% dos municípios oferecem casas-abrigo, 2019.** Disponível em:< Mesmo com Lei Maria da Penha, somente 2,4% dos municípios oferecem casas-abrigo | Agência de Notícias | IBGE >Acesso em: jul.2021.

INÁCIO, J.B. **As transformações socioespaciais a partir do setor sucroalcooleiro no município de Delta-MG.** 67 f. Monografia (Graduação em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.2013.

INÁCIO, J.B. **Contradições e tensões no processo de expansão do setor sucroenergético em Iturama – MG.** 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 2014.

Instituto Humanitas Unisinos- IHS. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas Unidades de Conservação? (2016).** Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/556124-parte-2-o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelas-unidades-de-conservacao#>> Acesso em: fev.2021.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 1986).

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal: lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, 301 p.

LINDOSO, Galiana da Silveira; AMARAL, A. G; VALE, Gabriel Damasco do; HAIDAR, R.F; OLIVEIRA, Gustavo Henrique de. Caracterização Geral do Bioma Cerrado e da Região no Norte Mineiro. In: FELFILI, J.M. (org.) **Estudos de vegetação para subsidiar a criação das Reservas Extrativistas Barra do Pacuí e Buritizeiro – MG.** Brasília: MMA, 2010. 168p. Disponível em: <www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/142-serie-biodiversidade>. Acesso em: out.2017.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, 2018, v. 28, n.1, 251–290. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>> Acesso em: set.2019.

MANCE, E. A. **A revolução das redes - a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Instituto de Filosofia da Libertação, 1998. Disponível em:<<http://euclidesmance.net/docs/rede.htm>> Acesso em: ago.2021.

MANCE, Euclides André. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica.** IFIL, IFIBE, 2008, p.125-144. Disponível em:<<http://www.solidarius.com.br/biblioteca/sis.pdf>> Acesso em: ago.2021.

MANCE, Euclides André. (org.). **Como organizar redes solidárias.** Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFil, 2003.

MANCE, Euclides André. Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. **IFIL, IFIBE**, 2008, p.125-144. Disponível em: <<http://www.solidarius.net/biblioteca/sis.pdf>> Acesso em: set.2021.

MANZINI, E.J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e roteiros. In: Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2 ed. Bauru: 2004. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. ISBN: 85-98623-01-6.10 p.

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des (re) territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas- Norte de Minas Gerais**. 2011. 298 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Uberlândia, 2011.

MARQUES, A.C.; SOUZA, J.D.A. Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: Contornos Teóricos-Conceituais e Diretrizes Metodológicas de um Projeto Guarda-Chuva. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 17: 160-175, jan./jun. 2019. Doi: [https://doi.org/10.5016/estgeo.v17i\(ESP\).14237](https://doi.org/10.5016/estgeo.v17i(ESP).14237)

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo. Pioneira, 1975, p.161.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2 ed. rev. e ampl., 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2008, 173 p.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 89-109, jan./jun. 2009. Editora UFPR. Doi: <https://doi.org/10.5380/dma.v19i0.16407>

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **ÁGUA, CERRADO, EUCALIPTO E GENTE. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 222, p. 41 - 44, jun. 2016. ISSN 2447-861X. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/178/158>>. Acesso em: 23 dez. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2006.n222.p.41-44>.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **Os Cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**. 2006. 295 f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MILAN, E.; MORO, R. S. O conceito biogeográfico de ecótono. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.10, n.1, p. 75-88, jan./jun. 2016. Doi: <https://doi.org/10.5212/TerraPlural.v.10i1.0006>

MINAS GERAIS. Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais-EFDH-MG. **Direitos Humanos e Cidadania - Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Comunidades Tradicionais**. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC, Vol.13. Rogerio Duarte do Pateo. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.mg.gov.br/sites/default/files/documentos/geral/livro_13_comunidades_tradicionais.pdf> Acesso em: mar.2019.

MINAS GERAIS. Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais-EFDH-MG. **Direitos Humanos e Cidadania: Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Mulheres**, vol.08. Cássia Reis Donato. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Desenvolvimento Agrário- SEDA. **Fluxograma para titulação de territórios coletivos-MG (2018)**. Disponível em:<http://www.agricultura.mg.gov.br/images/Arq_Publicacoes/Cartilha_etapas_titulacao_coletiva.pdf> Acesso em: fev.2019.

MINAS GERAIS. Ministério Público de Minas Gerais-MPMG, 2012. Cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. **Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS)**. Disponível em:<<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>. Acesso em: jan. 2020.

MINAS GERAIS. **Polícia Militar lança campanha agosto lilás, 2021**. Disponível em:<<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/52bpm/conteudo.action?conteudo=232335&tipoConteudo=noticia>> Acesso em: ago.2021.

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)**. Disponível em:<<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-violencia-contra-a-mulher>> Acesso em: ago.2021.

Minas Petro. **Descoberta de reserva gigante cria corrida do gás em Minas Gerais. 2011**. Disponível em:<<https://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI208583-18287,00-AGUAS+QUE+QUEIMAM.html>> Acesso em: mar.2021.

MINAYO, M. C. S. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, M.C.S. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

MITCHELL, Ana Stump. Do território aos vínculos: a construção do conceito de vínculos territoriais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 38: maio, 2012, p.35-52. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37337/24116>> Acesso em: jul.2020.

NASCIMENTO, P.S. **Ecótono. 2021**. Disponível em: <Ecótono - Ecologia - InfoEscola> Acesso em: nov.2021.

NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, M.C.S. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

NOGUEIRA, Mônica Celeida, R. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais.** 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 2009.

OLIVEIRA, Moisés Dias de. **Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do Norte de Minas Gerais: o caso da Comunidade Sobrado.** 138 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília-DF. 2017.

O Movimento Graal no Brasil. **Nossa história.** Disponível em: <<http://omovimentodograalnobrasil.blogspot.com/p/nossa-historia.html> HYPERLINK "http://omovimentodograalnobrasil.blogspot.com/p/nossa-historia.html%3e.%20Acesso"> HYPERLINK "http://omovimentodograalnobrasil.blogspot.com/p/nossa-historia.html%3e.%20Acesso". Acesso em: set.2020.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>> Acesso em: jun.2021.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Prefeitura Municipal de Buritizeiro-MG. **Buritizeiro desponta como 3º lugar no ranking em reflorestamento.** Disponível em: - <<https://www.facebook.com/buritizeiroprefeitura/posts>> Acesso em: jan. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática. 1993. **Ou 2011?**

RIBEIRO, F. EMBRAPA CERRADOS. **O Cerrado brasileiro: berço das águas e celeiro do mundo.** Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/apresentacoes_palestrantes/08_04_2017_Felipe_Ribeiro_biomias_brasileiros.pdf> Acesso em: nov.2020.

RIGONATO, Valney Dias; SANTOS, Mário Alberto. (org.). **Saberes Ambientais do Cerrado.** Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2016. 78 p.

RIGONATO, Valney Dias. **Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio guará, São Desidério, BA.** 311 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

ROCHA, Eliana; et al; **Almanaque Folclore nas Barrancas do São Francisco: retomando, refazendo e percebendo os caminhos da cultura.** Belo Horizonte, 2008.

ROOS, Alana. A Biodiversidade e a extinção das espécies. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v.7, nº 7, p. 1494-1499, mar.- ago. 2012. Doi: <https://doi.org/10.5902/223611705651>.

ROSA, J.G. **Grande sertão veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSENDAHL, Z. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 187-224.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 7 reimp. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Record, 2006.

SANTOS, R.J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade & Natureza**, nº 11, jan./dez. 1999.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais**. Uberlândia. EDUFU: 2008, 249 p. Doi: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-177-2>.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Biodiversidade**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Instituto de Botânica. São Paulo: SMA, 2010.112 p. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/> Acesso em: dez.2020.

SÃO PAULO. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. (Org.) Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária-ANTEAG- São Paulo: Todos os Bichos, 2009, 64 p. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: jun. 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p.118.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. **In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. (org.). SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio (org.); SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). **Por uma abordagem territorial: territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 365p.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução: Daniela de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2013.

SILVA, A. M. O lugar da cultura: uma construção social, espacial e temporal. In: PEREIRA, Aires José; SANTOS, Roberto de Souza (Org.). In: **Educação, Ambiente, Cultura e Lugar: uma análise da produção do espaço geográfico**. Goiânia: Kelps, 2012. 67-83.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**- Bauru- XV – (1): jan./dez.-2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Dez Anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).2013. Disponível em: <[bmt56_econ02_dez_anos.pdf](#) (ipea.gov.br)> Acesso em: set.2021.

SINGER, Paul. **Biografia Intelectual**. Disponível em:<<http://paulsinger.com.br/biografia/>> Acesso em: ago.2021.

SOUZA, A. F. G.; BRANDÃO, C. R. Saberes locais, identidade e diversidade cultural: sujeitos e lugares do médio São Francisco. In: MARQUES, Luana Moreira (org.). **Geografias do cerrado: sociedade, espaço e tempo no Brasil central**. Uberlândia: Edibrás, 2014, p.159-183.

UNISINOS. Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (ECOSOL). **Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES), 2021**. Disponível em:<<http://sies.ecosol.org.br/>> Acesso em: dez.2019.

UNISOL. Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil. **Qual conselho nacional de Economia Solidária precisamos?** Disponível em:<<http://portal.unisolbrasil.org.br/qual-conselho-nacional-de-economia-solidaria-precisamos/>> Acesso em: jul. 2021.

VERARDO, Luigi. Economia Solidária e Autogestão. **Proposta**, n. 98 set./nov. 2003, p.56-61. Disponível em:<<https://base.socioeco.org/docs/luigiverardo98.pdf>> Acesso em: set. 2021.

YI-FU TUAN. **Topofilia: estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980. 288 p.

YI-FU TUAN. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 260

ANEXOS:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Territórios em disputa: a luta pela permanência dos geraizeiros no Cerrado e a participação das mulheres nas ações sociais e na economia solidária em Buritizeiro-MG”, sob a responsabilidade dos pesquisadores (Rosselvelt José Santos- Universidade Federal de Uberlândia-MG; Jaqueline Borges Inácio-Universidade Federal de Uberlândia-MG).

Nesta pesquisa nós estamos buscando (compreender como as populações tradicionais lutam por sua permanência nas áreas delimitadas para criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Buritizeiro no Norte de Minas Gerais. Também iremos analisar a realidade das comunidades que participam da rede de economia solidária, e a importância da mulher nas relações sociais, de trabalho, de produção e comercialização dos produtos).

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador (Jaqueline Borges Inácio à Associação do Movimento Graal e as comunidades rurais, situadas no município de Buritizeiro-MG).

(Considerando que a Resolução 466/12, no artigo XIII.3, reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades; considerando que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado;

Na sua participação, você (será utilizada a metodologia da pesquisa qualitativa, a partir da pesquisa participante e história de vida. Também serão realizadas entrevistas semiestruturadas dialogadas com um roteiro, voltado para as práticas sociais, saberes e fazeres, que será importante na pesquisa em campo. Serão realizadas fotos utilizando-se uma câmera fotográfica, a partir da observação das principais paisagens que compõem o cenário das RESEX, bem como, serão gravadas as entrevistas dos pesquisados utilizando uma filmadora. Os vídeos serão realizados com a devida autorização dos pesquisados e as falas serão transcritas na íntegra conforme a fala dos entrevistados. Esses registros são necessários para elaboração de documentários, com o objetivo de apresentar a sociobiodiversidade do Cerrado do Norte de Minas Gerais a partir da valorização dos modos de vida das populações tradicionais). Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. (Se o entrevistado precisar sair do local onde está para outro lugar diferente, os custos com o transporte serão pagos pelos pesquisadores).

Os riscos consistem em (na possibilidade de constrangimento dos participantes da pesquisa ao serem reconhecidos nos produtos da pesquisa (textos da tese). Desse modo, os depoimentos advindos dos participantes da pesquisa que preferiram resguardar sua identidade, mas que mesmo de forma sigilosa colaboraram com a pesquisa serão inseridos no trabalho, utilizando nomes fictícios. Todo o material midiático gravado de participantes da pesquisa que não aceitarem a divulgação de suas identidades será desgravado após as transcrições). Os benefícios serão (Certamente o estudo deste lugar e o conseqüente levantamento de informações, registro de imagens e produção de documento escrito (tese de doutorado), constituem benefícios à sociedade, uma vez que os produtos finais da pesquisa poderão ser utilizados como material

descritivo e analítico para pesquisas relacionadas aos povos tradicionais que disputam os territórios que são ocupados pelo agronegócio, lutando por sua permanência no lugar).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: **(Rosselvelt José Santos, telefone: (34) 3239-4169; Jaqueline Borges Inácio, telefone: (34) 99134-8811, Universidade Federal de Uberlândia- Campus Santa Mônica - Av. João Naves de Ávila, 2121)**. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A sala 224, *Campus Santa Mônica* – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 30 de agosto de 2019

Assinatura do (s) pesquisador (es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Instrumentos de Coleta de Dados

Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas

- 1) Em que ano começou o processo de demarcação da área da RESEX de Buritizeiro?
- 2) Quais foram os órgãos envolvidos na criação da RESEX?
- 3) Quais instituições apoiam a implementação da Reserva Extrativista?
- 4) Qual é a principal motivação das comunidades extrativistas para lutarem pela implementação da RESEX?
- 5) Quantas famílias existem na área da RESEX?
- 6) Quais são as comunidades que estão na área da RESEX?
- 7) Quantas famílias vivem na Comunidade Gerais do Calixto?
- 8) Quantas famílias vivem na Comunidade Lança 1?
- 9) A quanto tempo os geraizeiros estão presentes nas comunidades?
- 10) Como vocês classificam os geraizeiros? De onde surgiu este conceito?
- 11) Qual é a definição de gerais para vocês?
- 12) Vocês se consideram geraizeiros?
- 13) As famílias que vivem nas comunidades possuem ligação de parentesco ou compadrio?
- 14) Comente sobre o Cerrado do município de Buritizeiro?
- 15) Qual a importância do Rio São Francisco para as comunidades?
- 16) Existem alguns trabalhos de pesquisadores que estudaram a região Norte de Minas Gerais, e na maioria deles aponta que as plantações de eucalipto têm provocado muitos problemas ambientais e sociais, além de conflitos por terra. Gostaria que vocês comentassem sobre esta situação aqui em Buritizeiro.
- 17) A presença do eucalipto e outras produções de agronegócio provocou mudanças no Cerrado?
- 18) Se sim. Como vocês enfrentam essas mudanças?
- 19) Com relação os frutos do Cerrado. Quais são os tipos de frutos são coletados?
- 20) A gente sabe que cada fruto dá em uma época do ano. Vocês poderiam falar para nós quais são os meses de cada fruto do Cerrado?
- 21) Que produtos são feitos a partir dos frutos do Cerrado?
- 22) Como os geraizeiros se organizam para produzir e comercializar os derivados dos frutos do Cerrado?
- 23) Vocês se sentem felizes no Cerrado?
- 24) O que o Cerrado significa para vocês?

- 25) Com relação aos modos de vida e tradições ancestrais, ainda há festas religiosas nas comunidades rurais de Buritizeiro?
- 26) O que vocês acham que mudou na paisagem do Cerrado desde que deu início a proposta de implementação da RESEX?
- 27) Quais são os fatores positivos da implementação da RESEX para as comunidades?
- 28) Como vocês veem as questões relacionadas a preservação ambiental e as legislações que são estabelecidas para a criação das Unidades de Conservação?
- 29) Vocês têm recebido apoio de órgãos ambientais do governo de Minas Gerais ou Governo Federal?
- 30) Nas leituras sobre as comunidades extrativistas do município de Buritizeiro, captamos algumas informações com relação ao Movimento Graal Mulher, uma Organização Não Governamental que apoia as mulheres empreendedoras, incentivando-as a participar da Rede de Economia Solidária e também desenvolve alguns projetos e ações comunitárias.
- 31) Quando surgiu o Movimento Graal em Buritizeiro? Quais são seus princípios?
- 32) O Graal é coordenado por quem?
- 33) O Graal possui algum vínculo com alguma religião?
- 34) Quais são os projetos e ações sociais desenvolvidos pelo Movimento Graal no Brasil em Buritizeiro?
- 35) Qual a importância da participação das mulheres na coleta e feitiço dos produtos artesanais extraídos dos frutos do Cerrado?
- 36) Como elas se organizam para comercializar os produtos?
- 37) Com relação a Economia Solidária, como ela é desenvolvida?
- 38) Vocês citaram para nós sobre a Associação Chico Fulô. Quando e como surgiu a Associação Chico Fulô?
- 39) Quais são os produtos que são feitos no Chico Fulô?
- 40) Existe uma cozinha ou pequena fábrica onde elaboram os produtos dos frutos do Cerrado?
- 41) Além dos produtos do Cerrado, vocês produzem outros alimentos nas comunidades rurais?